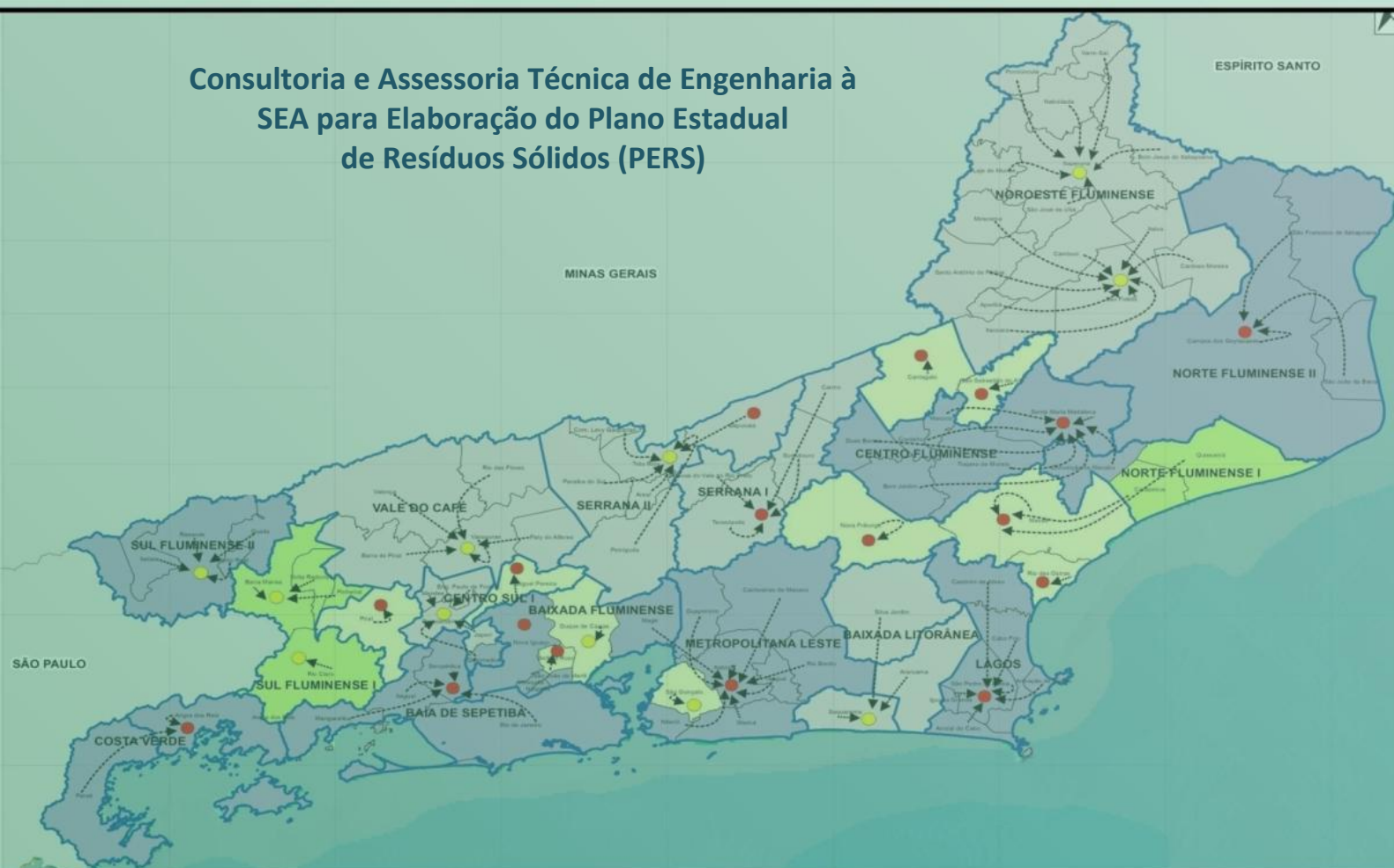




GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA



Consultoria e Assessoria Técnica de Engenharia à
SEA para Elaboração do Plano Estadual
de Resíduos Sólidos (PERS)



VOLUME 3

Arranjo Regional

Ecologus
Engenharia Consultiva

Agosto, 2013
Rev. 00

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Sérgio Cabral

Governador

Luiz Fernando Pezão

Vice-governador

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE (SEA)

Carlos Minc

Secretário

Luiz Firmino Martins Pereira

Subsecretário Executivo

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA)

Marilene Ramos

Presidente

EQUIPE TÉCNICA SEA

Victor Zveibil

Superintendente de Políticas de Saneamento - Coordenador

Aline Pacheco Santana

Diego Khouri Mota

Erika Leite Soares

Jorge Luiz Gonçalves Pinheiro

Marcos Paulo Marques Araújo

Maria José Saroldi

Colaboradores

Adriano Nere Valente

Guilherme de Sousa Bispo

Vera Cristina Azevedo da Silva

ECOLOGUS ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA

Responsável Técnico

Claudia Provenzano Barros de Almeida e Silva
Edson Cruz de Sá

Coordenador Geral

Carlos Luz de Oliveira Cobucci

Equipe Técnica

Camila Garcia Neves
Gisana de Freitas Pereira
Guilhermino de Oliveira Filho
Patrícia Daufenback
Rodrigo Imbelloni

Consultores Nacionais

Álvaro Luiz Gonçalves Catanhede
João Carlos Xavier de Brito
José Carlos de Araújo Pires
José Ricardo de Araújo Ferreira
Laone Lago
Silvia Martarello Astolpho

Consultores Internacionais

GRUPOTEC:

Ana Belén Marí Pérez
Arcadio Agustín Pascual López
Bruno Leitão Gameiro
Inmaculada Torres Sanchís
Jesús Maria Paniagua Bravo
Markel Arkauz Gabilondo
Ramón Cañadas

Índice

APRESENTAÇÃO.....	8
-------------------	---

PARTE I – ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

1	PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO	13
1.1	PRESSUPOSTOS INFORMADORES DA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO	13
1.2	PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO.....	15
1.2.1	ASPECTOS GERAIS	15
1.2.2	ASPECTOS NORTEADORES DA CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO.....	16
1.2.3	PROPOSTA DE MODELAGEM DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	17
1.2.3.1	CONSÓRCIO NOROESTE FLUMINENSE	19
1.2.3.2	CONSÓRCIO SERRANA 1.....	20
1.2.3.3	CONSÓRCIO SERRANA 2.....	21
1.2.3.4	CONSÓRCIO BAIXADA FLUMINENSE.....	21
1.2.3.5	CONSÓRCIO CENTRO SUL FLUMINENSE 1.....	22
1.2.3.6	CONSÓRCIO VALE DO CAFÉ	23
1.2.3.7	CONSÓRCIO SUL FLUMINENSE 2	24
1.2.3.8	CONSÓRCIO LAGOS 1	24
1.2.3.9	ARRANJO BARRA MANSA.....	25
1.2.3.10	ARRANJO MAGÉ	26
1.2.3.11	ARRANJO ANGRA DOS REIS	26
1.2.3.12	ARRANJO CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	27
1.2.3.13	ARRANJO SANTA MARIA MADALENA.....	27
1.2.3.14	ARRANJO MACAÉ.....	28
1.2.3.15	ARRANJO RIO DAS OSTRAS.....	29
1.2.3.16	ARRANJO SÃO PEDRO DA ALDEIA	29
1.2.3.17	ARRANJO NOVA FRIBURGO	30
1.2.3.18	ARRANJO ITABORAÍ.....	30
1.2.3.19	ARRANJO SÃO GONÇALO.....	31
1.2.3.20	ARRANJO MIGUEL PEREIRA.....	31
1.2.3.21	ARRANJO SEROPÉDICA.....	32
1.2.4	PROPOSTA DE SOLUÇÃO INDIVIDUAL DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	32
1.2.5	VANTAGENS E DESVANTAGENS DA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO	33
1.3	OUTRAS TIPOLOGIAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMPLEMENTARES	34
2	REGIONALIZAÇÃO ATUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO <i>ADVERSUS</i> NOVA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO DA GESTÃO E DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	35
2.1	ASPECTOS GERAIS	35
2.2	JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS	38
3	ASPECTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS DA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO	40
3.1	ARRANJOS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA: BREVES CONSIDERAÇÕES	40
3.2	ESCALA INSTITUCIONAL DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA	45

3.2.1 NOÇÃO GERAL.....	45
3.2.2 APLICAÇÃO DA TÉCNICA DA ESCALA INSTITUCIONAL DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA NO SETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	45
3.3 APLICAÇÃO DA TÉCNICA DA ESCALA INSTITUCIONAL DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA NA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO.....	50
3.3.1 ANTECEDENTES.....	50
3.3.2 AÇÃO ESTRATÉGICA PRIORITÁRIA: CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSORCIAMENTO.....	50
3.3.3 AÇÃO ESTRATÉGICA SUBSIDIÁRIA CONSENSUAL: EMPREGO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO AGREGADO AO CONTRATO DE PROGRAMA	53
3.3.4 AÇÃO ESTRATÉGICA SUBSIDIÁRIA COORDENADA: CRIAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS, MICRORREGIÕES E AGLUTINAÇÕES URBANAS.....	53
3.3.5 HIERARQUIZAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS.....	55
4	
RELAÇÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS ENTRE OS ATORES NO ÂMBITO DA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO DA GESTÃO E DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - DESAFIOS E SUPERAÇÕES.....	56
4.1 ASPECTOS GERAIS	56
4.2 RELAÇÃO HORIZONTAL NO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	57
4.2.1 SISTEMA DE ALTA DA RELAÇÃO HORIZONTAL.....	57
4.2.2 SISTEMA DE BAIXA DA RELAÇÃO HORIZONTAL	58
4.2.3 PROPOSIÇÕES PARA RELAÇÃO HORIZONTAL	59
4.3 RELAÇÕES VERTICAIS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....	61
4.3.1 HIERARQUIZAÇÃO DOS ATORES E SUAS ATRIBUIÇÕES DA RELAÇÃO VERTICAL.....	61
4.3.2 PROPOSIÇÕES PARA A RELAÇÃO VERTICAL	63

PARTE II – ARRANJO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

5	ASPECTOS OPERACIONAIS E DE CUSTOS	68
5.1	DIRETRIZES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA E DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS	68
5.1.1	AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS SERVIÇOS	68
5.1.2	PLANILHAS DOS CUSTOS OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS.....	68
5.2	INDICATIVOS DOS CUSTOS DE TRATAMENTO E DA DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTAL ADEQUADA DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	85
5.2.1	ANTECEDENTES.....	85
5.2.2	CONSÓRCIOS PÚBLICOS: ORIGEM E DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	85
5.2.3	CUSTOS ANUAIS E ESTIMADOS	87
5.2.3.1	CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	88
5.2.3.2	CUSTOS OPERACIONAIS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS.....	91
5.2.3.3	CUSTOS ANUAIS TOTAIS ESTIMADOS	94
5.2.4	RECEITAS ANUAIS DE INCENTIVOS ÀS POLÍTICAS AMBIENTAIS.....	96
5.2.5	RATEIO DOS CUSTOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	99
5.2.6	BALANÇO DOS CUSTOS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS / RECEITAS DE INCENTIVOS AMBIENTAIS	102
5.2.6.1	CUSTEIO SEM RECEITAS DE INCENTIVOS AMBIENTAIS	103
5.2.6.2	CUSTEIO CONSIDERANDO RECEITA DO ICMS ECOLÓGICO	106

5.2.6.3	CUSTEIO CONSIDERANDO RECEITAS DO ICMS ECOLÓGICO E DA COMPRA DO LIXO TRATADO	108
5.2.6.4	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	110
6	ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	111
6.1	DELIMITAÇÃO E OBJETO DA PESQUISA DA LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL E RESULTADOS OBTIDOS	111
6.2	TRIÁDE LEGAL ORÇAMENTÁRIA E CICLO ORÇAMENTÁRIO: ASPECTOS GERAIS	112
6.2.1	PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL: CONSIDERAÇÕES GERAIS	112
6.2.1.1	PLANO PLURIANUAL (PPA)	112
6.2.1.2	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)	113
6.2.1.3	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)	113
6.2.1.4	CICLO ORÇAMENTÁRIO	114
6.3	DESPESA E RECEITA PÚBLICA: ASPECTOS GERAIS.....	115
6.3.1	DESPESA PÚBLICA E SUAS CLASSIFICAÇÕES	115
6.3.2	RECEITA PÚBLICA E SUAS CLASSIFICAÇÕES.....	119
6.3.3	CODIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	120
6.4	PANORAMA GERAL DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS LEVANTADOS DOS MUNICÍPIOS COM ENFOQUE NA GESTÃO E NO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	121
6.5	DIRETRIZES PARA COMPOSIÇÃO DE ORÇAMENTO PÚBLICO COM A APROPRIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS	123
6.6	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	124
6.6.1	ASPECTOS GERAIS	124
6.6.2	DIRETRIZES PARA COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS.....	125
6.7	PROPOSTA DE MODELAGEM DE TAXA DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	126

PARTE III – ARRANJO JURÍDICO REMUNERATÓRIO

7	DELIMITAÇÃO E OBJETO DAS PESQUISAS NAS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS E RESULTADOS	130
8	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO SISTEMA DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS....	131
8.1	SERVIÇO PÚBLICO, RESÍDUOS SÓLIDOS E COMPETÊNCIA: ASPECTOS GERAIS.....	131
8.2	REMUNERAÇÃO: ASPECTOS GERAIS	135
8.3	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: ASPECTOS GERAIS	137
8.4	FINANCIAMENTO PÚBLICO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA	139
8.5	TAXA, TARIFA E PREÇO PÚBLICO: ASPECTOS CONCEITUAIS E DIFERENÇAS.....	141
8.5.1	MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E POSIÇÃO DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	143
8.5.2	GRANDES GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS: APONTAMENTOS ESPECÍFICOS.....	145
8.5.3	COLETA SELETIVA, RESÍDUOS SÓLIDOS, SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA E POTENCIAL REMUNERATÓRIO: ASPECTOS GERAIS E INTERDEPENDENTES ..	147
9	PANORAMA DAS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	149
10	DIRETRIZES PARA COMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	167

PARTE IV – DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO METROPOLITANO

11	ANTECEDENTES DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RMRJ) E DO SEU PLANO DIRETOR DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PDGIRS)	169
11.1	CONTEXTO OPERACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RMRJ)	172
11.2	PLANO DIRETOR DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PDGIRS/RMRJ): ANÁLISE OPERACIONAL DA VERSÃO ORIGINAL	173
11.3	PANORAMA ATUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RMRJ) E DO SEU PLANO DIRETOR GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PDGIRS)	175
11.3.1	MODELAGEM DA REGIONALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PDGIRS/RMRJ)	177
11.3.2	TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CONSTANTES NO PLANO DIRETOR DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PDGIRS/RMRJ) E SUA PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO	178
11.3.3	PROPOSTAS OPERACIONAIS DE APERFEIÇOAMENTO DO PLANO DIRETOR DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PDGIRS/RMRJ)	182
11.3.4	INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA E O PLANO DIRETOR DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PDGIRS/RMRJ): BREVES CONSIDERAÇÕES	184
12	ANÁLISE JURÍDICA DO PLANO DIRETOR GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PDGIRS/RMRJ) À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS) E DA LEI ESTADUAL N.º 6.362/2012	187
12.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	187
12.2	CENÁRIO 1: INCORPORAÇÃO DO PDGIRS/RMRJ PELO PERS	189
12.3	CENÁRIO 2: ATUALIZAÇÃO DO PDGIRS/RMRJ	190

PARTE V – INSTRUMENTOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO

13	INSTRUMENTOS PARA CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO E DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: BREVES CONSIDERAÇÕES	192
14	CONSÓRCIOS PÚBLICOS PARA A GESTÃO ASSOCIADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: AÇÃO ESTRATÉGICA PRIORITÁRIA	194
14.1	ASPECTOS GERAIS	194

14.2	INSTALAÇÃO DO CONSORCIAMENTO E SEU RITO	195
15	CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO AGREGADO AO CONTRATO DE PROGRAMA PARA A GESTÃO ASSOCIADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: AÇÃO ESTRATÉGICA SUBSIDIÁRIA CONSENSUAL AO CONSORCIAMENTO	196
16	REGIÃO METROPOLITANA, MICRORREGIÃO E AGLUTINAÇÃO MUNICIPAL PARA A GESTÃO COMPARTILHADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: AÇÃO ESTRATÉGICA SUBSIDIÁRIA COORDENADA AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO AGREGADO AO CONTRATO DE PROGRAMA	197
17	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	198

ANEXOS:

- ❖ **ANEXO A** – MINUTA DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES
- ❖ **ANEXO B** – MINUTA DE ESTATUTO SOCIAL
- ❖ **ANEXO C** – MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
- ❖ **ANEXO D** – MINUTA DE CONTRATO DE PROGRAMA
- ❖ **ANEXO E** – MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

LISTA DE SIGLAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
ABRELPE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS
ADI – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
ADI N.º1842/RJ – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º1842 DO RIO DE JANEIRO
AGENERSA – AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
APA – ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
ATT'S – ÁREAS DE TRIAGEM E TRANSBORDO
BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CP – CÓDIGO DE POSTURAS
CERJ – CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CRFB/88 - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988
COMLURB - COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
CTR – CENTRAIS DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS
CTDR – CENTRAL DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
CTM – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
CTN – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
EC – EMENDA CONSTITUCIONAL
EC/1998 – EMENDA CONSTITUCIONAL N.º19/1998
E. STF – EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
E. STJ – EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ET – ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
FECAM – FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO
FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICMS ECOLÓGICO – IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL, INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO ECOLÓGICO
INEA – INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
IQDF – ÍNDICE DE QUALIDADE DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
LCP – LEI DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS
LDNSB – LEI DE DIRETRIZES NACIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO
LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
LIA – LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
LLCA – LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
LOM – LEI ORGÂNICA MUNICIPAL
LRF – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
NBR – NORMA BRASILEIRA
PEGIRS/RJ – PLANO ESTADUAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO RIO DE JANEIRO
PERS – PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO RIO DE JANEIRO
PEV'S – PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA
PDGIRS/RMJ – PLANO DIRETOR DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO
PDGIRS – PLANO DIRETOR DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
PNRS – POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
PPA – PLANO PLURIANUAL

RMRJ – REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RCC – RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
RSS – RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE
RSU – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS
SEA – SECRETARIA DO ESTADO DO AMBIENTE
STN – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SOF – SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL
TCDRS – TAXA DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
UERJ – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

APRESENTAÇÃO

O presente documento representa o VOLUME 3 (Arranjo Regional), que foi concebido em sede do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro (PERS), e tem por objetivo apresentar, analisar e propor uma escala ótima de regionalização, que, além de ir ao encontro dos arranjos regionais propostos pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), traz, com respaldo na aplicação da “*técnica de escala institucional de cooperação federativa*”, ações estratégicas, prioritária e subsidiárias, para o aperfeiçoamento da gestão, associada ou integrada, e do gerenciamento dos resíduos sólidos a partir dos instrumentos de cooperação federativa já implementados no Estado, assim como sinaliza, com fundamento nos mecanismos fiscais, orçamentários e tributários, os caminhos que devem ser percorridos e materializados para a construção da sustentabilidade financeira do sistema de resíduos sólidos, seja operado pelo Município seja gerenciado pelos Consórcios Públicos.

Para facilitar o manuseio do VOLUME 3, este segue apresentado em 5 (cinco) partes, a saber:

- ❖ **PARTE I – Arranjos Institucionais de Cooperação Federativa**, que, em síntese, apresenta uma proposta de escala ótima de regionalização da gestão, seja integrada seja associada, e de gerenciamento de resíduos sólidos, que, por sua vez, não só possibilitará a confirmação dos arranjos de cooperação federativa induzidos pela SEA, mas também proporá alternativas consistentes e sustentáveis para esses arranjos. Além disso, traz as relações travadas, seja vertical seja horizontalmente, entre os diferentes atores do setor com vistas a propor uma forma adequada e viável de concertação e de consensualidade para essas relações.
- ❖ **PARTE II – Arranjo Financeiro e Orçamentário**, que, em suma, busca aferir os custos dos serviços de resíduos sólidos, inclusive da estrutura administrativa que lhe é inerente, seja municipal seja de consorciamento, com vistas a estabelecer o escopo de receita que faça frente aos serviços a serem executados. A partir dessa apropriação dos custos agregado ao escopo da receita, será possível estabelecer, ainda que em nível de diretriz, a adequada designação orçamentária e financeira para ser seguida pelos Municípios e/ou pelos Consórcios Públicos, assim como propor uma estrutura remuneratória compatível com a demanda dos serviços de resíduos sólidos.
- ❖ **PARTE III – Arranjo Jurídico Remuneratório**, que, em síntese, tem por objetivo levantar e avaliar a legislação municipal e, por conseguinte, orientar e propor uma estruturação de contraprestação remuneratória dos serviços de manejo de resíduos sólidos compatível com o exigido pela legislação financeira e tributária nacional, assim como em sintonia com entendimento doutrinário especializado e jurisprudência consolidada do Egrégio Supremo Tribunal

Federal (E. STF), possibilitando, assim, conferir sustentabilidade e viabilidade financeira para todo o sistema de resíduos no Estado do Rio de Janeiro.

❖ **PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano**, que, em suma, busca, preliminarmente, analisar e contextualizar o Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (PDGIRS/RMRJ), aprovado pelo Decreto Estadual nº 41.122, de 09 de janeiro de 2008, que, como foi editado antes da vigência da vigência da Lei Federal nº12.305/2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e seu Decreto Federal nº7.404/2010, assim como da Lei Estadual n.º6.362/2012 que traz regras sobre o planejamento nas regiões metropolitanas e microrregiões, não se adéqua com as normas legais que orientam a construção e, por conseguinte, a revisão dos planos de regionalização de resíduos sólidos, dentre eles, os planos de resíduos sólidos das regiões metropolitanas. Daí porque, propõem-se, com base nesse examine preliminar, os encaminhamentos necessários sobre o PDGIRS/RMRJ que subsidie a tomada de decisão da SEA.

❖ **PARTE V – Instrumentos para a Consolidação da Gestão**, que, síntese, busca apresentar os instrumentos de cooperação federativa existentes, e que já são empregados pela SEA para fins de aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos com vistas à redução de custos e à elevação da escala. Além disso, orienta e reforça, a partir da aplicação da “*técnica de escala institucional de cooperação federativa*”, a utilização em escala desses instrumentos segundo a adoção de ações estratégicas, sejam prioritárias sejam subsidiária, para conferir segurança jurídica e institucional para esses serviços.

Vale ressaltar, por fim, que o presente VOLUME 3 traz, na forma de anexos, minutas de instrumentos jurídicos, quais sejam, Minutas de Protocolo de Intenções, de Estatuto Social, de Convênio de Cooperação, de Contrato de Programa e de Projeto de Lei Complementar para instituir Microrregião para Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos, que possibilitarão a implementação das ações estratégicas, sejam prioritárias sejam subsidiárias, pelo Estado do Rio de Janeiro, para assegurar o aprimoramento da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos em prol dos Municípios fluminenses com a devida segurança jurídica e institucional.

PARTE I – ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

1 PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO

1.1 PRESSUPOSTOS INFORMADORES DA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro vem buscando formalizar e realizar diversos caminhos de cooperação federativa com os municípios fluminenses para promover a convergência de interesses em prol da superação dos desafios da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos, priorizando o consorciamento como estratégia estatal.

Apesar dos diferentes tipos e conteúdos de cooperação federativa, todos possuem um ponto em comum. Antes da formalização de qualquer um desses instrumentos, deve-se aferir a real potencialidade da junção dos entes políticos para promover o aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos, o que vai significar que o processo de formalização dos arranjos federativos não envolvem, apenas, aspectos técnicos e operacionais do setor de resíduos sólidos.

Faz-se necessário o emprego de pressupostos informadores da regionalização, chamados tecnicamente de “*standards informadores da cooperação federativa*”, que carregam critérios objetivos dotados de características difusas que informam e, ao mesmo tempo, conformam a escolha, a modelagem e a formalização da via de cooperação federativa a ser seguida, incrementando, portanto, o êxito da pretensão de associação dos entes políticos.

Com efeito, os pressupostos informadores da regionalização, a partir de dados primários e secundários do setor de resíduos sólidos, permitem identificar os aspectos demográficos, logísticos, econômicos, ambientais, estruturais e operacionais e, por fim, sociais, informadores do processo de regionalização dos resíduos sólidos, sem prejuízo de levar em consideração também a modelagem da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos, e, ainda, a própria caracterização da tipologia desses resíduos (composição gravimétrica, taxa de geração per capita e produção total).

A seguir, os “*standards informadores da cooperação federativa*”, que foram levados em consideração na consecução da proposta de regionalização a ser apresentada adiante, a saber:

Dados demográficos: exame da densidade populacional, seja na sede, seja nos distritos dos municípios fluminenses;

Logístico: análise da rede de transporte com a possibilidade de agregar os possíveis modais correspondentes para cumprir a distância a ser percorrida entre as sedes urbanas e os distritos dos municípios, assim como entre os municípios periféricos com os municípios selecionados como sedes do tratamento e da destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos;

Ambientais: aferição da existência, ou não, de unidades de conservação, a exemplo das Áreas de Proteção Ambiental (APA), as quais, porventura, possam restringir a implantação de unidades de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos;

A partir dos pressupostos informadores da regionalização, pode-se estabelecer as diretrizes que orientarão o processo de construção da proposta de regionalização dos resíduos sólidos do Estado do Rio de Janeiro, nos termos que seguem:

Cidade Sede: traz como premissa básica para a definição do local para tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos o município com maior população, isto é, o principal gerador de resíduos da região, minimizando naturalmente os custos de transporte pela consequente maior proximidade da unidade de destinação final dos resíduos e, ainda, pode representar o centro econômico da região;

Distância percorrida: estima como distância máxima percorrida por modal viário até 45 km (quarenta e cinco quilômetros) ou cerca de 01 h (uma hora) entre a sede urbana dos Municípios periféricos até a Cidade Sede, onde está localizada a unidade de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos. Dessa forma, obtém-se um menor custo que na distância a ser percorrida em relação à implantação e à operação das unidades referidas, depois da análise econômica comparativa efetuada;

Aterro sanitário regional: estabelece como pressuposto basilar o ganho de escala do gerenciamento de resíduos sólidos agregado à eliminação dos lixões. Para tanto, os municípios, que, atualmente, vazam os resíduos sólidos à céu aberto, devem depositar os seus resíduos nos aterros sanitários regionais, localizados na Cidade Sede. Afora isso, os municípios, que contam com aterros sanitários individuais licenciados, também devem, preferencialmente, ao final do tempo de vida útil dessas unidades, levar os seus resíduos para os aterros regionais;

Modelagem do consorciamento: busca agregar os municípios periféricos com a Cidade Sede em arranjos de cooperação federativa, na vertente do consorciamento, proporcionando, de um lado, a redução do número de unidades de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos com a maximização e eficiência desses serviços e, de outro, o fomento dos aterros sanitários regionais. Para tanto, observou-se, além dos “*standards informadores da cooperação federativa*”, as diretrizes da distância percorrida nos termos citados e, mais do que isso, a localização dos municípios em uma mesma bacia hidrográfica, a fim de promover o controle dos riscos ambientais pertinentes.

Dessa forma, atinge-se a aglutinação adequada dos municípios em arranjos regionais com a consequente formação de aterros regionais, resultando em ganho de escala com a redução do custo operacional dos serviços de resíduos sólidos;

Disponibilidade de área para destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos: considera-se a pouca ou, ainda, quase nenhuma disponibilidade de áreas dos municípios, dotadas de características técnicas e ambientais adequadas para a instalação de aterros sanitários, assim como a dificuldade de acesso viário a essas áreas, contribuindo ainda mais para a necessidade de fomentar-se os aterros sanitários regionais;

Potencial energético: leva em consideração o potencial energético obtido a partir do biogás gerado do acúmulo dos resíduos sólidos em aterro sanitário, resultando, assim, em importante insumo econômico. Todavia, esta diretriz não constitui condicionante para a constituição da proposta de regionalização, mas, sim, elemento potencial para isso, vez que trata-se de emprego de tecnologia que só se justifica mediante uma determinada quantidade e qualidade de resíduos sólidos dispostos a ser aferido em cada caso;

Diante de todo o exposto, e com base no relatório de consolidação do PEGIRS, propõe-se, e segundo os “*standards informadores da cooperação federativa*” em conformidade com as diretrizes indicadas, uma proposta de regionalização descentralizada de resíduos sólidos que facilita e viabiliza, de forma consistente e segura, o processo de aglutinação dos Municípios em prol do aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos.

1.2 PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO

1.2.1 Aspectos Gerais

Esta proposta deixa de lado a excessiva individualização dos serviços de resíduos sólidos com enorme ônus financeiro para os municípios, especialmente àqueles de pequeno porte, assim como não erige o processo de regionalização pautado, única e exclusivamente, na divisão político-administrativa do Estado, que, além de caduca para os dias atuais, não condiz com a realidade da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos.

A proposta busca, a partir dos “*standards informadores da cooperação federativa*” com as diretrizes correspondentes, calcado no relatório da SEA de agosto de 2012, citado na apresentação deste documento, agregar aspectos técnicos, operacionais, institucionais, jurídicos, econômicos e, ainda, políticos em prol da formação da escala ótima de regionalização com a priorização, ampla e geral, da cooperação federativa, especialmente do consorciamento, com vista a aprimorar o gerenciamento dos resíduos sólidos.

A proposta, portanto, vai ao encontro das políticas e dos programas estaduais que fomentam, estimulam e, agora, com a participação formal do Estado, constituem ação estatal estratégica para o estabelecimento da via da cooperação federativa, notadamente pelo viés do consorciamento. Demonstra, assim, que há, de fato, não só respeito à autonomia dos entes políticos com abertura democrática decorrente da liberalidade de buscarem a consensualidade para a formação de instrumentos de cooperação federativa, mas também observância da devida segurança jurídica para uma construção sólida das relações a serem travadas entre os entes políticos.

Afora isso, a proposta permite a ampliação da escala da prestação dos serviços de resíduos sólidos com a correspondente redução de custos de investimento e de operação no sistema de resíduos; o que atende, ao mesmo tempo, a universalização dos serviços com a devida busca da sustentabilidade financeira que deve ser imprimida no setor.

1.2.2 Aspectos Norteadores da Construção da Proposta de Regionalização

No processo de construção desta proposta, pautado em um horizonte temporal de 20 anos de planejamento, levou-se em consideração (i) a produção de resíduos sólidos a partir dos dados validados na Meta 1 (Avaliação do Estudo de Regionalização Estadual), do PEGIRS/RJ, atualizado a partir dos dados secundários levantados, até agora, em sede do PERS, (ii) o quantitativo da população referenciado pelos dados populacionais produzidos pelo censo 2010, do IBGE e (iii) a malha viária do território do Estado do Rio de Janeiro, 2009, que se baseia nos mapas territoriais digitais produzidos pelo Departamento Nacional de Estrada de Rodagem (DNER)

Sem embargo da observância dos “*standards informadores da cooperação federativa*” com as diretrizes correspondentes e, mais do que isso, dos elementos indicados acima necessários para a construção da proposta de regionalização, reincidiu-se nas seguintes premissas básicas para orientar a consecução da gestão dos resíduos sólidos pelo viés da cooperação federativa, notadamente do consorciamento, a saber:

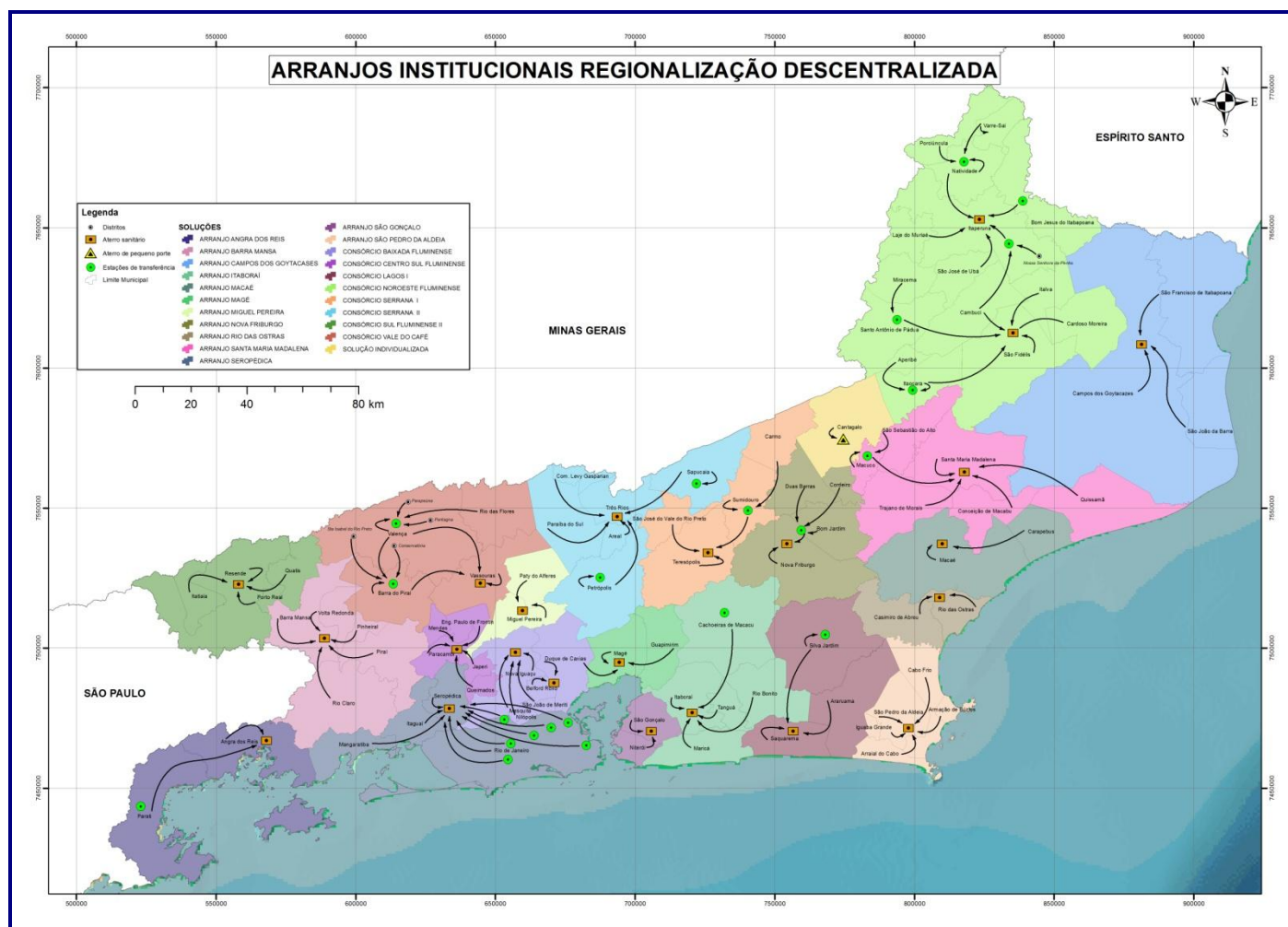
- ❖ **Aglutinação de Municípios:** junção de Municípios com vista a alcançar maior quantidade de resíduos sólidos a serem levados para tratamento e destinação final com a busca da redução de custos, resultante da sensível economia de escala que se obtém com a implantação e a operação das unidades correspondentes, respeitadas as restrições referentes à disponibilidade de áreas para implantação de sistema de tratamento e de destinação final desses resíduos;
- ❖ **Designação da Cidade Sede do Consórcio Público ou do Arranjo de Cooperação Federativa:** priorização como Cidade Sede do consorciamento ou

do arranjo de cooperação federativa aquela que já possua unidade de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada instalada, aproveitando, assim, a infraestrutura existente;

- ❖ **Distância Percorrida:** limitação de distância máxima percorrida por modal viário de 45km (quarenta e cinco quilômetros) ou 01h (uma hora) entre as sedes dos Municípios periféricos e o Município da Cidade Sede, sendo que, neste último, está localizada a unidade tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos; o que já tinha sido objeto de consideração anterior em sede dos “*standards informadores da cooperação federativa*”;
- ❖ **Modelagem Territorial do Consorciamento ou do Arranjo de Cooperação Federativa:** estabelecimento do limite territorial do consorciamento ou do arranjo de cooperação federativa, segundo a conformação morfológica local, a fim de minimizar os riscos com acidentes viários provocados por veículos de coleta e/ou de transporte de resíduos sólidos, os quais, em razão de suas características de tamanho e peso, apresentam dificuldades operacionais em rodovias acidentadas;
- ❖ **Restrições Legais Locacionais:** compatibilização da localização das unidades de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, situadas na Cidade Sede, com o plano diretor urbano, a lei de zoneamento e de parcelamento do uso do solo, sem prejuízo da legislação ambiental voltada para as áreas de proteção ambiental (APA's);

1.2.3 Proposta de Modelagem de Cooperação Federativa do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos

A partir da congregação de elementos que buscam informar a construção desta proposta de regionalização, pode-se estabelecer, com a devida segurança técnica, institucional e jurídica, a conformação da escala ótima da regionalização de resíduos sólidos pela via, de forma ampla e geral, da cooperação federativa, inclusive o consorciamento, com vista a aprimorar o gerenciamento desses resíduos (**Figura 1.2-1**), a seguir:



Nesse sentido, os 92 municípios fluminenses foram divididos em áreas já institucionalizadas de consorciamento e, quando não se atingiu o consorciamento, buscou-se arranjos de cooperação federativa, cuja modelagem de formação pode, e será objeto de definição jurídica e institucional mais adiante.

Afora isso, os consórcios públicos ou, se for o caso, os arranjos de cooperação federativa terão como Cidade Sede os Municípios que já contam ou, então, haja previsão de instalação de unidades de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos e, ainda, não distem mais do que 45 km (quarenta e cinco quilômetros) ou 01 h (uma hora) das sedes dos municípios periféricos, a fim de conferir a logística necessária para assegurar o fluxo adequado de resíduos sólidos.

Observa-se que a infraestrutura, atualmente existente, para tratamento e destinação final de resíduos sólidos atende, de foma sanitária e ambientalmente adequada, a 63 (sessenta e três) municípios fluminenses, correspondendo aproximadamente 93% (noventa e três por cento) da quantidade de resíduos sólidos gerados no Estado do Rio de Janeiro.

A seguir, apresenta-se a síntese da proposta de modelagem de cooperação federativa do gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive com a previsão da sua Cidade Sede, voltado para alcançar a escala ótima de regionalização de resíduos sólidos, a saber:

1.2.3.1 Consórcio Noroeste Fluminense

O Consórcio Noroeste Fluminense contará com dois centros de tratamento de resíduos sólidos (CTR) sendo um no Município de São Fidélis e outro no Município de Itaperuna. Com efeito, este consorciamento possui, excepcionalmente, duas Cidades Sedes.

A primeira Cidade Sede é o Município de São Fidélis, onde está localizada um CTR constituído por um aterro sanitário, uma unidade de tratamento de resíduos de saúde, RSS e uma unidade de beneficiamento de resíduos da construção civil, RCC, que está em processo de construção, e será objeto de concessão beneficiando os Municípios consorciados de São Fidélis, Aperibé, Cambuci, Cardoso Moreira, Italva, Itaocara, Miracema e Santo Antonio de Pádua.

A segunda Cidade Sede é o Município de Itaperuna, onde está prevista a instalação de outro CTR também com aterro sanitário, unidade de tratamento de RSS e de beneficiamento de RCC para atender aos Municípios consorciados de Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula, São José do Ubá e Varre-Sai.

Afora isso, está prevista a implantação de estações de transferência para otimizar o sistema de transporte intermunicipal de resíduos.

CONSÓRCIO NOROESTE FLUMINENSE				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
São Fidelis	19,88	CTR São Fidelis	98,03	-
Aperibé	6,84			44
Cambuci	7,23			24
Cardoso Moreira	6,04			41
Italva	7,17			43
Itaocara	11,78			43
Miracema	17,32			90
Santo Antonio de Pádua	21,77			72
Itaperuna	68,04	CTR Itaperuna	117,13	-
Bom Jesus de Itabapoana	21,55			37
Laje do Muriaé	3,83			30
Natividade	8,67			28
Porciúncula	9,17			40
São José de Ubá	1,92			27
Varre-Sai	4,00			48

1.2.3.2 Consórcio Serrana 1

O Consórcio Serrana 1 conta com um CTR constituído por um aterro sanitário, uma unidade de tratamento de RSS por autoclavagem, uma unidade de beneficiamento de RCC e um galpão de triagem, localizado no Município de Teresópolis, que, por sua vez, vem a ser a Cidade Sede desse consorciamento, que atende aos municípios de Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto, Carmo e Sumidouro. A operação da unidade referida já atende aos municípios integrantes do consórcio Serrana 1.

CONSÓRCIO SERRANA 1				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Teresópolis	117,0	CTR Teresópolis	133,4	-
São José do Vale do Rio Preto	5,8			40
Carmo	7,4			90
Sumidouro	3,2			64

1.2.3.3 Consórcio Serrana 2

O Consórcio Serrana 2 prevê a implantação de um CTR contendo um aterro sanitário e unidades de tratamento de RSS (autoclave) e de beneficiamento de RCC, localizado no Município de Três Rios, Cidade Sede desse consorciamento. Além disto, o município de Sapucaia, integrante deste Consórcio, já possui um aterro sanitário em operação, localizado na sede municipal, e deverá levar seus resíduos para o CTR Três Rios quando esgotada a capacidade de seu aterro.

Vale o reparo que o Município de Petrópolis embora estando localizado a uma distância superior a 45 km (quarenta e cinco quilômetros) da Cidade Sede do consorciamento faz parte deste, por não dispor de local adequado para a instalação de um centro de destinação final de resíduos sólidos, uma vez que o município está constituído quase que em sua totalidade por áreas de proteção ambiental - APAs.

Assim sendo, recomenda-se a instalação de 1 (uma) Estação de Transferência no Município de Petrópolis, para otimizar o transporte dos resíduos gerados neste município para o CTR Três Rios.

CONSÓRCIO SERRANA 2				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Três Rios	53,4	CTR T.Rios	344,0	-
Areal	6,6			25
Com.Levy Gasparian	4,5			19
Paraíba do Sul	23,5			13
Petrópolis	256,0	A.S.Sapucaia		68
Sapucaia	7,7		7,7	-

1.2.3.4 Consórcio Baixada Fluminense

O Consórcio Baixada Fluminense, criado inicialmente com foco em RCC, prevê em sua constituição tratar os resíduos domésticos; esta ampliação de escopo depende de acordos entre os municípios consorciados. Conta com 2 (dois) CTRs em sua área de influência, sendo um no Município de Nova Iguaçu e outro no Município de Belford Roxo. Dessa forma, este consorciamento possui, a exemplo do Consórcio Noroeste Fluminense, duas Cidades Sede. Recomenda-se que o consórcio inclua os resíduos domiciliares na sua plataforma de prestação de serviços.

A primeira Cidade Sede é o Município de Nova Iguaçu, que detém a concessão municipal de um CTR, constituído por um aterro sanitário, unidades de tratamento de RSS e de beneficiamento de RCC e uma unidade de aproveitamento de biogás para recuperação de créditos de carbono, que recebe os resíduos sólidos gerados pelos Municípios consorciados de Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Mesquita. Parte dos resíduos gerados em Nilópolis e São João de Meriti e Nova Iguaçu são transportados para o CTR Nova Iguaçu (Nova Gerar) com o apoio de estações de transferência.

A segunda Cidade Sede é o Município de Belford Roxo, que conta com um CTR privado, a qual, segundo a Lei Estadual n.º 6.362/2012, está classificado como Autorizado. Este CTR possui um aterro sanitário e vem recebendo e armazenando resíduos de construção civil para posterior beneficiamento. Recebe os resíduos sólidos gerados pelo próprio Município de Belford Roxo e de parte do Município de Duque de Caxias.

O município de Duque de Caxias poderá futuramente vir a dispor parte de seus resíduos no CTR previsto para ser implantado em Magé (Arranjo Magé) ou ainda em CTR a ser construído em área do próprio município de Duque de Caxias, o que se justificaria pelo grande volume de resíduos gerados no município. Em qualquer das hipóteses, o transporte dos resíduos poderá ser otimizado através do emprego de estações de transferência.

CONSÓRCIO BAIXADA FLUMINENSE				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Belford Roxo	400,0	CTR B.Roxo	920,0	-
Duque de Caxias (parte)	520,0			22
Nova Iguaçu	882,0	CTR N.Iguaçu	1584,2	-
Mesquita	149,0			14
Nilópolis	132,2			20
São João de Meriti	421,0			24

1.2.3.5 Consórcio Centro Sul Fluminense 1

O Consórcio Centro Sul Fluminense 1 possui um CTR com aterro sanitário, unidades de compostagem, tratamento de RSS e beneficiamento de RCC e galpão de triagem que será objeto de concessão, localizado no Município de Paracambi, que é a Cidade Sede deste consorciamento. A unidade referida receberá os resíduos sólidos gerados nos Municípios de Paracambi, Queimados, Japeri, Mendes e Engenheiro Paulo de Frontin.

Nada impede, porém, que o Município de Mendes leve os seus resíduos sólidos para a unidade de tratamento e de destinação de resíduos sólidos situada no Município de Vassouras, integrante do Consórcio Vale do Café, o que dependerá da formalização de convênio de cooperação agregado a contrato de programa entre o Município de Mendes com o Consórcio do Vale do Café, sem prejuízo do atendimento das normas técnicas pertinentes, especialmente àquelas relacionadas com o tempo de vida útil do aterro sanitário.

CONSÓRCIO CENTRO SUL FLUMINENSE 1				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Paracambi	28,0	CTR Paracambi	233,9	-
Engº Paulo de Frontin	5,5			8
Japeri	72,6			15
Queimados	115,9			37
Mendes	11,9			17

1.2.3.6 Consórcio Vale do Café

O Consórcio Vale do Café possui um CTR constituído por um aterro sanitário, unidades de tratamento de RSS, de beneficiamento de RCC, unidade de apoio à coleta seletiva e unidade de armazenamento temporário de lâmpadas, pilhas, baterias e pneus, no Município de Vassouras, que, por sua vez, vem a ser a Cidade Sede deste consorciamento. Esta unidade receberá os resíduos sólidos gerados nos Municípios consorciados de Vassouras, parte de Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença. O distrito de Califórnia, pertencente ao município de Barra do Piraí dispõe seus resíduos no CTR Barra Mansa (Arranjo Barra Mansa).

Afora isso, o Consórcio Vale do Café possui a previsão de implantação de 2 (duas) Estações de Transferência, nos municípios de Barra do Piraí e Valença, para otimizar o transporte dos resíduos gerados naqueles municípios, e, inclusive, o de Rio das Flores.

CONSÓRCIO VALE DO CAFÉ				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Vassouras	14,8	CTR Vassouras	139,1	-
Barra do Piraí	77,2			22
Valença	44,2			34
Rio das Flores	2,9			47

1.2.3.7 Consórcio Sul Fluminense 2

A princípio, orienta-se que o Consórcio Sul Fluminense 2 conte com uma unidade de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos no Município de Resende, que, por sua vez, vem a ser a Cidade Sede deste consorciamento, a fim de atender aos Municípios consorciados de Resende, Quatis, Porto Real e Itatiaia.

Em razão da dificuldade de seleção de uma área adequada, para a disposição dos resíduos gerados nos municípios que compoem este Consórcio surge, como alternativa, a instalação de 1 (uma) Estação de Transferência no Município de Resende, de onde os resíduos dos municípios consorciados serão transferidos para o CTR Barra Mansa, integrante do Arranjo Barra Mansa

Para tanto, deverá ser formalizado convênio de cooperação agregado a contrato de programa entre os Municípios consorciados do Consórcio Sul Fluminense 2 com o Município de Barra Mansa, o que, sob o viés jurídico, será objeto de exame mais adiante.

CONSÓRCIO SUL FLUMINENSE 2				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Resende	94,3	CTR Barra Mansa	128,7	39
Itatiaia	17,8			53
Porto Real	9,6			29
Quatis	7,0			31

1.2.3.8 Consórcio Lagos 1

O Consórcio Lagos 1 prevê a implantação de um CTR constituído por um aterro sanitário e unidades de tratamento de RSS e de beneficiamento de RCC localizado no Município de Saquarema, que se constitui como Cidade Sede desse consorciamento. Esta unidade receberá os resíduos sólidos gerados nos Municípios de Saquarema, Araruama e Silva Jardim.

Esta prevista a instalação de uma estação de transferência em Silva Jardim para facilitar o transporte dos resíduos deste município para o CTR Saquarema.

CONSÓRCIO LAGOS I				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Saquarema	50,0	CTR Saquarema	156,4	-
Araruama	96,9			22
Silva Jardim	9,5			56

1.2.3.9 Arranjo Barra Mansa

O Arranjo Barra Mansa conta com CTR constituído por aterro sanitário bioenergético, unidade de tratamento de RSS, unidade de beneficiamento de RCC, unidade de tratamento biogás; foi objeto de concessão pelo Município de Barra Mansa, que se constitui como Cidade Sede desse arranjo, recebendo os resíduos sólidos gerados pelo próprio Município de Barra Mansa, assim como pelos Municípios de Volta Redonda, Pinheiral e Rio Claro.

Vale o reparo que o Município de Piraí, situado na área de influência deste arranjo, passa por uma fase de transição no gerenciamento de seus resíduos sólidos. Este município possui um aterro sanitário, como solução individual de destinação final de seus resíduos sólidos, com curta vida útil remanescente, função inclusive da má gestão da unidade. Finda a vida útil do aterro sanitário de Piraí, o município passará a integrar o Arranjo Barra Mansa, dispondo seus resíduos no CTR Barra Mansa

Repita-se que a unidade concedida do Município de Barra Mansa poderá receber os resíduos sólidos gerados em parte do Município de Barra do Piraí, assim como o somatório dos resíduos sólidos gerados pelos Municípios consorciados do Consórcio Sul Fluminense 2. Para tanto, deverá ser formalizado convênio de cooperação agregado a contrato de programa entre os Municípios consorciados do Consórcio Sul Fluminense 2 com o Município de Barra Mansa, o que, sob o viés jurídico, será objeto de exame mais adiante

ARRANJO BARRA MANSA				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Barra Mansa	109,1	CTR B.Mansa	331,2	-
Pinheiral	13,1			24
Piraí	13,3			36
Rio Claro	8,0			35
Volta Redonda	187,7			14

1.2.3.10 Arranjo Magé

No Arranjo Magé preve-se contar com um CTR constituído por aterro sanitário e unidades de tratamento de RSS e de beneficiamento de RCC, situado no Município de Magé, que se constitui como Cidade Sede desse arranjo. A unidade referida receberá resíduos sólidos dos Municípios de Magé e Guapimirim, podendo receber ainda, parte dos resíduos sólidos do Município de Duque de Caxias.

Para tanto, o Município de Duque de Caxias deverá formalizar convênio de cooperação agregado a contrato de programa com o Município de Magé – o que, sob o viés jurídico, será objeto de exame mais adiante -, sem prejuízo de cumprir as normas técnicas pertinentes, especialmente àquelas relacionadas com o tempo de vida útil do aterro sanitário.

ARRANJO: MAGÉ				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Magé	189,4	CTR Magé	746,0	-
Guapimirim	36,8			17
Duque de Caxias (parte)	519,8			44

1.2.3.11 Arranjo Angra dos Reis

O Arranjo Angra dos Reis conta com um aterro sanitário situado no Município de Angra dos Reis, que, vem a ser a Cidade Sede desse arranjo. O aterro sanitário referido é privado, que, segundo a classificação estabelecida na Lei Estadual n.º 6.362/2012, é reconhecido como Autorizado, vindo a receber os resíduos sólidos do próprio Município de Angra dos Reis e do Município de Paraty.

O Município de Paraty embora situado a quase 100 km (cem quilômetros) do Município de Angra dos Reis, não possui alternativas viáveis de implantação de uma solução individualizada, uma vez que o município é tombado como patrimônio nacional em quase sua totalidade.

Assim sendo, a solução operacional adequada é a instalação de uma estação de transferência no Município de Paraty, para facilitar o transporte dos seus resíduos sólidos para o aterro sanitário do Município de Angra dos Reis.

ARRANJO ANGRA DOS REIS				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Angra dos Reis	137,2	A.S.A.dos Reis	154,9	-
Paraty	17,7			98

1.2.3.12 Arranjo Campos dos Goytacazes

O Arranjo Campos dos Goytacazes conta um CTR contendo um aterro sanitário e uma unidade de tratamento de RSS situado no Município de Campos dos Goytacazes, Cidade Sede desse arranjo, que receberá os resíduos sólidos do próprio Município de Campos dos Goytacazes, de São Francisco de Itabapoana e de São João da Barra.

Em que pese o Município de São João da Barra estar localizado a 50km (cinquenta quilômetros) do Município de Campos dos Goytacazes, a distância do Município de São João Barra ao local onde está localizada a unidade de tratamento e de destinação final é de 35 km (trinta e cinco quilômetros).

ARRANJO CAMPOS DOS GOYTACAZES				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Campos dos Goytacazes	381,0	CTR Campos	410,7	-
S. Francisco de Itabapoana	13,3			35
S. João da Barra	16,4			35

1.2.3.13 Arranjo Santa Maria Madalena

O Arranjo Santa Maria Madalena conta com um aterro sanitário tido como privado, que, segundo a Lei Estadual n.º 6.362/2012, é reconhecido como autorizado, situado no Município de Santa Maria Madalena, que, por sua vez, vem a ser a Cidade Sede desse consorciamento.

O aterro sanitário autorizado atualmente recebe os resíduos dos municípios de Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Macuco Conceição de Macabu, Trajano de Moraes, Cordeiro, Duas Barras, Bom Jardim e Quissamã.

Face às grandes distâncias de transporte entre as sedes dos municípios de Cordeiro (80 km), Duas Barras (107 km) e Bom Jardim (100 km) e o aterro

sanitário de Santa Maria Madalena, situado quase na divisa com o município de Conceição de Macacu, propõe-se que estes municípios, distantes respectivamente 44 km, 38 km e 24 km do CTR Nova Friburgo, destinem seus resíduos para esta unidade, vindo a constituir juntamente com Nova Friburgo um Arranjo regional.

Vale o reparo que, segundo informação junto ao INEA, há uma solicitação de licenciamento ambiental para instalação de um aterro sanitário no Município de Quissamã, que receberá resíduos sólidos urbanos gerados no município e resíduos industriais, gerados na região, possuindo ainda uma unidade de tratamento de RSS por vala séptica, sistema atualmente não aceito pelo INEA. Assim o Município de Quissamã deixará de dispor os seus resíduos no aterro sanitário de Santa Maria Madalena.

O Município de Macuco construiu aterro sanitário próprio, com recursos da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e está em vias de iniciar a operação.

ARRANJO SANTA MARIA MADALENA				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
S ^{ta} Maria Madalena	3,4	A.S.Madalena	31,0	-
Conceição de Macabu	11,7			10
Quissamã	8,4			35
Trajano de Moraes	3,1			20
Macuco	2,2			35
São Sebastião do Alto	2,2			30

1.2.3.14 Arranjo Macaé

O Arranjo Macaé conta com um CTR privado, dotado de aterro sanitário, unidade de tratamento de RSS e unidade de beneficiamento de RCC que, nos termos da Lei Estadual n.º 6.362/2012, é classificada como Autorizado; situado no Município de Macaé, que, por sua vez, vem a ser a Cidade Sede deste arranjo. Com efeito, a unidade referida recebe os resíduos sólidos dos Municípios de Macaé e poderá receber os resíduos de Carapebus.

ARRANJO MACAÉ				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Macaé	198,5	CTR Macaé	204,6	-
Carapebus	6,1			26

1.2.3.15 Arranjo Rio das Ostras

O Arranjo Rio das Ostras conta com um aterro sanitário de cunho municipal situado no Município de Rio das Ostras, que constitui a Cidade Sede deste arranjo. A unidade referida recebe os resíduos sólidos gerados no Município de Rio das Ostras e poderá receber os resíduos de Casimiro de Abreu.

ARRANJO RIO DAS OSTRAS				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Rio das Ostras	71,9	CTR Rio das Ostras	90,1	-
Casimiro de Abreu	18,2			20

1.2.3.16 Arranjo São Pedro da Aldeia

O Arranjo São Pedro da Aldeia conta com um CTR composto por um aterro sanitário e por unidades de tratamento de RSS por autoclave e de beneficiamento de RCC, tido como privado, que, segundo previsto na Lei Estadual n.º 6.362/2012, é reconhecido como Autorizado. Está situado no Município de São Pedro da Aldeia, que constitui a Cidade Sede deste arranjo.

A unidade referida receberá os resíduos sólidos gerados nos Municípios de São Pedro da Aldeia, de Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Iguaba Grande.

ARRANJO SÃO PEDRO DA ALDEIA				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
São Pedro da Aldeia	50,5	CTR S.Pedro	243,5	-
Armação de Búzios	22,0			32
Arraial do Cabo	26,1			25
Cabo Frio	130,3			14
Iguaba Grande	14,6			15

1.2.3.17 Arranjo Nova Friburgo

Propõe-se a constituição de um arranjo em Nova Friburgo que conta atualmente com um CTR que possui um aterro sanitário e uma unidade de beneficiamento de RCC, localizado no Município de Nova Friburgo (concedido), que, por, sua vez, será Cidade Sede desse arranjo. A unidade referida recebe hoje os resíduos sólidos gerados no Município de Nova Friburgo, e passará a receber os resíduos de Bom Jardim, Duas Barras e Cordeiro.

Esta proposição prende-se às razões já expostas na apresentação do Arranjo Santa Maria Madalena, referentes aos ganhos do sistema de transporte, resultado da sensível redução das distâncias entre os centros geradores e as unidades de disposição final dos resíduos sólidos. Assim tem-se: Bom Jardim, de 100 km para 24 km; Duas Barras, de 107 km para 38 km e Cordeiro, de 80 km para 44 km.

ARRANJO NOVA FRIBURGO				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Nova Friburgo	107,3	A.S.N. Friburgo	132,5	-
Bom Jardim	9,2			24
Cordeiro	11,5			44
Duas Barras	4,5			38

1.2.3.18 Arranjo Itaboraí

O Arranjo Itaboraí conta com um aterro sanitário e por unidades de tratamento de RSS e beneficiamento de RCC tido como privado, que, segundo previsto na Lei Estadual n.º 6.362/2012, é classificada como autorizado. Situado no Município de Itaboraí, que é a Cidade Sede deste arranjo. Esta unidade está apta a receber os resíduos sólidos gerados no próprio Município de Itaboraí, assim como dos Municípios de Cachoeiras de Macacu, Maricá, Rio Bonito e Tanguá.

Prevê-se que o arranjo Itaboraí contará com 1 (uma) Estação de Transferência localizada no Município de Cachoeiras de Macacu, que receberá os resíduos sólidos do próprio Município, para ser enviado à unidade da Cidade Sede.

ARRANJO ITABORAÍ				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Itaboraí	196,0	CTR Itaboraí	381,5	-
Cachoeiras de Macacu	27,0			44
Maricá	111,7			28
Rio Bonito	29,3			30
Tanguá	17,5			18

1.2.3.19 Arranjo São Gonçalo

O Arranjo São Gonçalo conta com um CTR constituído por aterro sanitário e unidades de tratamento de RSS e beneficiamento de RCC, de cunho privado, que, segundo disposto na Lei Estadual n.º 6.362/2012, é reconhecida como Autorizado. Localizado no Município de São Gonçalo, que é a Cidade Sede desse arranjo. A unidade referida receberá os resíduos sólidos gerados no próprio Município de São Gonçalo e parte dos resíduos sólidos gerados no Município de Niterói, até que sejam concluídas as obras de instalação do CTR de Niterói.

ARRANJO SÃO GONÇALO				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
São Gonçalo	1208,4	CTR S.Gonçalo	1652,1	-
Niterói (parte)	443,7			15

1.2.3.20 Arranjo Miguel Pereira

O Arranjo Miguel Pereira possui um aterro sanitário de cunho municipal situado no Município de Miguel Pereira, Cidade Sede desse arranjo. Receberá os resíduos sólidos do próprio Município de Miguel Pereira e do Município de Paty do Alferes.

ARRANJO MIGUEL PEREIRA				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Miguel Pereira	13,8	A.S.M.Pereira	25,7	-
Paty do Alferes	11,9			7

1.2.3.21 Arranjo Seropédica

O Arranjo Seropédica conta com uma unidade de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos que constitui-se em um CTR contendo um aterro sanitário e unidades de tratamento de resíduos de poda e de beneficiamento de RCC; foi concedida pela Cidade do Rio de Janeiro, apenas de estar situada no Município de Seropédica, Cidade Sede deste arranjo. A unidade referida recebe os resíduos sólidos do Município de Seropédica, Itaguaí, do Rio de Janeiro, e de Mangaratiba.

Tendo em vista a histórica falta de áreas na Cidade do Rio de Janeiro para abrigar uma solução individual de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, optou-se pela instalação de 7 (sete) Estações de Transferência, localizadas nos bairros do Caju Jacarepaguá, Irajá, Marechal Hermes, Bangu, Campo Grande e Penha, que agrega os resíduos sólidos oriundos dos roteiros de coleta, de onde são transportados em carretas para a unidade da Cidade Sede deste arranjo.

ARRANJO SEROPÉDICA				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Seropédica	45,6	CTR Seropédica	9.743,5	-
Itaguaí	112,4			22
Mangaratiba	22,5			40
Rio de Janeiro	9563,0			68

1.2.4 Proposta de Solução Individual de Destinação Final de Resíduos Sólidos

Municípios que possuem reduzido contingente populacional e, por consequência, baixa geração de resíduos sólidos, podem valer-se de solução tecnológica alternativa, que é a instalação e a operação de aterro sanitário de pequeno porte. Esta solução individual de destinação final de resíduos sólidos tem baixo custo, sendo ideal para o recebimento de quantitativo de resíduos sólidos inferior a 20 toneladas por dia.

Registre-se que a implementação do desenvolvimento e da execução de projetos, de obras e de operação de aterro sanitário de pequeno porte é regido pela Norma Brasileira (NBR) n.º 15.849/2010, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), “Resíduos Sólidos Urbanos - Aterros Sanitários de Pequeno Porte – Diretrizes para Localização, Projeto, Implantação, Operação e Encerramento”.

O Município de Cantagalo gera uma quantidade pequena de resíduos sólidos, inferior a 10 toneladas por dia e, mais do que isso, está localizado a uma grande distância das Cidades Sede dos consorciamentos ou dos arranjos de cooperação federativa. Afora isso, o Município de Cantagalo conta com uma unidade de triagem e de compostagem, assim como um incinerador para tratamento de RSS. Com efeito, é recomendável que o Município de Cantagalo conte um aterro sanitário de pequeno porte, para onde serão enviados os rejeitos de suas unidades de tratamento mencionadas.

O Município de Cantagalo, apesar de contar com um aterro sanitário de pequeno porte, pode, sim, vir a integrar um consorciamento ou arranjo de cooperação federativa, especialmente para obter apoio técnico em prol do gerenciamento adequado dos serviços de resíduos sólidos. Logo, o Município de Cantagalo poderá vir a fazer parte do Arranjo Santa Maria Madalena.

SOLUÇÃO INDIVIDUALIZADA				
MUNICÍPIO	RSU GERADO	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO	DIST LOCAL DISPOSIÇÃO
	t/d		t/d	km
Cantagalo	9,0	Cantagalo	9,0	-

1.2.5 Vantagens e Desvantagens da Proposta de Regionalização

Consoante, percebe-se da análise do escopo desta proposta que para alcançar a escala ótima de regionalização de resíduos sólidos, buscou-se a adoção da via da cooperação federativa, pelo consorciamento, com a junção dos 92 Municípios fluminenses, a fim de conferir, com a devida segurança técnica, operacional, jurídica e institucional, escala aos serviços de resíduos sólidos com a redução dos custos correspondentes a ser rateado entre os Municípios.

Neste cenário, onde priorizou-se o atendimento aos pré-requisitos técnicos mencionados anteriormente, em especial, distância máxima aos locais de disposição, disponibilidade de áreas adequadas à implantação de unidades de tratamento e disposição final de resíduos e aspectos morfológicos, chegou-se a uma solução “ótima” onde os municípios terão o tratamento e a disposição de seus resíduos sólidos equacionada através do agrupamento dos mesmos em arranjos ou consórcios intermunicipais com 25 (vinte e cinco) aterros sanitários tradicionais e 2 (dois) aterros sanitários de pequeno porte. Deste total, 23 (vinte e três) encontram-se em operação, sendo que 12 (doze) possuem caráter privado, que, segundo disposto na Lei Estadual n.º 6.362/2012, são reconhecidos como Autorizados. Dos atuais 25 (vinte e cinco) aterros previstos para funcionamento como solução para o tratamento e a disposição da totalidade dos resíduos sólidos gerados no estado do Rio de Janeiro, 24 (vinte e quatro) atenderão aos consorciamentos formalizados ou arranjos de cooperação federativa.

A vantagem desta Proposta é buscar alcançar a escala ótima de regionalização de resíduos sólidos com vista a assegurar o devido ganho de escala dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos com a redução dos custos a serem empregados na implantação e na operação desses serviços. Mais do que isso, o escopo da proposta aproxima-se não só da estratégia do Estado do Rio de Janeiro em fomentar, induzir e, agora, participar do consorciamento, mas também leva em consideração a realidade de regionalização já posta no Estado do Rio de Janeiro segundo apontado no “item 2. Estado da Arte da Regionalização dos Resíduos Sólidos do Estado do Rio de Janeiro”.

A implementação desta Proposta demandará uma forte atuação consensual entre os Municípios e, quando for o caso, do Estado do Rio de Janeiro, em prol de garantir o funcionamento adequado desses serviços e, quando cabível, o devido apoio técnico ofertado pelo Estado.

CENÁRIO	VANTAGEM	DESvantAGEM
Proposta de Regionalização	Confere ganho de escala para os serviços de resíduos sólidos com a redução dos custos de implantação e de operação desses serviços.	Demanda uma forte atuação consensual entre os Municípios e, quando for o caso, do Estado do Rio de Janeiro, em prol de garantir o funcionamento adequado dos serviços.
	Respeita à estratégia do Estado do Rio de Janeiro em prol da formação de consórcios públicos	
	Observa o estado da arte no processo de regionalização de resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro	

1.3 OUTRAS TIPOLOGIAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMPLEMENTARES

O escopo da proposta apresentada visa o alcance da escala ótima de regionalização de resíduos sólidos com a implantação e a operação de serviços de gerenciamento de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, apenas.

Não obstante, nada impede que o escopo desta proposta abrigue também soluções de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de outros tipos de resíduos sólidos, especialmente os de serviços de saúde e os de construção civil. Afora isso, a proposta pode, e deve estabelecer ações em prol da atuação das organizações de catadores, notadamente mediante a alocação de unidades específicas para o trabalho dessas organizações, trabalhando na coleta seletiva de materiais recicláveis.

Prevê-se, também, que com o fortalecimento institucional do consórcio, este possa assumir outros serviços nos municípios, como apoio à coleta seletiva e aos sistemas de logística reversa, utilizando e otimizando os espaços e equipamentos

instalados em cada CTR citado, além de incluir no processo a categoria dos trabalhadores catadores de resíduos aproveitáveis, através de duas organizações próprias.

2 REGIONALIZAÇÃO ATUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO ADVERSUS NOVA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO DA GESTÃO E DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

2.1 ASPECTOS GERAIS

A partir de uma análise comparativa entre, de um lado, o relatório da SEA, datado de agosto de 2012, com o cenário do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos e, de outro lado, a presente proposta de regionalização é plenamente possível, com respaldo nos "*standards informadores da cooperação federativa*" com as diretrizes correspondentes e, mais do que isso, os elementos difusos indicados para a construção desta Proposta propor um aperfeiçoamento para o setor estadual de resíduos.

Com isso, espera-se construir uma solução que, sanitária e ambientalmente, seja adequada para o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados nos 92 (noventa e dois) Municípios fluminenses.

A comparação entre o relatório da SEA e esta proposta acaba por demonstrar a necessidade de serem feitas alterações de locais, assim como da forma de destinação final de resíduos sólidos para alcançar, repita-se, o aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento dos resíduos dos Municípios.

O quadro abaixo exterioriza, e confirma as mudanças pretendidas, a saber:

	MUNICÍPIO	GERAÇÃO	LIXÃO ZERO	PROPOSTA
		t/d		
1	ANGRA DOS REIS	137,2	ANGRA - ARRANJO	=
2	APERIBÉ	4,3	S. FIDÉLIS - CONS	=
3	ARARUAMA	96,9	SAQUAREMA – CONS	=
4	AREAL	6,6	TRES RIOS - CONS	=
5	ARMAÇÃO DE BÚZIOS	22,0	S. PEDRO – ARRANJO	=
6	ARRAIAL DO CABO	26,1	S. PEDRO – ARRANJO	=
7	BARRA DO PIRAÍ	77,2	VASSOURAS – CONS	VASSOURAS - CONS
8	BARRA MANSA	109,1	B.MANSA – ARRANJO	=
9	BELFORD ROXO	400,0	B.ROXO - CONS	=
10	BOM JARDIM	9,2	MADALENA – ARRANJO	N.FRIBURGO – CONS.
11	BOM JESUS DO ITABAPOANA	22,1	ITAPERUNA - CONS	=

	MUNICÍPIO	GERAÇÃO	LIXÃO ZERO	PROPOSTA
		t/d		
12	CABO FRIO	130,3	S. PEDRO – ARRANJO	=
13	CACHOEIRAS DE MACACU	27,0	ITABORAÍ – ARRANJO	=
14	CAMBUCI	6,5	S. FIDÉLIS - CONS	=
15	CAMPOS DE GOYCATAZES	381,0	CAMPOS – ARRANJO	=
16	CANTAGALO	9,0	CANTAGALO – INDIVID	=
17	CARAPEBUS	6,1	MACAÉ - ARRANJO	=
18	CARDOSO MOREIRA	5,6	S. FIDÉLIS - CONS	=
19	CARMO	7,4	TERESOPOLIS – CONS	=
20	CASIMIRO DE ABREU	18,2	S. PEDRO – ARRANJO	R. OSTRAS - ARRANJO
21	C. LEVY GASPARIAN	4,5	TRES RIOS - CONS	=
22	CONCEIÇÃO DE MACABU	11,7	MADALENA – ARRANJO	=
23	CORDEIRO	11,5	MADALENA – ARRANJO	N. FRIBURGO – CONS.
24	DUAS BARRAS	4,5	MADALENA – ARRANJO	N. FRIBURGO – CONS.
25	DUQUE DE CAXIAS	519,8	D. CAXIAS - CONS	B.ROXO – CONS.
		519,8	MAGÉ - ARRANJO	=
26	ENG. PAULO DE FRONTIN	5,5	PARACAMBI – CONS	=
27	GUAPIMIRIM	36,8	ITABORAÍ – ARRANJO	MAGÉ = ARRANJO
28	IGUABA GRANDE	14,6	S. PEDRO – ARRANJO	=
29	ITABORAÍ	196,0	ITABORAI – ARRANJO	=
30	ITAGUAÍ	112,4	SEROPEDICA – ARRANJO	=
31	ITALVA	5,9	S. FIDÉLIS - CONS	=
32	ITAOCARA	11,1	S. FIDÉLIS - CONS	=
33	ITAPERUNA	70,7	ITAPERUNA - CONS	=
34	ITATIAIA	17,8	RESENDE - CONS	=
35	JAPERI	72,6	PARACAMBI – CONS	=
36	LAJE DO MURIAÉ	2,7	ITAPERUNA - CONS	=
37	MACAÉ	198,5	MACAÉ - ARRANJO	=
38	MACUCO	2,2	MADALENA – ARRANJO	=
39	MAGÉ	189,4	MAGE – ARRANJO.	=
40	MANGARATIBA	22,5	SEROPÉDICA – ARRANJO	=
41	MARICÁ	111,7	ITABORAÍ – ARRANJO	=
42	MENDES	11,9	PARACAMBI – CONS	=
43	MESQUITA	148,8	N. IGUAÇU - CONS	=
44	MIGUEL PEREIRA	13,4	M. PEREIRA – ARRANJO	=
45	MIRACEMA	15,8	S. FIDÉLIS - CONS	=
46	NATIVIDADE	7,0	ITAPERUNA - CONS	=
47	NILÓPOLIS	132,2	N. IGUAÇU - CONS	=
48	NITERÓI	443,7	ITABORAÍ – ARRANJO	S. GONÇALO - ARRANJO
49	NOVA FRIBURGO	107,3	N. FRIBURGO – INDIVID.	N. FRIBURGO – CONS.

	MUNICÍPIO	GERAÇÃO	LIXÃO ZERO	PROPOSTA
		t/d		
50	NOVA IGUAÇU	881,7	N. IGUAÇU - CONS	=
51	PARACAMBI	28,0	PARACAMBI – CONS	=
52	PARAÍBA DO SUL	23,5	TRÊS RIOS - CONS	=
53	PARATY	17,7	ANGRA - ARRANJO	=
54	PATY DO ALFERES	11,9	M. PEREIRA – ARRANJO	=
55	PETRÓPOLIS	256,0	TRÊS RIOS - CONS	=
56	PINHEIRAL	13,1	B.MANSA – ARRANJO	=
57	PIRAÍ	13,3	PIRAÍ – INDIVID.	B.MANSA - ARRANJO
58	PORCIÚNCULA	8,1	ITAPERUNA - CONS	=
59	PORTO REAL	9,6	RESENDE - CONS	=
60	QUATIS	7,0	RESENDE - CONS	=
61	QUEIMADOS	115,9	PARACAMBI – CONS	=
62	QUISSAMÃ	8,4	QUISSAMÃ – INDIV.	MADALENA - ARRANJO
63	RESENDE	94,4	RESENDE - CONS	=
64	RIO BONITO	29,3	ITABORAÍ – ARRANJO	=
65	RIO CLARO	8,0	B.MANSA – ARRANJO	=
66	RIO DAS FLORES	2,9	VASSOURAS – CONS	=
67	RIO DAS OSTRAS	71,9	R.OSTRAS – INDIVID.	R.OSTRAS - ARRANJO
68	RIO DE JANEIRO	9.563,0	SEROPÉLICA – ARRANJO	=
69	SANTA MARIA MADALENA	3,4	MADALENA – ARRANJO	=
70	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	19,9	S. FIDÉLIS - CONS	=
71	SÃO FIDÉLIS	19,0	S. FIDÉLIS - CONS	=
72	SÃO F. DO ITABAPOANA	13,3	CAMPOS – ARRANJO	=
73	SÃO GONÇALO	1.208,4	S. GONÇALO – ARRANJO	=
74	SÃO JOÃO DA BARRA	16,4	CAMPOS – ARRANJO	=
75	SÃO JOÃO DE MERITI	422,0	N. IGUAÇU - CONS	=
76	SÃO JOSÉ DE UBÁ	1,5	ITAPERUNA - CONS	=
77	S. J. DO VALE DO RIO PRETO	5,8	TERESOPOLIS – CONS	=
78	SÃO PEDRO DA ALDEIA	50,5	S. PEDRO – ARRANJO	=
79	SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	2,2	MADALENA – ARRANJO	=
80	SAPUCAIA	7,7	TRÊS RIOS - CONS	=
81	SAQUAREMA	50,0	SAQUAREMA – CONS	=
82	SEROPÉDICA	45,6	SEROPÉDICA – ARRANJO	=
83	SILVA JARDIM	9,5	SAQUAREMA – CONS	=
84	SUMIDOURO	3,2	TERESOPOLIS – CONS	=
85	TANGUÁ	17,5	ITABORAÍ – ARRANJO	=
86	TERESÓPOLIS	117,0	TERESOPOLIS – CONS	=
87	TRAJANO DE MORAIS	3,1	MADALENA – ARRANJO	=
88	TRÊS RIOS	53,4	TRÊS RIOS - CONS	=

	MUNICÍPIO	GERAÇÃO	LIXÃO ZERO	PROPOSTA
		t/d		
89	VALENÇA	44,2	VASSOURAS – CONS	=
90	VARRE-SAI	2,8	ITAPERUNA - CONS	=
91	VASSOURAS	14,8	VASSOURAS – CONS	=
92	VOLTA REDONDA	187,7	B.MANSA – ARRANJO	=

Obs. Niterói poderá dispor seus resíduos em Niterói, quando o novo CTR estiver implantado, em Itaboraí ou em São Gonçalo.

Cabe destacar que os Arranjos aqui indicados são passíveis de evolução para a situação de Consórcios Públicos, conforme exaustivamente discutido no subitem 3.3.2 adiante.

2.2 JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS

A partir da análise comparativa entre o relatório SEA e a proposta consubstanciada de regionalização recomenda-se a mudança no local de tratamento e de destinação final, ambientalmente adequada de resíduos sólidos com vista à redução considerável das distâncias de transporte dos resíduos entre os centros de massa de coleta e os locais de destinação final de resíduos sólidos, o que vai representar, de fato, uma sensível redução dos custos operacionais das atividades de manejo, de transporte e de destinação final ambiental adequada dos resíduos.

Na sequência, são apresentadas as propostas de alterações identificadas com as respectivas justificativas, a saber:

MUNICÍPIO	LIXÃO ZERO	D. DEST.	PROPOSTA	D DEST.
		Km		km
Bom Jardim	A.S. S.M.Madalena	67	A.S. Nova Friburgo	24
Casimiro de Abreu	A.S. S.Pedro Aldeia	72	A.S. Rio das Ostras	20
Cordeiro	A.S. S.M.Madalena	52	A.S. Nova Friburgo	44
Duas Barras	A.S. S.M.Madalena	77	A.S. Nova Friburgo	38
Guapimirim	A.S. Itaboraí	54	A.S. Magé	17
Niterói	A.S. Itaboraí	35	A S S.Gonçalo	15

➤ **Nova Friburgo:**

A junção dos Municípios de Bom Jardim, de Cordeiro e de Duas Barras poderia implicar na redução de distâncias, resultantes da mudança de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, sem prejuízo de eles virem a constituir um arranjo com o Município de Nova Friburgo, o que, de fato, facilitaria, sensivelmente, o gerenciamento das atividades de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos dessa área.

➤ **Rio das Ostras:**

O Município de Rio das Ostras conta com um aterro sanitário privado, contratado pela via da terceirização, detendo capacidade de recebimento dos resíduos sólidos dos Municípios vizinhos.

O Município de Casimiro de Abreu (18,2 t/d), segundo apresentado no Relatório SEA, transporta, atualmente, os seus resíduos sólidos para o aterro sanitário instalado no Município de Santa Maria Madalena a mais de 70,0 km de distância daquele Município. Propõe-se, então, a destinação dos resíduos sólidos do Município de Casimiro de Abreu no aterro sanitário de Rio das Ostras, vez que representará, assim, uma redução sensível na distância de transporte (20,0km) e, por via de consequência, de custos operacionais no gerenciamento das atividades de manejo de resíduos sólidos.

Logo, a destinação final de resíduos sólidos no Município de Rio das Ostras que era apresentado, pelo Relatório SEA, como uma solução individual, passará a ser conjunta com o recebimento dos resíduos de Casimiro de Abreu a partir da proposição desta Proposta.

➤ **Piraí:**

O atual aterro sanitário instalado no Município de Piraí tem curta vida útil remanescente estimada em cerca de 3 (três) anos. Findo este prazo, os seus resíduos sólidos deverão ser levados para a unidade de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos localizada em Barra Mansa;

➤ **Barra do Piraí:**

O estudo de logística de transportes elaborado em sede do Relatório SEA indica, como solução mais econômica, o envio de todos os resíduos sólidos gerados nesse Município para a unidade de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos instalada em Vassouras, o que, porém, dependeria da capacidade de recepção dessa unidade, impactando, assim, sobre o seu tempo de vida útil. Após a devida análise, mostrou-se apta ao atendimento em questão.

➤ **Duque de Caxias:**

A proposta do Relatório SEA indica a adoção de uma solução individual mediante a construção de um aterro sanitário no próprio Município. Todavia, a solução proposta é de difícil implantação, em razão da escassez de áreas adequada para fim – que, em sua grande parte, estão inseridas em Unidades de Conservação - UC's – e, ainda, do espaço remanescente, já estar ocupado com a malha urbana.

Afora isso, o Município de Duque de Caxias pode destinar seus resíduos sólidos para os aterros sanitários instalados nos Municípios de Nova Iguaçu, de Magé ou de Belford Roxo, que estão em operação com plenas condições de receber os resíduos deste município.

➤ **Quissamã:**

O Relatório SEA propõe a implantação de um aterro sanitário no Município de Quissamã, que poderá receber, eventualmente, os resíduos sólidos dos Municípios de Carapebus e de Conceição de Macabu. Todavia, não parece ser esta a melhor solução, vez que os custos operacionais de um aterro sanitário do porte a ser instalado no Município de Quissamã são mais elevados.

Afora isso, o Município de Conceição de Macabu está situado próximo ao aterro sanitário instalado no Município de Santa Maria Madalena, enquanto a distância do Município de Carapebus para a unidade de tratamento e destinação final de resíduos sólidos situada em Macaé é a mesma para o centro do Município de Quissamã. Com efeito, não se justifica a implantação de um novo aterro sanitário em Quissamã, podendo, assim, dispor seus resíduos sólidos para o aterro sanitário instalado no Município de Santa Maria Madalena.

3 ASPECTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS DA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO

3.1 ARRANJOS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Preliminarmente, há que se ressaltar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), ao consolidar a abertura democrática com a repactuação do federalismo, em conformidade com a busca da valorização da autonomia política dos entes federados, tratou de positivar valores, princípios e regras que assegurassem e reforçassem a autonomia política dos entes políticos, assim como instituiu meios e instrumentos diversos para implantar a cooperação federativa em prol da convergência de interesses desses entes para a realização e/ou o aperfeiçoamento das mais diversas políticas públicas. Com efeito, a CRFB/1988 tentou estabelecer **(1)** uma nova roupagem à divisão de competência administrativa e legislativa pautada numa atuação concertada dos entes políticos;

(2) um modelo de tributação e de repartição de receitas que fizesse frente à autonomia política desses entes; e (3) diversos instrumentos e procedimentos que pudessem assegurar, de forma voluntária ou não, a atuação conjunta dos entes federados.

Em que pese à abertura democrática e a segurança jurídica e institucional que a CRFB/1988 ofertou para os entes políticos em prol da autonomia e do seu exercício, há, porém, muito o que fazer para a consolidação do aparato federativo brasileiro, especialmente no campo da gestão dos serviços públicos. Isso porque há consenso em que não se sustenta a adoção de soluções isoladas para enfrentar problemas que ultrapassam os limites da esfera de um único ente político. A atuação consensual e concertada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, respeitada, é claro, a autonomia política de cada um, constitui, em última análise, uma saída para o enfrentamento de problemas comuns a todos, especialmente para implementar e/ou aperfeiçoar a gestão integrada e o gerenciamento dos resíduos sólidos.

É certo, porém, que não existe uma única forma de implementar a atuação consensual e concertada entre os entes políticos. O convênio comum, a gestão compartilhada – que estão encartadas as regiões metropolitanas, os aglomerados urbanos e as microrregiões criadas por meio de lei complementar editada pelo Estado – e, ainda, a gestão associada – que se concretiza pela via do convênio de cooperação ou do consórcio público – representam os principais tipos de cooperação federativa, que podem, e devem ser empregados em escalas institucionais apropriadas e orientadas por critérios técnicos objetivos, de forma progressiva e não linear, desde aqueles instrumentos simplificados até os mais sofisticados, a fim de conferir segurança jurídica e institucional para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, o que será aprofundado mais adiante.

Nesse momento, cabe trazer, ainda que em breves linhas, a noção geral de cada um dos principais tipos de cooperação federativa suscitados, que servirão de base para subsidiar a proposta de regionalização do Estado do Rio de Janeiro, a saber:

- **Convênio Comum**: pacto administrativo firmado entre entes políticos do mesmo nível federativo ou não, assim como entre estas unidades federadas com pessoas físicas ou jurídicas, de Direito Público ou Privado, sem prévia ratificação legal, que tem por objeto a realização de atividade meramente administrativa, possibilitando, assim, o repasse de recursos públicos para executá-la, observado o cronograma de desembolso compatível com o plano de trabalho correspondente, nos termos do art. 116, da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos Administrativos - LLCA, que manda aplicar, no que couber, as normas sobre licitações e contratos administrativos aos convênios comuns. Não há, aqui, a perseguição de lucro, podendo a Administração aportar recurso ao particular para custear, apenas, as despesas deste último;

- **Gestão Compartilhada**: trata-se de aglutinação municipal limítrofe, que compreende a região metropolitana, o aglomerado urbano e a microrregião, que são instituídos, pelo Estado, mediante lei complementar, para promover a integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum. Estas funções nada mais são do que a atuação consensual desempenhada, de forma compartilhada, entre Estado e Municípios, sem a prevalência do interesse estadual, nem sequer o alijamento de qualquer um dos Municípios do processo deliberativo decisório (§3º, do art. 25, da CRFB/1988).

Com efeito, constitui forma de cooperação federativa coordenada, de cunho forçado, que decorre da intervenção do Estado, sendo necessária, porém, a participação dos Municípios no processo decisório das ações a serem executadas consensualmente. Essas regiões tem o condão de concretizar, apenas, uma esfera de planejamento estratégico das funções públicas mencionadas, cujo modelo de governança, segundo a maioria dos Ministros do Egrégio Supremo Tribunal Federal (E.STF), deverá ser definido pelo legislador estadual, observando-se, porém, a necessidade de ser estabelecido um colegiado, ainda que proporcional, para a consecução dessas funções.

Eis o conteúdo de cada uma das regiões urbanas suscitadas:

- a) **Região Metropolitana**: conurbação de Municípios, em que os Municípios adjacentes se desenvolvem em torno do Município Sede, em razão da importância e envergadura econômica desse Município Sede, gerando, assim, uma relação de liame entre os Municípios adjacentes e o Município Sede;
 - b) **Aglomerado Urbano**: aglutinação dos Municípios, por meio de conurbação, em regime de igualdade, em razão de característica regional, industrial ou econômica, simplesmente;
 - c) **Microrregião**: agrupamento de Municípios sem conurbação, cuja junção se dá em razão de proximidade geográfica e interesses econômico-sociais semelhantes, justificando a adoção de solução integrada para possibilitar a racionalização e a viabilização das estratégias comuns para a região.
- **Gestão Associada**: outro tipo de cooperação federativa classificada como cooperada por ter natureza de associação voluntária, que busca implementar, pela via da consensualidade, as atividades da gestão dos serviços públicos, isto é, planejamento, regulação, fiscalização, prestação, controle social e sustentabilidade financeira dos serviços públicos acompanhada ou não da transferência, total ou parcial, de encargos, serviços, pessoal ou bens atinentes a esses serviços públicos. Com efeito, a gestão associada tem por fim viabilizar a associação de entes federados para o desenvolvimento de competências próprias, acompanhada da possibilidade de haver ou não transferência dessas competências entre eles. A gestão associada tem amparo legal no art. 241, da CRFB/1988, com a redação alterada pela Emenda Constitucional (EC)

n.º19/98, o qual teve a sua eficácia integrada pela LCP, que, por sua vez, foi regulamentada pelo Decreto n.º 6.017/07.

A gestão associada é concretizada pela via do convênio de cooperação ou, então, do consórcio público, nos termos que segue:

- a) Convênio de Cooperação: constitui pacto administrativo que não acarreta a formação de nova pessoa jurídica, tal qual o convênio comum. Todavia, as semelhanças entre os instrumentos cooperativos param por aí. O convênio de cooperação é firmado, exclusivamente, por unidades da Federação, e tem por objetivo a materialização da gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um dos entes políticos convenientes.
- b) Consórcio Público: surge com a contratualização da relação jurídica travada entre os entes políticos com a chancela do Poder Legislativo, dando ensejo, assim, a uma pessoa jurídica de Direito Público (leia-se, associação pública que tem natureza jurídica de autarquia interfederativa por integrar a Administração Pública indireta de todos os entes consorciados) ou Privado (leia-se, associação civil sem fins lucrativos, que se submete a um regime híbrido, isto é, observância da legislação civilista com incidência de princípios de Direito Público). Independentemente da constituição do consórcio público, o seu objetivo será a materialização da gestão associada de serviços públicos.

O quadro, a seguir, traz a síntese das formas de arranjos de cooperação federativa, possibilitando, assim, uma identificação melhor da diferença existente entre ele, a saber:

QUADRO 3.1-1 - SÍNTESE DAS FORMAS DE ARRANJOS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

COMPONENTE DISTINTIVO	CONVÊNIO COMUM	AGLOMERADO URBANO	MICRORREGIÃO	REGIÃO METROPOLITANA	GESTÃO ASSOCIADA: CONSÓRCIO PÚBLICO	GESTÃO ASSOCIADA: CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
NATUREZA JURÍDICA	cooperada (não forçada)	coordenada (forçada)	coordenada (forçada)	coordenada (forçada)	cooperada (não forçada)	cooperada (não forçada)
PARTES	unidades federadas e/ou unidades federadas + particulares	unidades federadas	unidades federadas	unidades federadas	unidades federadas consorciadas	unidades federadas conveniadas
FORMA	pacto	lei complementar	lei complementar	lei complementar	contrato de consórcio	pacto
AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA	não	sim	sim	sim	sim	sim
BASE LEGAL	Art. 116, da LLCA	Art. 25, §3º, da CRFB/88	Art. 25, §3º, da CRFB/88	Art. 25, §3º, da CRFB/88	Art. 241, da CRFB/88; LCP e Decreto n.º6.017/07	Art. 241, da CRFB/88; LCP e Decreto n.º6.017/07;
CRIAÇÃO DE NOVA PESSOA JURÍDICA	não	Depende da lei complementar	Depende da lei complementar	Depende da lei complementar	sim	não
OBJETIVO	Promover atividades pactuadas em prol de interesse público comum de caráter eminentemente administrativo	Realizar, em nível de planejamento estratégico, a integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum, que são, em última análise, atuação consensual compartilhada entre Estado e Municípios.	Realizar, em nível de planejamento estratégico, a integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum, que são, em última análise, atuação consensual compartilhada entre Estado e Municípios.	Realizar, em nível de planejamento estratégico, a integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum, que são, em última análise, atuação consensual compartilhada entre Estado e Municípios.	Implementar, consensualmente, as atividades de planejamento, regulação, fiscalização e prestação de serviços públicos, podendo ser acompanhada ou não da transferência, total ou parcial, de encargos, serviços, pessoal ou bens atinentes a esses serviços públicos	Implementar, consensualmente, as atividades de planejamento, regulação, fiscalização e prestação de serviços públicos, podendo ser acompanhada ou não da transferência, total ou parcial, de encargos, serviços, pessoal ou bens atinentes a esses serviços públicos

3.2 ESCALA INSTITUCIONAL DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

3.2.1 Noção Geral

A escala institucional de cooperação federativa nada mais é do que uma técnica de aferição jurídica e institucional que possibilita demonstrar, avaliar e hierarquizar, dentre os tipos simplificados de cooperação federativa até os mais sofisticados, aquele que se mostra não só adequado para os entes políticos em prol da convergência de interesses para a superação de desafios encontrados na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, mas também capaz de assegurar a devida segurança jurídica e institucional para o sistema de resíduos sólidos em ambiente de cooperação.

Apesar dos diferentes tipos e conteúdos de densidade consensual dos instrumentos de cooperação federativa vistos no item “3.1. *Arranjos de cooperação federativa: breves considerações*”, todos possuem um ponto em comum. Antes da formalização de qualquer um desses instrumentos, deve-se aferir a real potencialidade da junção dos entes políticos em prol da consecução da convergência de interesses comuns. Isso ocorre mediante a adoção dos *Standards* informadores de cooperação federativa correspondentes, que estabelecem critérios objetivos dotados de características difusas que informam e, ao mesmo, conformam a escolha, a modelagem e a formalização da via de cooperação federativa a ser seguida, incrementando, portanto, o êxito da pretensão de associação dos entes políticos.

Assim sendo, pretende-se, com respaldo nos *standards* informadores de cooperação federativa correspondentes já vistos no item “1.1. *Pressupostos Informadores da Proposta de Regionalização*”, revelar, aferir e escalonar as vias de cooperação federativas, desde o emprego daquelas consensuais simplificadas até as mais sofisticadas, que podem ser materializadas, inicialmente, para o setor de resíduos sólidos e, depois, em prol da gestão e do gerenciamento desses resíduos para o Estado do Rio de Janeiro, conferindo, assim, a devida segurança jurídica e institucional na relação jurídica a ser travada entre os entes políticos integrantes desse ambiente de cooperação federativa, o que será objeto de análise nos itens que seguem.

3.2.2 Aplicação da Técnica da Escala Institucional de Cooperação Federativa no Setor de Resíduos Sólidos

Os entes políticos, observados os *standards* de cooperação federativa, com respaldo no art. 116, da LLCA, poderão firmar convênio comum para assegurar o intercâmbio de cooperação técnica, material e financeira em prol da consecução de determinada atividade de caráter eminente administrativo.

Todavia, o convênio comum, como tem natureza jurídica de mero pacto administrativo, pode ser facilmente desfeito sem qualquer indenização e/ou penalização por parte de quem o denuncia. Daí, a sua característica de forma de cooperação federativa mais simplificada, que, em tese, não é dotado da devida segurança jurídica e institucional em prol da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos.

Indo mais adiante, o Estado-membro – e, somente ele -, ao buscar a via da cooperação federativa, por meio da coordenação, mediante a edição de lei complementar estadual, poderá criar, no exercício de sua competência procedimental, aglomerado urbano, microrregião ou região metropolitana, ensejando, assim, o desempenho da gestão compartilhada entre Estado e Municípios para a realização de funções de interesse comuns. Trata-se, assim, do estabelecimento de aglutinações municipais como instâncias de planejamento compartilhado que devem levar em consideração a participação articulada e efetiva de todos os Municípios da região, respeitando-se, assim, a autonomia política constitucionalmente assegura a eles sem a prevalência de potencial soberania decisória do Estado e/ou do Município Sede.

Apesar do contorno jurídico da região metropolitana, da microrregião e do aglomerado urbano, parece que representa forma de cooperação federativa ainda em processo de sofisticação, pois, além de carecer de integração por entidade da Administração Pública indireta para executar as diretrizes de planejamento, não detém a devida abertura democrática que permita a mera adesão voluntária dos Municípios. Dessa forma, é possível afirmar que, em tese, pode vir a sofrer abalos em seu aspecto institucional, especialmente quando não houver o respeito à autonomia municipal, prevalecendo a soberania decisória do Estado-membro.

Na busca de um nível maior de consensualidade e de articulação federada pela via da voluntariedade, os entes políticos podem firmar convênio de cooperação para concretizar a gestão associada dos serviços de resíduos sólidos, sendo acompanhada ou não da transferência, total ou parcial, de encargos, serviços administrativos, pessoal ou bens atinentes a esses serviços públicos. Para tanto, o convênio de cooperação deverá ser disciplinado por lei ou, pelo menos, objeto de ratificação pelos Legislativos dos entes políticos envolvidos no ambiente de gestão associada.

Não obstante, o convênio de cooperação, como também detém natureza jurídica de pacto administrativo, também pode vir a ser desfeito sem qualquer indenização e/ou penalização a ser arcada pelo ente políticos denunciante, sem contar que pende sobre a determinação de ratificação legal do convênio de cooperação uma pecha de inconstitucionalidade, que só se mantém intacta pela sua presunção de constitucionalidade que pode ser afastada pelo Judiciário, se vier a ser demandado. Daí, o convênio de cooperação pode até empregar uma densidade democrática e consensual à gestão e ao gerenciamento de resíduos sólidos com a participação voluntária dos entes políticos, mas, ainda assim, carece da devida segurança jurídica para que possa ser implementado.

Conforme já exposto, a contratação de consórcio público, seja de Direito Público seja de Direito Privado, é uma forma de cooperação federativa cooperada de cunho voluntariado, que viabiliza a concretização da gestão associada dos serviços de resíduos sólidos, acompanhada da possibilidade de haver ou não a transferência de competências inerentes a esses serviços entre os entes políticos consorciados.

O consorciamento, que passa por um rito complexo e rígido de instalação e de operação, enseja a formação de uma nova pessoa jurídica, associação pública ou associação civil sem fins lucrativos, que poderá em nome próprio, desempenhar prerrogativas e assumir deveres. Mais do que isso, não se admite que o ente político consorciado se retire do ambiente de gestão associada, sem, antes, arcar com as suas responsabilidades financeiras de cunho indenizatório perante os demais entes políticos consorciados e o próprio consórcio.

Assim sendo, é possível afirmar, não sem livre de críticas, que o consórcio público é dotado de uma consistência institucional, que confere perenidade às relações travadas entre os entes políticos consorciados.

Consequentemente, o consorciamento pode ser entendido como uma forma de cooperação federativa sofisticada, que atinge o chamado ponto ótimo da escala institucional. Isso se explica porque, além de respeitar a autonomia dos entes políticos que buscam voluntariamente a gestão associada para a convergência de seus interesses em prol da superação de desafios comuns, enseja a formação de uma nova pessoa jurídica, que pode materializar, de per si, a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, sendo possível o seu desfazimento, desde que condicionando ao pagamento prévio das indenizações cabíveis para não afetar a sustentabilidade financeira do sistema de resíduos sólidos.

A figura abaixo traz a representação gráfica da conformação das formas de cooperação federativas aventadas a partir da aplicação da técnica de escala institucional de cooperação federativa, conferindo, portanto, uma ideia de estrita junção em forma circular segundo o grau de aproximação entre os entes políticos a partir destes instrumentos de cooperação.

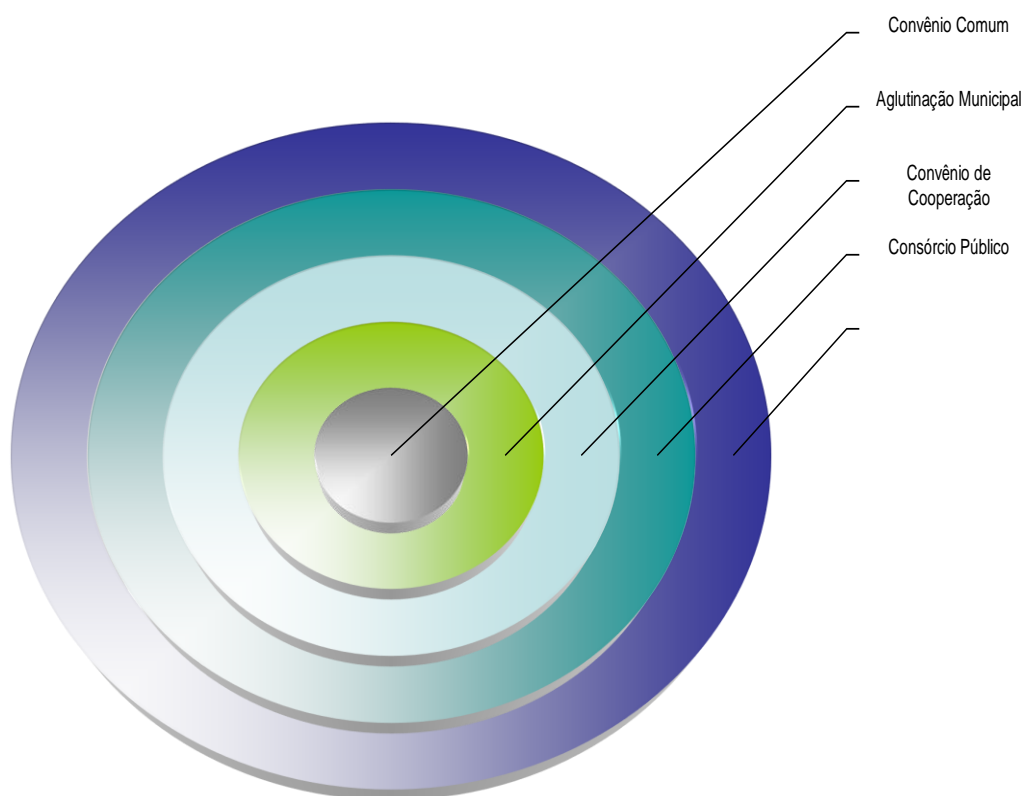


FIGURA 3.2-1: CONFORMAÇÃO DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVAS

A partir da aplicação da técnica da escala institucional de cooperação federativa mediante a revelação e aferição do conteúdo dessas formas de cooperação e, mais do que isso, da avaliação dos seus *Standards* informadores com as diretrizes correspondentes, é possível indicar as vantagens e desvantagens que informam cada uma desses tipos de cooperação, a saber:

QUADRO 3.2-1: VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

FORMA DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA	VANTAGENS	DESVANTAGENS
CONVÊNIO COMUM	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instrumento recorrente no seio da Administração Pública; ▪ A formalização é fácil e rápida, observando-se, é claro, os rigores legais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Detém fragilidade na sua constituição e desconstituição, vez que não há penalidades e/ou indenizações para aquele que o denuncia.
AGLOMERADO URBANO, MICRORREGIÃO E REGIÃO METROPOLITANA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instrumento que pode deter rápida formalização, vez que cabe, única e exclusivamente, ao Estado, no exercício de sua competência procedimental, instituir as regiões em questão, reconhecendo a existência fática de um agrupamento municipal conurbado ou não com dado liame com vistas à integração das funções públicas de interesse comum; ▪ Estabelece um planejamento estratégico regional que busca integrar, de maneira uniforme, com a participação dos Municípios, o planejamento, a organização e a execução dos serviços de interesse comum, que representam a atuação compartilhada entre Estado e Municípios. ▪ A soma consensual e articulada dos interesses municipais; ▪ O Estado, que cria a microrregião para promover o planejamento estratégico dos resíduos sólidos, tem prioridade no acesso aos recursos públicos federais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não fomenta a consensualidade e a voluntariedade desejada entre os entes políticos, vez que decorre da força coordenada do Estado; ▪ Na seara da gestão dos serviços de resíduos sólidos, a instituição das regiões metropolitanas, das microrregiões e dos aglomerados urbanos depende do planejamento estadual para reconhecer os agrupamentos de Municípios que podem ser alcançados por elas, as regiões referidas; e, ▪ O desrespeito à autonomia municipal mediante o alijamento dos Municípios do processo decisório poderá acarretar a inconstitucionalidade dessas aglutinações municipais.
GESTÃO ASSOCIADA: CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO AGREGADO AO CONTRATO DE PROGRAMA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomento da consensualidade e da voluntariedade, que fortalece a cooperação federativa entre os entes políticos; ▪ O convênio de cooperação possibilita a rápida formalização do ambiente de gestão associada, viabilizando o emprego do contrato de programa; e, 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O convênio não materializa, por si só, a gestão dos serviços, isto é, não enseja a formação de nova pessoa jurídica, sendo indispensável agregá-lo ao contrato de programa; e, ▪ O convênio de cooperação pode ser desfeito a qualquer momento, sem aplicação de penalidades e/ou indenizações por aquele que o denuncia;
GESTÃO ASSOCIADA: CONSÓRCIO PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ganho de escala na gestão dos serviços com a redução dos custos mediante rateio de despesas, estabelecendo a divisão de responsabilidades e direitos, inclusive exteriorizando as penalidades/indenizações para aquele que o denuncia. ▪ Viabiliza a formação de pessoa jurídica de Direito Público integrante dos consorciados, que pode assumir direitos e obrigações em nome próprio com prerrogativas publicistas; ▪ Priorização de acesso a recursos públicos federais, seja para o consórcio seja os Municípios que buscam o consorciamento; ▪ O Estado do Rio de Janeiro, por meio do Subprograma "Rio Lixão Zero", do Programa "Pacto pelo Saneamento", fomenta, induz e apoia o consorciamento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de rito complexo e dificultoso para implementá-lo; e, ▪ Forma de cooperação federativa que carece de aprimoramentos diante da realidade fática, especialmente amadurecimento político e institucional para assegurar a sua manutenção e perenidade;

3.3 APLICAÇÃO DA TÉCNICA DA ESCALA INSTITUCIONAL DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA NA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO

3.3.1 Antecedentes

A partir da aplicação da técnica da escala institucional de cooperação federativa no setor de resíduos sólidos, demonstrada no item “3.2.2. *Aplicação da Técnica da Escala Institucional de Cooperação Federativa no Setor de Resíduos Sólidos*”, sobre a proposta de regionalização, resta claro que a SEA andou bem em apoiar, fomentar e, agora, integrar as áreas de consorciamento.

Todavia, não basta, apenas, isso. Faz-se necessário consolidar as áreas de consorciamentos existentes, e dar continuidade a esse processo até que os consórcios públicos alcancem a devida sustentabilidade financeira e técnica, e, quem sabe, até mesmo a sua maturidade institucional. Além disso, nada impede que o Estado fomente e, se for o caso, dê ensejo a outras e novas áreas de consorciamento, convertendo, assim, os arranjos regionais, aqui, propostos, em consórcios públicos.

Caso, porém, surjam entraves nesse processo de avanço dos atuais e/ou dos novos consórcios públicos, o Estado poderá fazer uso, uma vez mais, da escala institucional de cooperação federativa, e, aplicar, de forma subsidiária e consensual, o convênio de cooperação agregado ao contrato de programa; o que, certamente, vai depender de uma análise caso a caso.

Se, ainda assim, a adoção da ação estratégica subsidiária consensual do convênio de cooperação agregado ao contrato de programa também não for viável ou, antes mesmo dessa ação subsidiária, a própria consolidação das áreas de consorciamento existentes e/ou formação de novos consórcios públicos não avançarem, o Estado, a partir da aplicação da escala institucional de cooperação federativa, poderá promover uma intervenção coordenada, e criar regiões metropolitanas, microrregiões ou aglomerados municipais voltados especificamente para o setor de resíduos sólidos.

Os itens a seguir aprofundam a ação estratégica, seja prioritária seja subsidiária, aqui, proposta.

3.3.2 Ação Estratégica Prioritária: Consolidação e Ampliação das Áreas de Consorciamento

Na ação estratégica prioritária, o Estado deve dar continuidade ao processo de fomento, apoio e integração das áreas de consorciamento existentes, a saber: (1) Consórcio Público de Gestão de Resíduos Sólidos da Baixada Fluminense; (2) Lagos 1; (3) Centro Sul 1; (4) Sul Fluminense 2; (5) Noroeste; (6) Serrana 1; (7)

Serrana 2; e, (8)Vale do Café. O Estado também deve avançar na consolidação do seu ingresso nesses consorciamentos; o que ocorrerá mediante a formalização de termos aditivos aos atuais contratos de consórcios públicos e, ainda, aos estatutos sociais, ambos vigentes, exigindo-se do primeiro a ratificação legislativa pelas Câmaras Municipais, sem embargo da retificação do registro desses consorciamentos junto ao órgão competente.

Paralelamente a isso, o Estado, justamente com respaldo na aplicação da técnica de escala institucional de cooperação federativa que aponta o consorciamento como ponto ótimo dessa escala, pode fomentar a ampliação das áreas de consorciamento, convolvando, assim, os arranjos regionais propostos em consórcios públicos, a fim de promover o aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos; o que conferirá segurança jurídica e institucional para todo o setor no Estado do Rio de Janeiro. À título de exemplo, o atual arranjo regional de Angra dos Reis composto pelos Municípios de Angra dos Reis e de Paraty pode convolar-se em Consórcio Costa Verde, observados os indicativos propostos na Proposta de Regionalização Descentralizada.

Dessa forma, torna-se ainda mais indispensável que o Estado continue o processo de apoio técnico e financeiro para os Municípios consorciados, para que sejam formalizados contratos de rateio consistentes para conferir a devida sustentabilidade financeira aos serviços e, ainda, contratos de programa tecnicamente adequados para orientar a consecução dos serviços prestados.

A **Figura 3.3-1**, a seguir, traz a representação gráfica da ação estratégica prioritária em exame, a saber:

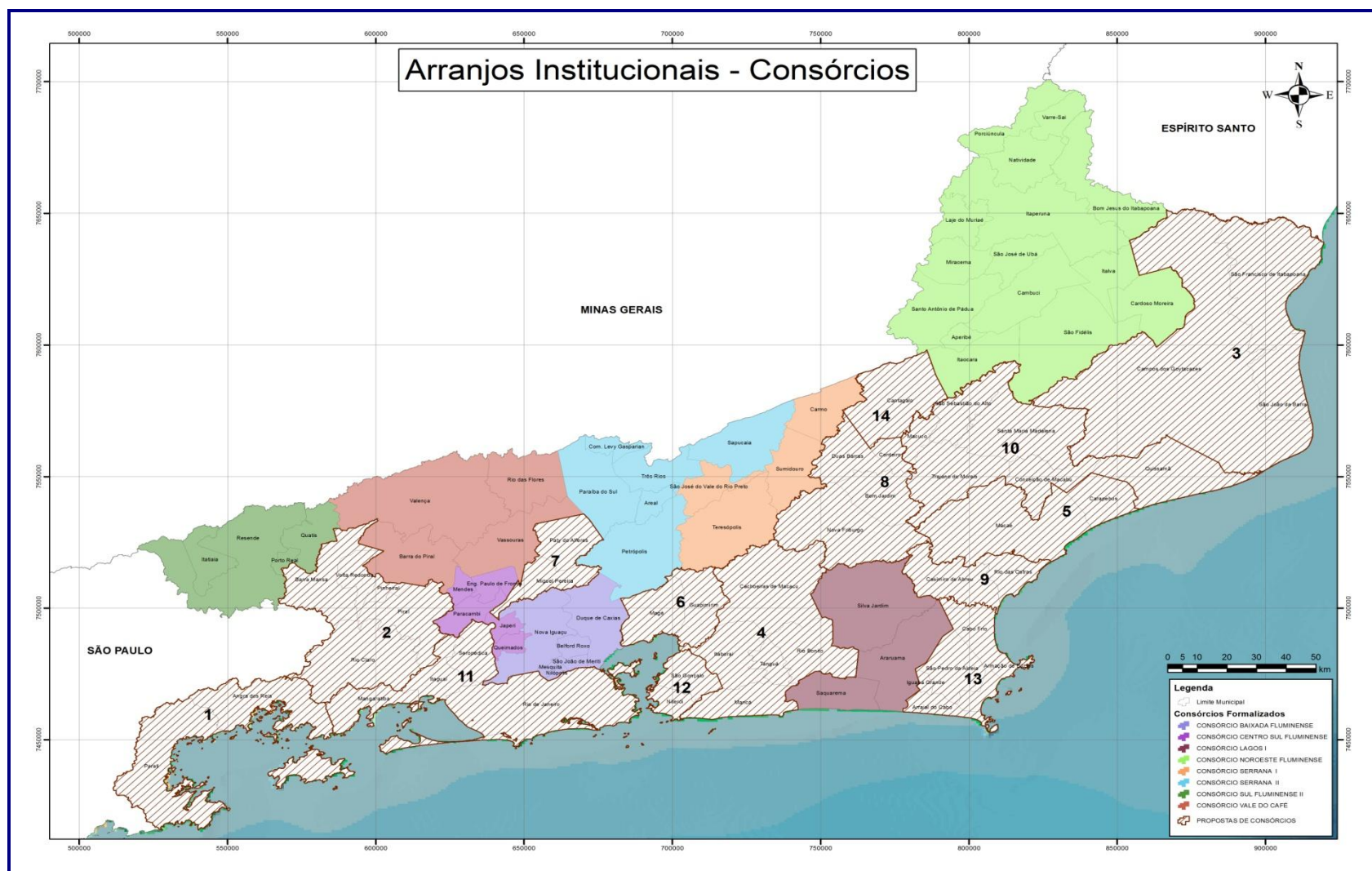


FIGURA 3.3-1: ARRANJOS INSTITUCIONAIS

3.3.3 Ação Estratégica Subsidiária Consensual: Emprego do Convênio de Cooperação Agregado ao Contrato de Programa

Naqueles casos em que não for possível o avanço da ação estratégica prioritária com a consolidação dos consórcios públicos existentes e/ou ampliação das novas áreas de consorciamento, o Estado poderá promover, a partir da hierarquização dos modelos de cooperação federativa avaliados em sede da escala institucional a partir da hierarquização dos modelos de cooperação federativa avaliados em sede da escala institucional de cooperação federativa, a formalização de convênio de cooperação entre os Municípios periféricos ou, até mesmo município cujo território conta com uma unidade de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos. Feito isso, os Municípios periféricos ou os consórcios públicos poderão contratar o Município Sede, para que lhes preste, ainda que por interposta pessoa, os serviços de manejo de resíduos sólidos pretendidos, no caso, de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos.

Trata-se, portanto, da formalização do convênio de cooperação agregado ao contrato de programa para o estabelecimento de uma relação jurídica e institucional formal entre os Municípios periféricos e consorciamentos com o Município Sede, tal qual apresentado no item “1.2.3. *Proposta de Modelagem de Cooperação Federativa do Gerenciamento de Resíduos Sólidos*”.

3.3.4 Ação Estratégica Subsidiária Coordenada: Criação de Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglutinações Urbanas

Caso a ação estratégica subsidiária com a formalização de convênio de cooperação agregado ao contrato de programa não for viável ou, antes mesmo disso, a ação estratégica prioritária com a consolidação de áreas de consorciamento existentes e/ou formação de novos consórcios públicos não avancem, o Estado do Rio de Janeiro pode, por meio de sua competência procedimental legislativa, instituir aglutinações municipais limítrofes, especialmente as microrregiões que contam com o fomento financeiro da União para o desenvolvimento de ações em prol da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos (art. 79, inc. I, do Decreto Federal n.º 7.404/2010).

Conforme examinado no TOMO III – Diagnóstico da Legislação Estadual, do VOLUME 2 – Diagnóstico dos Resíduos Sólidos, o Estado do Rio de Janeiro editou a Lei Complementar Estadual n.º 87/1997, cuja redação foi alterada posteriormente, para instituir as seguintes aglutinações municipais: **(1)** Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que é composta pelos Municípios de Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá; **(2)** Microrregião dos Lagos, que abrange os

Municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, Maricá, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim; e **(3)** região da Costa Verde, que compreende duas microrregiões, a saber: **(a)** Microrregião da Baía de Sepetiba, integrada pelos Municípios de Itaguaí e de Mangaratiba; e **(b)** Microrregião da Baía da Ilha Grande, que compreende os Municípios de Angra dos Reis e de Parati.

Repita-se que essas aglutinações municipais têm como funções de interesse comum, dentre outros serviços de saneamento básico, os serviços de manejo de resíduos sólidos de serviços públicos de saneamento básico (art, 13, inc. I, alínea “e”, da PNRS).

Não obstante, o Estado do Rio de Janeiro, calcado na decisão do E. STF em sede da ação direta de inconstitucionalidade do Rio de Janeiro (ADI nº 1842/RJ) que declarou a inconstitucionalidade parcial da Lei Complementar Estadual n.º 87/1997, pode, e deve recuperar a legalidade dessa lei estadual com o estabelecimento de modelo de governança que conte com a participação efetiva dos Municípios, sem prejuízo de assegurar a instituição de gestão compartilhada em prol da prestação, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, inclusive fazendo inserir o manejo de resíduos sólidos urbanos nas funções públicas de interesse comum dessas aglutinações municipais, se houver consenso para tanto.

Vale o reparo que alguns Municípios integrantes dessas aglutinações municipais, sob o fomento das políticas e das ações programáticas estaduais, com o apoio técnico e financeiro do Estado, buscaram, e já estão atuando em ambiente de consorciamento para promover a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos.

Nesse sentido, repita-se que já foram instalados no âmbito da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, o Consórcio Centro Sul Fluminense I, cujos consorciados são os Municípios de Paracambi, Queimados, Japeri, Engenheiro Paulo de Frontin e Mendes, e, ainda, o Consórcio da Baixada Fluminense, que é composto por 6 (seis) Municípios consorciados da Baixada Fluminense, a saber: Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias.

A Microrregião dos Lagos também conta com um consorciamento, que é o Consórcio Lagos 1, integrado pelos Municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim.

Em que pese poder haver, num primeiro instante, sobreposição entre os instrumentos de cooperação federativa, quais sejam, aglutinações municipais limítrofes e os consórcios públicos, isto não significa a existência de conflito entre as vias de cooperação federativa adotadas. Até porque, as aglutinações municipais, que constituem zonas de planejamento estratégico setorial, terão modelo de governança definidos pelo legislador estadual, que, por sua vez, pode ser exteriorizado pela adoção da via do consorciamento interfederativo.

3.3.5 Hierarquização das Ações Estratégicas

O quadro abaixo identifica a escala de hierarquização das ações estratégicas, seja prioritária, seja subsidiária, de curto, médio e longo prazo que o Estado do Rio de Janeiro pode, e deve adotar em prol da institucionalização da regionalização de resíduos sólidos, a saber:

QUADRO 3.3-1 ESCALA DE HIERARQUIZAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS

HIERARQUIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO FEDERATIVA	PRAZO DE CONSECUÇÃO	PROPOSIÇÕES DA REGIONALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	Curto	<ul style="list-style-type: none">▪ Ingresso do Estado nos consórcios públicos já existentes; e,▪ Continuidade do processo de apoio técnico e financeiro aos consorciamentos;
	Médio	<ul style="list-style-type: none">▪ Retomada do processo de consorciamento a partir dos atuais arranjos regionais de resíduos sólidos;▪ Fomento ao estabelecimento de outros novos consorciamentos também a partir dos arranjos regionais de resíduos sólidos existentes.
FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO AGREDO AO CONTRATO DE PROGRAMA	Curto	<ul style="list-style-type: none">▪ Indicação à formalização de convênio de cooperação dos Municípios Periféricos e dos consórcios públicos com os Municípios Polo para instalar o ambiente de gestão associada dos serviços de resíduos sólidos, promovendo-se, por conseguinte, a contratação, mediante contrato de programa, do Município Polo pelos municípios periféricos e consórcios públicos.
INSTITUIÇÃO DE AGLUTINAÇÕES MUNICIPAIS	Longo	<ul style="list-style-type: none">▪ Criação de novas aglutinações municipais limítrofes (região metropolitana, aglomerados urbanos e/ou microrregiões) para a consecução dos serviços de manejo de resíduos sólidos; e,▪ Recuperação da legalidade da legislação estadual vigente com estabelecimento de modelo de governança com a efetiva participação dos municípios, assim como gestão compartilhada da prestação, regulação e fiscalização desses serviços, incluída a inserção dos serviços de manejo de resíduos sólidos nas funções públicas de interesse comum.

4 RELAÇÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS ENTRE OS ATORES NO ÂMBITO DA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO DA GESTÃO E DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - DESAFIOS E SUPERAÇÕES

4.1 ASPECTOS GERAIS

Consoante sustentado no Tomo III – Diagnóstico da Legislação Estadual, do Volume 2 – Diagnóstico dos Resíduos Sólidos, a gestão dos serviços de resíduos sólidos não se confunde com o gerenciamento desses resíduos.

A gestão – que é denominada de gestão integrada pela PNRS – constitui sistema integrado de resíduos sólidos que vai desde o arranjo dos aspectos institucionais do Poder Público com o envolvimento de todos os agentes do setor, passando pela escolha da modelagem da prestação e da execução propriamente dita do serviço, até o seu processo de regulação e de fiscalização. Tudo isso deverá ser feito mediante prévio planejamento com ampla participação social, sem que seja deixada de lado a busca pelo equilíbrio econômico-financeiro do serviço, mantendo-se, sempre, a integralidade com os demais temas transversais, como, por exemplo, meio ambiente, saúde, educação e cultura, finanças públicas e orçamento, produção e consumo, dentre outros.

Ao revés, o gerenciamento representa a execução, direta ou mediante contrato administrativo, pelo Município ou, se for o caso, pelo gerador, das atividades integrantes do manejo de resíduos sólidos, nos termos dos planos de gestão integrada de resíduos sólidos ou de gerenciamento de resíduos sólidos, sem prejuízo à legislação incidente.

Em que pese à distinção conceitual entre a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, há uma clara inter-relação entre estas atividades dos resíduos sólidos e, por conseguinte, entre os atores do setor de resíduos que a desempenham. Isso porque a gestão, que abrange as atividades de planejamento, regulação e fiscalização, vai nortear a prestação, seja direta seja contratada, dos resíduos sólidos, estabelecendo, portanto, balizas para a atuação dos atores do setor de resíduos, que, por sua vez, gozam de graus de atribuições diferenciados segundo o nível de participação na gestão e no gerenciamento desses resíduos.

4.2 RELAÇÃO HORIZONTAL NO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

4.2.1 *Sistema de Alta da Relação Horizontal*

O gerenciamento de resíduos sólidos, que constitui, repita-se, na prestação, direta ou contratada, dos serviços, vai estabelecer uma relação triangular horizontal entre os atores do setor envolvidos no sistema de alta (coleta e transporte, assim como triagem e beneficiamento) e de baixa (transbordo, tratamento e destinação final), ambos encartados no gerenciamento de resíduos sólidos. Isso se explica porque os geradores ou, de forma mais restrita, os usuários, o Município e, se houver delegação, o consórcio público e os prestadores, incluídos, aqui, as organizações de catadores, possuem graus de responsabilidades diferenciados, que, por sua vez, vão desdobrar-se em direitos e deveres correlatos nessa relação trilateral em sede do gerenciamento dos resíduos sólidos, seja no sistema de alta seja no viés do sistema de baixa.

No sistema de alta, o usuário dos serviços de manejo de resíduos sólidos tem a obrigação de segregar na origem os resíduos e, ainda, os produtos pós-uso, ofertando-os, respectivamente, ao sistema públicos de manejo de resíduos sólidos ou, então, ao sistema de logística reversa, sem prejuízo de desincumbir-se do dever de pagar a taxa ou, então, preço público para assegurar a sustentabilidade financeira desse sistema.

O gerador de resíduos sólidos não urbanos terá a responsabilidade de realizar, de per si, o gerenciamento desses resíduos, sem prejuízo de obter o apoio de terceiros, incluídos os Municípios, para fazê-lo mediante o pagamento da devida contraprestação.

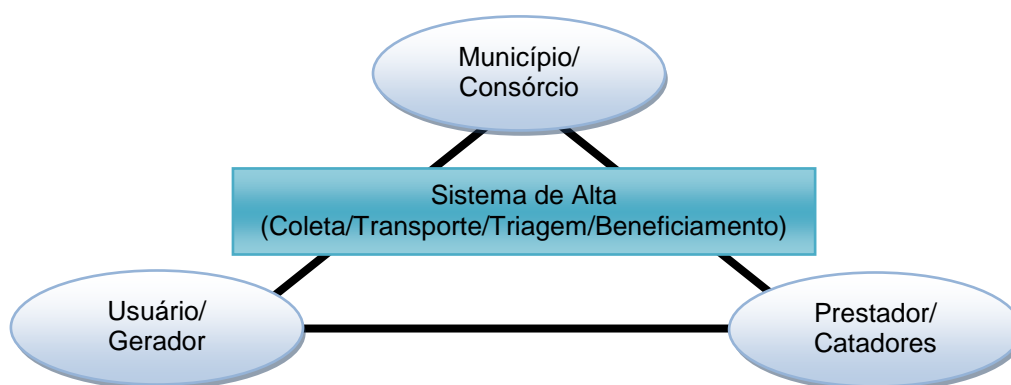
O prestador dos serviços, que, em sua maioria, são as empresas terceirizadas, é contratado para a consecução das atividades do sistema de alta dos resíduos sólidos, detendo, assim, o dever de atender adequadamente aos munícipes, gozando, por via de consequência, do direito de obter o pagamento necessário para fazer frente aos serviços prestados.

Afora isso, as organizações de catadores também podem ser entendidas como prestadoras dos serviços de coleta seletiva e, ainda, triagem e beneficiamento primário, vindo, assim, a serem contratadas diretamente, por meio de processo de dispensa de licitação, pelos Municípios ou pelos Consórcios, e receberem, onde podem receber pelos serviços prestados, sem prejuízo de obterem também os valores decorrentes da venda do material passível de reciclagem.

Ainda no sistema de alta, o Município ou, se houver delegação, os Consórcios Públicos, além de gozarem da responsabilidade de definir e gerir a prestação do gerenciamento do sistema de alta tem o poder-dever de exigir a adequada consecução dos serviços executados pelos prestadores, realizando, se for o caso, o pagamento da devida contraprestação, sem prejuízo de efetuar a cobrança da

taxa de manejo de resíduos ou, se for o caso, do preço público correspondente demandado do usuário e do gerador, respectivamente.

Percebe-se, assim, que enquanto um ator tem um dever para com o gerenciamento dos resíduos sólidos, este mesmo dever surge para o outro ator como um direito a ser usufruído, o que demonstra, repita-se, a existência de uma relação trilateral estabelecida de forma horizontal entre os seus atores do gerenciamento do sistema de alta dos resíduos sólidos. A figura abaixo traz a representação gráfica da síntese exposta, a saber:



4.2.2 Sistema de Baixa da Relação Horizontal

O mesmo entendimento construído para demonstrar a existência da relação trilateral esculpida de forma horizontal no gerenciamento do sistema de alta dos resíduos sólidos pode e deve ser estendido para o sistema de baixa, guardadas, porém, as devidas peculiaridades técnicas e operacionais que este último sistema guarda. Senão, vejamos.

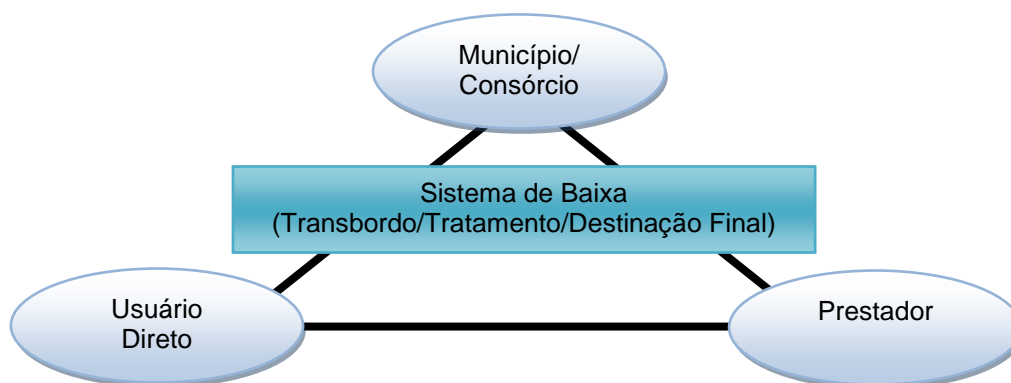
No sistema de baixa, o usuário direto, que pode ser a empresa coletora ou, se for o caso, o próprio Município, tem o dever de ofertar os resíduos sólidos para as unidades de tratamento e de destinação de final ambientalmente adequada desses resíduos, mediante o pagamento da devida contraprestação, gozando, assim, do direito de usufruir desses serviços.

O prestador dos serviços, cujo raio de abrangência pode abrigar o Município ou o Consórcio, o Concessionário Municipal ou Regional e, ainda, na forma da Lei Estadual 6.263/2012, o empreendedor do aterro sanitário autorizado, tem a obrigação de executar de forma adequada os serviços de transbordo, de tratamento e de destinação final ambientalmente adequado de resíduos sólidos para o usuário direto, obtendo, por via de consequência, a remuneração pela consecução dessas atividades do gerenciamento do sistema de baixa.

O Município ou, se houver delegação, o Consórcio, na qualidade de titular dos serviços de resíduos sólidos, deve designar e gerir a prestação do gerenciamento do sistema de baixa, e fazer cumprir a prestação adequada desses serviços pelo prestador, ofertando-lhe a devida contraprestação, quando for o caso.

Em suma, resta claro que há uma correlação de direitos e deveres dos atores do setor em sede da relação trilateral estabelecida de forma horizontal em sede do gerenciamento do sistema de baixa de resíduos sólidos, vez que, tal qual o sistema de alta, o dever de um ator vai representar o direito de outro, e vice-versa.

A figura abaixo apresenta a síntese da tese exposta, a saber:



4.2.3 Proposições para Relação Horizontal

Independentemente do sistema, seja de alta seja de baixa, é fundamental o aprimoramento do gerenciamento dos serviços de resíduos sólidos a partir da adoção de medidas, ainda que coercitivas, que obriguem os usuários a arcarem com o pagamento da taxa de manejo de resíduos, que, apesar de estarem legalmente estabelecidas, não são cobradas adequadamente, em regra.

O mesmo entendimento expostos pode ser estendido para os geradores de resíduos sólidos, notadamente quando não assumirem, de per si, o gerenciamento dos seus resíduos sólidos não urbanos, mas, sim, buscarem o apoio de terceiros, incluídos os Municípios, para a consecução desses serviços. Portanto, os geradores devem arcar com suas responsabilidades pelo gerenciamento dos seus resíduos sólidos não urbanos, inclusive com o pagamento do preço público devido ao Município pela prestação dos serviços executados.

O Município e o consórcio público também devem ser preparados, habilitados adequadamente, para que possam promover uma melhor organização, controle e fiscalização dos serviços de gerenciamento executados por terceiros, sem

prejuízo de atuação de outros órgãos de controle institucionais e ambientais. Nesse contexto, os Municípios e os consórcios também devem estar capacitados para assegurar a contratação direta das organizações de catadores para a consecução dos serviços de manejo de coleta seletiva, triagem e de beneficiamento de resíduos sólidos.

No campo da prestação dos serviços, a atividade de gerenciamento já alcançou alguns avanços, porém carece de complementariedade. Trata-se da figura dos aterros privados, que, a partir da vigência da Lei 6.362/2012, foram classificados como autorizados, e, assim, passaram a ser submetidos à regulação da AGENERSA.

Não obstante, parece que não se conseguiu, ainda, conferir a devida segurança jurídica à relação travada entre os empreendedores dos Aterros Autorizados e os Municípios ou os Consórcios, vez que esta relação continua sendo estabelecida, com base em contrato de prestação de serviços técnicos especializados, regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993, Lei de Licitações e Contratos Administrativos (LLCA), cujo prazo de duração máximo de 5 anos contribui para a elevação da contraprestação a ser paga para o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos.

Assim sendo, há que se avaliar, não sem livre crítica, a viabilidade de realização de concessão desses aterros sanitários pela via da inexigibilidade de licitação (art. 2º, inc. II, da Lei Federal n.º 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, Lei de Concessões e Permissões, c/c 25, caput, da LLCA), vez que constitui, de forma inegável, sob o ponto de vista técnico e econômico (art. 16, parte final, da Lei Federal n.º 8.987/1995), um monopólio natural fático, em razão da inexistência de alternativa sanitária e ambientalmente adequada de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, que não seja, obviamente, o despejo desses resíduos em lixão.

O quadro abaixo traz a síntese da proposição em prol do aperfeiçoamento do gerenciamento dos resíduos sólidos nos moldes expostos, a saber:

QUADRO 4.2-1 - GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (SISTEMAS DE ALTA & DE BAIXA)

ATORES	PROPOSIÇÕES
Usuários	Adoção de meios efetivos para a realização da cobrança da taxa de manejo de resíduos sólidos pelo Município.
Gerador	Realização da cobrança ou, se não existir, criação de contraprestação pelos serviços de gerenciamento prestados, especialmente quando for feito pelos Municípios.
Município/Consórcio	Estabelecimento de mecanismos para assegurar, de fato, a organização e o controle dos serviços prestados, inclusive mediante a contratação de organizações de catadores.
Prestador (autorizados)	Realização de concessão dos aterros autorizados pela via da inexigibilidade de licitação, desde que constitua monopólio natural.

4.3 RELAÇÕES VERTICAIS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

4.3.1 *Hierarquização dos Atores e suas Atribuições da Relação Vertical*

Consoante extrai-se do exame do conceito da gestão, dita integrada, dos resíduos sólidos, esta traz, em seu caráter imanente, a congregação não só do Poder Público, mas também dos diversos atores do setor com vista a estabelecer as balizas do planejamento, da regulação e da fiscalização, todas orientadoras, e norteadoras do gerenciamento dos resíduos sólidos, possibilitando, assim, o aperfeiçoamento do setor como um todo.

Nesse contexto, fica claro que é de salutar importância não só afirmar a posição dos diversos atores do setor envolvidos na gestão dos resíduos sólidos, mas também fomentar, e aprimorar o grau de atuação, ainda que subsidiária, de cada um deles em uma escala vertical dessa gestão.

A SEA, na qualidade de coordenadora do programa Pacto pelo Saneamento, na vertente do subprograma Lixão Zero, tem papel basilar e pleno na formulação, fomento e indução das políticas e ações públicas voltadas para o saneamento básico, incluídos os resíduos sólidos.

Consoante uma atuação complementar a da SEA, o INEA, em conformidade com a sua missão precípua de implementar as políticas estabelecidas por aquela Secretaria, pode, e deve exercer poder de polícia ambiental sobre a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, promovendo, assim, o controle fiscalizatório sobre esses serviços com a aplicação das sanções cabíveis.

A AGENERSA também vai desempenhar uma atribuição fundamental na composição da gestão dos resíduos sólidos, ainda que em caráter subsidiário na escala vertical. Trata-se, em última análise, do desempenho da função regulatória e fiscalizatória sobre os serviços de gerenciamento de resíduos sólidos executados por contratos formalizados pelos consorciamentos existentes.

No plano interfederativo, os consórcios públicos, integrados, agora, pelo Estado, vão pautar o aprimoramento do gerenciamento dos serviços de resíduos sólidos, vez que possibilitarão conferir a ampliação da escala desses serviços com redução dos custos das despesas correspondentes, inclusive mediante rateio entre os consorciados.

Os Municípios, especialmente aqueles que não integram área de consorciamento, também têm um grau de atribuição relevante no processo de gestão dos resíduos sólidos, notadamente por constituírem no titular dos serviços de resíduos. Com efeito, terão que desincumbir-se, ainda que individualmente, da organização e do controle dos serviços, sem prejuízo de estabelecerem a modelagem adequada para as atividades de regulação e de fiscalização incidentes na hipótese.

Além dos órgãos e das entidades públicas suscitadas, há que se levar em consideração, ainda, a presença dos prestadores, da organização de catadores, dos geradores e, em menor escala, dos usuários, assim como a sociedade civil organizada, que, segundo o papel e a relevância no setor, poderá impactá-lo, sensivelmente.

Os prestadores dos serviços de gerenciamento, seja do sistema de baixa seja do sistema de alta, devem propugnar por uma prestação ambiental e sanitariamente adequada, recebendo em contrapartida uma remuneração módica compatível com a capacidade do usuário, inclusive daquele indireto.

As organizações de catadores, que, em última análise, foram alçados à condição de prestadores de serviços, têm o grande desafio de atenderem às exigências decorrentes de uma contratação pública – que, na hipótese, pode ser na modalidade dispensa de licitação -, a fim de obterem, segundo uma reivindicação histórica, o pagamento pelos serviços prestados, e não só pela venda do material passível de reciclagem.

Os geradores dos resíduos sólidos que não sejam classificados como urbanos têm o encargo de realizarem o planejamento desses resíduos, assim como o seu gerenciamento. Para tanto, os geradores poderão fazê-lo diretamente ou, então, recorrem à contratação de terceiros, inclusive do próprio Município que ofertar esses serviços, desde que haja a devida contraprestação.

Os usuários constituem protagonista dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, vez que são responsáveis por ofertarem os resíduos para o sistema público de gerenciamento ou, então, os produtos pós uso para o sistema de logística reversa. Afora isso, são responsáveis por contribuírem pela sustentabilidade do sistema financeiro do setor mediante a devida contraprestação na forma de taxa ou tarifa de manejo de resíduos sólidos, segundo será examinado no Documento 7 (Arranjo Jurídico).

Por fim, a sociedade civil organizada pode e deve buscar estabelecer um controle social efetivo sobre a gestão e o gerenciamento dos serviços de resíduos sólidos, exigindo-se das instâncias públicas os canais de abertura para o desempenho desse controle.

A figura abaixo traz a composição gráfica representativa da hierarquização das escalas de atribuições verticais dos diversos atores suscitados em sede da gestão dos serviços de resíduos sólidos, nos termos que seguem:



4.3.2 *Proposições para a Relação Vertical*

Tal qual a busca do aperfeiçoamento da relação horizontal travada entre os atores do gerenciamento de resíduos sólidos, a relação vertical estabelecida entre os atores da gestão também carece de aprimoramentos, a fim de conferir a devida sustentabilidade institucional e jurídica em prol do sistema de resíduos sólidos.

Assim sendo, a SEA, por meio de sua unidade gestora de programa, pode e deve buscar os meios para aparelhar-se tecnicamente com a ampliação de pessoal qualificado e infraestrutura para assegurar, de forma eficaz, a consecução do programa Pacto pelo Saneamento, na sua vertente Lixão Zero, notadamente o acompanhamento da instalação e da operação dos consórcios públicos existentes e que irão ser formados sob a égide do Plano Estadual de Resíduos Sólidos - PERS, o qual também deverá ser implementado segundo desenvolvido no VOLUME X - Metodologia de Controle para Implantação do PERS.

O INEA, por sua vez, deverá ser melhor habilitado para realizar a fiscalização e controle das unidades de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos, criando mecanismos de avaliação, como, por exemplo, o índice de qualidade de destinação final de resíduos sólidos (IQDF).

Além disso, deve buscar a criação de um sistema gerencial que permita controlar os fluxos de resíduos através do Sistema de Manifesto de Resíduos, desde a

geração até a destinação final correta (notadamente para os RSS, RCC, agrossilvopastoris, perigosos).

A AGENERSA, além de estar legalmente habilitada para realizar a regulação e a fiscalização dos serviços de resíduos sólidos, deve assumir, de fato, o seu papel de entidade de regulação, buscando, por meio de melhor aprimoramento institucional, a adoção de instrumentos, procedimentos regulatórios específicos para o setor, assim como qualificação e assunção de pessoal e infraestrutura para tanto, assegurando o equilíbrio de interesses entre o usuário e o prestador de serviços, inclusive através da criação de uma ouvidoria.

Os consórcios públicos deverão ir para além da fase de instalação, e buscarem a operação das suas atividades, notadamente o gerenciamento das unidades de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. Para tanto, deverão ser habilitados com contratação ou, se for o caso, ainda que transitoriamente, cessão de pessoal e obtenção ou, caso factível, cessão de infraestrutura sem ingerência política que os permitam atuar plenamente. Além disso, os consórcios devem dar apoio como elo da logística reversa, como, por exemplo, instituir um depósito intermediário dentro desta cadeia, até que se alcance escala para transporte e comercialização. Espera-se, ainda, que os Consórcios Públicos possam ir além do sistema de baixa, e avancem para o sistema de alta, inclusive mediante a realização de coleta seletiva solidária em âmbito regional.

Os municípios, notadamente aqueles que não integram as áreas de consorciamento, podem e devem criar um órgão ou uma entidade específica para tratar da gestão dos serviços de saneamento básico, ainda que a sua atuação seja voltada, apenas, para a organização e controle do setor, possibilitando, com isso, uma maior interface com os demais atores, especialmente os prestadores de serviços de resíduos sólidos. Para tanto, este órgão deve contar com uma estrutura mínima que permita prestar conta dos serviços prestados.

Os prestadores, notadamente, os autorizados, devem ser conduzidos a buscarem o aprimoramento da sua relação jurídica travada com os municípios e/ou os consórcios públicos, assim como serem submetidos a um intenso processo de controle e de transparência, inclusive por meio de instrumentos e de mecanismos regulatórios, que assegure um preço módico da contraprestação ofertada para o usuário, inclusive o indireto.

As organizações de catadores devem ser estimuladas a assumirem o seu papel de prestadores de serviços de manejo de resíduos sólidos, promovendo-se, antes mesmo da formalização da contratação direta pelos Municípios ou pelos consórcios, a sua capacitação jurídica, administrativa e econômica, para que possam, assim, prestar um serviço adequado mediante a devida contraprestação pretendida. Afora isso, devem ser estimulados a irem além da segregação, e participarem mais efetivamente da cadeia de reciclagem.

Os geradores de resíduos sólidos não urbanos devem ser submetidos a um enquadramento legal municipal, em que se defina a sua atribuição quanto à

consecução dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos, especialmente o pagamento do preço público devido ao Municípios como contraprestação dos serviços prestados.

Os usuários devem ser objeto de um intenso processo de educação ambiental não informal, que os convidem a atender a escala de priorização do gerenciamento dos resíduos sólidos (art. 9º, caput, da PNRS), sem prejuízo de realizarem as atividades que lhe são inerentes, como, por exemplo, a segregação dos resíduos sólidos na origem em prol do sistema de coleta seletiva.

A sociedade civil organizada deve ser empoderada para assumir o controle social sobre a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, notadamente mediante amplo processo de educação formal e informal. Mais do que isso, as instâncias públicas devem institucionalizar os meios para que a população possa participar, opinar e deliberar sobre as ações estatais no setor de saneamento, especialmente pela criação de conselhos de saneamento, assim como pela realização de audiências e consultas públicas.

O quadro, apresentado a seguir, traz a síntese da proposição em favor da busca do aperfeiçoamento da gestão dos resíduos sólidos nos termos apresentados acima:

**QUADRO 4.3-1: SÍNTESE DA PROPOSIÇÃO EM FAVOR DA BUSCA DO APERFEIÇOAMENTO
DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	
ATORES	PROPOSIÇÕES
SEA	Incremento de pessoal e de infraestrutura da unidade gestora de programa para realizar o acompanhamento dos consórcios públicos.
INEA	Aperfeiçoamento dos instrumentos e dos mecanismos de fiscalização sobre as atividades de gerenciamento de resíduos sólidos.
AGERNERSA	Estabelecimento de instrumentos e de procedimentos próprios de regulação voltados para o setor de resíduos sólidos, assim como qualificação e assunção de pessoal e de infraestrutura.
Consórcios Públicos	Indução à operação, de fato, dos consorciamentos, para que possam desincumbir-se da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos
Municípios	Fomento à criação de órgão ou de entidade própria de saneamento básico, que detenha competência para realizar interface com os demais atores do setor
Prestadores	Aprimoramento da relação jurídica travada com os Municípios e/ou os consórcios públicos, assim como submissão a um processo de controle e de transparência dos valores cobrados pelos serviços prestados.
Organização de Catadores	Apoio técnico com viés jurídico, administrativo e econômico, que os qualifiquem como prestadores de serviços.
Geradores	Submissão a um disciplinamento legal municipal, que estabeleça as balizas da sua responsabilização quanto ao gerenciamento, especialmente o pagamento de preço público ao Município pelo serviço prestado.
Usuários	Implementação de processo de educação ambiental informal, para que haja o aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos, especialmente por meio do atendimento da escala de priorização de gerenciamento dos resíduos.
Sociedade Civil Organizada	Fomento ao controle social mediante processo de educação formal e informal, assim como abertura de meios e procedimentos que assegurem a participação da população na tomada de decisão estatal.

PARTE II – ARRANJO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

5 ASPECTOS OPERACIONAIS E DE CUSTOS

5.1 DIRETRIZES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA E DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS

5.1.1 Avaliação Econômico-Financeira dos Serviços

No tocante à avaliação econômico-financeira das atividades de limpeza urbana e de coleta e transporte de resíduos sólidos, as atuais estruturas orçamentárias municipais não permitem a obtenção de dados confiáveis, visto que os custos, de uma forma geral, são diluídos em diversos órgãos da administração, e, por conseguinte, alocados em diversas rubricas, em função da natureza do gasto e não do serviço realizado.

O maior exemplo deste posicionamento encontra-se na área de pessoal, em que os funcionários executores dos serviços de resíduos sólidos são parte do orçamento geral de pessoal da administração. Outro exemplo de fácil visualização é o caso da manutenção de veículos e equipamentos, em que os gastos com peças de reposição são englobados na rubrica “peças de reposição para veículos e equipamentos” da Prefeitura.

Por outro lado, o conhecimento dos custos reais dos serviços de resíduos sólidos constitui-se como ferramenta fundamental e imprescindível para o dimensionamento e posterior implementação de uma taxa e/ou tarifa de manejo de resíduos sólidos, que possibilite o custeio destes serviços, possibilitando, assim, uma melhor qualidade e eficiência para a prestação dos mesmos.

Diante do exposto, apresenta-se, no item seguinte, um “guia” para a obtenção futura de informações reais dos custos praticados em cada um dos serviços de resíduos sólidos, a saber: coleta domiciliar em R\$/t, varrição em R\$/km de sarjeta, limpeza de praias em R\$/m² de areia, capina de áreas verdes em R\$/m² de área, limpeza de valas em R\$/m linear de vala.

5.1.2 Planilhas dos Custos Operacionais dos Serviços

O “guia” está conformado em um conjunto de planilhas “excel”, todas autoexplicativas, que abrangem a maioria dos serviços rotineiramente praticados pelos órgãos e/ou entidades gestores dos serviços de resíduos sólidos. Novas planilhas poderão ser facilmente montadas para outros serviços de resíduos sólidos, que, eventualmente, venham a ser realizados por determinado Município, segundo as bases apresentadas.

P1 - COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

A PLANEJAMENTO DO SERVIÇO

A.1. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE RESÍDUOS A SEREM COLETADOS

	Quant. Mensal Resíduo Domic. / Com.		t/mês	
	Nº Equip. / tipo			
A.1.1. 1º Turno	Quant. Mensal	% Q_m	t/mês	
	Quant. Diária	Q_d	t/dia	Nº rot.
	Quant. Teórica / viagem	Q_{vg}	t/vg	
	Nº viagem/veíc/dia	VG_d	vg/veic..dia	
	Nºveículos	$V=(Q_d/Q_{vg}/VG_d)*1,1$	veículos	
A.1.2. 2º Turno	Quant. Mensal	% Q_m	t/mês	
	Quant. Diária	Q_d	t/dia	Nº rot.
	Quant. Teórica / viagem	Q_{vg}	t/vg	
	Nº viagem/veíc/dia	VG_d	vg/veic..dia	
	Nºveículos	$V=(Q_d/Q_{vg}/VG_d)*1,1$	veículos	

Obs. Repetir para cada tipo de equipamento

A.2. EXTENSÕES PERCORRIDAS

1º Turno

Dias normais

NºVeículos/dia

Nºvg/veíc.dia

dias/mês

km/vg/veíc.dia

km/dia

Ext.Tot.Perc./mês

km/mês

Feriados

NºVeículos/dia

Nºvg/veíc.dia

dias/mês

km/vg/veíc.dia

km/dia

Ext.Tot.Perc./mês

km/mês

Domingos

NºVeículos/dia

Nºvg/veíc.dia

dias/mês

km/vg/veíc.dia

km/dia

Ext.Tot.Perc./mês

km/mês

A.3. DIMENSIONAMENTO DO PESSOAL OPERACIONAL

Guarnição	Nº de Motoristas	homens
Coleta Domiciliar	Nº de Coletores	homens
PESSOAL OPERACIONAL	MOTORISTA COLETOR SUPERVISOR	
	Diurno Noturno Diurno Noturno Diurno Noturno	

B PESSOAL OPERACIONAL, FERRAMENTAS E UTENSÍLEOS E EQUIPAMENTOS

B.1. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS DO PESSOAL OPERACIONAL

Nº de Motoristas	motoristas		
Salário Base		R\$	
Insalubridade (40% Sal.Min.)		R\$	
Enc.Sociais (96,89% SB+INS.)		R\$	
Vale Transporte		R\$	
Cesta Básica		R\$	
Total		R\$	
1º Turno d.uteis	Mot.mês		mot.
	Mot.mês c/reserva	20%	mot.c/res
	R\$/Mot.mês	R\$	
	R\$/mês $R_{mot/m}$	R\$	
dom.	Mot.mês		mot.
	Mot.mês c/reserva	20%	mot.c/res
	R\$/Mot.mês	R\$	
	R\$/mês $R_{mot/m}$	R\$	
Dispêndio total c/ motoristas =		$\Sigma R_{mot/m}$	

Obs. - Caso haja 2º turno, repetir planilha do 1º turno.

Nº de Coletores	coletores		
Salário Base		R\$	
Insalubridade (40% Sal.Min.)		R\$	
Enc.Sociais (96,89% SB+INS.)		R\$	
Vale Transporte		R\$	
Cesta Básica		R\$	
Total		R\$	

1º Turno d.uteis	Col.mês		col.
	Col.mês c/reserva	20%	col.c/res
	R\$/Col.mês	R\$	
	R\$/mês $R_{col/m}$	R\$	

dom.	Col.mês		col.
	Col.mês c/reserva	20%	col.c/res
	R\$/Col.mês	R\$	
	R\$/mês $R_{col/m}$	R\$	

Dispêndio total c/ coletores= $\Sigma R_{col/m}$

Obs. - Caso haja 2º turno, repetir planilha do 1º turno.

Nº de Supervisores supervisores

Salário Base	R\$
Insalubridade (40% Sal.Min.)	R\$
Enc.Sociais (96,89% SB+INS.)	R\$
Vale Transporte	R\$
Cesta Básica	R\$
Total	R\$

1º Turno d.uteis	Sup.mês		sup.
	Sup.mês c/reserva	20%	sup.c/res
	R\$/Sup.mês	R\$	
	R\$/mês $R_{sup/m}$	R\$	

dom.	Sup.mês		sup.
	Sup.mês c/reserva	20%	sup.c/res
	R\$/Sup.mês	R\$	
	R\$/mês $R_{sup/m}$	R\$	

Dispêndio total c/ supervisores= $\Sigma R_{sup/m}$

Obs. - Caso haja 2º turno, repetir planilha do 1º turno.

B.2. UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DO PESSOAL OPERACIONAL

Motorista

	p/ano	Preço Unit.	Custo/ano	
Calça	6		R\$	
Camisa	6		R\$	
Boné	3		R\$	
Bota	6		R\$	
Total/ano			R\$	
Total/mês			R\$	
	Mot.c/res.mês			mot.c/res
	R\$.Ves.mot/mês		R\$	

Coletor

	p/ano	Preço Unit.	Custo/ano	
Calça	8		R\$	
Camisa	8		R\$	
Boné	4		R\$	
Bota	8		R\$	
Capa	4		R\$	
Luva	24		R\$	
Total/ano			R\$	
Total/mês			R\$	
	Col.c/res.mês			col.c/res
	R\$.Ves.col/mês		R\$	

Supervisor

	p/ano	Preço Unit.	Custo/ano	
Calça	6		R\$	
Camisa	6		R\$	
Bota	6		R\$	
Capa	4		R\$	
Total/ano			R\$	
Total/mês			R\$	
	Sup.c/res.mês			sup.c/res
	R\$.Ves.sup/mês		R\$	

B.3. FERRAMENTAS E UTENSÍLEOS

Ferramentas/roteiro:

	p/ano	Preço Unit.	Custo/ano	
Pá quadrada	3		R\$	
Garfo	1		R\$	
Vassoura	12		R\$	
	Total/ano		R\$	
	Total/mês		R\$	
	Roteiros/dia			roteiros
	R\$.Ferr.rot/mês		R\$	

B.4. EQUIPAMENTOS

CUSTOS FIXOS

	Quant.	Pr. Unit	Preço Total	Custo cap.	Deprec.
Compact.	m ³	R\$			
Compact.	m ³	R\$			
Bascul.	m ³	R\$			
Chassis	A	R\$			
Chassis	B	R\$			
Chassis	C	R\$			
	TOTAIS	R\$			

Custo Cap = Preço x FPR (0,5%;60)

Depreciação (chassis) = 0,5 x Preço x FPS (0,5%;60) x FSR (0,5%;60)

Depreciação (equip.) = 0,2 x Preço x FPS (0,5%;60) x FSR (0,5%;60)

Vida útil 60 meses

		Custo/mês
IPVA	1,50% Chassis/ano	R\$
Seguro Obrigatório	R\$ 110,38 / veic.anc	R\$
Seguro Casco	0,67 (Chas+Equip)/a	R\$

Infraestrutura de Apoio	Custo/mês
Aluguel Containers	R\$
Serv.Publicos Sede	R\$
Viaturas de Apoio	R\$
Radio Comunicação	R\$

Obs. Na frota de veículos deverá considerada c/uma reserva de 10%

CUSTOS VARIÁVEIS

Combustível

consumo médio		km/l
distância percorrida		km/l
preço unitário	R\$	l
custo total	R\$	

Pneus

custo pneu novo	R\$	pneu
custo 2 recapagens	R\$	
vida útil (novo+2recap.)		80.000 km
distância percorrida		
custo total	R\$	

Manutenção = (K x P)/VU

K = fator de manutenção		
P = preço do equip.	R\$	
VU = Vida útil		meses
custo total	R\$	

C CUSTO OPERACIONAL

C.1 RESUMO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

		R\$/mês
REMUNER. E ENC. SOC.		R\$
UNIF. E EQUIP.		R\$
FERRAM. E UTENS.		R\$
EQUIPAMENTOS		R\$

TOTAL GERAL	TG	R\$
-------------	----	-----

IMPOSTOS

IMPOSTOS	%	R\$/mês
TAXA DE ADM.(TA)	8,00 TG	R\$
IRPJ	15,00 TA	R\$
C. SOCIAL	8,00 TA	R\$
SUBTOTAL		R\$
COFINS, PIS E ISS	8,65 CI	R\$
CUSTO C/IMP.(CI)		R\$
AGENERSA	0,50 CI	R\$

CUSTO TOT. DA COLETA	R\$
----------------------	-----

QUANTIDADE COLETADA POR MÊS	t
-----------------------------	---

CUSTO / TONELADA

R\$

P2 - VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS

A PLANEJAMENTO DO SERVIÇO

A.1. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Quantitativo de Serviço:	
extensão de sarjetas	km/mês km/dia
Equipamento de Apoio:	
micro onibus	Mini-Ônibus

A.2. DIMENSIONAMENTO DO PESSOAL OPERACIONAL

Extensão de sarjetas/dia:	m
Produtividade da varrição	1.600 m/var.dia
Nº de Varredores	varredores

A.3. DIMENSIONAMENTO DO PESSOAL OPERACIONAL

Guarnição	SUPERVISOR		VARREDORES	
	1º turno	2º turno	1º turno	2º turno
PESSOAL OPERACIONAL				

B PESSOAL OPERACIONAL, FERRAMENTAS E UTENSÍLEOS E EQUIPAMENTOS

B.1. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS DO PESSOAL OPERACIONAL

SUPERVISOR

Sal.Base		R\$
Insalubridade (20%sal.min).		R\$
Enc.Soc. 96,89%(SB+INS)		R\$
Vale Transp		R\$
Cesta Bas.		R\$
Total		R\$

1º Turno

d.uteis	Sup.mês		sup
	Sup.mês c/reserva 20%		sup
	R\$/Sup.mês	R\$	
	R\$/mês $R_{sup/m}$	R\$	

domingos	Sup.mês		sup
	Sup.mês c/reserva 20%		sup
	R\$/Sup.mês	R\$	
	R\$/mês $R_{sup/m}$	R\$	

Dispêndio total c/ supervisores= $\Sigma R_{sup/m}$

Obs. - Caso haja 2º turno, repetir planilha do 1º turno.

VARREDORES

Sal.Base		R\$
Insalubridade (20%sal.min).		R\$
Enc.Soc. 96,89%(SB+INS)		R\$
Vale Transp		R\$
Cesta Bas.		R\$
Total		R\$

1º Turno

d.uteis	Var			var
	Var.mês c/reserva	20%		var
	R\$/Var.mês		R\$	
	R\$/mês	$R_{var/m}$	R\$	

domingos	Var.mês			var
	Var.mês c/reserva	20%		var
	R\$/Var.mês		R\$	
	R\$/mês	$R_{var/m}$	R\$	

Dispêndio total c/ varredores= $\Sigma R_{var/m}$

Obs. - Caso haja 2º turno, repetir planilha do 1º turno.

MOTORISTAS

Salário Base	R\$
Insalubridade (20%Sal.Min.)	R\$
Enc.Sociais (96,89%(SB+Ins))	R\$
Vale Transp.	R\$
Cesta Bas.	R\$
Total	R\$

1º Turno

d.uteis	Mot.mês			mot.
	Mot.mês c/res.	20%		mot.c/res
	R\$/Mot.mês		R\$	
	R\$/mês	$R_{mot/m}$	R\$	

dom.	Mot.mês			mot.
	Mot.mês c/res.	20%		mot.c/res

R\$/Mot.mês	R\$
R\$/mês	R _{mot/m}
Dispêndio total c/ motoristas =	$\Sigma R_{mot/m}$

Obs. - Caso haja 2º turno, repetir planilha do 1º turno.

B.2. UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DO PESSOAL OPERACIONAL

Motorista			
	p/ano	Preço Unit.	Custo/ano
Calça	6		R\$
Camisa	6		R\$
Boné	3		R\$
Bota	6		R\$
		Total/ano	R\$
		Total/mês	R\$
	Mot.c/res.mês		mot.c/res
	R\$.Ves./mês		
Varredor			
	p/ano	Preço Unit.	Custo/ano
Calça	8		R\$
Camisa	8		R\$
Boné	4		R\$
Bota	8		R\$
Capa	4		R\$
Luva	24		R\$
		Total/ano	R\$
		Total/mês	R\$
	Var.c/res.mês		var.c/res
	R\$.Ves/mês	R\$	
Supervisor			

	p/ano	Preço Unit.		Custo/ano	
Calça	6		R\$		
Camisa	6		R\$		
Bota	6		R\$		
Capa	4		R\$		
		Total/ano	R\$		
		Total/mês	R\$		
	Sup.c/res.mês				sup.d/res
	R\$.Ves./mês		R\$		
B.3. FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS					
Ferramentas/varredor					
	quat./mês	Preço Unit.		R\$/mês	
Vass. 60 cm	1		R\$		
Vass. Peq.	0,5		R\$		
Pá	0,25		R\$		
Lutocar	0,25		R\$		
Sacos plást.	100		R\$		
	Varredores				var.
	R\$.Fer./mês		R\$		
B.4. EQUIPAMENTOS					
CUSTOS FIXOS					
	Quant.	Preço Unit		Preço Total	custo cap. depreciação
Micro Onibus					
		TOTAL	R\$		/mês

Custo Cap = Preço x FPR (0,5%;60)			
Depreciação = 0,4 x Preço x FPS (0,5%;60) x FSR (0,5%;60)			
Vida útil 60 meses			
IPVA	1,5%Chassis/ano		
Seguro Obrigatório	R\$110,38/vei.ano		
Seguro Casco	0,67%chas.+equip/ano		
Custos Fixos Totais		R\$	
CUSTOS VARIÁVEIS			
Combustível	consumo médio	km/l	
	distância percorrida	km	
	preço unitário	/l	
	custo total	/ mês	
Pneus	custo	R\$	/ km
	distância percorrida		km
	custo total	R\$	
Manutenção = (K x P)/VU	K = fator de manutenção		
	P = preço do equip.		
	VU = Vida útil	meses	
	Custo Manutenção		
Custos Variáveis Totais		R\$	
C	CUSTO OPERACIONAL		
C.1	RESUMO DOS CUSTOS OPERACIONAIS		
	REMUNER. E ENC. SOC.	R\$	
	UNIF. E EQUIP.	R\$	
	FERRAM. E UTENS.	R\$	

EQUIPAMENTOS		R\$
TOTAL GERAL		R\$
IMPOSTOS		
IMPOSTOS	%	R\$/mês
TAXA DE ADM.(TA)	8,00 TG	
IRPJ	15,00 TA	
C. SOCIAL	8,00 TA	
SUBTOTAL		
COFINS, PIS E ISS	8,65 CI	
CUSTO C/IMP.(CI)		
AGENERSA	0,50 CI	
CUSTO TOT. DA VARRIÇÃO		R\$
EXTENSÃO SARJETA VARRIDA POR MÊS		km
CUSTO / KM DE SARJETA		R\$

P3 - REMOÇÃO MECANIZADA DE RCC / RPU					
A	PLANEJAMENTO DO SERVIÇO				
A.1.	ESTIMATIVA QUANT. DE RESÍDUOS A SEREM COLETADOS				
	Resíduos RPU + RCC				t/mês
A.1.1.	1º Turno	RPU + RCC	Q		t/mês
		t/dia	Q/26		t/dia
		t/viagem	n		t/vg
		viagem/veic/dia	vg		vg/veic.
	Obs. Caso haja necessidade de 2º turno, repetir modelo acima.				
A.2.	DIMENSIONAMENTO DO EQUIPAMENTO OPERACIONAL				
	Quantidade de veículos p/ transporte de resíduos				
	1º Turno	RPU + RCC	Q		t/mês
		t/dia	Q/26		t/dia
		t/viagem,	n		t/vg
		viagem/veic/dia	vg		vg/veic.
		Nº de veículos	Nb		basculantes
		Reserva	Rb	10,0 % Nb	basculantes
		Veículos Total	B	Nb + Rb	basculantes
	Equipamentos de apoio:				
	Pá carregadeira				
	1º turno	Nº Pás	Np		1/4 basculantes
		Reserva	Rp	10,0% Np	pás
		Pás Total	P	Np + Rp	pás

Obs. Para outros veículos / equipamentos, repetir modelo

A.3. EXTENSÕES PERCORRIDAS

extensão média a percorrer por vg.	km/vg
1º Turno	
Dias normais	
Basculantes/dia	
vg/veic/dia	
dias/mês	
km/vg/veic/dia	
Ext.percorrer/mês	km/mês

Obs Para outros turnos ou outros tipos de equipamentos / veículos, repetir modelo

A.4. DIMENSIONAMENTO DO PESSOAL OPERACIONAL

Guarnição	Motorista/Operador Coletor	Homens Homens
	MOTOR./OPER.	COLETOR
PESSOAL OPERACIONAL (Po)	Diurno Noturno	Diurno Noturno
	Mo + 20,0%	Co + 20,0 %
	Diurno	Noturno
SUPERVISOR	S + 20,0%	S = 20,0 %

B PESSOAL OPERACIONAL, FERRAMENTAS E UTENSÍLEOS E EQUIPAMENTOS

B.1. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS DO PESSOAL OPERACIONAL

Motorista/Operador			
Sal.Base		R\$	
Insal.(40,0%S.M)		R\$	
Enc.Soc.(96,89%)		R\$	
Vale Transp		R\$	
Cesta Bas		R\$	
Total	T	R\$	
1º Turno	Mot./mês T / mês	T*M	Mot. R\$ / mês
Coletor =			
Sal.Base		R\$	
Insal.(40,0%S.M)		R\$	
Enc.Soc.(96,89%)		R\$	
Vale Transp		R\$	
Cesta Bas		R\$	
Total	T	R\$	
1º Turno	Col./mês T / mês	T*C	Col R\$ / mês
Supervisor			
Sal.Base		R\$	
Insal.(40,0%S.M)		R\$	
Enc.Soc.(96,89%)		R\$	
Vale Transp		R\$	
Cesta Bas		R\$	
Total	T	R\$	
1º Turno	Sup./mês		Sup

	I / mês	I*S	H\$ / mês
B.2. UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DO PESSOAL OPERACIONAL			
Motorista / Operador			
	p/ano	Preço Unit.	Custo/ano
Calça	6		R\$
Camisa	6		R\$
Boné	3		R\$
Bota	6		R\$
		Total/ano	R\$
		Total/mês	R\$
		Mot.c/res.mês	mot.c/res
		R\$.Ves.mot/mês	R\$
Coletor			
	p/ano	Preço Unit.	Custo/ano
Calça	8		R\$
Camisa	8		R\$
Boné	4		R\$
Bota	8		R\$
Capa	4		R\$
Luva	24		R\$
		Total/ano	R\$
		Total/mês	R\$
		Col.c/res.mês	col.c/res
		R\$.Ves.col/mês	R\$
Supervisor			
	p/ano	Preço Unit.	Custo/ano
Calça	6		R\$
Camisa	6		R\$
Bota	6		R\$
Capa	4		R\$
		Total/ano	R\$
		Total/mês	R\$
		Sup.c/res.mês	sup.c/res
		R\$.Ves.sup/mês	R\$
B.3. FERRAMENTAS E UTENSÍLEOS			
Ferramentas			
	p/ano	Preço Unit.	Custo/ano
Pá	3		R\$
Garfo	1		R\$
Vassoura	12		R\$
		Total/ano	R\$
		Total/mês	R\$
		roteiro/dia	roteiros
		R\$.Ferr.rot/mês	R\$

B.4. EQUIPAMENTOS

CUSTOS FIXOS

	Quant.	Preço Unit	Preço Total	Custo Cap.	Depreciação
Basculante 6/7 m³					
Basculante 12 m³					
Chassis Toco					
Chassis Trucado					
Retro Escav(locação)					
Pá Carreg.(locação)					

TOTAIS

Custo Cap = Preço x FPR (1%;60)
 Depreciação (chassis) = 0,5 x Preço x FPS (1%;60) x FSR (1%;60)
 Depreciação (equip.) = 0,2 x Preço x FPS (1%;60) x FSR (1%;60)
 Vida útil 60 meses

custo/mês

IPVA 1,00% Chassis
 Seguro Obrigatório R\$ 110,38 / veic.ano
 Seguro Casco 0,67% (chas.+equip)

Infraestrutura de Apoio

Aluguel Containers
 Serv.Publicos Sede
 Viaturas de Apoio

Reserva Técnica 10 % C.Cap + Depr + IPVA + Seg

CUSTOS VARIÁVEIS

Combustível

consumo médio km/l
 distância percorrida km/mês
 preço unitário R\$/l
 total/mês R\$/mês

Pneus

custo R\$/Km
 distância percorrida km/mês
 total/mês R\$/mês

Manutenção = (K x P)/VU

K = fator de manutenção
 P = preço do equip.
 VU = Vida útil
 total/mês R\$
 meses

C CUSTO OPERACIONAL

C.1 RESUMO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

REMUNER. E ENC. SOC. R\$
 UNIF. E EQUIP. R\$
 FERRAM. E UTENS. R\$
 EQUIPAMENTOS R\$

TOTAL GERAL TG R\$

IMPOSTOS				
IMPOSTOS	%		R\$/mês	
TAXA DE ADM.(TA)	8,00	TG	R\$	
IRPJ	15,00	TA	R\$	
C. SOCIAL	8,00	TA	R\$	
SUBTOTAL			R\$	
COFINS, PIS E ISS	8,65	CI	R\$	
CUSTO C/IMP.(CI)			R\$	
AGENERSA	0,50	CI	R\$	
CUSTO TOT. DA REMOÇÃO			R\$	
QUANT. REMOVIDA POR MÊS				t.
CUSTO / TONELADA			R\$	

5.2 INDICATIVOS DOS CUSTOS DE TRATAMENTO E DA DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTAL ADEQUADA DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

5.2.1 Antecedentes

O presente item e os subsequentes se remetem à avaliação da sustentabilidade econômico-financeira dos Consórcios Públicos. Apresenta a estimativa dos custos institucionais e operacionais dos mesmos, a participação de cada Município em receitas específicas provenientes dos programas de incentivo às políticas ambientais do Governo estadual e a cota parte (rateio) de cada Município no Consórcio Público, visando o estabelecimento dos valores necessários de participação orçamentária dos Municípios na manutenção dos consorciamentos.

Definidas as constituições dos consórcios públicos, tecnicamente viáveis, com a consequente definição das informações pertinentes às origens e destinos dos resíduos sólidos gerados nos Municípios integrantes dos consorciamentos, cabe uma análise da viabilidade econômica de cada um deles. Para tanto, serão adotados custos teóricos (o mais próximo possível de valores reais) para a administração e operação das diversas unidades operacionais componentes de cada um dos Consórcios Públicos.

5.2.2 Consórcios Públicos: Origem e Destino dos Resíduos Sólidos Urbanos

QUADRO 5.2-1: CONSÓRCIO NOROESTE FLUMINENSE

MUNICÍPIO	RSU GERADO	EST. TRANSF	RSU TRANS	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO
São Fidelis	23,8	-	-	A.S.S. Fidelis	108,5
Cambuci	7,9	-	-		
Cardoso Moreira	6,7	-	-		

MUNICÍPIO	RSU GERADO	EST. TRANSF	RSU TRANS	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO
Italva	6,8	-	-		
Aperibé	5,5	Itaocara	20,4		
Itaocara	14,9				
Miracema	17,1	SAPadua	42,9		
Santo Antonio de Pádua	25,8				
Itaperuna	69,1	-	-	A.S.Itaperuna	121,2
Lage do Muriaé	3,7	-	-		
São José do Ubá	3,4	-	-		
Bom Jesus de Itabapoana	22,8	BJItabapoana	22,8		
Natividade	8,1	Natividade	22,2		
Porciúncula	9,6				
Varre-Sai	4,5				

QUADRO 5.2-2: CONSÓRCIO SERRANA I

MUNICÍPIO	RSU GERADO	EST. TRANSF	RSU TRANS	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO
Teresópolis	131,4	-	-	CTDR Teresópolis	161,9
S. José do Vale do Rio Preto	13,1	-	-		
Carmo	9,4	Sumidouro	17,4		
Sumidouro	8,0				

QUADRO 5.2-3: CONSÓRCIO BAIXADA FLUMINENSE

MUNICÍPIO	RSU GERADO	EST. TRANSF	RSU TRANS	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO
Belford Roxo	428,3	-	-	CTDR B.Roxo	858,0
Duque de Caxias (parte)	429,7	-	-		
Nova Iguaçu	805,9	-	-	CDTR Nova Iguaçu	1.476,4
Mesquita	130,9	-	-		
Nilópolis	126,5	-	-		
São João de Meriti	413,1	-	-		

Obs. Parte dos resíduos gerados por Duque de Caxias poderão ser destinados ao CTDR de Magé.

QUADRO 5.2-4: CONSÓRCIO CENTRO SUL FLUMINENSE I

MUNICÍPIO	RSU GERADO	EST. TRANSF	RSU TRANS	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO
Paracambi	30,1	-	-	CDTR Paracambi	225,3
Eng° Paulo de Frontin	7,1	-	-		
Japeri	70,8	-	-		
Queimados	107,6	-	-		
Mendes	9,7	-	-		

QUADRO 5.2-5: CONSÓRCIO VALE DO CAFÉ

MUNICÍPIO	RSU	EST.	RSU	LOCAL	RSU
-----------	-----	------	-----	-------	-----

	GERADO	TRANSF	TRANS	DISPOSIÇÃO	DISPOSTO
Vassouras	22,1	-	-	Vassouras	143,2
Barra do Pirai	63,7	Barra Pirai	68,8		
Valença	5,1				
Rio das Flores	4,0	Valença	52,3		
Valença	48,3				

QUADRO 5.2-6: CONSÓRCIO LAGOS I

MUNICÍPIO	RSU GERADO	EST. TRANSF	RSU TRANS	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO
Saquarema	56,8	-	-	Saquarema	160,8
Araruama	90,2	-	-		
Silva Jardim	13,8	Silva Jardim	13,8		

QUADRO 5.2-7: CONSÓRCIO SERRANA II

MUNICÍPIO	RSU GERADO	EST. TRANSF	RSU TRANS	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO
Três Rios	58,3	-	-	Três Rios	364,9
Areal	6,1	-	-		
Com. Levy Gasparian	4,0	-	-		
Paraíba do Sul	26,1	-	-		
Petrópolis	38,9	-	-		
Petrópolis	222,2	Petrópolis	222,2		
Sapucaia	9,3	Sapucaia	9,3		

QUADRO 5.2-8: CONSÓRCIO FLUMINENSE II

MUNICÍPIO	RSU GERADO	EST. TRANSF	RSU TRANS	LOCAL DISPOSIÇÃO	RSU DISPOSTO
Resende	96,1	-	-	Resende	129,9
Itatiaia	18,4	-	-		
Porto Real	8,9	-	-		
Quatis	6,5	-	-		

5.2.3 Custos Anuais e Estimados

Neste item e nos seguintes, serão estimados, para cada um dos Consórcios formatados anteriormente, os custos administrativos e operacionais referentes ao sistema de transferência, de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

Vale lembrar que estes custos variam com o porte do aterro, do número de municípios consorciados, da logística de transporte, entre outras variáveis, fazendo com que se recomende um estudo de otimização para cada consórcio.

5.2.3.1 Custos Administrativos dos Consórcios Públicos

Como custos administrativos, considera-se: locação de instalações, aluguel de viatura, materiais de escritório e limpeza, serviços (luz, gas, telefone, etc...), mão de obra, inclusive encargos sociais, outros eventuais.

➤ Instalações:

- aluguel..... R\$ 3.000,00
- manutenção.....(10,0%) R\$ 300,00
- serviços.....R\$ 2.000,00

➤ Veículo:

- aluguel.....(01).....R\$ 3.000,00

➤ Materiais

- escritório e limpeza.....R\$ 300,00

➤ Eventuais

- 5,0 % do sub totalR\$ 430,00

➤ Mão de Obra

- salários.....R\$ 23.400,00
- encargos sociais.....R\$ 22.689,52(EMOP= 96,98%)

SUBTOTAL MENSAL.....R\$ 55.119,52

TOTAL ANUAL.....R\$ 661.434,24

Os valores de mão de obra e encargos sociais foram obtidos a partir da estrutura administrativa mínima (quadro a seguir), estudada pelo Subprograma Lixão Zero, para gerenciar os Consórcios Públicos, que poderá ser ampliada em função de um maior número de municípios consorciados e/ou da maior quantidade de resíduos sólidos a dispor e controlar.

**QUADRO 5.2-9: VALORES DE MÃO DE OBRA E ENCARGOS SOCIAIS,
BASEADA NO SUBPROGRAMA LIXÃO ZERO**

ÓRGÃOS EXECUTIVOS						
CARGO DE CONFIANÇA	QUANTIDADE	LOTAÇÃO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS	VALOR TOTAL

Diretor	1	Diretoria	40h.	6.000,00	5.818,80	11.818,00
Ouvidor-Geral	1	Ouvidoria	40h.	2.000,00	1.939,60	3.939,60
Gerente de Operações (GOP)	1	Diretoria	40h.	5.000,00	4.849,00	9.849,00
Técnico de Administração e Finanças (GAF)	1	Diretoria	40h.	3.000,00	2.909,40	5.909,40
QUADRO TÉCNICO						
EMPREGO	QUANTIDADE	LOTAÇÃO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Fiscal	1	GOP	40h.	2.000,00	1.939,60	3.939,60
Técnico em Resíduos Sólidos	1	GOP	40h.	3.000,00	2.909,40	5.909,40
Contador	1	GAF	20h.	750,00	727,35	1.474,35
Secretária	1	Diretoria	40h.	1.000,00	969,8	1.969,80
Auxiliar de Serviços Gerais	1	Diretoria	40h.	650,00	630,37	1.280,37

Os Consórcios Noroeste Fluminense e Baixada Fluminense, que gerenciam grande número de municípios (quinze) e grande quantidade de resíduos (quase três mil toneladas diárias) respectivamente, sugere-se uma ampliação pertinente dos custos estimados acima, a saber:

- **Consórcio Noroeste Fluminense**

➤ Instalações:

- aluguel..... R\$ 3.000,00
- manutenção.....(15,0%) R\$ 450,00
- serviços.....R\$ 3.000,00

➤ Veículo:

- aluguel.....(02).....R\$ 6.000,00

➤ Materiais

- escritório e limpeza.....R\$ 600,00

➤ Eventuais

- 5,0 % do sub totalR\$ 650,00

➤ Mão de Obra

- salários.....R\$ 29.050,00
- encargos sociais.....R\$ 28.168,89(EMOP= 96,98%)

SUBTOTAL MENSALR\$ 70.918,89

TOTAL ANUAL.....R\$ 851.026,68

Obs. O aumento de mão de obra deve-se ao acréscimo de 1 (um) fiscal, 1 (um) técnico em resíduos sólidos e um auxiliar de serviços gerais.

- Consórcio da Baixada Fluminense

➤ Instalações:

- aluguel..... R\$ 4.000,00
- manutenção.....(15,0%) R\$ 600,00
- serviços.....R\$ 3.000,00

➤ Veículo:

- aluguel.....(02).....R\$ 6.000,00

➤ Materiais

- escritório e limpeza.....R\$ 600,00

➤ Eventuais

- 5,0 % do subtotalR\$ 710,00

➤ Mão de Obra

- salários.....R\$ 39.050,00
- encargos sociais.....R\$ 37.870,69(EMOP= 96,98%)

SUBTOTAL MENSALR\$ 91.830,69

TOTAL ANUAL.....R\$ 1.101.968,28

Obs. O aumento de mão de obra deve-se ao acréscimo de fiscais, 2 (dois) técnicos em resíduos sólidos, 1 (um) técnico em administração e finanças e 1 (um) auxiliar de serviços gerais.

5.2.3.2 Custos Operacionais dos Consórcios Públicos

Inicialmente, procurar-se-á definir para cada Consórcio Público os serviços a serem custeados, quais sejam, centros de tratamento e disposição de resíduos – CTDR e as estações de transferência – ET, a saber:

➤ Consórcio Noroeste Fluminense

- CTDR Itaperuna
- CTDR São Fidelis
- ET Bom Jesus do Itabapoana
- ET Natividade
- ET Itaocara
- ET Santo Antonio de Pádua

➤ Consórcio Serrana I

- CTDR Teresópolis
- ET Sumidouro

➤ Consórcio Baixada Fluminense

- CTDR Belford Roxo
- CTDR Nova Iguaçu

➤ Consórcio Centro Sul Fluminense I

- CTDR Paracambi

➤ Consórcio Vale do Café

- CTDR Vassouras
- ET Barra do Piraí
- ET Valença

➤ Consórcio Lagos I

- CTDR Saquarema
- ET Silva Jardim

➤ Consórcio Serrana II

- CTDR Três Rios
- ET Petrópolis
- ET Sapucaia

➤ Consórcio Sul Fluminense II

- CTDR Resende

Para a obtenção dos custos operacionais acima listados, serão adotados os seguintes critérios:

➤ Estações de Transferência

Os custos operacionais e de manutenção das estações de transferência tiveram como base os cálculos feitos para licitações semelhantes no Subprograma Lixão Zero.

Os custos de transporte serão calculados caso a caso com base nos valores unitários da EMOP, respeitadas as seguintes situações:

- ❖ EMOP 04.005.140-0 – transporte em carretas de 12 t de capacidade, trafegando predominantemente em estradas federais, com velocidade média de 50,0 km/h;
- ❖ EMOP 04.005.141-0 - transporte em carretas de 12 t de capacidade, trafegando predominantemente em estradas estaduais, com velocidade média de 40,0 km/h;
- ❖ EMOP 04.005.160-0 - transporte em carretas de 17 t de capacidade, trafegando predominantemente em estradas federais, com velocidade média de 50,0 km/h;
- ❖ EMOP 04.005.161-0 - transporte em carretas de 17 t de capacidade, trafegando predominantemente em estradas estaduais, com velocidade média de 40,0 km/h;

- Unidades de tratamento e destinação final – para os CTDR's de Nova Iguaçu e de Belford Roxo, serão adotados os valores atualmente cobrados por tonelada de resíduos dispostos.

Para as demais unidades de tratamento e disposição final será adotado como linha de base o orçamento de operação e manutenção elaborado no Subprograma Lixão Zero para o aterro sanitário de Sapucaia, para as seguintes faixas de tonelagens a serem dispostas, a saber:

- ❖ Grupo I – de 100 á 180 t/d (CTDR's de São Fidelis, Itaperuna, Teresópolis, Vassouras, Saquarema e Resende e aterro sanitário de Nova Friburgo) – valor médio adotado – 140 t/d;
- ❖ Grupo II – de 180 à 280 t/d (CTDR de Paracambí) – valor adotado – 230 t/d em 2 turnos;
- ❖ Grupo III – de 280 à 450 t/d (CTDR Três Rios) – valor adotado – 360 t/d em 3 turnos.

No orçamento elaborado no Subprograma Lixão Zero para a operação e manutenção do aterro sanitário de Sapucaia, foram considerados os itens abaixo relacionados, os quais conforme indicado sofrerão para cada um, dentro respectivos grupos, variações proporcionais às tonelagens recebidas, variações de quantitativos de mão de obra e de equipamentos com base na prática corrente, ou serão mantidos fixos para os demais casos:

- Itens variáveis com a tonelagem:
 - serviços gerais
 - sistema viário
 - infraestrutura das células
 - drenagem de percolados
 - drenagem de gases
 - drenagem superficial
 - material de cobertura
 - revestimento vegetal
 - dispositivos de monitoramento
 - manutenção sistema viário
 - manutenção de taludes expostos
 - manutenção de drenagem superficial
- Itens baseados na experiência prática corrente
 - mão de obra
 - equipamentos
- Resumo dos custos operacionais unitários

QUADRO 5.2-10: CONSÓRCIO SUL FLUMINENSE II

SERVIÇO	UNIDADE OPERACIONAL	QUANT.	UNIDADE	CUSTO UNIT.
Disposição	CTDR / A.S.	100 / 180	t.	70,99
		180 / 280	t.	62,26
		280 / 450	t.	56,92
Transferência	E.T. (1 turno)	1	mês	68.145,31
	E.T. (2 turnos)	1	mês	107.704,93
Transporte	Rod.Estadual	12	t.km	0,44
Transporte	Rod.Estadual	17	t.km	0,32
Transporte	Rod.Federal	12	t.km	0,35
Transporte	Rod.Federal	17	t.km	0,26

5.2.3.3 Custos Anuais Totais Estimados

QUADRO 5.2-11: CONSÓRCIO NOROESTE FLUMINENSE

SERVIÇO	UNIDADE OPERACIONAL	QUANT.	UNIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
Disposição	CTDR Itaperuna	3.636	t.	70,99	258.119,64
	CTDR São Fidelis	3255	t.	70,99	231.072,45
Transferência	E.T.Itabapoana	1	mês	68.145,31	68.145,31
	E.T.Natividade	1	mês	68.145,31	68.145,31
	E.T.Itaocara	1	mês	68.145,31	68.145,31
	E.T.S.Ant. de Pádua	1	mês	68.145,31	68.145,31
Transporte	ET Itab/CTDR Itaper.	25.308	t.km	0,44	11.135,52
Transporte	ET Nativ/CTDR Itaper	18.648	t.km	0,44	8.205,12
Transporte	ET Itaoc /CTDR S.Fidel	26.316	t.km	0,44	11.579,04
Transporte	ET S.Ant /CTDR S.Fidel	92.664	t.km	0,32	29.652,48
Administrativo					70.918,89
TOTAL MENSAL					893.264,38
TOTAL ANUAL					10.719.172,56

QUADRO 5.2-12: CONSÓRCIO SERRANA I

SERVIÇO	UNIDADE OPERACIONAL	QUANT.	UNIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
Disposição	CTDR Teresópolis	4.857	t.	70,99	344.798,43
Transferência	E.T.Sumidouro	1	mês	68.145,31	68.145,31
Transporte	ET Sumid./CTDR Teres.	33.408	t.km	0,44	14.699,52
Administrativo					55.119,52
TOTAL MENSAL					482.761,78
TOTAL ANUAL					5.793.141,36

QUADRO 5.2-13: CONSÓRCIO BAIXADA FLUMINENSE

SERVIÇO	UNIDADE OPERACIONAL	QUANT.	UNIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
Disposição	CTDR Belford Roxo	25.740	t.	52,00	1.338.480,00
Disposição	CTDR Nova Iguaçu	44.292	t.	52,00	2.303.184,00
Administrativo					91.830,69
TOTAL MENSAL					3.733.494,69
TOTAL ANUAL					44.801.936,28

QUADRO 5.2-14: CONSÓRCIO CENTRO SUL FLUMINENSE I

SERVIÇO	UNIDADE OPERACIONAL	QUANT.	UNIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
Disposição	CTDR Paracambi	6.759	t.	62,26	420.815,34
Administrativo					55.119,52
TOTAL MENSAL R\$					475.934,86
TOTAL ANUAL R\$					5.711.218,32

QUADRO 5.2-15: CONSÓRCIO VALE DO CAFÉ

SERVIÇO	UNIDADE OPERACIONAL	QUANT.	UNIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
Disposição	CTDR Vassouras	4.296	t.	70,99	304.973,04
Transferência	E.T.Barra do Pirai	1	mês	68.145,31	68.145,31
	E.T.Valença	1	mês	68.145,31	68.145,31
Transporte	ET B.Pirai/CTDR Vass.	45.408	t.km	0,26	11.806,08
Transporte	ET Valença/CTDR Vass.	53.346	t.km	0,32	17.070,72
Administrativo					55.119,52
TOTAL MENSAL					525.259,98
TOTAL ANUAL					6.303.119,76

QUADRO 5.2-16: CONSÓRCIO LAGOS I

SERVIÇO	UNIDADE OPERACIONAL	QUANT.	UNIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
Disposição	CTDR Saquarema	4.824	t.	70,99	342.455,76
Transferência	E.T.Silva Jardim	1	mês	68.145,31	68.145,31
Transporte	ET S.Jard./CTDR Saqu.	19.872	t.km	0,44	8.743,68
Administrativo					55.119,52
TOTAL MENSAL					474.464,39
TOTAL ANUAL					5.693.572,68

QUADRO 5.2-17: CONSÓRCIO SERRANA II

SERVIÇO	UNIDADE OPERACIONAL	QUANT.	UNIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
Disposição	CTDR Três Rios	10.947	t.	56,92	623.103,24
Transferência	E.T.Petropolis	1	mês	107.724,93	107.724,93
Transferência	E.T.Sapucaia	1	mês	68.145,31	68.145,31
Transporte	ET Petr./CTDR T.Rios	494.616	t.km	0,26	128.600,16
Transporte	ET Sapuc./CTDR T.Rios	11997	t.km	0,35	4.198,95
Administrativo					55.119,52
TOTAL MENSAL					986.892,11
TOTAL ANUAL					11.842.705,32

QUADRO 5.2-18: CONSÓRCIO SUL FLUMINENSE II

SERVIÇO	UNIDADE OPERACIONAL	QUANT.	UNIDADE	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
Disposição	CTDR Resende	3897	t.	70,99	276.648,03
Administrativo					55.119,52
TOTAL MENSAL					331.767,55
TOTAL ANUAL					3.981.210,60

5.2.4 *Receitas Anuais de Incentivos às Políticas Ambientais*

São apresentados uma simulação da participação anual de cada Município nas receitas específicas provenientes dos programas de incentivo às políticas ambientais do Governo do Estado, quais sejam, ICMS-Ecológico e Compra de Lixo Tratado.

Para o cálculo da participação anual de cada Município integrante dos Consórcios Públicos referidos, foram consideradas as situações esperadas quanto ao tratamento e disposição final de resíduos sólidos para a data limite prevista na PNRS para o encerramento dos lixões (2014).

Para este cálculo, o ICMS Ecológico não considera a parcela referente à coleta seletiva e reciclagem.

Quanto à incidência dos critérios de pontuação, adotou-se a “Proposta de Regionalização da Gestão e do Gerenciamento de Resíduos Sólidos constante no Documento 5 – Aspectos Institucionais” como meta a ser atingida até 2014. Quanto à remediação dos lixões, foi adotado como base referencial o documento “Cenário da destinação dos resíduos sólidos urbanos no estado do Rio de Janeiro” (Pacto pelo Saneamento – Sub Programa Lixão Zero, 16.08.2012).

Quanto à participação do Estado, considerou-se que todos os Consórcios Públicos contarão com aportes do Estado através do contrato de rateio.

As planilhas a seguir apresentam os valores do ICMS Ecológico e do Programa Compra de Lixo Tratado para cada um dos Municípios em questão.

QUADRO 5.2-19: CONSÓRCIO NOROESTE FLUMINENSE

MUNICÍPIO	ICMS ECOLÓGICO (R\$)	CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL DO ESTADO (R\$)
São Fidelis	388.192,48	171.360,00
Cambuci	403.334,55	56.880,00
Cardoso Moreira	242.620,29	48.240,00
Italva	242.620,29	48.960,00
Aperibé	194.096,23	39.600,00
Itaocara	242.620,29	107.280,00
Miracema	242.620,29	123.120,00
Santo Antônio de Pádua	322.977,42	185.760,00
Itaperuna	420.025,56	497.520,00
Lage do Muriaé	242.620,29	26.640,00
São José do Ubá	242.620,29	24.480,00
Bom Jesus de Itabapoana	242.620,29	164.160,00
Natividade	242.620,29	58.320,00
Porciúncula	242.620,29	69.120,00
Varre-Sai	242.620,29	32.400,00

QUADRO 5.2-20: CONSÓRCIO SERRANA I

MUNICÍPIO	ICMS ECOLÓGICO (R\$)	CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL DO ESTADO (R\$)
Teresópolis	451.858,62	946.080,00
S. José do Vale do Rio Preto	242.620,29	94.320,00
Carmo	403.334,58	67.680,00
Sumidouro	242.620,29	57.600,00

QUADRO 5.2-21: CONSÓRCIO BAIXADA FLUMINENSE

MUNICÍPIO	ICMS ECOLÓGICO (R\$)	CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL DO ESTADO (R\$)
Belford Roxo	548.906,74	3.083.760,00
Duque de Caxias (parte)	532.215,78	3.093.840,00
Nova Iguaçu	629.263,87	5.802.480,00
Mesquita	451.858,64	942.480,00
Nilópolis	451.858,64	910.800,00
São João de Meriti	451.858,64	2.974.320,00

QUADRO 5.2-22: CONSÓRCIO CENTRO SUL FLUMINENSE I

MUNICÍPIO	ICMS ECOLÓGICO (R\$)	CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL DO ESTADO (R\$)
Paracambi	645.954,85	216.720,00
Eng° Paulo de Frontin	451.858,62	51.120,00
Japeri	451.858,62	509.760,00
Queimados	451.858,62	774.720,00
Mendes	451.858,62	69.840,00

QUADRO 5.2-23: CONSÓRCIO VALE DO CAFÉ

MUNICÍPIO	ICMS ECOLÓGICO (R\$)	CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL DO ESTADO (R\$)
Vassouras	597.430,78	159.120,00
Barra do Piraí	403.334,55	458.640,00
Valença	403.334,55	528.480,00
Rio das Flores	403.334,55	28.800,00

QUADRO 5.2-24: CONSÓRCIO LAGOS I

MUNICÍPIO	ICMS ECOLÓGICO (R\$)	CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL DO ESTADO (R\$)
Saquarema	548.906,74	408.960,00
Araruama	403.334,55	649.440,00
Silva Jardim	403.334,55	99.360,00

QUADRO 5.2-25: CONSÓRCIO SERRANA II

MUNICÍPIO	ICMS ECOLÓGICO (R\$)	CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL DO ESTADO (R\$)
Três Rios	642.062,02	419.760,00
Areal	449.522,91	43.920,00
Com. Levy Gasparian	449.522,91	28.800,00
Paraíba do Sul	449.522,91	187.920,00
Petrópolis	529.880,04	1.879.920,00
Sapucaia	449.522,91	66.960,00

QUADRO 5.2-26: CONSÓRCIO SUL FLUMINENSE II

MUNICÍPIO	ICMS ECOLÓGICO (R\$)	CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL DO ESTADO (R\$)
Resende	449.522,91	691.920,00
Itatiaia	240.673,89	132.480,00
Porto Real	401.388,15	64.080,00
Quatis	240.673,89	46.800,00

5.2.5 *Rateio dos Custos dos Consórcios Públicos*

Definidos os custos operacionais e gerenciais de cada um dos Consórcios Públicos, resta calcular qual será a distribuição destes custos entre os Municípios integrantes de cada consorciamento.

Conforme estudos desenvolvidos pelo Subprograma Lixão Zero, os custos consorciais serão rateados entre os Municípios integrantes de acordo com os seguintes critérios:

- **Rateio Anual:** resultado da multiplicação do indicador de rateio (R) de cada Município integrante do Consórcio Público pelo somatório dos custos operacionais e administrativos do mesmo.
- **O Indicador de rateio (R)** será calculado com base na quantidade diária de resíduos sólidos gerados por cada Município consorciado, resultante do produto da população desse Município pela produção per capita respectiva, e a quantidade total diária gerada no consorciamento.

$$Ri = Pi * ppci / \sum_{i=1}^n P * ppc$$

Onde: Ri - indicador de rateio do município “i”

Pi – população do município “i”
(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2010)

ppci – produção *per capita* do município “i” (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE/ 2006)

- **Bonificação:** para o Município onde for instalado e operado a unidade de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos do consorciamento, será concedida uma bonificação correspondente a 10% (dez por cento) de sua parcela no rateio dos custos do Consórcio Público, valor este que será distribuído proporcionalmente entre os demais Municípios consorciados.
- **Fundo de Reserva:** Corresponde a um acréscimo de 5,0 % (cinco por cento) do valor do rateio, incluída a bonificação (§2º, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 43.153, de 25 de agosto de 2011) a ser agregado a este valor.

QUADRO 5.2-27: CONSÓRCIO NOROESTE FLUMINENSE

MUNICÍPIO	PROD. MENS. T	R	RATEIO ANUAL (R\$)	BONIF. (R\$)	RATEIO CORRIG. (R\$)	FUNDO DE RESERVA (R\$)	RATEIO (R\$)
São Fidelis	714	0,104	1.114.793,95	-111.479,40	1.003.314,55	50.165,73	1.053.480,28
Cambuci	237	0,034	364.451,87		389.259,10	19.462,95	408.722,05
Car. Moreira	201	0,029	310.856,00		332.015,11	16.600,76	348.615,87
Italva	204	0,030	321.575,18		343.463,91	17.173,20	360.637,11
Aperibé	165	0,024	257.260,14		274.771,12	13.738,56	288.509,68
Itaocara	447	0,065	696.746,22		744.171,80	37.208,59	781.380,39
Miracema	513	0,074	793.218,77		847.210,97	42.360,55	889.571,52
S. Ant. Pádua	774	0,112	1.200.547,33		1.282.265,26	64.113,26	1.346.378,52
Itaperuna	2.073	0,301	3.226.470,93	-322.647,09	2.903.823,84	145.191,19	3.049.015,03
Lage Muriaé	111	0,016	171.506,76		183.180,75	9.159,04	192.339,79
S. José Ubá	102	0,015	160.787,59		171.731,96	8.586,60	180.318,56
B. J. Itabap.	684	0,099	1.061.198,08		1.133.430,89	56.671,54	1.190.102,43
Natividade	243	0,035	375.171,04		400.707,89	20.035,39	420.743,28
Porciúncula	288	0,042	450.205,25		480.849,47	24.042,47	504.891,94
Varre-Sai	135	0,020	214.383,45		228.975,94	11.448,80	240.424,74
TOTAL	6.891	1,000	10.719.172,57		10.719.172,57	535.958,63	11.255.131,20

QUADRO 5.2-28: CONSÓRCIO SERRANA I

MUNICÍPIO	PROD. MENS. T	R	RATEIO ANUAL (R\$)	BONIF. (R\$)	RATEIO CORRIG. (R\$)	FUNDO DE RESERVA (R\$)	RATEIO (R\$)
Teresópolis	3942	0,812	4.701.783,66	470.178,37	4.231.605,29	211.580,26	4.443.185,56
S. José Vale Rio Preto	393	0,081	468.747,08		670.692,54	33.534,63	704.227,17
Carmo	282	0,058	336.352,86		481.260,30	24.063,01	505.323,31
Sumidouro	240	0,049	286.257,76		409.583,23	20.479,16	430.062,39
TOTAL	4.857	1,000	5.793.141,36		5.793.141,36	289.657,07	6.082.798,43

QUADRO 5.2-29: CONSÓRCIO BAIXADA FLUMINENSE

MUNICÍPIO	PROD. MENS. T	R	RATEIO ANUAL (R\$)	BONIF. (R\$)	RATEIO CORRIG. (R\$)	FUNDO DE RESERVA (R\$)	RATEIO (R\$)
Belford Roxo	12.849	0,183	8.219.957,72	821.995,77	7.397.961,95	369.898,10	7.767.860,05
D. de Caxias (parte)	12.891	0,184	8.246.826,60		9.171.952,34	458.597,62	9.630.549,96
Nova Iguaçu	24.177	0,345	15.466.878,19	1.546.687,82	13.920.190,37	696.009,52	14.616.199,89
Mesquita	3.927	0,056	2.512.240,17		2.794.062,28	139.703,11	2.933.765,39
Nilópolis	3.795	0,054	2.427.795,12		2.700.144,22	135.007,21	2.835.151,43
S. J. Meriti	12.393	0,177	7.928.238,47		8.817.625,12	440.881,26	9.258.506,37
TOTAL	70.032	1,000	44.801.936,28	2.368.683,59	44.801.936,28	2.240.096,81	47.042.033,09

QUADRO 5.2-30: CONSÓRCIO CENTRO SUL FLUMINENSE I

MUNICÍPIO	PROD. MENS. T	R	RATEIO ANUAL (R\$)	BONIF. (R\$)	RATEIO CORRIG. (R\$)	FUNDO DE RESERVA (R\$)	RATEIO (R\$)
Paracambi	903	0,134	763.016,74	76.301,67	686.715,07	34.335,75	721.050,82
Eng° Paulo de Frontin	213	0,032	179.980,69		184.335,53	9.216,78	193.552,31
Japeri	2.124	0,314	1.794.737,05		1.794.737,05	89.736,85	1.884.473,90
Queimados	3.228	0,478	2.727.594,72		2.793.591,99	139.679,60	2.933.271,59
Mendes	291	0,043	245.889,12		251.838,68	12.591,93	264.430,62
TOTAL	6.759	1,000	5.711.218,32	76.301,67	5.711.218,32	285.560,92	5.996.779,24

QUADRO 5.2-31: CONSÓRCIO VALE DO CAFÉ

MUNICÍPIO	PROD. MENS. T	R	RATEIO ANUAL (R\$)	BONIF. (R\$)	RATEIO CORRIG. (R\$)	FUNDO DE RESERVA (R\$)	RATEIO (R\$)
Vassouras	663	0,154	970.680,44	97.068,04	873.612,40	43.680,62	917.293,02
Barra do Piraí	1.911	0,445	2.804.888,29		2.855.946,54	142.797,33	2.998.743,87
Valença	1.602	0,373	2.351.063,67		2.393.860,81	119.693,04	2.513.553,85
Rio Flores	120	0,028	176.487,35		179.700,00	8.985,00	188.685,00
TOTAL	4296	1,000	6.303.119,76	97.068,04	6.303.119,76	315.155,99	6.618.275,74

QUADRO 5.2-32: CONSÓRCIO LAGOS I

MUNICÍPIO	PROD. MENS. T	R	RATEIO ANUAL (R\$)	BONIF. (R\$)	RATEIO CORRIG. (R\$)	FUNDO DE RESERVA (R\$)	RATEIO (R\$)
Saquarema	1.704	0,353	2.011.162,49	201.116,25	1.810.046,24	90.502,31	1.900.548,55
Araruama	2.706	0,561	3.193.782,68		3.368.212,35	168.410,62	3.536.622,97
Silva Jardim	414	0,086	488.627,51		515.314,09	25.765,70	541.079,79
TOTAL	4.824	1,000	5.693.572,68	201.116,25	5.693.572,68	284.678,63	5.978.251,31

QUADRO 5.2-33: CONSÓRCIO SERRANA II

MUNICÍPIO	PROD. MENS. T	R	RATEIO ANUAL (R\$)	BONIF. (R\$)	RATEIO CORRIG. (R\$)	FUNDO DE RESERVA (R\$)	RATEIO (R\$)
Três Rios	1.749	0,160	1.892.106,66	189.210,67	1.702.895,99	85.144,80	1.788.040,79
Areal	183	0,017	197.973,42		201.737,89	10.086,89	211.824,78
C.L. Gasparian	120	0,011	129.818,64		132.287,14	6.614,36	138.901,50
Paraíba Sul	783	0,072	847.066,62		863.173,59	43.158,68	906.332,27
Petrópolis	7.833	0,716	8.473.911,64		8.635.043,10	431.752,16	9.066.795,26
Sapucaia	279	0,025	301.828,34		307.567,60	15.378,38	322.945,98
TOTAL	10.947	1,000	11.842.705,32	189.210,67	11.842.705,32	592.135,27	12.434.840,59

QUADRO 5.2-34: CONSÓRCIO SUL FLUMINENSE II

MUNICÍPIO	PROD. MENS.	R	RATEIO ANUAL	BONIF. (R\$)	RATEIO CORRIG.	FUNDO DE RESERVA	RATEIO (R\$)
-----------	----------------	---	-----------------	-----------------	-------------------	---------------------	-----------------

	T		(R\$)		(R\$)	(R\$)	
Resende	2.883	0,740	2.945.298,99	294.529,90	2.650.769,09	132.538,45	2.783.307,54
Itatiaia	552	0,142	563.928,21		724.264,02	36.213,20	760.477,22
Porto Real	267	0,069	272.769,63		350.323,36	17.516,17	367.839,52
Quatis	195	0,050	199.213,77		255.854,14	12.792,71	268.646,84
TOTAL	3.897	1,000	3.981.210,60	294.529,90	3.981.210,60	199.060,53	4.180.271,13

5.2.6 *Balanço dos Custos dos Consórcios Públicos / Receitas de Incentivos Ambientais*

Compete aos Municípios consorciados o pagamento das suas cotas de rateio, correspondentes aos custos gerenciais e operacionais dos respectivos consorciamentos.

Com o objetivo de mitigar o impacto nos orçamentos municipais, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Lei Estadual nº 5.100, de 04 de outubro de 2007, que institui o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação Ecológico (ICMS Ecológico), estabeleceu critérios para recompensar os Municípios pelos investimentos ambientais realizados, uma vez que os benefícios resultantes são compartilhados por todos os vizinhos, quando da correta destinação dos resíduos sólidos gerados.

O valor destinado à distribuição entre os Municípios que venham a fazer jus ao ICMS Ecológico é função da disponibilidade orçamentária, não havendo, assim, a certeza de uma determinada receita.

Os valores constantes do *item 1.2.4. Receitas Anuais de Incentivos às Políticas Ambientais*, desta Parte II – Arranjo Financeiro e Orçamentário, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, obtidos a partir dos critérios definidos pela Lei 5.100/2007, foram calculados com base na disponibilidade orçamentária prevista para o ano 2.014.

Uma segunda iniciativa desenvolvida pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) é o repasse de recursos aos municípios que destinarem seus resíduos para aterros sanitários, através do Programa “Compra de Lixo Tratado”, em substituição aos vazadouros.

Nos quadros a seguir são apresentadas três alternativas de valores necessários do orçamento municipal a ser comprometida com o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, a saber:

- Pagamento dos valores do rateio dos custos dos Consórcios Públicos;
- Pagamento dos valores do rateio, abatidos do ICMS Ecológico;

- Pagamento dos valores do rateio, abatidos do ICMS Ecológico e das receitas do programa “Compra de Lixo Tratado”

Consta ainda dos quadros que se seguem, a cota parte anual por município, para o custeio do sistema de transporte, de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados em cada Município.

Ao final são apresentados, a título de informação complementar, o valor referente ao custo médio dos serviços de transferência, transporte, tratamento e destinação final por habitante/ano, e os percentuais de incidência do ICMS Ecológico e do Lixo Tratado sobre os custos totais dos serviços mencionados.

O valor referente ao custo médio destes serviços, conforme já mencionado, devido à impossibilidade da obtenção, no estágio atual, de informações confiáveis, adotamos para efeito de uma avaliação referencial, valores resultantes de simulação dos custos, com base em orçamentos dos diversos serviços em questão, elaborados pela equipe técnica da Consultoria.

5.2.6.1 Custeio sem Receitas de Incentivos Ambientais

QUADRO 5.2-35: NOROESTE FLUMINENSE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
São Fidelis	36.639	1.053.480	36,64
Cambuci	14.580	408.722	28,03
Cardoso Moreira	12.405	348.616	28,10
Italva	12.536	360.637	28,77
Aperibé	10.125	288.510	28,49
Itaocara	22.892	781.380	34,13
Miracema	26.326	889.572	33,79
Santo Antônio de Pádua	39.750	1.346.379	33,87
Itaperuna	89.762	3.049.015	33,97
Lage do Muriaé	7.481	192.340	25,71
São José do Ubá	7.003	180.319	25,75
Bom Jesus de Itabapoana	35.133	1.190.102	33,87
Natividade	15.053	420.743	27,95
Porciúncula	17.703	504.892	28,52
Varre-Sai	9.204	240.425	26,12
TOTAL	356.592	11.255.131	31,56

QUADRO 5.2-36: CONSÓRCIO SERRANA I

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
------------	-----------	--------	-------------

Teresópolis	160.205	4.443.186	27,73
S. José do Vale do Rio Preto	20.216	704.227	34,84
Carmo	17.384	505.323	29,07
Sumidouro	14.768	430.062	29,12
TOTAL	212.573	6.082.798	28,62

QUADRO 5.2-37: BAIXADA FLUMINENSE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Belford Roxo	455.598	7.767.860	17,05
Duque de Caxias (parte)	409.216	9.630.550	23,53
Nova Iguaçu	767.505	14.616.200	19,04
Mesquita	159.685	2.933.765	18,37
Nilópolis	154.232	2.835.151	18,38
São João de Meriti	439.497	9.258.506	21,07
TOTAL	2.385.733	47.042.033	19,72

Obs. Para o município de Duque de Caxias, considerou-se que somente 50,0 % dos resíduos gerados no município (50,0% da população) serão gerenciados por este consórcio, sendo o restante destinado ao CTDR de Magé.

QUADRO 5.2-38: CENTRO SUL FLUMINENSE I

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Paracambi	46.251	721.051	15,59
Engº Paulo de Frontin	13.236	193.552	14,62
Japeri	91.933	1.884.474	20,50
Queimados	131.163	2.933.272	22,36
Mendes	17.892	264.431	14,78
TOTAL	300.475	5.996.779	19,96

QUADRO 5.2-39: CONSÓRCIO VALE DO CAFÉ

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Vassouras	33.950	917.293	27,02
Barra do Pirai	91.474	2.998.744	32,78
Valença	69.347	2.513.554	36,25
Rio das Flores	8.133	188.685	23,20
TOTAL	202.904	6.618.276	32,62

QUADRO 5.2-40: CONSÓRCIO LAGOS I

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Squarema	73.796	1.900.549	25,75
Araruama	110.057	3.536.623	32,13
Silva Jardim	21.219	541.080	25,50
TOTAL	205.072	5.978.251	29,15

QUADRO 5.2-41: CONSÓRCIO SERRANA II

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Areal	11.213	211.825	18,89
Com.Levy Gasparian	8.169	138.902	17,00
Paraíba do Sul	40.136	906.332	22,58
Petrópolis	277.816	9.066.795	32,64
Três Rios	75.687	1.788.041	23,62
Sapucaia	17.267	322.946	18,70
TOTAL	430.288	12.434.841	28,90

QUADRO 5.2-42: CONSÓRCIO SUL FLUMINENSE II

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Resende	117.243	2.783.308	23,74
Itatiaia	28.262	760.477	26,91
Porto Real	16.480	367.840	22,32
Quatis	12.066	268.647	22,26
TOTAL	174.051	4.180.271	24,02

5.2.6.2 Custeio Considerando Receita do ICMS Ecológico

QUADRO 5.2-43: CONSÓRCIO NOROESTE FLUMINENSE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
São Fidelis	36.639	1.053.480	36,64
Cambuci	14.580	408.722	28,03
Cardoso Moreira	12.405	348.616	28,10
Italva	12.536	360.637	28,77
Aperibé	10.125	288.510	28,49
Itaocara	22.892	781.380	34,13
Miracema	26.326	889.572	33,79
Santo Antonio de Pádua	39.750	1.346.379	33,87
Itaperuna	89.762	3.049.015	33,97
Lage do Muriaé	7.481	192.340	25,71
São José do Ubá	7.003	180.319	25,75
Bom Jesus de Itabapoana	35.133	1.190.102	33,87
Natividade	15.053	420.743	27,95
Porciúncula	17.703	504.892	28,52
Varre-Sai	9.204	240.425	26,12
TOTAL	356.592	11.255.131	31,56

QUADRO 5.2-44: CONSÓRCIO SERRANA I

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Teresópolis	160.205	4.443.186	27,73
S. José do Vale do Rio Preto	20.216	704.227	34,84
Carmo	17.384	505.323	29,07
Sumidouro	14.768	430.062	29,12
TOTAL	212.573	6.082.798	28,62

QUADRO 5.2-45: CONSÓRCIO BAIXADA FLUMINENSE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Belford Roxo	455.598	7.767.860	17,05
Duque de Caxias (parte)	409.216	9.630.550	23,53
Nova Iguaçu	767.505	14.616.200	19,04
Mesquita	159.685	2.933.765	18,37
Nilópolis	154.232	2.835.151	18,38
São João de Meriti	439.497	9.258.506	21,07
TOTAL	2.385.733	47.042.033	19,72

Obs. Para o município de Duque de Caxias, considerou-se que somente 50,0 % dos resíduos gerados no município (50,0% da população) serão gerenciados por este consórcio, sendo o restante destinado ao CTDR de Magé.

QUADRO 5.2-46: CONSÓRCIO CENTRO SUL FLUMINENSE I

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Paracambi	46.251	721.051	15,59
Eng° Paulo de Frontin	13.236	193.552	14,62
Japeri	91.933	1.884.474	20,50
Queimados	131.163	2.933.272	22,36
Mendes	17.892	264.431	14,78
TOTAL	300.475	5.996.779	19,96

QUADRO 5.2-47: CONSÓRCIO VALE DO CAFÉ

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Vassouras	33.950	917.293	27,02
Barra do Pirai	91.474	2.998.744	32,78
Valença	69.347	2.513.554	36,25
Rio das Flores	8.133	188.685	23,20
TOTAL	202.904	6.618.276	32,62

QUADRO 5.2-48: CONSÓRCIO LAGOS I

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Saquarema	73.796	1.900.549	25,75
Araruama	110.057	3.536.623	32,13
Silva Jardim	21.219	541.080	25,50
TOTAL	205.072	5.978.251	29,15

QUADRO 5.2-49: CONSÓRCIO SERRANA II

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Areal	11.213	211.825	18,89
Com.Levy Gasparian	8.169	138.902	17,00
Paraíba do Sul	40.136	906.332	22,58
Petrópolis	277.816	9.066.795	32,64
Três Rios	75.687	1.788.041	23,62
Sapucaia	17.267	322.946	18,70
TOTAL	430.288	12.434.841	28,90

QUADRO 5.2-50: CONSÓRCIO SUL FLUMINENSE II

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	R\$/HAB.ANO
Resende	117.243	2.783.308	23,74
Itatiaia	28.262	760.477	26,91
Porto Real	16.480	367.840	22,32
Quatis	12.066	268.647	22,26
TOTAL	174.051	4.180.271	24,02

5.2.6.3 Custeio Considerando Receitas do ICMS Ecológico e da Compra do Lixo Tratado

QUADRO 5.2-51: CONSÓRCIO NOROESTE FLUMINENSE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	ICMS ECOL.	COMP.LIXO TRATADO	R\$ / HAB.ANO
São Fidelis	36.639	1.053.480	388.192	171.360	13,48
Cambuci	14.580	408.722	403.335	56.880	(-3,53)
Cardoso Moreira	12.405	348.616	242.620	48.240	4,66
Italva	12.536	360.637	242.620	48.960	5,51
Aperibé	10.125	288.510	194.096	39.600	5,41
Itaocara	22.892	781.380	242.620	107.280	18,85
Miracema	26.326	889.572	242.620	123.120	19,90
Santo Antonio de Pádua	39.750	1.346.379	322.977	185.760	21,07
Itaperuna	89.762	3.049.015	420.026	497.520	23,75
Lage do Muriaé	7.481	192.340	242.620	26.640	(-10,28)
São José do Ubá	7.003	180.319	242.620	24.480	(-12,39)
Bom Jesus de Itabapoana	35.133	1.190.102	242.620	164.160	22,30
Natividade	15.053	420.743	242.620	58.320	7,96
Porciúncula	17.703	504.892	242.620	69.120	10,91
Varre-Sai	9.204	240.425	242.620	32.400	(-3,76)
TOTAL	356.592	11.255.132	4.154.826	1.653.840	15,27

QUADRO 5.2-52: CONSÓRCIO SERRANA I

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	ICMS ECOL.	COMP.LIXO TRATADO	R\$ / HAB.AN0
Teresópolis	160.205	4.443.186	451.859	946.080	19,01
S. José do Vale do Rio Preto	20.216	704.227	242.620	94.320	18,17
Carmo	17.384	505.323	403.335	67.680	1,97
Sumidouro	14.768	430.062	242.620	57.600	8,79
TOTAL	212.573	6.082.798	1.340.434	1.165.680	16,83

QUADRO 5.2-53: CONSÓRCIO BAIXADA FLUMINENSE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	ICMS ECOL.	COMP.LIXO TRATADO	R\$ / HAB.AN0
Belford Roxo	455.598	7.767.860	548.907	3.083.760	9,08
Duque de Caxias (parte)	409.216	9.630.550	532.216	3.093.840	14,67
Nova Iguaçu	767.505	14.616.200	629.264	5.802.480	10,66
Mesquita	159.685	2.933.765	451.859	942.480	9,64
Nilópolis	154.232	2.835.151	451.859	910.800	9,55
São João de Meriti	439.497	9.258.506	451.859	2.974.320	13,27
TOTAL	2.385.733	47.042.032	3.065.964	16.807.680	11,39

QUADRO 5.2-54: CONSÓRCIO SUL FLUMINENSE II

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	ICMS ECOL.	COMP.LIXO TRATADO	R\$ / HAB.AN0
Paracambi	46.251	721.051	645.955	216.720	-3,06
Eng° Paulo de Frontin	13.236	193.552	451.859	51.120	-23,38
Japeri	91.933	1.884.474	451.859	509.760	10,04
Queimados	131.163	2.933.272	451.859	774.720	13,01
Mendes	17.892	264.431	451.859	69.840	-14,38
TOTAL	300.475	5.996.780	2.453.391	1.622.160	6,39

QUADRO 5.2-55: CONSÓRCIO SUL FLUMINENSE II

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	ICMS ECOL.	COMP.LIXO TRATADO	R\$ / HAB.AN0
Vassouras	33.950	917.293	597.431	159.120	4,73
Barra do Piraí	91.474	2.998.744	403.335	458.640	23,36
Valença	69.347	2.513.554	403.335	528.480	22,81
Rio das Flores	8.133	188.685	403.335	28.800	(-29,93)
TOTAL	202.904	6.618.276	1.807.436	1.175.040	17,92

QUADRO 5.2-56: CONSÓRCIO LAGOS I

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	ICMS ECOL.	COMP.LIXO TRATADO	R\$ / HAB.AN0
Saquarema	73.796	1.900.549	548.907	408.960	12,77
Araruama	110.057	3.536.623	403.335	649.440	22,57
Silva Jardim	21.219	541.080	403.335	99.360	1,81
TOTAL	205.072	5.978.252	1.355.577	1.157.760	16,90

QUADRO 5.2-57: CONSÓRCIO SERRANA II

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	ICMS ECOL.	COMP.LIXO TRATADO	R\$ / HAB.AN0
Areal	11.213	211.825	449.523	43.920	(-25,12)
Com.Levy Gasparian	8.169	138.902	449.523	28.800	(-41,55)
Paraíba do Sul	40.136	906.332	449.523	187.920	6,70
Petrópolis	277.816	9.066.795	529.880	1.879.920	23,96
Três Rios	75.687	1.788.041	642.062	419.760	9,60
Sapucaia	17.267	322.946	449.523	66.960	(-11,21)
TOTAL	430.288	12.434.841	2.970.034	2.627.280	15,89

QUADRO 5.2-58: CONSÓRCIO SUL FLUMINENSE II

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	RATEIO	ICMS ECOL.	COMP.LIXO TRATADO	R\$ / HAB.AN0
Resende	117.243	2.783.308	449.523	691.920	14,00
Itatiaia	28.262	760.477	240.674	132.480	13,70
Porto Real	16.480	367.840	401.388	64.080	(-5,92)
Quatis	12.066	268.647	240.674	46.800	(-1,56)
TOTAL	174.051	4.180.272	1.332.259	935.280	10,99

5.2.6.4 Informações Complementares

- Custo Médio de Transf., Transp., Trat. e Destinação – R\$ 23,22 / hab.ano
- Incidência do ICMS Ecológico s/ Custo Total - 18,6 % custo total
- Incidência do Lixo Tratado s/ Custo Total - 27,4 % custo total

O conhecimento dos custos reais dos serviços de resíduos sólidos constitui-se em ferramenta fundamental e imprescindível para o dimensionamento e posterior implementação de uma taxa e/ou tarifa de manejo de resíduos sólidos (Ver: VOLUME IX – Sistemas de Informação).

Esta taxa ou tarifa, já existente em grande parte dos municípios fluminenses, não cobre a integralidade dos custos dos serviços de limpeza pública, na maioria dos casos pela inexistência de um sistema de apropriação adequado de custos (Ver também relatório Arranjo Orçamentário de Financeiro).

A cobrança de uma taxa ou tarifa calculada com base em informações reais, que possibilite o custeio integral destes serviços, é fundamental para a manutenção de sistema eficiente e eficaz de limpeza pública que preserve a saúde da população e a qualidade do ambiente.

O custeio dos serviços de transferência, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, parte dos serviços da gestão dos resíduos, preferencialmente a serem executados através consórcios públicos, os mesmos deverão ter seus custos rateados entre os diversos municípios integrantes dos mesmos, contando ainda com a participação do Estado do Rio de Janeiro.

Com o intuito de buscar a sustentabilidade do sistema, o § 2º do artigo 2º do Decreto Estadual nº 43.153 de 25 de agosto de 2011 propõe a criação de Fundo de Reserva de no mínimo 5 % (cinco por cento) com a finalidade de garantir eventuais atrasos em pagamento de parcelas devidas pelos entes municipais que integrem os consórcios.

Outro aspecto a destacar são as determinações decorrentes da Lei Federal nº 12.305, de agosto de 2010 (PNRS) para a implementação de sistema de “coleta seletiva” e de sistema de logística reversa, sistemas estes, que embora possam implicar em aumento de custos operacionais, resultam, por outro lado, em vantagens ambientais, tais como, preservação de recursos naturais, aumento de vida útil de unidades de disposição final de resíduos sólidos (aterros sanitários), bem como ampliação do mercado de trabalho para cooperativas de recicladores (catadores).

Vale lembrar que, com a implantação da coleta seletiva, estes custos sofrerão aumentos, que podem ser parcialmente cobertos através dos acordos setoriais com as empresas responsáveis pela implementação do SLR, assegurando-se, assim, o devido aporte financeiro para o Município e/ou o Consórcio Público, quando houver interface entre estes sistemas, de coleta seletiva com o de SLR (Ver: VOLUME IV – Estudo da Cadeia de Reciclagem e Logística Reversa).

6 ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

6.1 DELIMITAÇÃO E OBJETO DA PESQUISA DA LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL E RESULTADOS OBTIDOS

Preliminarmente, importa ressaltar que, na consecução dessa segunda parte deste Documento, implementou-se uma metodologia de pesquisa da legislação

municipal a partir de dados secundários da rede mundial de computadores (leia-se, *internet*), cujo objeto foi levantar, selecionar e avaliar, apenas, os atos normativos básicos dos Municípios, que norteiam, especifica e diretamente, o sistema público municipal de resíduos sólidos.

Para tanto, delimitou-se como objeto da pesquisa a seguinte legislação basilar municipal, a saber: Lei Orgânica Municipal (LOM); Código de Posturas (CP); Código Tributário Municipal (CTM); e, Leis Orçamentárias, que, por sua vez, compreendem o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Uma vez delimitado o objeto da pesquisa, realizou-se a pesquisa com base em fontes secundárias, quais sejam, sítios eletrônicos dos 92 Municípios fluminenses. Destes 92 Municípios, atingiu-se um grupo de 10 Municípios, que, por sua vez, possuem todos ou alguns dos atos normativos pretendidos, vez que ora a informação não estava disponível ora os arquivos encontravam-se corrompidos com vírus; o que resultou em poucos dados na pesquisa final com pouco mais de 10% do levantamento realizado.

Na pesquisa da legislação orçamentária, obteve-se 4 diplomas legais dos seguintes Municípios, a saber: (1) Araruama; (2) Areal; (3) Duas Barras; e, (4) Paraty. Com efeito, o PPA, a LDO e a LOA desses Municípios serão objeto de análise nessa segunda parte, deste Documento.

6.2 TRÍADE LEGAL ORÇAMENTÁRIA E CICLO ORÇAMENTÁRIO: ASPECTOS GERAIS

6.2.1 *Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual: Considerações Gerais*

6.2.1.1 Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual (PPA), que tem sede na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), é a lei de periodicidade quadrienal de hierarquia especial e sujeita a prazos e ritos peculiares de tramitação, constituindo um instrumento normatizador do planejamento de médio prazo e de definição macro das orientações estatais.

O PPA - que é determinante para o setor público, e indicativo para o setor privado - entra em vigor a partir do segundo ano de uma gestão, e estende-se até o primeiro ano da gestão seguinte. De acordo com o a CRFB/1988, o PPA deve contemplar o que segue:

- estabelecer diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital, de outras decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada;
- instituir conexão entre as prioridades de médio prazo e a Lei Orçamentária Anual (LOA);
- promover planejamento estratégico governamental que organiza as demandas da sociedade em diversas áreas (saúde, educação, assistência social, mobilidade, saneamento básico, coleta seletiva etc.);
- constituir instrumento importante para promover a transparência da gestão pública; e,
- realizar o acompanhamento e a avaliação das ações governamentais, especialmente por meio das metas físicas que permitam a identificação dos resultados alcançados.

6.2.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tem base na CRFB/1988, é lei de periodicidade anual de hierarquia especial e sujeita a prazos e ritos peculiares de tramitação, e constitui um instrumento estatal que tem as seguintes funções básicas:

- Orientar e parametrar a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo a forma como esta deve apresentar-se e indicar as prioridades a serem observadas na sua elaboração;
- Especificar os programas e ações governamentais prioritários a serem executados, e as metas quantificadas a serem atingidas até o final do ano subsequente;
- Dispor sobre as alterações da legislação tributária.

6.2.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual (LOA), que tem sede na CRFB/1988 e é dotada de natureza especial, possui objeto e forma peculiar de tramitação, observado, sempre, a estrutura e o nível de detalhamento definido pela LDO em exercício.

A LOA explicita a política econômica e financeira, assim como os programas e as ações estatais do Poder Público com a definição dos mecanismos de flexibilidade que ficará autorizada a utilizar. A LOA estima a receita e autoriza a despesa do

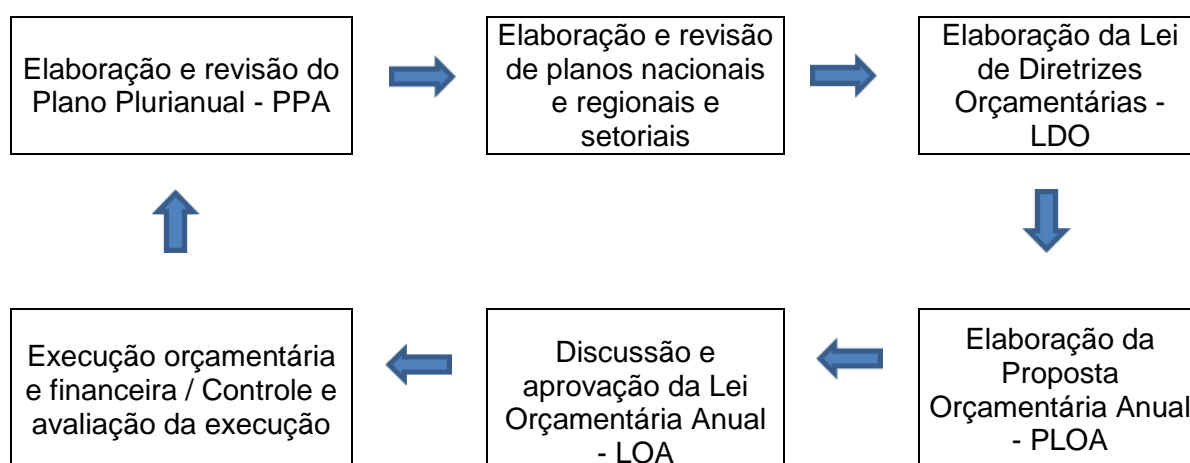
Governo, segundo a previsão de arrecadação. Daí, a LOA segue dotada das seguintes características, a saber:

- Regulamenta todas as ações do Governo, e tem caráter autorizado (não obrigatório);
- Tem como base as prioridades contidas na LDO; e,
- Nenhuma despesa pode ser iniciada se não consta na LOA;

A LOA, que discriminará os recursos orçamentários e financeiros para o alcance das metas e prioridades estabelecidas na LDO, deverá compreender: (1) o orçamento fiscal referente aos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta; e, (2) orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Pública direta e indireta atuantes no setor. Sem prejuízo do exposto, a LOA deverá compreender, ainda, o orçamento de investimento das empresas em que o Poder Público detenha a maioria do capital social com direito a voto.

6.2.1.4 Ciclo Orçamentário

O PPA, a LDO e a LOA compõem a chamada “*Tríade Legal Orçamentária*”, e seguem submetidos a um ciclo do processo de elaboração do orçamento público que integra o planejamento das ações estatais. Eis, a sistematização do ciclo



orçamentário da “*Tríade Legal Orçamentária*”, a saber:

FIGURA 6.2-1: CICLO “TRÍADE ORÇAMENTÁRIA”

6.3 DESPESA E RECEITA PÚBLICA: ASPECTOS GERAIS

6.3.1 *Despesa Pública e suas Classificações*

O orçamento público utiliza um modelo de classificação da despesa orçamentária construído no formato do plano de contas contábil, sendo que cada conta pode ser representada por um código no qual a posição de cada dígito tem um significado específico. Regulamentada pela Lei Federal nº 4.320/64, pela Portaria nº 42/1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, e pela Portaria Interministerial nº 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), essa classificação permite identificar as despesas orçamentárias por cinco perspectivas diferentes: institucional, funcional, por programas, pela natureza e pela fonte de recursos.

❖ **Classificação Institucional**

A classificação institucional procura identificar a unidade administrativa responsável pela execução da despesa. A Lei Federal n.º 4320/64, em seus arts. 13 e 14, explicitam duas categorias dessa classificação: órgão e unidade orçamentária.

O órgão orçamentário constitui no primeiro nível organizacional de cada um dos Poderes constituídos, enquanto as unidades orçamentárias referem-se a um conjunto de serviços subordinados ao mesmo órgão orçamentário. Eis, um exemplo de classificação institucional:

- Órgão orçamentário: Poder Executivo
- Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

❖ **Classificação Funcional**

A classificação funcional busca demonstrar, de maneira sintética, as áreas de atuação que o Governo está aplicando os recursos públicos, e que interesses econômicos ou grupos estão sendo atendidos. Definida pela Portaria nº 42/1999, a classificação funcional estabelece apenas duas categorias:

- função - “Como função deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público” (Portaria nº 42/1999, Art. 1º, § 1º); e,
- subfunção – “A subfunção representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público” (Portaria nº 42/1999, Art. 1º, § 3º).

A Portaria n.º 42/1999, coerente com o objetivo de integrar plano e orçamento, criou uma função denominada “Encargos Especiais” para englobar as despesas que não podem ser associadas a um bem ou serviço gerado no

processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins.

Outro aspecto relevante é que as subfunções podem, em princípio, ser combinadas com quaisquer das funções, e essa flexibilidade permite conhecer, por exemplo, que parcela da função *saneamento* seja gasta na subfunção *Planejamento e Orçamento*. Agregando-se todos os gastos com a subfunção *Planejamento e Orçamento*, pode-se conhecer o montante desses gastos para o ente público como um todo. Eis, um exemplo de classificação por funcional:

- Função 17 – Saneamento
- Subfunção 512 - Saneamento Básico Urbano

❖ Classificação por Programa

A classificação por programa, que tem sede na Portaria n.º42/1999, especifica 4 (quatro) categorias, que seguem conceituadas da seguinte forma:

- a) Programa: instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no PPA;
- b) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;
- c) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental;
- d) Operações Especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações governamentais, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Em síntese, a classificação por programa requer todos os elementos necessários à avaliação da efetividade, eficácia e eficiência; objetivos e indicadores dos programas; metas e produtos dos projetos e atividades; e, produtos e custos dos projetos, atividades e programas.

❖ Classificação pela Natureza

A classificação pela natureza da despesa está associada ao objetivo de proporcionar ao Governo informações úteis que possam conduzir a decisões sobre políticas públicas, afetando a composição do nível de atividade econômica.

Tendo em vista a necessidade de demonstrar os efeitos que os gastos públicos exercem sobre os agregados econômicos, as despesas são agregadas em 2 (duas) categorias, a saber:

- **Despesas Correntes** - destinadas à “manutenção dos serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas atender a obras de conservação e adaptação de imóveis”; e,
- **Despesas de Capital** – destinadas a contribuir para formação ou aquisição de bem de capital e de produtos para a revenda; a concessão de empréstimos; e a amortização de dívidas.

A classificação referenciada acima serve de base para a classificação estabelecida pela Portaria Interministerial n.º163/2001, que desdobra a classificação em quatro blocos, a saber:

- *Categorias econômicas*: compostas por Despesas Correntes e de Capital;
- *Grupos de despesa*: seguem partições das categorias econômicas e buscam representar os principais conjuntos de despesa.
- *Modalidades de aplicação*: têm por objetivo específico facilitar a consolidação das contas do setor público – União, Estados e Municípios –, permitindo eliminar a dupla contagem dos recursos transferidos de um ente da Federação para outro.
- *Elementos de despesa*: identificam os tipos de recursos utilizados no processo de produção de bens e serviços do setor público, tais como pessoal, material de consumo, serviços de terceiros.
- Vale o reparo que o §3º, do art. 3º, da Portaria n.º163/2001 estabelece que o item despesa “é facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa para o atendimento das necessidades de escrituração contábil e controle da execução orçamentária”. Esse desdobramento é importante para especificar os recursos utilizados e permitir melhor controle sobre eles.

A Classificação Econômica da Despesa Orçamentária deve ser identificada pelo conjunto de códigos na sequência a seguir indicada:

1º dígito: indica a categoria econômica da despesa - X.0.00.00.00;

2º dígito: indica o grupo de natureza da despesa - 0.X.00.00.00;

3º / 4º dígitos: indicam a modalidade de aplicação - 0.0.XX.00.00;

5º / 6º dígitos: indicam o elemento da despesa - 0.0.00.XX.00;

7º / 8º dígitos: indicam o item de despesa - 0.0.00.00.XX;

QUADRO 6.3-1: CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

CATEGORIAS ECONÔMICAS	GRUPOS:
DESPESAS CORRENTES	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	2 – Juros e Encargos da Dívida
	3 – Outras Despesas Correntes
DESPESAS DE CAPITAL	4 – Investimento
	5 – Inversões Financeiras
	6 – Amortização da Dívida
	Elementos de Despesa:
	01 – Aposentadorias e Reformas
	03 – Pensões
	11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
	30 – Material de Consumo
	39 – Outros Serviços de Terceiros a Pessoa Jurídica.
	48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física
	61 – Aquisição de Imóveis
	92 – Despesas de Exercícios Anteriores
	99 – A classificar
	Modalidades de Aplicação:
	20 – Transferências à União
	30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal
	40 – Transferências a Municípios
	.
	.
	.
	90 – Aplicações Diretas

Com o advento da Portaria n.º163/2001, a classificação segundo a natureza adquiriu enorme flexibilidade, vez que um mesmo elemento de despesa pode fazer parte de qualquer modalidade – aplicação direta ou transferência -, e esta de qualquer grupo de despesas, e, assim, compor tanto a despesa de capital, quanto a corrente, dependendo, em última análise, não da qualidade em si do elemento de despesa, mas de seu impacto sobre os agregados econômicos.

❖ Classificação pela Fonte de Recursos

A classificação pela fonte de recursos permite conhecer a origem dos recursos que serão destinados à execução dos programas. Eis, a codificação das fontes de recursos:

1. Recursos do Tesouro do Estado;

2. Recursos Vinculados Estaduais;
3. Recursos Vinculados – Fundo Especial de Despesa;
4. Recursos Próprios da Administração Indireta;
5. Recursos Vinculados Federais;
6. Outras Fontes de Recursos;
7. Operações de Crédito.

6.3.2 *Receita Pública e suas Classificações*

Receita Pública é todo o ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Poder Público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura da despesa pública. Com efeito, todo o ingresso orçamentário constitui uma receita pública, pois tem como finalidade atender à despesa pública. Interessa a classificação da receita, notadamente a econômica adotada pela Lei Federal n.º 4.320/1964, que se procede o registro da receita orçamentária, mas, antes disso, promove o próprio registro do direito no momento em que for reconhecido para refletir o real estado patrimonial do órgão ou da entidade pública.

Vale, aqui, abrir um parêntese para ressaltar que a classificação econômica da receita orçamentária é sustentada por conceitos, sem nenhuma ligação com os princípios fundamentais de contabilidade e qualquer utilização de mesmas terminologias é mera coincidência. O fato de serem diferentes os conceitos e os princípios orçamentários dos conceitos e princípios contábeis não elimina a condição de serem refletidos harmonicamente pela contabilidade.

Tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 4.320/1964, as receitas, em sua vertente econômica, podem ser classificadas da seguinte forma:

- **Receita Corrente:** trata-se do ingresso de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais para aplicação em despesas correspondentes e, ainda, em atividades operacionais, correntes ou de capital, visando o atingimento dos objetivos constantes dos programas e ações estatais. As receitas correntes seguem classificadas segundo os seguintes níveis de subcategorias econômicas:
 - Receita Tributária
 - Receita de Contribuições
 - Receita Patrimonial

- Receita Agropecuária
- Receita Industrial
- Receita de Serviços
- Transferência Corrente
- Outras Receitas Correntes

➤ **Receita de Capital:** trata-se de receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, da conversão, em espécie, de bens e direitos, os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente.

6.3.3 Codificação e Detalhamento da Receita Orçamentária

Na elaboração da LOA, a codificação orçamentária da natureza da receita é composta dos seguintes níveis:

1º Nível – Categoria Econômica

2º Nível – Subcategoria Econômica

3º Nível – Fonte

4º Nível – Rubrica

5º Nível – Alínea

6º Nível – Subalínea

Assim sendo, as necessidades internas dos Governos, em suas diversas esferas estatais, poderão ser atendidas mediante o detalhamento das classificações orçamentárias da receita, a partir do nível ainda não detalhado, nos termos do exemplo que segue.

Exemplo: 1.1.2.1.40.00 – Taxas de Serviço de Resíduos Sólidos:

1 = Receita Corrente (Categoria Econômica);

1 = Receita Tributária (Subcategoria Econômica);

2 = Taxas (Fonte);

1 = Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia (Rubrica);

40 = Taxas Serv. de Resíduos Sólidos (Alínea) - NÍVEL EXCLUSIVO DA STN;

00 = NÍVEL DE DETALHAMENTO OPTATIVO (Subalínea).

XX = NÍVEL DE DETALHAMENTO OPTATIVO.

6.4 PANORAMA GERAL DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS LEVANTADOS DOS MUNICÍPIOS COM ENFOQUE NA GESTÃO E NO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A partir da análise conceitual da “*Tríade Legal Orçamentária*” com o seu ciclo orçamentário e, mais do que isso, do conceito de despesa e de receita com as respectivas classificações, é certo que as leis orçamentárias municipais devem contemplar, de forma precisa e adequada, as dotações orçamentárias com as respectivas receitas para fazer frente aos serviços de resíduos sólidos.

A título de exemplo vale trazer à colação a legislação orçamentária pesquisada e diagnosticada do Município de Areal, que traz, de forma detalhada, a previsão da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos, nos termos que segue¹:

QUADRO 6.4-1: LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE AREAL

<p>PPA - Quadriênio 2010/2013 (Lei Municipal nº 586, de 23 de dezembro de 2009)</p>	<p>Prefeitura Municipal de Areal - RJ Planejamento Orçamentário - PPA Anexo II - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos PPA 2010 à 2013 PROGRAMA CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 31 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA SEC.SERV. PUBLICAS, TRANSP.E AGRICULTURA CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA Nº 20.27 OBJETIVO JUSTIFICATIVA CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA R\$ 1.438.682,00 COLETAS DE RESÍDUOS URBANOS Garantir condições sanitárias e ambientais a população municipal</p>
---	--

¹ Deixa-se de realizar a transcrição da legislação orçamentária de todos os Municípios pesquisados, em razão da falta de informação precisa a respeito da dotação pertinente aos serviços de resíduos sólidos. Com efeito, objetiva-se apresentar um modelo de referência para as Municipalidades fluminenses, estabelecendo-se um norte desejável e coerente com proposta de indução do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro (PERS/RJ).

<p>LDO – Exercício p/2013 (Lei Municipal nº 754, de 21 de dezembro de 2012)</p>	<p>Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, expressa por categoria econômica, indicando-se para cada uma, o seguinte detalhamento dos grupos de natureza da despesa a que se refere:</p> <p>I - DESPESAS CORRENTES:</p> <ul style="list-style-type: none">a) pessoal e encargos sociais;b) juros e encargos da dívida;c) outras despesas correntes; <p>II - DESPESAS DE CAPITAL:</p> <ul style="list-style-type: none">a) investimentos;b) inversões financeiras;c) amortização da dívida. <p>§ 1º As categorias de programação de que trata este artigo serão identificadas por projetos ou atividades.</p> <p>§ 2º No projeto de lei orçamentária anual será atribuído a cada projeto ou atividade, para fins de processamento, um código sequencial que constará da Lei Orçamentária Anual.</p> <p>§ 3º O enquadramento dos projetos e atividades, na classificação funcional-programática, deverá observar os objetivos, independentemente da entidade executora.</p> <p>§ 4º Cada projeto somente constará de uma única unidade orçamentária.</p> <p>Art. 7º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição Federal e no art. 2.º seus parágrafos e incisos da Lei Federal n.º 4.320/64, e será composto de:</p> <ul style="list-style-type: none">I - texto da lei;II - resumo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;III - resumo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, segundo a origem dos recursos;IV - resumo da despesa por função, segundo a origem dos recursos;V - resumo da despesa por poderes e órgãos, segundo a origem dos recursos;VI - resumo do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;VII - quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;
---	---

	<p>VIII - demonstrativo da receita por órgão/indiretas;</p> <p>IX - quadro geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por poder e órgão, segundo os grupos de natureza da despesa e fonte de recursos;</p> <p>X - quadro geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por poder e órgão, segundo as categorias de programação, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação; e</p> <p>XI - consolidação dos quadros orçamentários.</p>
LOA – Exercício p/2013 (Lei Municipal 775, de 21 de dezembro de 2012)	<p>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AREAL 1.995.988,00 27.494.145,87 0,00 29.490.133,87</p> <p>Órgão: 20.00 PREFEITURA MUNICIPAL 1.995.988,00 27.494.145,87 0,00 29.490.133,87</p> <p>Unidade: 20.27 SEC. DE SERV. PUBLICOS, TRANSP. E AGRICULTURA 112.566,00 2.679.510,00 0,00 2.792.076,00</p> <p>18 Gestão Ambiental 400.000,00 400.000,00</p> <p>18.452 Serviços Urbanos 400.000,00 400.000,00</p> <p>18.452.31 Coletas de Resíduos Urbanos 400.000,00 400.000,00</p> <p>18.452.31.2.19 atamento e destinação dos resíduos sólidos 400.000,00 400.000,00</p>

6.5 DIRETRIZES PARA COMPOSIÇÃO DE ORÇAMENTO PÚBLICO COM A APROPRIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A correta designação da dotação orçamentária com a respectiva receita contemplada na “*Tríade Legal Orçamentária*” em seu ciclo orçamentário possibilitará identificar, de forma precisa e adequada, a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos, a exemplo do que foi estabelecido na legislação orçamentária do Município de Areal.

Não obstante, está não é regra geral, pois, segundo já sinalizado no item “1.1.1. *Avaliação Econômica - Financeiro dos Serviços*”, desta PARTE II – Arranjo Financeiro e Orçamentário, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, as leis orçamentárias municipais não trazem, de forma clara e transparente, as dotações orçamentárias pertinentes aos serviços de resíduos sólidos. Em verdade, os custos dos serviços de resíduos sólidos seguem diluídos na classificação de receita pelo viés institucional e/ou função. Nada mais do que isso.

O orçamento público municipal constitui uma ferramenta estatal fundamental para implementar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e, mais do que isso, para atender as proposições estratégicas do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro (PERS), vez que toda a elaboração e execução dos programas, projetos e ações estatais, assim como a

utilização e a alocação de recursos deverão estar contemplados no planejamento da execução orçamentária e do seu ciclo orçamentário.

As leis orçamentárias municipais, que, repita-se, compreendem o PPA, a LDO e a LOA, deverão contemplar, segundo as classificações das despesas e das receitas analisadas no item “2.3 *Despesa e Receita Pública: Aspectos Gerais*”, desta PARTE II – Arranjo Financeiro e Orçamentário, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, os custos reais dos serviços de resíduos sólidos com as respectivas receitas, possibilitando, assim, o planejamento das ações e dos recursos estatais que possam atender às necessidades e às prioridades estabelecidas com a fonte de arrecadação correspondentes.

Nesse sentido, o “guia”, que segue referenciado no item “1.1.1. *Avaliação Econômica - Financeiro dos Serviços*”, desta PARTE II – Arranjo Financeiro e Orçamentário, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, possibilitará a obtenção futura de informações reais dos custos dos serviços de resíduos sólidos praticados, especialmente as atividades de limpeza urbana e de coleta e transporte, que, certamente, poderão servir de subsídio para a composição das leis orçamentárias, estabelecendo, assim, um controle de custos.

Vale o reparo que a construção desse controle de custos, que já vem expresso desde a edição da Lei Federal n.º 4.320/1964, ganhou reforço com o advento da Lei Complementar n.º 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu a necessidade de estruturação e manutenção de um sistema de controle de custos, possibilitando, assim, o desenvolvimento de um sistema de custeio que possa, de um lado, identificar os custos dos serviços de resíduos sólidos e, de outro, estabelecer a respectiva receita calcada na definição de taxa ou de tarifa ou, quando for o caso, de preço público para fazer frente aos serviços de resíduos.

6.6 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

6.6.1 Aspectos Gerais

A Portaria STN n.º 72, de 1º de fevereiro de 2012, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF), com lastro no art. 20, da LCP e no inc. II, do art. 40, do Decreto Federal 6.017/2007, busca estabelecer normas legais sobre contabilidade pública e responsabilidade fiscal pelos consórcios públicos e pelos entes políticos consorciados.

Nesse sentido, os entes políticos consorciados, no presente exercício de 2013 para exercício vindouro de 2014, deverão estabelecer em suas leis orçamentárias os recursos públicos necessários a serem transferidos para seus consórcios públicos, em programação específica, devendo discriminar as transferências, quanto à natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza e

modalidade de aplicação. Paralelamente a isso, a classificação funcional e por grupo de natureza de despesa do consórcio público deverá observar a respectiva classificação do ente político consorciado (arts. 5º, 6º, 7º e 19, da Portaria STN n.º72/2012).

No intuito de assegurar a transferência de recursos públicos referida, os consórcios públicos terão prazo para prestarem as informações necessárias para a elaboração das leis orçamentárias anuais pelos entes políticos consorciados, sem prejuízo destes últimos, dos entes políticos consorciados, observarem uma modalidade de aplicação adequada para identificação dos recursos públicos a serem transferidos, por meio de contrato de rateio, para os consórcios públicos, na forma da Portaria Conjunta n.º05, de 08 de dezembro de 2011, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Eis, a identificação da modalidade de aplicação suscitada, a saber:

“93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe.

Despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, além de outras operações, exceto no caso de transferências, delegações ou descentralizações, quando o recebedor dos recursos for consórcio público do qual o ente da Federação participe, nos termos da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005.”

A execução orçamentária das receitas e despesas do consórcio público deverá obedecer às normas gerais de direito financeiro aplicáveis aos entes políticos consorciados. Daí, as receitas de transferências recebidas pelos consórcios públicos e a respectiva execução da despesa deverão ser classificadas em código de fonte/destinação de recursos, que reflitam as finalidades da transferência para garantir que os recursos sejam aplicados no objeto definido no orçamento dos entes políticos consorciados. Para tanto, os códigos de fonte/destinação de recursos serão criados no âmbito do consórcio público para a gestão orçamentário-financeira, e deverá vincular o ingresso de recursos à respectiva aplicação.

6.6.2 Diretrizes para Composição da Proposta Orçamentária dos Consórcios Públicos

Consoante examinado e exteriorizado na PARTE I – Arranjos Institucionais de Cooperação Federativa, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, indicou-se como ação estratégica prioritária a necessidade de o Estado dar continuidade ao processo de fomento, apoio e integração das áreas de consorciamento existentes, a saber: (1) Consórcio Público de Gestão de Resíduos Sólidos da Baixada Fluminense; (2) Lagos 1; (3) Centro Sul 1; (4) Sul Fluminense 2; (5) Noroeste; (6)

Serrana 1; (7) Serrana 2; e, (8) Vale do Café, sem prejuízo de o próprio Estado avançar no processo de consolidação do seu ingresso nesses consorciamentos.

Paralelamente a isso, recomendou-se a implementação de uma outra ação estratégica voltada para a viabilidade de o Estado fomentar a ampliação das áreas de consorciamento, convolvendo, assim, os atuais arranjos regionais propostos em consórcios públicos, a fim de promover o aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos.

Nesse contexto, recomenda-se que tanto os Municípios consorciados integrantes dos consórcios públicos existentes quanto o próprio Estado do Rio de Janeiro que vier a integrar essas áreas de consorciamento deverão fazer inserir em suas leis orçamentárias, no presente exercício de 2013 para o exercício de 2014, os recursos públicos necessários para transferir para os consórcios públicos, nos termos da Portaria STN n.º72/2012 e da Portaria Conjunta n.º05/2011 da STN/SOF.

Para tanto, pode-se valer da estimativa dos custos das áreas de consorciamento previstas no item “1.2.5. *Rateio dos Custos dos Consórcios Públicos*”, desta PARTE II – Arranjo Financeiro e Orçamentário, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, assegurando-se, assim, os recursos públicos mínimos necessários que os Municípios consorciados e o Estado consorciado poderão transferir, por meio de seus orçamentos públicos, para os consorciamentos que fazem parte, notadamente para fazer frente aos serviços de transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, assim como de disposição final ambientalmente de rejeitos.

6.7 PROPOSTA DE MODELAGEM DE TAXA DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS²

A definição da metodologia para o cálculo da Taxa de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos (TCDRS) tem como base o princípio legal de que a taxa deve ser aplicada aos usuários dos serviços para a remuneração dos custos incorridos pelos seus provedores. Para tanto, deve-se identificar todos os serviços, inclusive nas ações voltadas para o planejamento, a regulação e a fiscalização, relacionados com a coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos e apropriar os seus custos correspondentes.

A metodologia apresentada propõe que o valor da TCDRS seja calculado com base em índices e parâmetros próprios, inerentes à prestação de serviços, sendo considerados os seguintes fatores: (i) o nível de renda da população da área atendida; (ii) as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles

² Utilizou-se como referência para a modelagem da taxa de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (TCDRS) a proposta de taxa estabelecida no Plano Diretor de Resíduos Sólidos de Manaus (PDRS/Manaus), aprovado pelo Decreto Municipal n.º1.349, de 10 de novembro de 2011, que, tal qual no presente caso, observa os fatores indicativos para a composição dessa taxa prevista na LDNSB.

edificadas e; (iii) o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio, conforme fórmula a seguir:

$$TCDRS = R. C. V. A$$

Onde:

R = nível de renda

C = caracterização dos lotes e uso da área

V = peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio

A = fator de ajuste

Vale o reparo que a metodologia para a composição da TCDRS leva em consideração os próprios fatores indicados na LDNSB, sendo agregado, porém, de um fator de ajuste que estabelecerá as variáveis de valores porventura existentes.

No tocante à análise da legalidade e da constitucionalidade da taxa de manejo de resíduos sólidos, inclusive a partir da jurisprudência pacífica do Egrégio Supremo Tribunal Federal (E. STF), remetemo-nos a PARTE III – Arranjo Jurídico Remuneratório, deste VOLUME 3 – Arranjos Regionais.

PARTE III – ARRANJO JURÍDICO REMUNERATÓRIO

7 DELIMITAÇÃO E OBJETO DAS PESQUISAS NAS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS E RESULTADOS

Preliminarmente, é importa ressaltar que, na consecução desta PARTE III – Arranjo Jurídico Remuneratório, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, implementou-se metodologia de pesquisa da legislação municipal a partir de dados secundários disponíveis na rede mundial de computadores (*internet*), cujo objeto consistiu em levantar, selecionar e avaliar apenas os atos normativos básicos dos Municípios que norteiam, especifica e diretamente, os sistemas públicos municipais de manejo de resíduos sólidos.

Para tanto, delimitou-se como objeto da pesquisa a seguinte legislação basilar municipal, a saber: Lei Orgânica Municipal (LOM); Código de Posturas (CP); Código Tributário Municipal (CTM); e, Leis Orçamentárias, que, por sua vez, compreendem o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Uma vez delimitado o objeto, a pesquisa se deu nos sítios eletrônicos dos 92 (noventa e dois) Municípios fluminenses. Deste total, atingiu-se um grupo de 23 Municípios, que, por sua vez, possuem todos ou ao menos alguns dos atos normativos pretendidos, vez que ora a informação não estava disponível ora os arquivos encontravam-se corrompidos. Em que pese dificuldade e carência nos dados obtidos, alguns parâmetros foram possíveis, sendo os mesmos abaixo delineados.

Na pesquisa envolvendo os Códigos Tributários Municipais (CTM's), obteve-se 10 (dez) diplomas legais dos seguintes Municípios, a saber: (1) Angra dos Reis; (2) Campos dos Goytacazes; (3) Cordeiro; (4) Duque de Caxias; (5) Niterói; (6) Paracambi; (7) Rio Bonito; (8) Rio de Janeiro; (9) São Gonçalo; e (10) Silva Jardim. Com efeito, os CTM's desses Municípios serão objeto de análise mais detalhada nesta PARTE III – Arranjo Jurídico Remuneratório, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, sempre, é claro, em sintonia com a doutrina especializada e em linha de consonância com a jurisprudência pacífica do E. Supremo Tribunal Federal quanto ao tema.

8 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO SISTEMA DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

8.1 SERVIÇO PÚBLICO, RESÍDUOS SÓLIDOS E COMPETÊNCIA: ASPECTOS GERAIS

Estabelecer bases conceituais para serviço público consiste, historicamente, em percorrer campo amplamente alargado, ainda mais por possuir tal conceito sua matriz oriunda no direito francês, que, regra geral, equipara os serviços públicos a toda e qualquer atividade estatal³. Entendimento este que, por sua vez, não é corrente no Direito brasileiro. Pelo contrário, deste lado do Oceano Atlântico, serviço público, atividade econômica *latu sensu*, não está ligado precipuamente à esfera pública ou à privada.

Em outras palavras, serviço público é atividade que, ontologicamente, poderia pertencer a uma ou outra esfera – seja ela pública seja ela privada –, mas que o Poder Constituinte ou o Constituído, em função de uma avaliação do interesse da coletividade em determinado momento histórico, entendeu que o Estado deveria, para cumprir com as suas funções constitucionais de prestação dos liames sociais, tornar a atividade como sua⁴.

Sob tal perspectiva, e tendo em vista que a Assembleia Constituinte brasileira instituiu um Estado nitidamente social, por sua vez de cunho fortemente prestacional – permeado por dispositivos constitucionais diversos pertinentes às atividades prestacionais alocadas sob a incumbência do Estado⁵ –, um conceito que emerge segundo parâmetros normativos Constitucionais, segundo leciona ALEXANDRE SANTOS ARAGÃO, é o de que “*serviços públicos são as atividades de prestação de utilidades econômicas a indivíduos determinados, colocados pela Constituição ou pela Lei a cargo do Estado, com ou sem reserva de titularidade, e por ele desempenhadas diretamente ou por meio de seus delegatários, gratuita ou remuneradamente, com vistas ao bem-estar da coletividade*”⁶.

Nesse sentido, fato é que serviço público é noção que nada de estático possui, estando sujeito não só as variações temporais, como também as espaciais, compreensão esta brilhantemente exposta por MARIA SYLVIA ZANELA DI PIETRO ao estabelecer serviço público como “*toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados,*

³ GRAU, Eros Roberto. Constituição e Serviço Público, In: Direito Constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides, Malheiros: São Paulo, 2003, p. 264-265.

⁴ ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Direito dos serviços públicos*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 127.

⁵ Apenas a título de exemplo, algumas passagens constitucionais que tratam expressa ou implicitamente (serviço de relevância pública, serviços essenciais, etc.) dos serviços públicos, são: arts. 9º, §1º, 21, X, XI, XII, XIV, XXII, XX, XXIV, XXV, XXVIII, 22, V, 30, V, VII, 35, III, 37, XIII, 39, §7º, 54, I, 129, II, 139, VI, 145, II, 167, IV, 198, dentre várias outras passagens.

⁶ ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Direito dos serviços públicos*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 151.

com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público”⁷.

Independentemente das concepções amplíssimas, amplas, restritas e/ou restritíssimas expostas e defendidas pela doutrina especializada, pacíficas ou não na jurisprudência dos Tribunais brasileiros, ressalta-se entendimento pacífico, seja em ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO – “colocados pela Constituição ou pela Lei a cargo do Estado” – seja em DI PIETRO – “atividade material que a lei atribui ao Estado” –, de que **serviço público será toda e qualquer atividade conferida normativamente ao Estado, que poderá executá-la de forma direta ou delegada, gratuita ou remunerada.**

Sob tal aspecto, o manejo de resíduos sólidos⁸ consiste em atividade incumbida ao Estado, ou seja, é, por assim dizer, um serviço público? Vejamos melhor.

Preliminarmente, importa ressaltar que o inc. XVI, do art. 3º, da PNRS conceitua os resíduos sólidos como “material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível”.

Ainda nesta esteira, quanto ao gerenciamento de resíduos sólidos e, é claro, da limpeza urbana, o art. 2º, inc. V, do Decreto n.º 7.217/2010, positiva a prestação dos serviços de saneamento básico, em que se encartam os de resíduos sólidos, como “atividade, acompanhada ou não de execução de obra, com objetivo de permitir aos usuários acesso a serviço público de saneamento básico com características e padrões de qualidade determinados pela legislação, planejamento ou regulação”.

Voltando-se direta e especificamente às passagens da Lei Federal n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010 (PNRS), regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.404, de 23 de dezembro de 2010, verifica-se que as **atividades de manejo de resíduos sólidos permeiam insistentemente o normativo legal em tela, deixando claro ser ela uma atividade incumbida ao Estado, seja ela desempenhada diretamente ou não, seja ela remuneradamente ou não, porém, sempre com vistas ao bem-estar de uma coletividade.**

Consta logo no art. 3º da PNRS – “definições” – que as atividades de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos constituem um conjunto de atividades denominadas serviço público. Fato é que, atendo-se unicamente à expressão serviço público em sua literalidade, ela aparece ainda ao longo de outras quatro passagens do texto legal, quais são:

⁷ Direito Administrativo. 18ª ed., São Paulo: Atlas, 2005, p. 99.

⁸ À luz do art. 13 da Lei Federal n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a expressão resíduos sólidos será aqui empregada como gênero.

*“Art. 19, §4º: A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do **serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos** pelo órgão competente do Sisnama.”*

*“Art. 19, §5º: Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do caput deste artigo, é vedado atribuir ao **serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos** a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.”*

*“Art. 33, Caput: São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do **serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos**, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de.”*

*“Art. 33, § 7º: Se o titular do **serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos**, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público **serão devidamente remuneradas**, na forma previamente acordada entre as partes.”*

A Lei é clara, por diversas vezes, ao afiançar que o manejo de resíduos sólidos é serviço público, atividade legalmente atribuída ao Estado, podendo ser – repisa-se a exaustão – desempenhada diretamente ou por meio de seus delegados, de forma gratuita ou remunerada e, inconfundivelmente, com vistas ao bem-estar de uma coletividade.

Em sintonia com tudo que acima foi exposto, deve-se reconhecer o manejo de resíduos sólidos como verdadeiro **serviço compartilhado**, que adentra, ao mesmo tempo, na seara dos serviços públicos quanto aos serviços de resíduos sólidos urbanos de titularidade do Município e, ainda, dos serviços econômicos de interesse geral pertinente aos serviços de resíduos sólidos não urbanos imputados aos geradores. Estes últimos constituem, sim, atividade econômica, mas são pautados ao mesmo tempo por princípios privatistas e publicistas, e

seguem regidos por forte fiscalização e regulação estatal para assegurar a preservação do meio ambiente e a proteção da saúde da população⁹.

Obviamente que, quando o Município é contratado para executar os serviços de resíduos sólidos não urbanos, estes serviços não deixarão de ter a natureza jurídica de serviços econômicos de interesse geral. Todavia, o espectro publicista que influenciam os serviços fica ainda mais evidente, o que, de fato, não pode, nem deve, passar despercebido.

Sob outra banda, porém com o mesmo destino – entender o manejo de resíduos sólidos –, as disposições legais acima expostas estão em franca sintonia com a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988), estando dita atividade de manejo de resíduos sólidos diretamente relacionada à limpeza urbana, o que configura, por si só, questão de saúde pública¹⁰. E, em sendo assim, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar fixando diretrizes gerais sobre a defesa e a proteção da saúde pública (art. 24, XII, da CRFB/1988). Sendo, nesta linha, a tarefa de limpeza pública atribuída aos Municípios, nos termos do art. 30, inc. I, da CRFB/1988. E não é só. O respaldo é ainda mais consistente. Avança-se em mais algumas linhas.

A CRFB/1988, em seu art. 21, inc. XX, atribui à União competência administrativa exclusiva para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos. Mais adiante, o art. 23, inc. IX, da CRFB/1988 confere à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios competência administrativa comum para promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Vale ressaltar que a competência administrativa, seja exclusiva seja comum, confere, apenas, um dever-poder ao ente político de concretizar atividades materiais atreladas ao planejamento, à organização, ao poder de polícia, ao controle e à fiscalização do saneamento básico nos termos estabelecidos pela CRFB/1988, sem, porém, implicar na edição de normas para tanto.

Sem embargo do exposto – repita-se –, o inc. V, do art. 30, da CRFB/1988 atribui ao Município competência administrativa privativa para organizar e prestar, diretamente, ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial. Em que pese a CRFB/1988 exteriorizar apenas o serviço público de transporte coletivo – e, complementemente-se, o intramunicipal – como encartado na competência municipal, não há como negar que historicamente o Município é reconhecido de forma pacífica como o titular do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

⁹ Para uma compreensão mais detalhada e aprofundada do tema, ver: ARAÚJO, Marcos Paulo Marques. *Serviço de Limpeza Urbana à luz da Lei de Saneamento Básico: Regulação Jurídica e Concessão da Disposição Final de Lixo*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 129-185.

¹⁰ SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Manual de direito ambiental*. 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 213.

Ao lado disso, a União, os Estados e o Distrito Federal e, até mesmo, o próprio Município, a partir da competência legislativa concorrente para dispor sobre produção e consumo, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da população, responsabilidade por dano ao meio ambiente e ao consumidor, educação e ensino, proteção e defesa da saúde pública (arts. 24, incs. V; VI; VIII; IX; XII; e, 30, inc. II, da CRFB/1988), estão autorizados a legislar, em regime de solidariedade, sobre temas transversais afetados ao saneamento básico, incluindo, é claro, os resíduos sólidos.

Dessa forma, a União, no exercício de sua competência legislativa plena sobre temas transversais atrelados ao saneamento básico, editou a Lei Federal n.º 11.445/2007 (LDNSB) e seu Decreto Federal n.º 7.217/2010 e, ainda, a Lei n.º 12.305/2010 (PNRS) e seu Decreto Federal n.º 7.404/2010.

Conclusivamente ao tópico, cabe aqui ressaltar que a concepção de saneamento básico não se resume apenas aos serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário. Operou-se, em verdade, uma verdadeira evolução – diga-se também, uma revolução – dessa concepção que se aproxima da ideia de saneamento ambiental, passando a abrigar tanto os serviços de limpeza urbana quanto o de manejo de resíduos sólidos quanto os de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, o que, inclusive, foi conhecido e reconhecido em sede legislativa, a teor do disposto no art. 3º, inc. I, alíneas “a” a “d”, da LDNSB.

Portanto, não há dúvidas em se reconhecer que o manejo de resíduos sólidos é um **serviço compartilhado**, que, por assim dizer, **adentra tanto na seara dos serviços públicos de titularidade do Município quanto nos serviços econômicos pertinentes aos serviços de resíduos sólidos não urbanos imputados aos geradores**. Neste sentido – sob uma ótica mais ampla e atualizada ao tema –, o manejo de resíduos sólidos é atividade atribuída ao Estado, podendo este prestá-lo diretamente ou por meio de seus delegatários, seja ele de forma gratuita ou remunerada, sempre em prol da saúde pública – bem estar da coletividade –, o que será desenvolvido sob a competência direta do ente federativo municipal, sem prejuízo da fixação de diretrizes pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal.

8.2 REMUNERAÇÃO: ASPECTOS GERAIS

O art. 29, inc. II, da LDNSB prevê que o serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos será remunerado por taxa, tarifa ou preço público, segundo o seu regime de prestação. Ocorre que o serviço público de limpeza urbana não pode ser remunerado por taxa, tarifa ou preço público, pois, por ter natureza não específica e indivisível, deverá ser remunerado pelos cofres públicos municipais sob a forma tributária de imposto¹¹.

¹¹ Entendimento este já consolidado pelo E. Supremo Tribunal Federal, conforme abaixo será demonstrado ao tratarmos de resíduos sólidos e a jurisprudência da Suprema Corte.

Os serviços de manejo de resíduos sólidos é que, por sua vez, poderão ser remunerados por taxa, tarifa ou preço público, segundo o seu regime de execução. Portanto, **taxa, tarifa e preço público** dos serviços de resíduos sólidos não se confundem. Essas formas de remuneração são aplicadas em conformidade com o regime jurídico a que as atividades de manejo forem submetidas para fins de execução.

Assim sendo – e apenas em linhas gerais ao tópico –, empregar-se-á taxa, que tem natureza de tributo, quando o serviço for prestado pela própria Administração Pública sob as regras do Direito Público. Por outro lado, será tarifa quando prestado pela iniciativa privada sob as regras do Direito Privado, porém sob o influxo dos princípios publicistas. Por fim, será preço público quando a própria Administração Pública prestar, na qualidade de agente econômico, uma atividade do manejo de resíduos sólidos que não for considerada serviço público, como, por exemplo, coleta de resíduos sólidos de serviços de saúde, cobrando pela prestação desse serviço, o que vai ao encontro do disposto no art. 27, da PNRS.

Independentemente de ser taxa, tarifa ou preço público, a modelagem da remuneração das atividades de manejo de resíduos sólidos serão norteadas pelas diretrizes estabelecidas nos incs. I a VIII, do §1º, do art. 29, da LDNSB. Sem prejuízo dessas diretrizes, a formatação do regime remuneratório do manejo de resíduos sólidos deverá levar em consideração, ainda, os fatores previstos nos incs. I a VI, do art. 30, da LDNSB.

A contraprestação do serviço de limpeza urbana, além de ter que promover a adequada destinação final dos resíduos sólidos, poderá se basear em um, dois ou todos os seguintes critérios: (1) nível de renda da população atendida; (2) característica dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas; e/ou (3) peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio (art. 35, incs. I a III, da LDNSB). O Decreto Federal n.º 7.217/2010 acrescenta, ainda, a estes critérios a indicação de mecanismos econômicos de incentivo à minimização da geração de resíduos sólidos e à recuperação dos resíduos gerados (art. 14, inc. IV).

Vale ressaltar que constitui requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação da taxa de manejo de resíduos sólidos pelo Município (art. 11, da Lei Complementar n.º 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Com efeito, se o Município tiver instituído a sua taxa de manejo como receita do seu orçamento para a gestão e o gerenciamento dos serviços de resíduos sólidos, é certo que deverá buscar a sua efetiva arrecadação, a fim de estabelecer a sustentabilidade do sistema.

Ressalte-se que o gestor público municipal, no caso, o Prefeito, que for omissor em promover a arrecadação dos recursos originários da taxa de manejo de resíduos sólidos poderá ser sua conduta omissiva, seja por dolo seja por culposa, enquadrada como ato de improbidade administrativa por causar perda patrimonial dos haveres do Tesouro Público, notadamente pela negligência em realizar a

arrecadação desse tributo (art. 10, inc. X, da Lei Federal n.º8429/1992, Lei de Improbidade Administrativa – LIA).

A Lei Estadual nº 4.191/2003, Política Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro, em seu art. 3º, inc. V, estabelece, como um dos seus objetivos, estimular os Municípios a atingirem a sustentabilidade financeira e econômica dos sistemas de resíduos sólidos mediante a criação e a implantação de mecanismos de cobrança e arrecadação compatíveis com a capacidade de pagamento da população.

8.3 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: ASPECTOS GERAIS

Tanto os planos estaduais quanto os planos municipais de resíduos sólidos representam condicionantes para que Estados e Municípios acessem recursos públicos da União a partir de 2012, segundo preveem os arts. 16 e 18 c/c art. 55, da PNRS. Ou seja, a ausência de planejamento na gestão de resíduos sólidos impede que Estados e Municípios acessem os recursos públicos federais ou, ainda, sejam beneficiados por incentivos e/ou financiamentos por órgãos e/ou entidades federais, que venham a ser destinados em prol de empreendimentos e/ou serviços de resíduos sólidos, sem prejuízo da aferição da devida regularidade fiscal perante o Governo federal (art. 78, incs. I e II e seu parágrafo único, do Decreto n.º7.404/2010).

Por outro lado, a Administração Pública federal direta e indireta dará prioridade para o acesso aos recursos públicos federais às pessoas que seguem (art. 79, incs. I a III, do Decreto n.º7.404/2010):

- ✓ aos Estados que instituírem microrregiões para integrar, em harmonia com os Municípios dessas regiões, o planejamento, organização e execução dos serviços de resíduos sólidos;
- ✓ aos Municípios e ao Distrito Federal que observem o seguinte: (1) contratem consórcios públicos para promoverem a gestão de resíduos sólidos, incluída a elaboração e implantação do plano intermunicipal de resíduos sólidos, ou, então, adiram ao planejamento das microrregiões do setor realizado e execução em consonância com o Estado; ou, (2) implementem coleta seletiva com organizações de catadores;
- ✓ aos consórcios públicos regidos pela LCP e seu Decreto n.º6.017/2007.

Sem prejuízo de outros critérios que venham a ser instituídos por programas federais setoriais (art. 79, 1º, do Decreto n.º7.404/2010), Estados, Municípios, Distrito Federal e consórcios públicos deverão atender às seguintes condicionantes para acessar aos recursos federais mencionados anteriormente:

- adotar, de forma efetiva, soluções regionalizadas, especificamente em âmbito de microrregiões e de consorciamento, para planejamento, organização e execução das ações na seara da gestão dos serviços de resíduos sólidos; e,
- manter os dados e informações atualizadas no sistema nacional de informações sobre gestão de resíduos sólidos (SINIR), o que será comprovado mediante a apresentação de certidão de regularidade emitida pelo órgão coordenador desse sistema.

No plano estadual, a CERJ/1989, em seu art. 263, autoriza a criação, por meio de lei específica, do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), destinado à implementação de programas e projetos de recuperação e preservação do meio ambiente, bem como de desenvolvimento urbano, vedada sua utilização para pagamento de pessoal da administração pública, direta e indireta, ou de despesas de custeio de sua finalidade.

A integração da eficácia do art. 263, da CERJ/1989, adveio da recepção da Lei Estadual n.º1.060/1986¹², cuja redação sofreu sucessivas alterações pelas Leis Estaduais n.º2.575/1996¹³, n.º3.520/2000¹⁴ e n.º4.143/2003¹⁵. Coube ao Decreto Estadual n.º10.973/1988¹⁶ regulamentar a Lei Estadual n.º1.060/1986, pormenorizando as normas atinentes ao FECAM.

O FECAM é provido com 5% dos 20% que o Estado do Rio de Janeiro faz jus a título de compensação pela exploração dos recursos naturais do seu território conforme assegurado no §1º, do art. 20, da CRFB/1988, sem prejuízo de outras fontes de recursos (art. 263, §1º, incs. I a V, da CERJ/1989 c/c art. 3º, alíneas “a” até “g”, da Lei Estadual n.º1.060/1986). Dentre os projetos ambientais que podem ser objeto de financiamento pelo FECAM, destaca-se a implantação de sistemas de coleta de lixo, com ênfase na coleta seletiva e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos e sua reciclagem (inc. II, §3º, do art. 263, da CERJ/1989).

Outrossim, é plenamente possível utilizar-se recursos do FECAM para financiar projetos e programa relativos ao aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos, como, por exemplo, o programa COMPRA DO LIXO TRATADO, segundo previsto no art. 10, inc. II, do Decreto Estadual n.º42.930/2011. Para tanto, deverão ser observadas as normas e os critérios estabelecidos pelo Conselho Superior do FECAM, responsável pelo gerenciamento desse fundo, sem prejuízo de atender as normas de controle de

¹² Lei Estadual n.º1.060, de 10 de novembro de 1986, que institui o Fundo Especial de Controle Ambiental – FECAM, e dá outras providências.

¹³ Lei Estadual n.º2575, de 19 de junho de 1996, que acrescenta dispositivos à Lei n.º1060, de 10 de novembro de 1986, e dá outras providências.

¹⁴ Lei Estadual n.º3.520, de 27 de dezembro de 2000, que altera a redação dos artigos 2º, 4º e 9º, da Lei n.º1060, de 10 de novembro de 1986, e dá outras providências.

¹⁵ Lei Estadual n.º4.143, de 28 de agosto de 2003, que altera a redação do art. 3º, alínea “a”, da Lei n.º1.060, de 10 de novembro de 1986, alterada pela Lei n.º2.575, de 19 de junho de 1996, e dá outras providências.

¹⁶ Decreto Estadual n.º10.973, de 09 de fevereiro de 1988, que cria o Fundo Especial de Controle Ambiental – FECAM, e dá outras providências.

contas estabelecidas pelo Decreto Estadual n.º 41.369/2008¹⁷. (art. 263, §2º, da CERJ/1989 c/c arts. 4º e 9º, alíneas “b” e “c” da Lei Estadual n.º 1.060/1986).

Afora a possibilidade de utilizar-se recursos do FECAM para financiar projetos e programas em prol do aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos, a Lei Estadual n.º 2.664/1996¹⁸, cuja redação foi alterada pela Lei Estadual n.º 5.100/2007¹⁹, assegura ao Município recebimento de ¼ dos 25% à título de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, sendo que 2,5% desse ¼ será voltado para atender ao critério de conservação ambiental. Dentre os componentes da conservação ambiental, encontra-se a coleta e disposição adequada de resíduos sólidos, que será contemplada com 25% desse 2,5% (arts. 1º, inc. I; e, 2º, inc. III, §2º, inc. III, da Lei Estadual n.º 2.664/1996). Trata-se, assim, do chamado ICMS Ecológico.

Os índices percentuais a serem percebidos por Municípios em razão do critério de conservação ambiental serão anualmente calculados pela Fundação CIDE em cooperação com a SEA, respeitando às definições técnicas estabelecidas em regulamento (art. 2º, §3º, da Lei Estadual n.º 2.664/1996). Coube ao Decreto Estadual n.º 41.844/2009²⁰ que estabelece definições técnicas para alocação de percentual a ser distribuído aos Municípios em função do recebimento do ICMS Ecológico.

Ressalte-se que o recebimento do ICMS Ecológico pelo Município fica condicionando a deter o seu sistema municipal de meio ambiente, que deverá conter, pelo menos: (1) conselho municipal de meio ambiente; (2) fundo municipal de meio ambiente; (3) órgão administrativo executor da política ambiental municipal; (4) guarda municipal ambiental (art. 3º, da Lei Estadual n.º 2.664/1996).

8.4 FINANCIAMENTO PÚBLICO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA

O art. 29, inc. II, da LDNSB – repita-se a exaustão – prevê que o serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos será remunerado por taxa, tarifa ou preços públicos, segundo o seu regime de prestação. Ocorre que o **serviço de limpeza urbana não pode ser remunerado por taxa, tarifa ou preço público**, pois, por ter natureza não específica e indivisível, deverá ele ser remunerado

¹⁷ Decreto Estadual n.º 41.369, de 27 de junho de 2008, que define procedimentos para o acompanhamento da aplicação de recursos provenientes do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM.

¹⁸ Lei Estadual n.º 2.664, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição aos Municípios de parcela de 25% do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.

¹⁹ Lei Estadual n.º 5.100, de 04 de outubro de 2007, que altera a Lei Estadual n.º 2.664, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição aos Municípios de parcela de 25% do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, incluindo o critério de conservação ambiental, e dá outras providências.

²⁰ Decreto Estadual n.º 41.844, de 04 de maio de 2009, que estabelece definições técnicas para alocação de percentual a ser distribuído aos Municípios em função do ICMS Ecológico.

pelos cofres públicos municipais, podendo seu custeio se dar por meio da arrecadação de impostos em geral.

Referido entendimento é basilar na jurisprudência do E. Supremo Tribunal Federal²¹, senão vejamos:

“TRIBUTÁRIO. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA (TLP). INEXIGIBILIDADE. ATIVIDADE ESTATAL QUE NÃO SE REVESTE DAS CARACTERÍSTICAS DE ESPECIFICIDADE E DIVISIBILIDADE. É assente nesta colenda Corte que a taxa de limpeza pública, cuida-se de atividade estatal que se traduz em prestação de utilidade inespecífica, indivisível e insuscetível de ser referida a determinado contribuinte, não podendo ser custeada senão por meio do produto da arrecadação dos impostos gerais. Nego provimento ao agravo.”

Segundo consolidado pela Corte Suprema, limpeza pública cuida-se de atividade incumbida à Administração Pública, sendo ela traduzida em utilidade prestacional inespecífica, indivisível e insuscetível de ser referida a um contribuinte determinado, o que resulta, por assim dizer, na necessidade em ser ela custeada por meio da arrecadação dos impostos.

Entendimento este de longa data consolidado no E. Supremo Tribunal Federal, conforme restou consignado no RE nº 249.070/RJ, Primeira Turma, tendo como Relator o Ministro Ilmar Galvão²²:

“TRIBUTÁRIO. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. TAXA DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA PÚBLICA. EXERCÍCIO DE 1995. LEI Nº 1.513/89. ACÓRDÃO QUE RECONHECEU A LEGITIMIDADE DA EXAÇÃO. ALEGADA OFENSA AO ART. 245, INC. II E §2º, DA CF. Tributo vinculado não apenas a coleta de lixo domiciliar, mas também a limpeza de logradouros públicos, hipótese em que os serviços são executados em benefício da população em geral (uti universi), sem possibilidade de individualização dos respectivos usuários e, consequentemente, da referibilidade a contribuintes determinados, não se prestando para custeio mediante taxa. Impossibilidade, no caso, de separação das duas parcelas. Recurso conhecido e provido.”

Eis o suporte que embasa a necessidade de financiamento público dos serviços de limpeza urbana, mediante arrecadação de impostos, que não as taxas e, por consequente, tarifa ou preço público, em que pese redação diversa inserta na LDNSB. Entendimento divergente perdura – e vem perdurando no E. Supremo Tribunal Federal – quanto aos serviços de manejo de resíduos sólidos que, por sua vez, poderão ser remunerados por taxa, tarifa ou preço público, segundo o seu regime de execução, pois são atividades que podem ser traduzidas de forma específica, divisível e suscetível de ser referida a um determinado contribuinte, entendimento, este, que será abaixo melhor detalhado.

²¹ STF, AgR no AI nº 460.195/MG, Primeira Turma, Relator: Ministro CARLOS BRITTO, j. 16.08.2005, grifos acrescidos.

²² STF, RE nº 249.070/RJ, Primeira Turma, Relator: Ministro Ilmar Galvão, DJ. 13.12.1999.

8.5 TAXA, TARIFA E PREÇO PÚBLICO: ASPECTOS CONCEITUAIS E DIFERENÇAS

Já restou acima destacado que os serviços de manejo de resíduos sólidos poderão ser remunerados por taxa, tarifa ou preço público, desde que observados os seus regimes de execução. Porém, alguns apontamentos conceituais, e em linhas gerais, devem ser tecidos quanto à taxa, tarifa e preço público. Avança-se nesse sentido.

A **taxa**, segundo a CRFB/1988, art. 145, inc. II, poderá ser instituída pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão (1) do exercício do poder de polícia ou (2) da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

Segundo RICARDO LOBO TORRES²³, três são os “*requisitos essenciais, sem os quais não se configura a taxa pela prestação do serviço: a utilização efetiva ou policial do serviço; a especificidade ou a divisibilidade da prestação; a efetividade ou a disponibilidade do serviço*”.

Também é possível se extrair do dispositivo constitucional que a instituição de uma taxa corresponde sempre a uma prestação estatal diretamente dirigida ao contribuinte: tributo vinculado. Nos dizeres de ROQUE ANTONIO CARRAZZA²⁴: “*podemos dizer que taxas são tributos que têm por hipótese de incidência uma atuação estatal diretamente referida ao contribuinte. Esta atuação estatal – consoante reza o art. 145, II, da CF (que traça a regra-matriz das taxas) – pode consistir ou num serviço público, ou num ato de polícia*”.

Sendo tal tributo guiado pelo princípio da retributividade, sua base de cálculo deve traduzir o custo do Estado com o exercício do poder de polícia ou com a prestação do referido serviço público, restando rechaçada a possibilidade de lucro. Linha de entendimento, esta, também capitaneado pela doutrina de ROQUE ANTONIO CARRAZZA, segundo o qual “*ao contrário do que acontece com os impostos, as pessoas políticas não podem criar taxas com o fito exclusivo de carrear dinheiro para os cofres públicos. Além disso, na medida em que o pagamento das taxas está vinculado à prestação de um dado serviço público ou à prática de um determinado ato de polícia, elas devem estar voltadas a seu custeio, e não de outros serviços ou atos de polícia, que não alcançam o contribuinte (ou que a ele não estão disponibilizados, no caso dos serviços públicos). Ainda dentro desta linha de raciocínio, não é dado ao Poder Público manipular abusivamente os serviços públicos ou as diligências que levam ao exercício do poder de polícia, só para incrementar receitas*”.

Logo, a taxa pode ser traduzida em uma contraprestação paga à Administração Pública em razão da limitação de direitos e liberdades subjetivas (taxa de polícia) ou da prestação de serviço público específico e divisível (taxa de serviço), não

²³ Curso de direito financeiro e tributário, 16ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 403.

²⁴ Curso de Direito Constitucional Tributário, 19ª ed., São Paulo: Malheiros, 2003, p. 486.

sendo possível ao Estado obter lucro com a sua cobrança, mas, ao contrário, apenas e unicamente repor seus cofres pelos gastos advindos com as atuações estatais dirigidas ao contribuinte.

A **tarifa**, por sua vez, está prevista no art. 175, parágrafo único, inc. III, da CRFB/1988, podendo ser traduzida no fato de que concessionárias e permissionárias de serviços públicos poderão, para explorarem economicamente o serviço público a eles delegados pelo Estado, cobrar tarifas. Em outras palavras, trata-se de cobrança feita por particulares no desempenho de atividades originalmente conferidas ao Estado, que, porém, foi ela delegada a um determinado particular – atividade pública prestada por particulares.

Nesta esfera há lucro, pois, como não pode deixar de ser, então, e a toda evidência, não estamos a tratar de taxa, tão pouco de qualquer outro tributo, o que enseja a existência de tarifa.

Nas palavras de BANDEIRA DE MELLO²⁵, *“para o concessionário, a prestação do serviço é um meio através do qual obtém o fim que almeja: o lucro. Reversamente, para o Estado, o lucro que propicia ao concessionário é meio por cuja via busca sua finalidade, que é a boa prestação do serviço”*.

Portanto, e segundo diretrizes majoritárias da doutrina, tarifa é o preço, e não o tributo, cobrado por pessoa jurídica – salvo as de direito público – que, mediante delegação promovida pelo Estado, explore coisa pública, o que lhe ensinará a obtenção de lucro, sujeito, porém, ao controle Estatal na fixação dos valores.

Por fim, e sem maiores delongas, **preço público**, é o valor cobrado pela prestação de uma atividade de interesse público, seja ela privativa ou não do Estado, desde que prestada diretamente por uma pessoa jurídica de direito privado, pública ou privada, estando sujeita a restrições na livre fixação do seu valor²⁶.

O preço público não tem natureza tributária, mas contratual, constituído como receita originária e facultativa oriunda da contraprestação pelo particular por um bem, utilidade ou serviço em uma relação de cunho negocial em que está presente a vontade do particular²⁷.

O E. Supremo Tribunal Federal, por sua vez, elaborou a Súmula nº 545 para justamente diferenciar taxas e preços públicos, restando, então, consignado que *“preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daquelas, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu”*.

²⁵ *Curso de Direito Administrativo*, 14ª ed., São Paulo: Malheiros, p. 641-642.

²⁶ Para alguns autores, “o preço público deve se transformar em taxa, no momento em que as condições principalmente legais tornarem a contratação do ente estatal ou seu delegatário como única escolha, logo não haverá economia de mercado para dar opções para o particular, necessitando o direito protegê-lo dos abusos do monopólio público”, In: BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução às ciências das finanças. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987, pp. 119-127.

²⁷ PAUSEN, Leandro. Direito tributário: constituição e código tributário à luz da doutrina e da jurisprudência. 3ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 43.

Delineados conceitos e estabelecidas diferenças básicas, alguns apontamentos devem ser firmados quanto aos entendimentos do E. Supremo Tribunal Federal envolvendo o manejo de resíduos sólidos. Em outras palavras, verificar-se-á como os casos envolvendo o tema, seja direta ou expressamente seja indireta ou tangencialmente, estão sendo direcionados. Senão, vejamos.

QUADRO 8.5-1: TAXA, TARIFA E PREÇO PÚBLICO

TAXA:	Trata-se de uma contraprestação paga ao Estado em razão da limitação de direitos e liberdades subjetivas (taxa de polícia) ou da prestação de serviço público específico e divisível (taxa de serviço), não sendo possível ao Estado obter lucro com a sua cobrança, mas, ao contrário, apenas e unicamente, repor seus cofres pelos gastos advindos com as atuações estatais dirigidas ao contribuinte.
TARIFA:	Tarifa é o preço, e não o tributo, cobrado por pessoa jurídica – salvo as de direito público – que, mediante delegação promovida pelo Estado, explore coisa pública, o que lhe ensejará a obtenção de lucro, sujeito, porém, ao controle Estatal na fixação dos valores.
PREÇO PÚBLICO:	Trata-se do valor cobrado pela prestação de uma atividade de interesse público, seja ela privativa ou não do Estado, desde que prestada diretamente por uma pessoa jurídica de direito privado, pública ou privada, estando sujeita a restrições na livre fixação do seu valor.

8.5.1 Manejo de Resíduos Sólidos e Posição do Egrégio Supremo Tribunal Federal

O tema envolvendo o manejo de resíduos sólidos não é matéria nova no Egrégio Supremo Tribunal Federal (E. STF), havendo, pelo contrário, pacífica jurisprudência e, inclusive, sumulada. Recentemente, no julgamento do RE 576.321-RG-QO/SP²⁸, com repercussão geral da matéria, a Corte Suprema ratificou seu posicionamento no sentido de que são específicos e divisíveis os serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis – em outras palavras, manejo de resíduos sólidos –, desde que tais atividades sejam completamente dissociadas de outros serviços públicos de limpeza realizados em benefício da população em geral (*uti universi*) e de forma indivisível, tais como os de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos.

Neste sentido, cumpre ressaltar, por oportuno, que em razão do referido julgamento, o Plenário do E. Supremo Tribunal Federal aprovou a Súmula Vinculante nº 19, cujo teor segue transcrito:

²⁸ STF, RG por QQ RE nº 576.321/SP, Plenário, Relator: Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, j. 04.12.2008.

“A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal”.

E não é só. Em sede de Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 411.251/MG, sob a relatoria do Ministro EROS GRAU²⁹, a Suprema Corte consignou que *“é legítima a taxa de coleta de resíduos sólidos urbanos”*, pois *“tributo cobrado pelo exercício de serviço disponível e específico”*. Repisa-se: serviço divisível e específico.

Em decisão recente, sob a relatoria do Ministro CELSO DE MELLO³⁰, a Suprema Corte ratificou entendimento historicamente consolidado, reconhecendo que a taxa incidente sobre os serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação final de lixo ou resíduos sólidos é espécie tributária aplicável ao caso. Prudente destacar que neste julgado a expressão *“resíduos sólidos”* é clara, evitando margens para discussões.

Além disso, no que diz respeito ao argumento da utilização de base de cálculo própria de impostos, ainda no julgamento do RE 576.321-RG-QO/SP³¹, o E. Supremo Tribunal Federal manteve entendimento pela constitucionalidade de taxas que, na apuração do montante devido, adotarem um ou mais dos elementos que compõem a base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não se verifique identidade integral entre uma base e a outra.

Entendimento este que se encontra sumulado, conforme Súmula Vinculante nº 29:

“É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.”

Portanto, não existem dúvidas de que a manutenção do sistema de manejo de resíduos sólidos poderá ocorrer via taxa, pois há entendimento pacífico do E. Supremo Tribunal Federal, inclusive sob a ótica da súmula vinculante. Não há dúvidas, também, em que pese existirem julgamentos (inclusive do Egrégio Superior Tribunal de Justiça – E. STJ) em direção oposta (ao menos em tese, pois muitos méritos não foram enfrentados por questões processuais), que os serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos sólidos são passíveis tanto da tarifa quanto do preço público, pois são atividades divisíveis e específicas, conforme afiançado pelo próprio E. Supremo Tribunal Federal³².

²⁹ STF, AgR no RE nº 411.251/MG, Segunda Turma, Relator: Ministro EROS GRAU, j. 04.09.2007.

³⁰ STF, AgR no RE nº 602.741/DF, Segunda Turma, Relator: Ministro CELSO DE MELLO, j. 25.05.2010.

³¹ STF, RG por QQ RE nº 576.321/SP, Plenário, Relator: Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, j. 04.12.2008.

³² STF, AgR no RE nº 411.251/MG, Segunda Turma, Relator: Ministro EROS GRAU, j. 04.09.2007.

8.5.2 Grandes geradores de resíduos sólidos: apontamentos específicos

Geradores de resíduos sólidos, segundo o art. 3º, inc. IX, da PNRS, são todas as “*pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo*”, abarcando, portanto, todos os sujeitos que são capazes de gerar algum tipo de resíduo sólido.

Na prática, referido conceito assume grande relevância se bem utilizado para fins de escalonamento das potencialidades de determinado agente na geração de resíduos sólidos, podendo ser ele enquadrado como gerador de grande, médio ou pequeno porte. Como reflexo desse alinhamento, exigir-se-á de cada gerador ações específicas de alinhamento para viabilizar o sistema de manejo de resíduos sólidos.

Apenas a título de exemplo, vejamos como o Município de Mesquita, no Estado do Rio de Janeiro, direciona sua legislação aos grandes geradores³³:

“Art. 182 - A Taxa de Serviço de Coleta e Remoção de Lixo – TSCL é devida pela prestação dos serviços de coleta e remoção de resíduos sólidos ordinários, assim caracterizados no Art. 186 da presente Lei, colocados à disposição nos dias e horários estabelecidos pelo Poder Municipal.

§1º - A remoção de entulhos de obras, animais mortos, bens móveis inservíveis e outros resíduos não considerados ordinários, será sujeita a normatização específica e à tabela de cobrança de preços públicos, elaborados pelo órgão executor.

§2º - A prestação dos serviços em horários, dias e frequências diferentes dos estabelecidos pelo Poder Municipal, estará sujeita a normatização e à tabela de cobrança de preços públicos, elaboradas pelo órgão executor.

(...)

Art. 186 - Serão considerados resíduos sólidos ordinários, para efeito desta Lei:

I - de origem residencial: definidos como aqueles produzidos nos imóveis em geral, pelo exercício normal das atividades a que se destinam, com peso específico menor de 500 kg/m³ (quinhentos quilogramas por metro cúbico), acondicionados em recipientes com volume de até 100 (cem) litros e altura de até 70 (setenta) centímetros, colocados no alinhamento das construções, e em condições de serem recolhidos pela coleta normal, e que não sejam considerados perigosos de acordo com a NBR 1004;

II - de origem não residencial:

³³ Lei complementar municipal nº 3, de 29 de dezembro de 2003, grifos acrescentados.

a) *comercial: resíduos originados dos estabelecimentos comerciais, restaurantes, bares, hotéis, quartéis, mercados, clubes, matadouros, abatedouros, cemitérios, recintos de exposições, edifícios públicos em geral, com as mesmas características dos resíduos sólidos domiciliares, até o limite de 100 (cem) litros por dia. Os contribuintes que produzirem quantidade superior a 100 (cem) litros por dia serão considerados grandes geradores, e sujeitos a normatização específica elaborada pelo órgão executor;*

b) *industrial: resíduos originados das atividades industriais, com as mesmas características e limitações dos resíduos sólidos residenciais e comerciais. O lixo industrial perigoso continua submetido à Legislação Estadual;*

c) *hospitalar: (...)”*

Percebe-se que existe certa atenção para os chamados resíduos sólidos ordinários, inclusive com previsão de preços públicos para os considerados não ordinários (artigo 182, §1º). No entanto, pende sua efetividade da elaboração de legislação específica pelo órgão executor, o que se desconhece até o momento. Quanto aos grandes produtores, contribuintes que produzirem quantidade superior a 100 (cem) litros por dia, a previsão normativa futura não é diferente (artigo 186, inciso II, alínea a).

Por sua vez, outros municípios no Estado do Rio de Janeiro são carentes ou ainda mais lacunosos quanto ao tema, sendo desnecessário qualquer prolongamento mais específico.

Fato é que identificados e definidos os agentes geradores de resíduos sólidos – especialmente os grandes geradores, conforme legislações específicas para tanto – poderão eles ter enquadramentos dentro do sistema de resíduos sólidos, inclusive mediante o estabelecimento de preços públicos para cada escalonamento configurado. Em outras palavras, significa dizer que a própria Administração Pública poderá prestar, na qualidade de agente econômico, atividades de manejo de resíduos sólidos aos grandes geradores; o que vai ao encontro do disposto no art. 27, da PNRS, e atende às diretrizes dos incs. I a VI, do art. 30, da LDNSB.

Portanto, sendo o manejo de resíduos sólidos um **serviço compartilhado** – se insere tanto na seara dos serviços públicos de titularidade do Município quanto nos serviços econômicos pertinentes aos serviços de resíduos sólidos – o **preço público**, como contrapartida à prestação de uma atividade, poderá, ou melhor, deverá, ser instituído pelos entes públicos municipais a fim conferir viabilidade e sustentabilidade ao sistema de manejo de resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro.

8.5.3 Coleta Seletiva, Resíduos Sólidos, Sistema de Logística Reversa e Potencial Remuneratório: Aspectos Gerais e Interdependentes

A pretensão deste tópico não é exaurir os temas que identifica e sim lançar luz aos referidos assuntos, pois o potencial remuneratório (de parte) dos serviços de coleta seletiva ou, ao menos, da fração seca dos resíduos sólidos urbanos desviados dos aterros sanitários pelos sistemas que envolvem a logística reversa, consistem em potencial remuneratório complementar aos municípios, inclusive com a venda desses resíduos para o mercado da reciclagem. Explica-se melhor.

O sistema de coleta seletiva constitui atividade integrante dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, cuja titularidade pertence aos municípios, que, por sua vez, poderão prestá-los, direta ou indiretamente, mediante contratação de organização de catadores ou de empresas terceirizadas. Diante dessa natureza jurídica do sistema de coleta seletiva, o seu financiamento vai ser orientado por um regime publicista, isto significa dizer, será ele remunerado por meio de taxa, tarifa ou preço público a ser cobrado dos usuários desse serviço, assim como recursos públicos advindos do tesouro público, se for o caso.

Igual entendimento se aplica às atividades de triagem e beneficiamento primário dos resíduos sólidos coletados seletivamente. Todavia, nada impede que o setor empresarial seja chamado a participar do financiamento do serviço público de coleta seletiva, como também de triagem e de beneficiamento primário, complementando, assim, o aporte de recursos públicos. Isso tem sua razão de ser por dois motivos, a princípio. O setor empresarial, na qualidade de usuário direto dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, notadamente das atividades referidas, pode e deve ser enquadrado como grande gerador, porque, além de gerarem uma grande quantidade de resíduos sólidos que impactarão no meio ambiente e na saúde da população, as suas atividades empresariais trarão um incremento no custo desses serviços que ultrapassarão (em muitos dos casos) a reserva do possível orçamentário, constituindo, assim, um **serviço extraordinário a ser ofertado pelo Poder Público**, representado pelo ente municipal, por sistema operacional diferenciado, cujo custeio demanda a devida contraprestação.

Afora o exposto, os serviços públicos de coleta seletiva e, ainda, de triagem e de beneficiamento primário, que são executados pela Administração Pública, seja direta seja indiretamente, por meio de organização de catadores ou de empresas terceirizadas, guardam não apenas uma conexão, mas uma **interdependência** com o sistema de logística reversa, pois a sua implantação em larga escala e, mais do que isso, a operação eficiente permite que os resíduos sólidos urbanos sejam segregados com apuro de qualidade e, certamente, com ganho de quantidade, o que torna viável a inserção desse material no sistema de logística reversa com vista à diminuição da dependência de matéria virgem do ciclo produtivo e ao alcance da escala de priorização do gerenciamento com o descarte dos rejeitos, segundo estabelecido no art. 9º, da PNRS.

Resta claro, portanto, que o setor empresarial, mesmo quando não se posiciona como usuário direto dos serviços de coleta seletiva, assim como de triagem e de beneficiamento primário, obterá benefícios indispensáveis e estratégicos para a manutenção do sistema de logística reversa decorrentes da execução desses serviços públicos pela própria Administração Pública, indo muito além do que é usufruído comumente pelo restante da população.

Em suma, à luz dos princípios da isonomia (vertente material, segundo disposto no art. 5º, *caput*, da CRFB/1988), da proporcionalidade e de seus subprincípios, quais sejam adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito (art. 5º, inc. LIV, da CRFB/1988 c/c art. 6º, inc. XI, da PNRS) e da sustentabilidade econômica (art. 2º, inc. VII, da LDNSB) informadores dos serviços públicos de saneamento básico, dentre eles, os de manejo de resíduos sólidos, **o setor empresarial não só deve contribuir para o custeio dos serviços de coleta seletiva e, ainda, de triagem e de beneficiamento primário, mas aportar recursos em montante diferenciado compatível com o nível de beneficiamento usufruído com esses serviços para o sistema de logística reversa.**

Para tanto, o setor empresarial será instado a contribuir para o financiamento dos serviços de coleta seletiva, bem como de triagem e de beneficiamento primário mediante pagamento de preço público, que, segundo venha a ser definido em acordo setorial, decreto regulamentar ou, em último caso, termo de compromisso, deverá fazer frente ao incremento do custo desses serviços prestados pelo Poder Público em decorrência das atividades precípuas do sistema de logística reversa.

Vale ressaltar, ainda, que os usuários, inclusive o setor empresarial, não serão responsáveis, apenas, pelo financiamento dos serviços públicos referidos. Ao contrário, os serviços de coleta seletiva e, ainda, de triagem e de beneficiamento primário, por integrarem os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, podem, e devem ser submetidos ao controle social e seus instrumentos, tal qual definido no art. 3º, inc. IV, da LDNSB e especificado no art. 34, inc. I a IV e §3º a §6º do Dec. n.º 7.217/2010.

O Município, assim dizendo, tem a incumbência de definir os procedimentos de gestão necessários ao acondicionamento e à disponibilização dos resíduos sólidos objeto da coleta seletiva e, ainda, da triagem e do beneficiamento primário, que, posteriormente, serão incorporados ao sistema de logística reversa (art. 11, do Dec. n.º 7.404/2010), o que reforça o entendimento de que **o ponto de conexão entre os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e o sistema de logística reversa vai se dar justamente na etapa de triagem e de beneficiamento primário passada a coleta seletiva dos resíduos sólidos e a entrega desse material no sistema de logística reversa.**

Os Estados, é bom que se diga, podem estimular, sob o viés financeiro, os Municípios a realizarem uma gestão adequada dos serviços de coleta seletiva, assim como de triagem e de beneficiamento primário. Para tanto, os Estados, segundo critérios estabelecidos em sua legislação estadual, devem direcionar

parte do percentual de 1/4 (um quarto), dos 25% dos recursos públicos advindos da arrecadação do imposto sobre operações ligadas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) para os Municípios que adotarem estratégias que promovam o gerenciamento ambientalmente adequado dos serviços públicos referidos (art. 158, §4º, inc. II, da CRFB/1988). **Trata-se, assim, de emprego do chamado ICMS verde ou ecológico (tema já abordado acima) em prol das atividades de coleta seletiva, de triagem e de beneficiamento primário, constituindo mais uma fonte de financiamento desses serviços.**

9 PANORAMA DAS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Diante de tudo que até aqui foi exposto, pode-se concluir que os serviços de manejo de resíduos sólidos poderão ser remunerados tanto com a instituição de taxa quanto tarifa ou preço público, pois são eles específicos e divisíveis, segundo jurisprudência remansosa do E. Supremo Tribunal Federal, e, desde, é claro, que se respeite o regime de execução aplicável em cada situação.

Sob tal ótica, vejamos como se comportam as legislações municipais no tema em tela. Em outras palavras, vejamos se elas, ao abordarem o tema manejo de resíduos sólidos, seja de forma direta ou indireta, como se comportam.

Esmiúçam-se os principais normativos³⁴.

➤ Angra dos Reis: Lei nº 262, de 21.12.1984:

Art. 75 - A hipótese de incidência da taxa de serviços é a utilização efetiva ou potencial, dos serviços de coleta de lixo conservação de vias e logradouros públicos, limpeza pública, destino final do lixo, fornecimento de água e coleta de esgoto e iluminação pública, prestados pelo Município ao contribuinte ou colocados a sua disposição, com regularidade necessária.

§1º - Entendem-se por serviços de coleta de lixo a remoção periódica de lixo gerado em imóvel edificado. Remoção de terra, areia e entulhos de obras públicas e particulares, detritos industriais, galhos de árvores; e ainda a remoção de lixo realizada em horário especial por solicitação do interessado serão sujeitos a tarifas especiais a serem decretadas.

§4º - Entende-se por destino final do lixo a operação de transporte e descarga dos resíduos sólidos, resultantes da varrição e coleta de lixo até os locais indicados e estabelecidos pela Prefeitura Municipal, mesmo sob condições de destino final diferenciado.

³⁴ Prudente deixar desde logo consignado que não há nenhuma pretensão em ser exaustivo quanto aos normativos legais pertinentes ao tema, seja sob a ótica das legislações aqui grifadas seja em relação aos seus dispositivos específicos aqui transcritos. O que aqui se objetiva é apenas e unicamente trazer o tema à baila, o que permitirá, sob um olhar jurisprudencial, entendê-lo e estabelecer-lhe um norte desejável e coerente ao Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS).

Art. 76 – Os serviços de coleta de lixo limpeza pública, destino final do lixo, coleta de esgoto e o fornecimento de água serão prestados diretamente pelo Município ou mediante delegação.

Art. 78 - A base de cálculo da taxa é o custo dos serviços utilizados pelo contribuinte ou colocados a sua disposição e dimensionados por cada caso, da seguinte forma:

I - Limpeza pública e conservação de vias e logradouros públicos, por metro linear de testada ao ano, e por serviço de acordo com a tabela do anexo V;

II - Coleta de lixo, coleta de esgoto e fornecimento de água, por metro quadrado de área edificada e por tipo de utilização do imóvel, ao trimestre, conforme tabela do anexo V;

Art. 79 – Fica acrescentado ao Artigo 79, da Lei nº 262, de 21 de dezembro de 1984, Código Tributário do Município o seguinte Parágrafo Único:

Parágrafo Único – Os domicílios em locais sem acesso a veículos coletores terão redução 50% (CINQUENTA POR CENTO) na taxa de lixo.

Art. 81 - As taxas de coleta de lixo e esgoto, e a taxa de fornecimento de água, serão pagas de uma vez ou parceladamente, alterando-se os vencimentos dos trimestres previstos no artigo anterior.

X - Taxas de Serviços Industriais.

1- ligação de pena d'água: 8UFIR

2- ligação de esgoto: 8UFIR

5- Remoção especial de lixo, compreendendo: entulho, detritos industriais, galhos de árvore, etc. por metro cúbico por km: 0,16 UFIR

6- Remoção de lixo em horário especial, por solicitação do interessado por m3 por km: 0,08 UFIR.

➤ **Campos dos Goytacazes: Lei nº 4.156, de 16.09.1983:**

Art. 235 – Constitui fato gerador da Taxa de Coleta de Lixo a utilização efetiva ou potencial do serviço de remoção de lixo domiciliar, onde a Prefeitura mantenha tal serviço.

§ 1º - Sujeitam-se à Taxa de Coleta de Lixo os mesmos contribuintes previstos no artigo 109 e parágrafo único.

§º 2º - A unidade imobiliária predial não residencial, classificada como vaga ou garagem, não se sujeita ao pagamento dessa taxa.

§ Único – Sujeitam-se à Taxa de Coleta de Lixo os mesmos contribuintes previstos no art. 109 e parágrafo único.

Art. 236 – A forma de lançamento e arrecadação desta Taxa, será regulamentada de conformidade com o Art. 294 desta Lei, e calculado de acordo com a tabela IX, em anexo.

§ Único – Ficam isentos da taxa estabelecida no art. 235 desta Lei, os contribuintes classificados nos logradouros D e E da Tabela IX, em anexo:

§ 1º - O valor da taxa será obtido mediante a aplicação da formula

$T = C \times UFICA$, onde:

T = valor da taxa.

C = coeficiente fixado na tabela IX a.

§ 2º - No caso de templos religiosos e de imóveis edificados ocupados por entidades de assistência social, o valor da taxa será obtido mediante aplicação da formula $T = C \times UFICA$, por solicitação do interessado.

§ 3º - O valor da taxa sofrerá acréscimo quando o imóvel for destinado as atividades constantes da tabela IX b, que integra o anexo desta Lei, ou suas assemelhadas.

Art. 237 – Constitui fato gerador da Taxa de Limpeza Pública e Conservação de Vias e Logradouros Públicos, a utilização efetiva ou potencial de qualquer dos seguintes serviços:

I – varrição, lavagem e capinação de Vias e Logradouros Públicos;

II – limpeza de bueiros e caixas de ralo;

III – limpeza dos canais perenes ou periódicos, córregos, valas ou galerias;

IV – a conservação de vias e logradouros públicos;

V – remoção de lixo extra-domiciliar, entulhos, cadáveres de animais, poda de árvores e quaisquer outros localizados nas vias públicas, passeios públicos, logradouros públicos e terrenos particulares.

§ 1º - Os serviços referidos no item V deste artigo, somente serão prestados por solicitação dos interessados, ressalvada a aplicação de pedidos cabíveis neste item ou, mesmo quando não solicitados, implicar na violação de posturas municipais.

§ 2º - A taxa de que trata este capítulo será calculada anualmente em função da testada do terreno, ou fração desta no caso de mais de uma unidade de economia, observada a localização e utilização do imóvel, e corresponderá à aplicação de coeficientes sobre o valor da UFICA, de acordo com a Tabela X a, que integra o anexo desta Lei, e será lançada

e arrecadada juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano, observados os artigos 109, 117 e 118.

§ 3º - Os serviços constantes no item V, serão calculados e cobrados, previamente, de conformidade com a Tabela X, também anexa a esta Lei.

§ 4º - O valor da taxa será obtido mediante aplicação das mesmas fórmulas constantes nos parágrafos 1º e 2º do artigo 236, sendo o coeficiente fixado na Tabela Xa em anexo à presente Lei.

➤ Cordeiro: Lei complementar nº 1.014, de 28.12.2001:

Art. 343. A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC, fundada na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados, de coleta e de remoção de lixo em determinadas vias e em determinados logradouros públicos.

Art. 344. O fato gerador da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC ocorre no dia 1º de janeiro de cada exercício financeiro, data da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de coleta e de remoção de lixo em determinadas vias e em determinados logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 345. A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC não incide sobre as demais vias e os demais logradouros públicos onde o serviço público de coleta e de remoção de lixo não for prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 346. A especificidade do serviço de coleta e de remoção de lixo está:

I – caracterizada na utilização:

a) efetiva ou potencial, destacada em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;

b) individual e distinta de determinados integrantes da coletividade;

c) que não se destina ao benefício geral e indistinto de todos os integrantes da coletividade;

II – demonstrada na RBE-TSC – Relação de Beneficiários Específicos do Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo.

Art. 347. A base de cálculo da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC será determinada, para cada imóvel, através de rateio, divisível, proporcional, diferenciado, separado e individual do custo da respectiva atividade pública específica, em função da sua metragem linear de testada.

Parágrafo único. Considera-se custo da respectiva atividade pública específica, todos os gastos diretos e indiretos envolvidos na prestação do serviço de coleta e de remoção de lixo, tais como:

I – custo com pessoal: salário, férias, 13º salário e outras vantagens e benefícios;

II – custo operacional: água, luz, telefone, combustível e outros;

III – custo de equipamento: carro, caçamba, carro de mão e outros;

IV – custo de material: vassoura, pá, luva, capacete, bota, uniforme, material de higiene e de limpeza e outros;

V – custo de manutenção: peça, conserto, conservação, restauração, lavação, lubrificação, lanternagem, capotagem, pintura, locação, assessoria, consultoria, treinamento e outros;

VI – custo de expediente: informática, mesa, cadeira, caneta, lápis, régua, papel, fichários, arquivos, pastas e outros;

VII – demais custos.

Art. 348. A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC será calculada através da multiplicação do CT – Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com a ML-IB – Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado, divididos pela ST-ML – Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados, conforme a fórmula abaixo:

$$TSC = (CT \times ML-IB) : (ST-ML)$$

Art. 349. O CT – Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica, a ML-IB – Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado e a ST-ML – Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados serão demonstrados em anexo específico próprio.

Art. 350. A divisibilidade do serviço de coleta e de remoção de lixo está:

I – caracterizada na utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários;

II – demonstrada no cálculo: $TSC = (CT \times ML-IB) : (ST-ML)$.

Art. 351. O sujeito passivo da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do

domínio útil ou da posse do bem imóvel beneficiado pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, de coleta e de remoção de lixo de determinadas vias e de determinados logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

Art. 352. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento da taxa, as pessoas físicas ou jurídicas:

I – locadoras do bem imóvel beneficiado pelo serviço de coleta e de remoção de lixo;

II – locatárias do bem imóvel beneficiado pelo serviço de coleta e de remoção de lixo.

Art. 353. A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC será lançada, anualmente, de ofício pela autoridade administrativa, através da multiplicação do CT – Custo Total com a Respectiva Atividade Pública Específica com a ML-IB – Metragem Linear de Testada do Imóvel Beneficiado, divididos pela ST-ML – Somatória Total da Metragem Linear de Testada de Todos os Imóveis Beneficiados, conforme a fórmula abaixo:

$$TSC = (CT \times ML-IB) : (ST-ML)$$

Art. 354. O lançamento da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC, que será efetuado em conjunto com o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e com os lançamentos das demais TSPEDs – Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis, ocorrerá até o último dia útil do mês de dezembro.

Art. 355. A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC será recolhida, em conjunto com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e com as demais TSPEDs – Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

I – em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até o dia 10 (dez) de janeiro;

II – de forma parcelada, em 3 (três) parcelas, até o dia 10 (dez) dos meses de janeiro, de fevereiro e de março.

Art. 356. O lançamento da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC deverá ter em conta a situação fática do imóvel beneficiado pelo serviço de coleta e de remoção de lixo, no momento do lançamento.

Art. 357. Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da cientificação,

prestar declarações sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSC.

➤ Duque de Caxias: Lei nº 1.664, de 28.11.2002:

Art. 181. A Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço, prestado ou colocado à disposição do contribuinte, dos serviços municipais de coleta domiciliar de lixo ordinário, compreendendo as atividades de recolhimento do lixo relativo ao imóvel, do seu transporte e de sua descarga.

Art. 182. Contribuinte da Taxa é o proprietário ou o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel alcançado pelo serviço, edificado ou não, que constitua unidade autônoma.

➤ Niterói: Lei nº 2.597, de 30.09.2008:

Art. 166 - A taxa tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço público, prestado ou posto à disposição, de coleta de lixo ordinário em unidades imobiliárias.

§ 1º - O serviço de coleta abrange:

I – o recolhimento do lixo relativo ao imóvel;

II – o transporte do lixo e sua descarga.

§ 2º - Considera-se ocorrido o fato gerador da taxa em 1º de janeiro de cada ano.

Art. 167 - O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do imóvel alcançado pelo serviço, ainda que imune ou isento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

Art. 168 - Estão isentos da taxa:

I - os isentos do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana referidos nos incisos I, VII e VIII do art.6º;

II – as unidades geradoras de resíduos de serviços de saúde definidos em legislação específica;

III – os terrenos não utilizados para fins comerciais ou de prestação de serviços.

Art. 169 - A taxa será lançada anualmente.

Parágrafo único. O lançamento da taxa será notificado ao contribuinte juntamente com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, discriminando-se os valores dos tributos em separado.

Art. 170 - A taxa será calculada em função do custo do serviço, considerando-se a utilização das unidades imobiliárias.

Art. 171 - Os valores da taxa serão os seguintes:

I – unidades residenciais – Referência L1;

II – vagas em edifícios-garagem com inscrição imobiliária individualizada – Referência L0

III – unidades não residenciais e terrenos utilizados para fins comerciais ou de prestação de serviços – Referência L2;

§ 1º - Nos casos em que as unidades referidas no inciso III gerarem volume médio de resíduos sólidos superior a sessenta litros por dia, ao valor da taxa estipulado no inciso III será adicionado um valor de Referência L2 para cada excedente de até sessenta litros por dia.

§ 2º - As alterações no valor da taxa decorrente da hipótese prevista no §1º serão promovidas no cadastro de tributos imobiliários do Município com base em relatórios fundamentados expedidos pela entidade responsável pelo recolhimento e transporte do lixo, e seus efeitos tributários somente se darão em 1º de janeiro do ano seguinte ao da expedição do referido relatório.

§ 3º - Até que se comprove a hipótese prevista no §1º, mediante o procedimento descrito no §2º, presumir-se-á que os imóveis mencionados no inciso III sejam tributados com o valor ali referido.

§ 4º - Os valores de referência utilizados neste artigo estão dispostos no Anexo I.

<i>Multas</i>	<i>Valor R\$</i>
<i>M0</i>	<i>41,84</i>
<i>M1</i>	<i>83,67</i>
<i>M2</i>	<i>167,34</i>
<i>M3</i>	<i>251,01</i>
<i>M4</i>	<i>334,69</i>
<i>M5</i>	<i>418,35</i>
<i>M10</i>	<i>836,70</i>
<i>M20</i>	<i>1.673,41</i>

<i>Taxas</i>	<i>Valor R\$</i>
<i>AA</i>	<i>2,09</i>
<i>A0</i>	<i>4,18</i>
<i>A1</i>	<i>8,36</i>
<i>A2</i>	<i>16,73</i>

A3	25,10
A4	33,46
A5	41,83
A6	50,19
A10	83,67
A15	125,49
A20	167,34
A30	251,01
A40	334,69
A50	418,37
A60	502,02
A100	836,70
A150	1.255,06
AE	114,52
B5	41,52
B10	83,07
B15	124,58
B20	166,13
B30	249,21
B40	332,26
C	458,10

Valor venal limite para a isenção prevista no art. 6º, VII, c:
IS – R\$ 112.236,42

Faixas de valores venais	
E1	Até R\$38.212,20
E2	Maior do que R\$38.212,20 até R\$ 95.530,50
E3	Maior do que R\$95.530,50
T1	Até R\$ 4.153,40
T2	Maior do que R\$ 4.153,40 até R\$ 20.767,00
T3	Maior do que R\$ 20.767,00

ISS sobre os serviços prestados pelas pessoas físicas, conforme art.93, §1º.

P1 = R\$ 20,90

P2 = R\$ 13,95

Faixas de valores devidos		Valor mínimo da parcela	
D1	Até R\$ 20.350,28	V1	R\$ 41,83
D2	Maior do que R\$ 20.350,28 até R\$ 40.697,66	V2	R\$ 418,35
D3	Maior do que R\$ 40.697,66 até R\$ 81.401,59	V3	R\$ 669,36
D4	Maior do que R\$ 81.401,59	V4	R\$ 1.087,71

➤ Paracambi: Lei Municipal nº 196, de 28.12.1990:

Art. 135 - Constitui fato gerador da taxa de limpeza pública a utilização efetiva ou potencial de quaisquer dos seguintes serviços:

I - remoção de lixo domiciliar;

II - varrição, lavagem e capinação de vias e logradouros públicos;

III - desentupimento de bueiros;

IV - limpeza de rios, riachos, canais perenes e periódicos, córregos, valas e galerias;

V - remoção de lixo extra-residencial, entulhos, cadáveres de animais, podas de árvores e quaisquer outros localizados nas vias urbanas, passeios públicos, logradouros públicos ou em terrenos de particulares.

§ 1º - Os serviços referidos no item V deste artigo, serão prestados por solicitação ou não, sendo debitado o valor da taxa ao solicitante ou ao responsável pela situação.

§ 2º - incluem-se entre os contribuintes da taxa de limpeza pública os feirantes, cuja arrecadação será feita anualmente no ato da licença inicial ou de sua renovação.

Art. 136 - Quando o imóvel edificado se destinar a uso comercial, de produção, industrial ou a prestação de serviço a taxa de limpeza pública será calculada e cobrada em função da atividade explorada, conforme tabela, e lançada junto com as taxas de licença ou de renovação.

Art. 144 - A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço prestado ou posto a disposição, de coleta de lixo domiciliar, comercial, industrial ou especial.

Art. 145 - Contribuinte da taxa é o proprietário ou o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título de imóvel beneficiado pelo serviço, edificado ou não, que constitua unidade autônoma, independentemente de sua destinação.

Parágrafo único - São também contribuintes da taxa os permitentes compradores emitidos na posse dos imóveis beneficiários dos serviços.

Art. 146 - Estão isentos da taxa:

I - os moradores em favelas;

II - as pessoas de baixa renda ocupantes de unidades autônomas assim consideradas pela legislação do Sistema Financeiro da Habitação;

III - os imóveis cedidos ao Município a qualquer título desde que o contrato estabeleça o repasse do ônus tributário.

Art. 147 - Na hipótese do inciso III do artigo anterior, a isenção prevalecerá a partir do ano seguinte ao da ocorrência da cessão e será suspensa no exercício posterior ao do término do contrato.

Art. 148 - A taxa será calculada e devida anualmente, em função da área do imóvel edificado ou, no caso de terreno, em função da testada fictícia,

e corresponderá a aplicação de coeficientes sobre o valor da UFIPAR, de acordo com a tabela seguinte:

TAXA DE COLETA DE LIXO

1. IMÓVEIS EDIFICADOS

FAIXAS DE ÁREA UFIR RES. - N/RES.

a) Até 30m ² e fração	5,46	24,59
b) de 31 a 40m ² e fração	8,19 32,79	
c) de 41 a 50m ² e fração	10,93	40,99
d) de 51 a 70m ² e fração	13,66	54,66
e) de 71 a 100m ² e fração	16,39	81,99
f) de 101 a 130m ² e fração	21,86	109,32
g) de 131 a 160m ² e fração	40,99	136,65
h) de 161 a 200m ² e fração	49,19	163,98
i) de 201 a 300m ² e fração	68,32	218,64
j) de 301 a 400m ² e fração	95,65	327,96
l) de 401 a 500m ² e fração	136,65	409,95
m) de 501 em diante	191,31	546,60

2. IMÓVEIS NÃO EDIFICADOS

FAIXA DE TESTADAS FICTÍCIAS COEFICIENTES

a) até 10m e fração	0,1
b) de 11 a 20m e fração	0,2
c) de 21 a 30m e fração	0,3
d) de 31 a 40m e fração	0,4
e) de 41 a 50m e fração	0,5
f) de 51 a 100m e fração	0,7
g) de 101 a 300m e fração	1,4
h) de 301 a 500m e fração	1,7
i) de 501 a 1000m e fração	2,7
j) de 1001 em diante	4,0

§ 1º - O valor da taxa será obtido mediante a aplicação da fórmula :

$T = C \times UFIPAR$, em que:

$T =$ Valor da taxa

$C =$ Coeficiente fixado na tabela a que se refere este artigo.

§ 2º - No caso de templos religiosos e de imóveis edificadas por entidades de assistência social, o valor da taxa será obtido mediante a seguinte fórmula:

$T = (C \times UFIPAR) / 2$

Art. 149 - O valor da taxa, em caso de prédio não residencial sofrerá acréscimo quando os imóveis forem às atividades constantes da tabela que se refere o artigo anterior, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$T = C \times UFIPAR \times F$, em que:

$T =$ valor da taxa

$C =$ Coeficiente fixado na tabela a que se refere este artigo.

$F =$ Fator fixado na tabela a que se refere este artigo.

Art. 150 - Os serviços de coleta de lixo serão prestados diretamente pelo Município ou mediante delegação, por Lei Municipal.

Art. 151 - Aplicam-se às taxas de coleta de lixo os dispositivos relativos ao IPTU, concernente à inscrição, ao pagamento, as penalidades e ao procedimento para reconhecimento de isenção.

Art. 152 - O pagamento da taxa e das penalidades a que se refere o artigo anterior não exclui:

I - o pagamento;

1 - de preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, assim compreendidos a remoção de móveis de entulhos de obras de veículos abandonados, de animais mortos e a destruição de lixo especial - por incineração.

2 - de penalidade decorrente de infração as normas municipais de limpeza pública.

II - O cumprimento de quaisquer normas ou exigências relativas a limpeza pública de lixo domiciliar.

LISTA DE SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	ALÍQUOTA
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5%

**

➤ Rio de Janeiro: Lei nº 691, de 24.12.1984:

Art. 103. A Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza pública, ora instituída, tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço, prestado ou posto à disposição, de coleta de lixo domiciliar, varrição, lavagem e capinação de vias e logradouros públicos, limpeza de praias, túneis, córregos, valas, galerias pluviais, bueiros e caixas de ralo e assistência sanitária.

Art. 104. Contribuinte da Taxa é o proprietário ou o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel alcançado pelo serviço, edificado ou não, que constitua unidade autônoma, independentemente de sua destinação.

Parágrafo único. São também contribuintes da Taxa os promitentes-compradores imitidos na posse dos imóveis, os posseiros e os ocupantes dos imóveis beneficiários do serviço.

Art. 105. Estão isentos da taxa:

I - os moradores em favelas;

II - as pessoas de baixa renda ocupantes de unidades autônomas populares, assim consideradas pela legislação do Sistema Financeiro da Habitação;

III - Os imóveis cedidos ao Município a qualquer título, desde que o contrato estabeleça o repasse do ônus tributário.

Art. 106. Na hipótese do inciso III do artigo anterior, a isenção prevalecerá a partir do ano seguinte ao da ocorrência da cessão e será suspensa no exercício posterior ao da rescisão ou do término do contrato.

Art. 107. A taxa será calculada e devida anualmente, em função da área do imóvel edificado ou, no caso de terreno, em função da testada fictícia, observadas as respectivas localizações e destinações nas Regiões A, B e C, e corresponderá à aplicação de coeficientes sobre o valor da UNIF de que trata o art. 254, § 2º, item 1, de acordo com a Tabela XII, que integra o Anexo desta Lei.

§ 1º O valor da taxa será obtido mediante a aplicação da fórmula $T = C \times UNIF$, em que:

T = valor da taxa

C = coeficiente fixado na Tabela XII

§ 2º No caso de templos religiosos e de imóveis edificados, ocupados por entidades de assistência social, o valor da taxa será obtido mediante a aplicação da fórmula $T = C \times UNIF$

§ 3º Para os efeitos deste artigo, a definição das Regiões A, B e C observará o mesmo critério estabelecido no Capítulo relativo ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Art. 108. O valor da taxa, no caso de edificações de uso não residencial, sofrerá acréscimos quando os imóveis forem destinados às atividades constantes da Tabela XIII, que integra o Anexo desta Lei, ou suas assemelhadas.

Art. 109. Os serviços de que Trata o art. 103 serão prestados diretamente pelo

Município ou mediante delegação.

Art. 110. Aplicam-se à taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública os dispositivos do Título relativo ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana concernentes à inscrição, ao pagamento, às penalidades e ao procedimento para reconhecimento de isenção.

Art. 111. O pagamento da taxa e das penalidades a que se refere o artigo anterior não exclui:

I - o pagamento:

1. de preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, assim compreendidos a remoção de “containeres”, de entulhos de obras, de bens móveis imprecáveis, de lixo extraordinário, de animais mortos e de veículos abandonados, a capinação de terrenos e a limpeza de prédios e terrenos, a disposição de lixo em aterros e a destruição ou incineração de material em aterro ou usina;

2. de penalidades decorrentes de infrações à legislação municipal de limpeza pública.

II - o cumprimento de quaisquer normas ou exigências relativas à limpeza pública, à coleta de lixo domiciliar e à assistência sanitária.

Parágrafo único. Todas as entidades e pessoas físicas, ainda que isentas da taxa, ficam obrigadas ao entendimento do disposto neste artigo sempre que ocorrerem as hipóteses nele previstas.

§ 5º O coeficiente de atualização aplicável aos créditos tributários relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, à Taxa de Iluminação Pública e à Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública é o correspondente ao mês de março do exercício em que foram lançados os tributos, observado o § 2º do art. 181.

II - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública e Taxa de Iluminação Pública:

1. até 30 dias de atraso..... 10% (dez por cento)
2. de 31 a 90 dias..... 30% (trinta por cento)
3. de 91 a 150 dias..... 40% (quarenta por cento)
4. de 151 a 210 dias..... 50% (cinquenta por cento)
5. de 211 dias até o fim do exercício a que corresponder o crédito... 60% (sessenta por cento)

TAXA DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA PÚBLICA

1. IMÓVEIS EDIFICADOS

FAIXAS DE ÁREA	REGIÃO A		REGIÃO B		REGIÃO C	
	Coeficientes		Coeficientes		Coeficientes	
	residenciais	Não residenciais	residenciais	Não residenciais	residenciais	Não residenciais
a. até 30 m ² e fração	0,60	1,80	0,80	2,40	1,00	3,00
b. de 31 até 40 m ² e fração	0,80	2,40	1,00	3,00	1,40	4,00
c. de 41 até 50 m ² e fração	1,00	3,00	1,40	4,00	2,00	6,00
d. de 51 até 70 m ² e fração	1,40	4,00	2,00	6,00	2,60	8,00
e. de 71 até 100 m ² e fração	2,00	6,00	2,60	8,00	3,20	10,00
f. de 101 até 130m ² e fração	2,60	8,00	3,20	10,00	4,00	12,00

FAIXAS DE ÁREA	REGIÃO A		REGIÃO B		REGIÃO C	
	Coeficientes		Coeficientes		Coeficientes	
	residenciais	Não residenciais	residenciais	Não residenciais	residenciais	Não residenciais
g. de 131 até 160 m ² e fração	3,20	10,00	4,00	12,00	6,00	18,00
h. de 161 até 200 m ² e fração	4,00	12,00	6,00	18,00	8,00	24,00
i. de 201 até 300 m ² e fração	6,00	18,00	8,00	24,00	10,00	30,00
j. de 301 até 400 m ² e fração	8,00	24,00	10,00	30,00	14,00	40,00
l. de 401 até 500 m ² e fração	10,00	30,00	14,00	40,00	18,00	50,00
m. de 501 m ² em diante	14,00	40,00	18,00	50,00	24,00	60,00

2. IMÓVEIS NÃO EDIFICADOS

FAIXAS DE TESTADAS FICTÍCIAS	Coeficientes		
	REGIÃO A	REGIÃO B	REGIÃO C
a) até 10 m e fração	0,1	0,2	1,6
b) de 11 m até 20 m e fração	0,2	0,4	2,4
c) de 21 m até 30 m e fração	0,6	1,2	3,2
d) de 31 m até 40 m e fração	0,8	1,6	4,0
e) de 41 m até 50 m e fração	1,0	2,0	5,6
f) de 51 m até 100 m e fração	1,4	2,8	9,0
g) de 101 m até 300 m e fração	2,8	5,6	11,2
h) de 301 m até 500 m e fração	3,4	6,8	13,6
i) de 501 m até 1000 m e fração	5,4	10,8	21,6
j) de 1001 m em diante	8,0	16,0	24,0

TABELA XIII

TAXA DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA PÚBLICA

ATIVIDADE	FATOR
I - banco.....	1,50
II - clube esportivo e social.....	1,50
III - estabelecimento escolar.....	1,50
IV - oficina.....	1,50

ATIVIDADE	FATOR
V - fábrica.....	1,70
VI - casa de saúde u ambulatório.....	1,80
VII - hospital.....	1,80
VIII - bar.....	2,00
IX - café.....	2,00
X - hotel.....	2,00
XI - lanchonete.....	2,00
XII - pensão.....	2,00
XIII - posto de abastecimento, lavagem ou lubrificação	2,00
XIV - restaurante.....	2,00
XV - supermercado.....	2,00

➤ São Gonçalo: Lei nº 041, de 12.12.2003:

Art. 257 - A Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço prestado ou posto à disposição, de coleta do lixo de imóveis do Município.

Art. 258 - Contribuinte da taxa é o proprietário ou o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel alcançado pelo serviço, que constitua unidade autônoma, independentemente de sua destinação.

Parágrafo Único - São também contribuintes da taxa os promitentes compradores imitados na posse dos imóveis, os posseiros e os ocupantes dos imóveis beneficiários do serviço.

Art. 259 - A taxa é fixada em valor equivalente a R\$7,23 (sete Reais e vinte e três centavos), a ser cobrada mensalmente pela prestação dos seguintes serviços:

I - coleta de resíduos sólidos domiciliares (lixo domiciliar) em unidades residenciais;

II - coleta de resíduos sólidos de categoria domiciliar, coletado em unidades comerciais e industriais, até o máximo de 100 (cem) litros por dia de coleta.

Art. 260 – A taxa será arrecadada juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano, podendo o Poder Executivo Municipal conceder descontos para pagamentos efetuados em cota única ou antecipados.

Parágrafo Único - A imunidade ou isenção do imposto de que trata este artigo não dispensa da obrigatoriedade do pagamento da taxa.

Art. 261 - Os serviços especiais de retirada de entulho e de lixo serão cobrados independentemente da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar, nas

condições estabelecidas em tabela de custos a ser elaborada pelo órgão competente e regulamentada pelo Poder Executivo.

Nos normativos transcritos, ao menos em seus dispositivos legais destacados, percebe-se a predominância da taxa³⁵ para dar subsistência e viabilidade ao sistema de manejo de resíduos sólidos – fonte de custeio –, ainda que a expressão “resíduos sólidos” esteja presente apenas em três Municípios, quais sejam: Angra dos Reis, Niterói e São Gonçalo. Por sua vez, a denominação “lixo”, seja para designar coleta ou alguma das outras etapas do manejo de resíduos sólidos, está inserta em oito normativos Municipais, sendo eles: Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Cordeiro, Duque de Caxias, Niterói, Paracambi, Rio de Janeiro e São Gonçalo.

Avançando um pouco mais, ao verificarmos as legislações que tratam especificamente da “taxa de coleta de lixo”, percebem-se apenas quatro Municípios nesta sintonia, que são: Campos dos Goytacazes, Paracambi, Rio de Janeiro e São Gonçalo. Neste sentido, destaca-se o art. 235 da Lei nº 4.156, de 16.09.1983, do Município de Campos dos Goytacazes, pois em sintonia com a jurisprudência do E. Supremo Tribunal Federal ao afirmar que “*constitui fato gerador da Taxa de Coleta de Lixo a utilização efetiva ou potencial do serviço de remoção de lixo domiciliar, onde a Prefeitura mantenha tal serviço*”.

Por sua vez, o art. 135 da Lei nº 196, de 28.12.1990, do Município de Paracambi, não está em sintonia afinada com doutrina e jurisprudência, conforme tópicos acima expostos, ao estabelecer que “*constitui fato gerador da taxa de limpeza pública a utilização efetiva ou potencial de quaisquer dos seguintes serviços*”. Em outras palavras, não permite que sejam constatadas as características essenciais das taxas, que são a especificidade e divisibilidade, bem como suscetível de ser referida a um determinado contribuinte.

Portanto, ao menos em grande medida, salvo pontos específicos em parte aceitáveis, os normativos acima transcritos não passam pelo crivo doutrinário e jurisprudencial dominante, carecendo os mesmos de serem ajustados segundo recente legislação envolvendo resíduos sólidos e, muito especialmente, sob a ótica pacífica da jurisprudência do E. Supremo Tribunal Federal no tema.

Abaixo, vejamos quadros que melhor espelham as conclusões acima apontamentos:

QUADRO 9-1: LEGISLAÇÃO

PREDOMINÂNCIA:	MUNICÍPIOS:	EXEMPLO:
“Resíduos sólidos”:	Angra dos Reis, Niterói e São Gonçalo.	São Gonçalo, Lei nº 041, de 12.12.2003: <i>Art. 259 - A taxa é fixada em valor equivalente a R\$7,23 (sete Reais e vinte e três centavos), a ser cobrada mensalmente pela prestação dos seguintes</i>

³⁵ Releve-se aos casos observados que estamos extraindo conclusões em seara tributária, por conseguinte campo fértil às taxas. Essa restrição se deve à dificuldade tanto de existência quanto de acesso e conhecimento de normativos distintos, em que pese a conclusão final não ser em nada afetada, pois seu norte será doutrina e jurisprudência relativa ao tema.

		<p>serviços:</p> <p><i>I - coleta de resíduos sólidos domiciliares (lixo domiciliar) em unidades residenciais;</i></p> <p><i>II - coleta de resíduos sólidos de categoria domiciliar, coletado em unidades comerciais e industriais, até o máximo de 100 (cem) litros por dia de coleta.</i></p>
"Lixo":	Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Cordeiro, Duque de Caxias, Niterói, Paracambi, Rio de Janeiro e São Gonçalo.	<p>Rio de Janeiro, Lei nº 691, de 24.12.1984:</p> <p><i>Art. 103. A Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza pública, ora instituída, tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço, prestado ou posto à disposição, de coleta de lixo domiciliar, varrição, lavagem e capinação de vias e logradouros públicos, limpeza de praias, túneis, córregos, valas, galerias pluviais, bueiros e caixas de ralo e assistência sanitária.</i></p>
"Taxa de coleta de lixo"	Campos dos Goytacazes, Paracambi, Rio de Janeiro e São Gonçalo.	<p>Campos dos Goytacazes, Lei nº 4.156, de 16.09.1983:</p> <p><i>Art. 235 – Constitui fato gerador da Taxa de Coleta de Lixo a utilização efetiva ou potencial do serviço de remoção de lixo domiciliar, onde a Prefeitura mantenha tal serviço.</i></p> <p><i>§1º - Sujeitam-se à Taxa de Coleta de Lixo os mesmos contribuintes previstos no artigo 109 e parágrafo único.</i></p> <p><i>§2º - A unidade imobiliária predial não residencial, classificada como vaga ou garagem, não se sujeita ao pagamento dessa taxa.</i></p> <p><i>Parágrafo Único – Sujeitam-se à Taxa de Coleta de Lixo os mesmos contribuintes previstos no art. 109 e parágrafo único.</i></p>

QUADRO 9-2: JURISPRUDÊNCIA

E. Supremo Tribunal Federal:	Taxas:	Especificidade e divisibilidade, além suscetível de ser referida a um determinado contribuinte.
	Súmula vinculante 19:	<i>A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.</i>
	Súmula vinculante 29:	<i>É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.</i>

10 DIRETRIZES PARA COMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Diante de tudo que até aqui foi exposto, **a manutenção e a viabilidade do sistema de manejo de resíduos sólidos** – diferentemente do que ocorre com a limpeza pública urbana, que somente poderá ser remunerada via imposto – **poderá se dar via taxa** (quando a atividade for prestada pela própria Administração Pública sob as regras do Direito Público) – entendimento, este, pacífico no E. STF, inclusive com súmula vinculante –, bem como, e ainda segundo a Corte Suprema, **via tarifa** (quando a atividade for prestada pela iniciativa privada sob as regras do Direito Privado, porém sob o influxo dos princípios publicistas) ou, ainda, **via preço público** (quando a própria Administração Pública prestar, na qualidade de agente econômico, uma atividade do manejo de resíduos sólidos que não for considerada serviço público, como, por exemplo, a coleta de resíduos sólidos de serviços de saúde ou dos resíduos sólidos gerados pelos grandes geradores).

Ademais, e para fins de arremate, as atividades de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos sólidos são passíveis tanto da taxa quanto da tarifa ou do preço público – repita-se a exaustão –, pois são tais atividades divisíveis e específicas, conforme afiançado pelo próprio E. STF³⁶.

Vale, aqui, abrir um parêntese para ressaltar que, em regra, a taxa de manejo de resíduos sólidos tem o seu pagamento instrumentalizado por meio da sua inserção na guia do imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU), facilitando, assim, o seu pagamento pelo contribuinte. Isso não significa, porém, que a taxa de manejo de resíduos sólidos esteja embutida dentro desse imposto, segundo possa vir a parecer. Trata-se, apenas, de adotar-se um meio mais ágil e fácil para obter o pagamento da taxa. Nada mais do que isso. Todavia, nada impede que se adote a praxe da adoção de uma guia específica para o pagamento da taxa de manejo de resíduos sólidos, buscando-se, assim, afastar qualquer tipo de confusão desnecessária perante a população.

Assim, o norte a ser estabelecido pelo Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) deve consistir em orientar, primeira e primariamente, que todos os entes federativos municipais do Estado do Rio de Janeiro observem os parâmetros estabelecidos pelo E. STF, independentemente dos serviços de manejo de resíduos sólidos serem prestados diretamente pela Administração Pública – via taxa ou preço público, conforme suas especificidades no caso concreto – ou de forma delegada à iniciativa privada – via tarifa.

Por fim, o que deve realmente ocorrer é não só a instituição do sistema de viabilidade e sustentabilidade do manejo de resíduos sólidos, mas a efetividade dos normativos estabelecidos, sob pena dos gestores responderem por suas omissões, nos termos legais aplicáveis em cada caso concreto.

³⁶ STF, AgR no RE nº 411.251/MG, Segunda Turma, Relator: Ministro EROS GRAU, j. 04.09.2007.

QUADRO 10-1: APONTAMENTOS FINAIS

Serviço público:	São as atividades de prestação de utilidades econômicas a indivíduos determinados, colocados pela Constituição ou pela Lei a cargo do Estado, com ou sem reserva de titularidade, e por ele desempenhadas diretamente ou por meio de seus delegatários, gratuita ou remuneradamente, com vistas ao bem-estar da coletividade.
Serviço compartilhado:	Aquele que adentra, ao mesmo tempo, na seara dos serviços públicos quanto aos serviços de resíduos sólidos urbanos de titularidade do Município e, ainda, dos serviços econômicos pertinente aos serviços de resíduos sólidos não urbanos imputados aos geradores, constituindo, estes últimos, em atividade econômica pautada, ao mesmo tempo, por princípios privatistas e publicistas.
Manutenção e viabilidade do sistema de manejo de resíduos sólidos:	Via taxa (quando a atividade for prestada pela própria Administração Pública sob as regras do Direito Público) – entendimento, este, remansoso no E. Supremo Tribunal Federal, inclusive com súmula vinculante –, via tarifa (quando a atividade for prestada pela iniciativa privada sob as regras do Direito Privado, porém sob o influxo dos princípios publicistas) ou via preço público (quando a própria Administração Pública prestar, na qualidade de agente econômico, uma atividade do manejo de resíduos sólidos que não for considerada serviço público, como, por exemplo, a coleta de resíduos sólidos de serviços de saúde).
Grandes geradores de resíduos sólidos:	Identificados e definidos os agentes geradores de resíduos sólidos – especialmente os grandes geradores – poderão eles ter enquadramentos dentro do sistema de resíduos sólidos, inclusive mediante o estabelecimento de preços públicos para cada escalonamento configurado, o que significa dizer que a própria Administração Pública poderá prestar, na qualidade de agente econômico, atividades de manejo de resíduos sólidos aos grandes geradores, o que vai ao encontro do disposto no art. 27, da PNRS, e atende às diretrizes dos incs. I a VI, do art. 30, da LDNSB.
Coleta seletiva, resíduos sólidos e logística reversa: sistemas interdependentes	O ponto de conexão entre os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e o sistema de logística reversa vai se dar justamente na etapa de triagem e de beneficiamento primário passada a coleta seletiva dos resíduos sólidos e a entrega desse material no sistema de logística reversa, estrutura interdependente diretamente conectada com o setor empresarial, tendo em vista que tal setor não só deve contribuir para o custeio dos serviços de coleta seletiva como, também, para a triagem e beneficiamento primário, aportando recursos em montante diferenciado compatível com o nível de beneficiamento usufruído com esses serviços.
Instrumentalização e operacionalização do sistema de manejo de resíduos sólidos:	A efetivação da contrapartida pelo manejo dos resíduos sólidos poderá ser instrumentalizada (operacionalizada) perante a sua inserção na guia do IPTU, o que lhe facilitará seu pagamento. Porém, para que nenhuma confusão (discussão) desnecessária aflore, a contrapartida em tela poderá ser instituída via guia específica.

PARTE IV – DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO METROPOLITANO

11 ANTECEDENTES DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RMRJ) E DO SEU PLANO DIRETOR DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PDGIRS)

Conforme examinado no TOMO III – Diagnóstico da Legislação Estadual, do VOLUME 2 – Diagnóstico dos Resíduos Sólidos, o Estado do Rio de Janeiro, com arrimo no §3º, do art. 25, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) e no art. 75, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989 (CERJ), que lhe conferem competência procedimental para criar, mediante lei complementar, região metropolitana, aglomerado urbano e microrregião com vista a promover a integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum, editou a Lei Complementar nº87/1997, que, com as modificações posteriores, institui a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a Microrregião dos Lagos e, ainda, a Região da Costa Verde, que, por sua vez, compreende 2 (duas) microrregiões, a saber: Microrregião da Baía de Sepetiba; e Microrregião da Baía da Ilha Grande.

Dentre os serviços encartados nas funções públicas de interesse comum dessas aglomerações municipais limítrofes, destacam-se os serviços de saneamento básico, que, segundo a Lei Complementar Estadual nº 87/1997, compreendem, apenas, abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, sem prejuízo de abarcar os serviços de coleta de resíduos sólidos e líquidos por meio de canais, tubos ou outros tipos de condutos; o que pode-se depreender como coleta de resíduos sólidos classificados como originário de serviços de saneamento básico (art. 3º, inc. III, da Lei Complementar nº87/1997). Complementarmente, a Lei Estadual n.º 2.869/1997 veio a dispor sobre a prestação dos serviços de saneamento básico, dentre eles, os de resíduos sólidos de serviços públicos de saneamento básico também. Resta claro, portanto, que tanto a Lei Complementar Estadual nº87/1997 quanto a Lei Estadual n.º2.869/1997 não tratam da gestão dos serviços de resíduos sólidos urbanos, de serviços de saúde ou de construção civil – que, como será visto mais adiante ao longo desse documento, é objeto do PDGIRS/RMRJ -, restringindo-se, apenas, aos serviços públicos de saneamento básico, repita-se.

A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro é composta pelos seguintes Municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá (art. 1º, da Lei Complementar nº 87/1997). A Microrregião dos Lagos abriga os Municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, Maricá, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim (art. 2º, da Lei Complementar nº 87/1997). A Microrregião da Baía de Sepetiba abriga os Municípios de Itaguaí e

de Mangaratiba. Por fim, a Microrregião da Baía da Ilha Grande compreende os Municípios de Angra dos Reis e de Parati.

Consoante examinado no TOMO III – Diagnóstico da Legislação Estadual, do VOLUME 2 – Diagnóstico dos Resíduos Sólidos – que, repita-se, nos remetemos - tanto a Lei Complementar Estadual nº 87/1997 quanto a Lei Estadual nº 2.869/1997 foram objeto de contestação judicial em sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1842/Rio de Janeiro (ADI nº 1842/RJ), perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal (E. STF), sob a alegação de que o Estado do Rio de Janeiro, a pretexto de criar, por meio dessa lei complementar, as aglutinações municipais suscitadas, acabou por avocar, para si, os serviços de interesse local, no caso, os de saneamento básico, encartados na competência dos Municípios (art. 30, incs. I e V, da CRFB/1988), alijando-os do processo decisório sobre a gestão desses serviços, violando, assim, o princípio do pacto federativo com a agressão à autonomia constitucional municipal (art. 18, da CRFB/1988).

O E. STF, por maioria, decidiu pela inconstitucionalidade, parcial, de dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 87/97, notadamente quanto ao modelo de governança da região estabelecido com amplos poderes decisórios em prol do Estado e, ainda, em relação ao processo de gestão dos serviços de saneamento que também lhe fora atribuído quase que integralmente. O mesmo ocorreu com a Lei Estadual nº 2.869/1997, cujos dispositivos que tratavam dos serviços de saneamento básico foram declarados inconstitucionais.

A corrente vencedora do E. STF, capitaneada pelo Ministro Gilmar Mendes, entendeu que as funções de interesse comum das aglutinações urbanas limítrofes (região metropolitana, microrregião e aglomerado urbano) estão encartadas, na verdade, na gestão compartilhada a ser exercida, de forma consensual, pelo Estado e pelos Municípios. Daí porque, o Estado, ao instituir a aglutinação municipal limítrofe, não pode avocar, para si, a gestão dos serviços de saneamento básico a pretexto de criar a região metropolitana, nem sequer está autorizado a alijar os Municípios do processo decisório sobre essa gestão.

Assim sendo, a titularidade dos serviços de saneamento básico encartados no âmbito das funções de interesse comum é da gestão compartilhada, isto é, do Estado e do Município conjuntamente. Não obstante, o E. STF não estabeleceu, de forma clara, como poderá ocorrer o regime de governança da região metropolitana, do aglomerado urbano e da microrregião, possibilitando, assim, a gestão adequada dos serviços de saneamento. À exceção dos Ministros Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski que preconizaram conferir personificação para essas aglutinações municipais como autarquias territoriais sem, porém, *status* de unidades de federação, os demais ministros se remeteram à competência do próprio legislador estadual para estabelecer um modelo adequado à realidade regional.

Vale o reparo, ainda, que a decisão emanada do julgamento da ADI 1842/RJ teve a postergação dos seus efeitos decisórios para 24 (vinte e quatro) meses a contar da publicação, em razão potencial insegurança jurídica que a declaração imediata

da inconstitucionalidade poderia ocasionar para o setor do saneamento do Estado do Rio de Janeiro.

E, qual o impacto dessa decisão no PDGIRS/RMRJ? Conforme será examinado adiante, as aglomerações municipais estabelecidas pela Lei Complementar Estadual n.º87/1997 ainda gozam de validade, mas as suas governanças com as respectivas modelagens foram declaradas inconstitucionais, e deixarão de pertencer ao ordenamento jurídico a partir de 24 meses da data da publicação da decisão da ADI n.º1842/RJ.

Consequentemente, se o PDRS/RMRJ tiver sido concebido a partir de uma decisão unilateral estadual provenientes do modelo de governança ilegal da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer participação dos Municípios dessa aglomeração municipal, é forçoso concluir que os atos normativos que o aprovaram, e lhe conferiram validade podem também restar contaminado pela ilegalidade congênita da própria modelagem da governança estabelecida na Lei Complementar Estadual n.º87/1997 declarada pela decisão do E. STF; o que, a princípio, pode não ser o caso. Explique-se.

Diante da necessidade de promover-se o aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos na RMRJ com o estabelecimento de uma instância de planejamento estratégico para o setor, a Lei Estadual nº 4.943/2006 já determinava que o Poder Executivo Estadual, com respaldo na Lei Complementar Estadual nº87/1997, elaborasse o PDGIRS/RMRJ.

Nesse sentido, a SEA, em abril de 2007, criou um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar e implementar o PDGIRS/RMRJ, reunindo representantes dos Municípios integrantes da região e outros órgãos governamentais e não governamentais. Este grupo de trabalho, por sua vez, contou com o apoio de um grupo técnico composto por profissionais ligados às Universidades oficiais da região com tradição no setor, quais sejam, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em janeiro de 2008, foi editado o Decreto Estadual nº41.122, que, após a devida consecução do PDGIRS/RMRJ, acabou por aprová-lo, denominando-o de Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (PDGIRS/RMRJ).

Percebe-se, assim, que, o legislador estadual tirou o extrato de validade da Lei Estadual nº 4.943/2006, que determinou a instituição do PDGIRS/RMRJ, a partir da Lei Complementar n.º87/1997. Todavia, a própria Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro não tem, dentre as suas funções de interesse comum, competência para dispor sobre a gestão dos resíduos sólidos urbanos, de serviços de saúde e, ainda, de construção civil; o que constitui o objeto de planejamento do PDGIRS/RMRJ.

Logo, o PDGIRS/RMRJ é, apenas, voltado para a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, mas não chega a representar um planejamento decorrente da vontade da gestão compartilhada dessa aglutinação municipal, que, segundo o E. STF, tem a sua modelagem eivada de ilegalidade. Tanto é assim que o PDGIRS/RMRJ foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 41.122/2008 editado pelo Governador, e não por uma resolução expedida pelo representante da governança da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Daí porque, é possível sustentar, não sem livre de críticas, que os atos normativos de aprovação e de validação do PDGIRS são válidos.

Não há como negar, ainda, que os Municípios participaram, de forma efetiva, do processo de consecução do PDGIRS/RMRJ, minimizando, assim, o seu déficit democrático e de consensualidade. Mais do que isso, tanto a Lei Estadual nº 4.943/2006 quanto o Decreto Estadual nº 41.122/2008, além de já terem esgotados os seus efeitos com a consecução desse planejamento, ainda não foram objeto de contestação judicial, razão pela qual seguem, plenamente, legítimas e válidas, salvaguardadas pelo princípio da presunção da legalidade, segundo o qual as leis continuam válidas até decisão em contrário do Poder Judiciário detentor de competência jurisdicional para tanto.

11.1 CONTEXTO OPERACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RMRJ)

Preliminarmente, importa ressaltar que, para fins do PDGIRS/RMRJ, foram levados em consideração na composição da RMRJ os Municípios limítrofes de Itaguaí e Maricá, os quais, apesar de não serem integrantes formais da RMRJ, estão localizados na Área de Influência do Arco Rodoviário Metropolitano, representando, assim, projeto prioritário para o desenvolvimento regional, ora em andamento (**Figura 2-1**).

Estes municípios são responsáveis pela geração de **11.315** toneladas de resíduos sólidos por dia, o que corresponde a **78,3 %** da geração total do Estado do Rio de Janeiro. Da quantidade total gerada, **96 %** (quase **11.000** toneladas) são destinados a aterros sanitários (Belford Roxo, Gericinó, Itaboraí, Nova Iguaçu, Paracambi, São Gonçalo e Seropédica) sendo o restante destinado inadequadamente em lixões.

A simples observação destes números, apesar da existência ainda de alguns lixões clandestinos na região, mostra claramente a melhoria alcançada na RMRJ quanto ao tratamento e a destinação sanitária e ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, em especial quando comparados com os números constantes do PDGIRS da RMRJ elaborado em 2007 pela UERJ.

Outro fato a destacar é o fechamento neste período dos aterros controlados de Gramacho, do Morro do Céu e dos lixões de São Gonçalo, Belford Roxo, Itaboraí,

Itaguaí e Paracambi, que juntos recebiam inadequadamente mais de 10.000 (dez mil) toneladas de resíduos por dia.

Cabe destacar ainda a considerável economia de escala que se verifica nos custos de implantação e especialmente de operação e manutenção de um aterro sanitário de grande porte; o que vem estimulando a formação de consórcios intermunicipais de resíduos sólidos apresentando uma solução viável para o problema, com aumento da concentração de resíduos a dispor e a consequente economia de escala..

11.2 PLANO DIRETOR DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PDGIRS/RMRJ): ANÁLISE OPERACIONAL DA VERSÃO ORIGINAL

Conforme mencionado no item “1. *Antecedentes da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ) e do seu Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS)*”, desta PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, o PDGIRS/RMRJ foi aprovado pelo Decreto Estadual nº41.122/2008, e tem os seguintes objetivos prioritários:

- Subsidiar o Governo do Estado do Rio de Janeiro e as Prefeituras da RMRJ na implantação de políticas públicas de gerenciamento e gestão de resíduos sólidos, sobretudo quanto à sua destinação final ambientalmente adequada;
- Fornecer ao Ministério das Cidades, ao Ministério do Meio Ambiente, à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e à SEA diretrizes e propostas técnicas para, com recursos do Governo Federal e Estadual, implantar Aterros Sanitários, preferencialmente regionais, segundo classificação estabelecida na Lei Estadual n.º6.362/2012.

Afora os objetivos citados, o PDGIRS/RMRJ possui as seguintes propostas:

- Implantar 4 (quatro) Aterros Sanitários Regionais (**Figura 11.2-1**):
 - Localização: Itaboraí, com capacidade prevista de 800 ton/dia, para atender os municípios de Itaboraí, Tanguá, Maricá e parte de Niterói;
 - Localização: Queimados, com capacidade prevista de 500 ton/dia, para atender os municípios de Queimados, São João do Meriti, Nilópolis e Mesquita;
 - Localização: Seropédica, com capacidade prevista de até 5.000 ton/dia, para atender os municípios de Seropédica, Itaguaí e parte do Rio de Janeiro;
 - Localização: Paracambi, com capacidade prevista de 150 ton/dia, para atender aos municípios de Paracambi, Japeri, Mendes e Engenheiro Paulo de Frontin, sendo que esses dois últimos não pertencem à Região Metropolitana.



**FIGURA 11.2-1: PROPOSTA DE ATERROS SANITÁRIOS INTERMUNICIPAIS –
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E ARCO RODOVIÁRIO**
FONTE: GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA RMRJ – SEA/RJ – MAIO. 2008

- Incentivar e apoiar a implantação de Aterros Sanitários não consorciados nos demais municípios. (Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo);
- Implantar 6 (seis) Estações de Transferência de resíduos sólidos urbanos (RSU) para apoio aos aterros regionais, nos municípios de Itaguaí, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Niterói e Maricá;
- Implantar 7 (sete) Unidades de Tratamento de resíduos sólidos da construção civil (RCC), nos municípios de Seropédica, Queimados, Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Itaboraí e Niterói;
- Implantar 5 (cinco) Áreas de Triagem e Transferência de RCC para apoio às Unidades de Tratamento de RCC em Itaguaí, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti e Maricá;
- Implantar áreas de acumulação e tratamento de resíduos de podas e jardinagem em todos os municípios, para reduzir a quantidade de materiais a serem encaminhados aos Aterros Sanitários.

- Implantar Ecopontos em todos os municípios para consolidar as experiências de coleta seletiva em andamento e incentivar a sua implantação onde ainda não existirem;
- Implantar galpões de triagem em todos os municípios para apoio às cooperativas de catadores;
- Remediar lixões e aterros controlados;
- Criar link no site da SEA para apoio à educação ambiental nos municípios. Nele constarão informações sobre:
 - Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos;
 - Ações e situação em cada município;
 - Material didático;
 - Sugestões de atividades, etc.
- Promover estudos de alternativas de tratamento.

11.3 PANORAMA ATUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RMRJ) E DO SEU PLANO DIRETOR GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PDGIRS)

O PDGIRS/RMRJ constitui um instrumento de planejamento estratégico voltado para a esfera territorial metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, sendo, porém, focado para o setor de resíduos sólidos. Diante do caráter dinâmico da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos na RMRJ, é certo que o PDGIRS/RMRJ pode, e deve ser submetido à atualização periódica.

Decorridos 5 (cinco) anos da elaboração do PDGIRS/RMRJ, o panorama da gestão dos resíduos sólidos na RMRJ sofreu uma sensível transformação, em especial com a implantação de Centrais de Tratamento de Resíduos (CTR). Se naquela época as únicas alternativas de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos sanitária e ambientalmente adequadas eram a Central de Tratamento de Resíduos de Nova Iguaçu – **CTR NOVA IGUAÇU** – e o **Aterro Sanitário de Gericinó**, hoje a região dispõe de 7 (sete) instalações para este fim, a saber: as duas então existentes, **CTR NOVA IGUAÇU**, **Aterro Sanitário de Gericinó**, e as **CTR ITABORAI**, **CTR SÃO GONÇALO**, **CTR BOB AMBIENTAL**, em Belford Roxo, **CTR SEROPÉDICA – CICLUS** e **CTR PARACAMBI**, com uma capacidade instalada para recebimento, tratamento e disposição de até **24.650 t/d** de resíduos urbanos, bastante superior à demanda atual estimada, inferior a **15.000 t/d**.

Vale aqui, abrir um rápido parêntese, para ressaltar que há, atualmente, unidades de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos que constituem empreendimentos eminentemente privados, sem qualquer

submissão a uma relação institucional e jurídica mais consistente com o Poder Público municipal ou, quiçá, consorciamento. Daí porque, a Lei Estadual n.º 6.362/2012 classifica esses CTR's de autorizados, e seguem disciplinamento próprio, inclusive submetendo-os ao processo regulatório e fiscalizatório a ser promovido pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA).

De outra feita, a RMJ conta, ainda, com CTR's concedidos, cuja classificação também está contemplada na Lei Estadual n.º 6.362/2012. Esses CTR's concedidos, por estarem submetidos ao regime de outorga mediante concessão, fornecem maior segurança jurídica e institucional travada entre o concessionário e o Poder Público concedente, seja local seja consorciado.

Nesse contexto, o CTR NOVA IGUAÇU, o CTR SEROPÉDICA – CICLUS, o futuro CTR-PARACAMBI e o Aterro Sanitário de Gericinó são concedidos. Já o CTR ITABORAÍ, CTR – SÃO GONÇALO e o CTR BOB AMBIENTAL são unidades privadas, que podem ser classificadas como autorizadas, razão pela qual merecem o disciplinamento que lhes são próprios, segundo já exposto.

Passado, ainda, o período de 5 (cinco) anos da elaboração do PDGIRS/RMRJ, foram implantadas **3 (três)** centrais de beneficiamento de resíduos da construção civil, em Itaboraí, São Gonçalo e Nova Iguaçu, estando previstos para curto prazo mais **3 (três)** unidades, em Niterói, Seropédica e Paracambi.

No que se refere aos RCC, foi instituído o Plano Regional de Gestão dos Resíduos da Construção Civil, com base no projeto Entulho Limpo na Baixada. Reunido em consórcio de resíduos sólidos abrange 6 (seis) municípios, a saber:

- Belford Roxo;
- Duque de Caxias;
- Mesquita;
- Nova Iguaçu;
- Nilópolis; e
- São João de Meriti

Com uma geração estimada em 3.500 t/d., o projeto, com recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), prevê a instalação de uma rede de 107 (cento e sete) ecopontos (que, em última análise, representam pontos de entrega voluntária - PEV's) e de 6 (seis) áreas de triagem e transbordo (ATT's), para recepção de RCC e também de outros tipos de resíduos provenientes da coleta seletiva, poda, resíduos volumosos e resíduos de logística reversa (pneus, lâmpadas, pilhas e baterias e eletro- eletrônicos). Este projeto deu origem à constituição de um consórcio público, integrando os 6 (seis)

Municípios citados, para a gestão dos resíduos sólidos gerados nos mesmos. Paralelamente, o Município do Rio de Janeiro, por meio da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB), está implantando um programa de triagem como apoio às cooperativas de catadores com recursos da ordem de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) com participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) consistindo na construção de 6 (seis) galpões de triagem, treinamento e capacitação dos catadores.

Também o segmento do tratamento dos resíduos sólidos de serviços de saúde (RSS), apresentou um acentuado incremento. Encontram-se em operação atualmente **11 (onze)** unidades de desinfecção térmica (autoclave), em Itaboraí, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e Paracambi, sendo esperada para breve as unidades de Seropédica e Niterói. A Região Metropolitana, neste aspecto, é atendida ainda por **3 (três)** incineradores, em Belford Roxo (grande porte), Duque de Caxias e Rio de Janeiro.

Outro aspecto que merece citação é quanto aos antigos lixões e aterros controlados que operavam na região, tais como Morro do Céu, Itaóca, Itaboraí, Seropédica, Belford Roxo, Paracambi, Japeri, Itaguaí e Gramacho (recebia em torno de 10.000 t/d), que foram fechados e encontram-se em processo de remediação.

11.3.1 Modelagem da Regionalização do Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (PDGIRS/RMRJ)

O PDGIRS/RMRJ propunha, inicialmente, uma configuração de regionalização estabelecida em 3 (três) subgrupos de Municípios em função de proximidade geográfica, nos seguintes termos:

- Subgrupo da Porção Oeste, composto pelos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti, que destinavam seus resíduos ao mesmo local no Aterro de Gramacho, da COMLURB;
- Subgrupo da Porção Extremo Oeste, integrado pelos municípios de Nova Iguaçu, Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e Seropédica, apresentavam situação desigual em termos populacionais, da gestão da limpeza urbana e tratamento de resíduos sólidos, e ainda quanto à disponibilidade física de áreas para instalação de novos equipamentos de destinação de seus resíduos. Nova Iguaçu destacava-se neste conjunto de municípios não só pelo porte, mas também por dispor de um sistema adequado de disposição final de seus resíduos sólidos;
- Subgrupo da Porção Leste, compreendendo os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé e Maricá, que quanto à

disponibilidade de áreas para a instalação de novos equipamentos a situação de cada um deles é bastante diferenciada. Vale dizer que naquela época, todos os municípios citados lançavam seus resíduos em lixões.

11.3.2 *Tratamento e Destinação Final Ambientalmente Adequada de Resíduos Sólidos Constantes no Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (PDGIRS/RMRJ) e sua Proposta de Aperfeiçoamento*

Há uma mudança drástica ocorrida na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, inclusive em relação aos subgrupos citados no item “4.1. Modelagem da Regionalização Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (PDGIRS/RMRJ)”, desta PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, em que se observa acentuada melhoria no atendimento à demanda dos serviços de tratamento e disposição dos RSU, em que se incluem os resíduos sólidos domiciliares e os públicos, dos RSS e dos RCC. Eis, um panorama geral do fluxo dos resíduos sólidos que comprovam o avanço desses serviços:

- CTR ITABORAÍ – recebendo os resíduos dos Municípios de Itaboraí, Niterói, Guapimirim, Maricá, Tanguá e ainda Rio Bonito e Cachoeira de Macacu. Estes últimos, embora não integrantes da RMRJ, dada suas localizações com acesso por boas estradas e a pouca distância, justifica a adoção desta unidade para vazamento de seus resíduos;
- CTR SÃO GONÇALO – recebendo os resíduos de São Gonçalo;
- CTR BOB AMBIENTAL – recebendo os resíduos sólidos dos Municípios de Belford Roxo e parte de Duque de Caxias;
- CTR NOVA IGUAÇU – recebendo resíduos dos Municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti, além de uma quantidade significativa proveniente de grandes geradores;
- CTR SEROPÉDICA – recebendo os resíduos dos Municípios do Rio de Janeiro, de Seropédica, de Itaguaí, de Mangaratiba e, ainda, no presente momento, de parte de Duque de Caxias; CTR PARACAMBI – com programação de recebimento a curto prazo dos resíduos provenientes de Paracambi, Japeri, Queimados e Engenheiro Paulo de Frontin e Mendes.

A partir dos 6 (seis) CTR's em operação – que seguem somados às futuras instalações dos CTR's de Magé e Niterói -, é possível apresentar uma nova proposta de regionalização municipal com vista ao tratamento e à destinação final

de resíduos sólidos com o polo nas instalações já mencionadas. A **Figura 11.3-1**, abaixo traz a concepção dessa nova proposta:

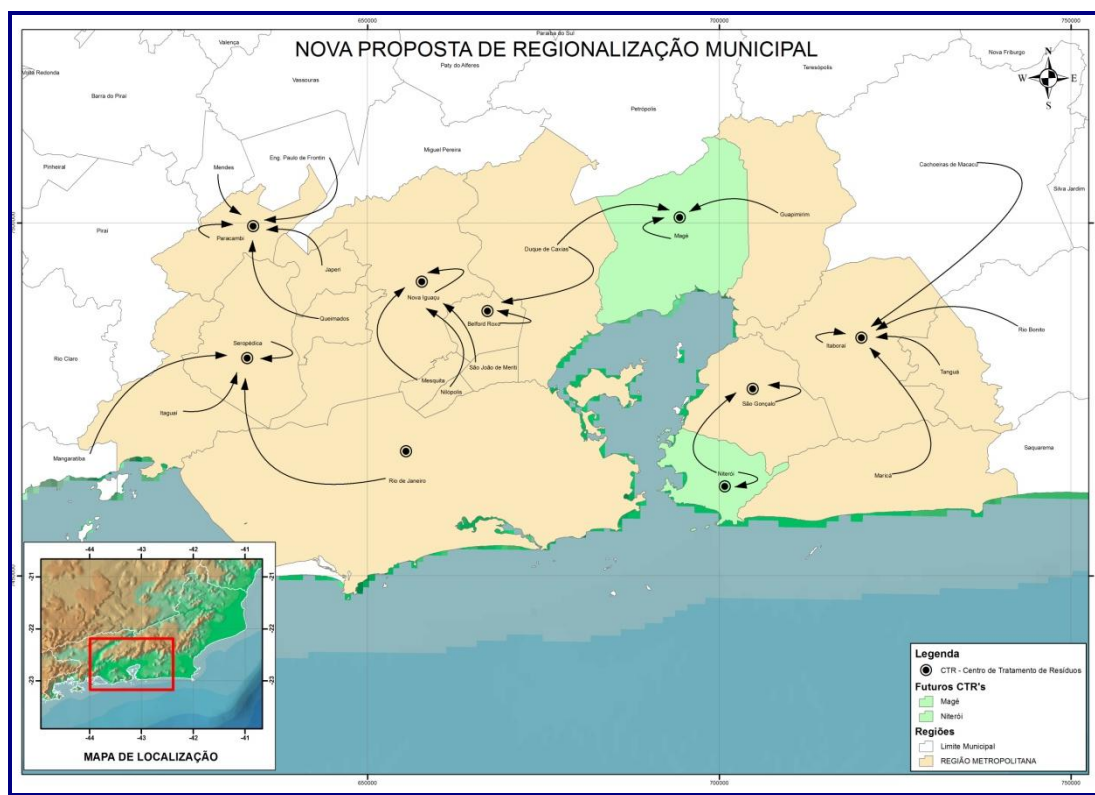


FIGURA 11.3-1: NOVA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO MUNICIPAL

- CTR ITABORAÍ – receberá os resíduos dos Municípios de Itaboraí, Maricá, Rio Bonito, Tanguá e Cachoeira de Macacu;
- CTR SÃO GONÇALO – receberá os resíduos dos Municípios de São Gonçalo e de parte de Niterói;
- CTR BOB AMBIENTAL – receberá os resíduos sólidos dos Municípios de Belford Roxo e de parte de Duque de Caxias;
- CTR NOVA IGUAÇU – receberá os resíduos dos Municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti;
- CTR SEROPÉDICA – receberá os resíduos dos Municípios de Rio de Janeiro, de Seropédica, de Itaguaí e de Mangaratiba;
- CTR PARACAMBI – receberá os resíduos provenientes dos Municípios de Paracambi, Japeri, Queimados e Engenheiro Paulo de Frontin e Mendes;
- CTR MAGÉ – receberá os resíduos gerados nos Municípios de Magé, Guapimirim e parte de Duque de Caxias;

➤ CTR NITERÓI– receberá apenas os resíduos gerados no Município de Niterói.

Vale o reparo que o CTR MAGÉ e o CTR NITERÓI são unidades também eminente privadas, que, repita-se, seguem classificadas como autorizados, e devem ser submetidos ao disciplinamento próprio previsto na Lei Estadual n.º 6.362/2012.

A distribuição regional com polo nas instalações de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos propostas implica, em alguns casos, em distâncias de transporte considerável (Cachoeiras de Macacu, Maricá e Mangaratiba); o que, dependendo de estudos de logística de transporte, poderão resultar na implantação de novas estações de transferência, sem prejuízo das atualmente existentes e/ou em construção no Caju, Jacarepaguá, Marechal Hermes, Santa Cruz, Bangu, Penha, Taquara, Nova Iguaçu, Nilópolis e Duque de Caxias. Atualização dos Dados Básicos do Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (PDGIRS/RMRJ)

A geração atual de resíduos sólidos da RMRJ pode ser estimada em pouco mais de 22.000 toneladas por dia, das quais pouco mais de 50,0 % (cinquenta por cento) correspondem a resíduos domiciliares, 15,0 % (quinze por cento) a resíduos de logradouros públicos e os restantes 35% (trinta e cinco por cento) a resíduos de construção civil. Cabe destacar que a quase totalidade é atualmente objeto de pesagem diária. A parcela não pesada foi estimada tomando por base os dados de geração per capita fornecidos pela ABRELPE (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais), aplicados sobre a população constante do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Considerando os grandes eventos programados tais como Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016, pode-se prever para estes períodos vindouros, um acréscimo significativo na geração de resíduos, mercê do incremento no fluxo turístico e na execução das obras de infraestrutura e complexos destinados à realização dos eventos mencionados.

Os **Quadros**, a seguir, apresentam a atualização dos dados populacionais com base no censo do IBGE de 2010 e as estimativas de geração de resíduos sólidos, com base nos índices de geração per capita da ABRELPE e em informações de pesagens locais.

QUADRO 11.3-1: INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A RMRJ

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA (KM²)
Rio de Janeiro	5.940.224	1.182
Belford Roxo	455.598	80
Duque de Caxias	818.432	465
Guapimirim	51.198	361
Itaboraí	210.780	424
Itaguaí	100.362	272
Japeri	91.933	83
Magé	218.307	386
Maricá	116.216	362
Mesquita	159.685	35
Nilópolis	154.232	19
Niterói	441.078	129
Nova Iguaçu	767.505	527
Paracambi	46.251	179
Queimados	131.163	77
São Gonçalo	945.752	249
São João de Meriti	439.497	35
Tanguá	29.355	147
Seropédica	76.045	284
TOTAL	11.193.613	5.296

QUADRO 11.3-2: GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA RMRJ (T)

MUNICÍPIO	RESÍDUOS SÓLIDOS			
	DOMICILIAR	PÚBLICO	RCC	TOTAL
Rio de Janeiro	6.237	1.871	4.099	12.207
Belford Roxo	428	128	314	870
Duque de Caxias	859	287	565	1.711
Guapimirim	39	12	35	86
Itaboraí	198	59	145	402
Itaguaí	82	25	69	176
Japeri	71	21	63	155
Magé	205	62	151	418
Maricá	95	29	80	204
Mesquita	131	39	110	280
Nilópolis	127	38	106	271
Niterói	415	125	304	844
Nova Iguaçu	806	242	530	1.578
Paracambi	30	9	32	71

MUNICÍPIO	RESÍDUOS SÓLIDOS			
	DOMICILIAR	PÚBLICO	RCC	TOTAL
Queimados	108	32	91	231
São Gonçalo	993	298	653	1.944
São João de Meriti	413	124	303	840
Tanguá	19	6	20	45
Seropédica	59	18	52	129
TOTAL	11.315	3.425	7.722	22.462

11.3.3 Propostas Operacionais de Aperfeiçoamento do Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (PDGIRS/RMRJ)

Conforme sustentado no item “5. Panorama atual dos resíduos sólidos na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ) e do seu Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS)”, desta PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, o PDGIRS/RMRJ, por ser um planejamento estratégico voltado para a RMRJ com enfoque no setor de resíduos sólidos e, mais do que isso, ser orientador da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos que vivem constantes modificações, é indispensável que seja submetido a permanente atualização. Daí, a apresentação de algumas propostas de cunho operacional, que orientem o processo de revisão do PDGIRS/RMRJ, se for o caso³⁷.

➤ Implantar 4 (quatro) Aterros Sanitários Regionais

Aos aterros sanitários de Nova Iguaçu e de Gericinó – que, neste último caso, não será mais operado, mas, sim, mantido como reserva técnica para casos emergenciais - somam-se mais 3 (três) aterros dos propostos originalmente, a saber: Itaboraí, Seropédica; e, Paracambi, que já encontram-se operando regularmente. Além destes, foram implantados os aterros de Belford Roxo e São Gonçalo. Merece destaque que estas unidades de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos atendem hoje, além da RMRJ, os municípios de Maricá, Cachoeira de Macacu, Itaguaí, Mangaratiba e Engenheiro Paulo de Frontin e Mendes, estando previstas ainda, a curto prazo, a implantação das CTR's de Magé e Niterói.

➤ Incentivar e apoiar a implantação de Aterros Sanitários não consorciados nos demais municípios

³⁷ Para um aprofundamento da viabilidade de realizar a revisão do PDGIRS/RMRJ ou, então, de promover a sua inclusão no PERS, ver o item 6. *Análise jurídica do Plano Diretor Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (PDGIRS/RMRJ) à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e da Lei Estadual n.º 6.362/2012*, deste Documento 24.

Os aterros de São Gonçalo e Belford Roxo estão em operação regular, mas o de Niterói encontra-se em fase de execução de obras de implantação. O aterro sanitário de Magé encontra-se em fase de licenciamento.

Quanto aos demais aterros sanitário propostos, já não se fazem necessários, porque os resíduos, que seriam a eles destinados, são atendidos satisfatoriamente por outras unidades;

- Implantar 6 (seis) estações de transferência de resíduos sólidos urbanos (RSU) para apoio aos aterros sanitários consorciados

A nova rede de centrais de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos supre a necessidade de quase todas as estações de transferência inicialmente propostas, exceção a de Maricá. Conforme exposto e em função da expansão de atendimento a alguns municípios não pertencentes à RMRJ, outras estações poderão vir a ser necessárias;

- Implantar 7 (sete) Unidades de Tratamento de RCC

Também com relação às unidades de beneficiamento de RCC, as implantações que ocorreram no período, São Gonçalo, Itaboraí e Nova Iguaçu, juntamente com as que encontram-se em fase de implantação (Niterói, Seropédica e Paracambi), praticamente atendem a toda a RMRJ, exceção à região de Magé, para a qual recomenda-se a implantação de uma unidade.

Concomitantemente, está sendo implantado, pela SEA, o Plano Regional de Gestão dos Resíduos de Construção Civil, que abrange os municípios de Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

- Implantar 5 (cinco) Áreas de Triagem e Transferência de RCC para apoio às Unidades de Tratamento de RCC

A nova concepção proposta, decorrente das implantações ocorridas no período, como resultado da atuação da iniciativa privada (visão de novos negócios), bem como do Plano Regional de Gestão dos Resíduos da Construção Civil (Projeto Entulho Limpo na Baixada) atendem plenamente às necessidades da RMRJ quanto a este tópico.

- Implantar áreas de acumulação e tratamento de resíduos de podas e jardinagem em todos os municípios, para reduzir a quantidade de materiais a serem encaminhados aos aterros sanitários.

Tanto as novas centrais de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos como os ecopontos (PEV's) e as ATT's em operação ou em fase de implantação, preveem áreas de acumulação e tratamento de podas e jardinagem.

- Implantar Ecopontos em todos os Municípios para consolidar as experiências de coleta seletiva em andamento e incentivar a sua implantação onde ainda não existirem e galpões de triagem para apoio às cooperativas de catadores.

Neste período, o incremento na coleta seletiva foi bastante reduzido. Quanto a esta meta do PGIRS/RMRJ de implantação de ecopontos e galpões de triagem, a mesma vem sendo progressivamente atingida, em especial pela ação do Plano Regional de Gestão dos Resíduos da Construção Civil, que abrange também estes segmentos e o programa do Município do Rio de Janeiro, por intermédio da COMLURB, com o apoio do BNDES;

- Remediar lixões e aterros controlados

Dos 14 (catorze) lixões existentes na época do PDGIRS/RMRJ, 2 (dois) já se encontram remediados e 8 (oito) estão em processo de remediação, restando apenas para completar o saneamento das áreas até então em degradação apenas 4 (quatro) lixões, Japeri, Guapimirim, Tanguá e Maricá.

- Potencial energético dos resíduos sólidos

O potencial de crédito de carbono de algumas unidades de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos vem sendo objeto de estudos, a saber: Itaboraí, São Gonçalo, Niterói, Nova Iguaçu, agora, após o encerramento das suas atividades, a área de Gramacho. Nos últimos dois locais, já existem instalações concluídas e em operação;

- Criar link no site da SEA/RJ para apoio à educação ambiental nos municípios. Foi implantado pela gerência de educação ambiental do INEA;

- Promover estudos de alternativas de tratamento.

O VOLUME 5 – Avaliação de Alternativas Tecnológicas – que se remete - já traz um levantamento das tecnologias e equipamentos pertinentes ao tratamento a destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos em uso na região, que leva em consideração a avaliação do potencial de aplicação em cada Município, assim como a sua compatibilidade com programas de coleta seletiva. Afora isso, o volume referido analisa outras tecnologias atuais e potenciais, considerando variáveis econômicas, técnicas e de eficiência.

11.3.4 Instrumentos de Cooperação Federativa e o Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (PDGIRS/RMRJ): Breves Considerações

Consoante já examinado no TOMO III – Diagnóstico da Legislação Estadual, do VOLUME 2 – Diagnóstico dos Resíduos Sólidos, a região metropolitana constitui

uma forma de gestão compartilhada, que representa um instrumento de cooperação federativa de cunho coordenado e dotado de caráter forçado, vez que é instituído, por meio de lei complementar, pelo Estado, sem haver, a priori, adesão voluntária dos Municípios situados nessa aglutinação municipal. Todavia, após a formalização da gestão compartilhada em qualquer de suas modalidades, a governança da aglutinação municipal deve ser exercida, de forma consensual e, se possível, paritária, entre o Estado e os Municípios para o cumprimento das suas funções públicas de interesse comum.

Conforme já suscitado no “*item 1. Antecedentes da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMEJ) e do seu Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS)*”, desta PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, o Estado do Rio de Janeiro, com respaldo na sua competência procedimental para instituir, por lei complementar, regiões metropolitanas, editou a Lei Complementar n.º 87/1997, que, para os fins que nos interessa, criou a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) para realizar a integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum, dentre eles, a coleta de resíduos sólidos e líquidos de serviços de saneamento básico por meio de canais, tubos ou outros tipos de condutos. A RMRJ é integrada pelos seguintes Municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá (art. 1º, da Lei Complementar n.º 87/1997).

O E. STF, em sede da ADI n.º 1842/RJ, declarou a inconstitucionalidade parcial da Lei Complementar Estadual n.º 87/1997 e, ainda, da Lei Estadual n.º 2.869/1997, notadamente quanto à modelagem da governança da RMRJ, vez que esta não só arrastava para o Estado do Rio de Janeiro a competência dos serviços de interesse local, no caso, os de saneamento básico, encartados na competência dos Municípios (art. 30, incs. I e V, da CRFB/1988), mas também os alijava do processo decisório sobre a gestão desses serviços, violando, assim, o princípio do pacto federativo com a agressão à autonomia constitucional municipal (art. 18, da CRFB/1988).

Repita-se, assim, que a RMRJ continua válida, e eficaz, mas o seu modelo de governança restou inteiramente comprometido. Mais do que isso, o E. STF, por meio da maioria dos seus Ministros, não chegou a um consenso sobre a natureza jurídica dessa aglutinação municipal, remetendo a definição dessa modelagem para o legislador estadual. A exceção ficou por conta dos Ministros Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski que preconizaram conferir personificação para essas aglutinações municipais como autarquias territoriais sem deterem, porém, *status* de unidades de federação.

Outrossim, resta claro que faz-se necessário não só recuperar a legalidade da governança da RMRJ com uma atuação consensual e paritária entre o Estado e os Municípios, mas também delinear, de forma adequada, segundo os pressupostos de cooperação federativa e abertura democrática preconizados pelo

E. STF, a modelagem dessa governança. Para tanto, é plenamente possível promover-se a revisão da Lei Complementar Estadual n.º87/1997 escoimando os dispositivos viciados em prol de uma governança consensual, paritária e democrática, assim como inserindo a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos na competência dessa aglutinação municipal. Ao revés, é viável, alternativamente, editar uma nova lei complementar estadual (re) criando a RMRJ, mas, agora, setorial para os serviços de resíduos sólidos.

Em qualquer dos casos apontados, deve-se modelar a governança da RMRJ, inclusive quanto à definição da sua natureza jurídica, restando ao legislador estadual fazê-lo. Nesse sentido, a RMRJ pode contar, de um lado, com um conselho gestor interfederativo – que, aliás, parece ser um ponto de consenso entre os Ministros do E. STF em relação à modelagem da governança – para estabelecer as diretrizes de gestão e de gerenciamento dos resíduos sólidos para a aglutinação municipal, e, outro, um consórcio intermunicipal para executar as ações emanadas do conselho gestor.

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, já há sobreposição entre a RMRJ e os consórcios intermunicipais, que, aliás, foram fomentados pelo Governo estadual, e, agora, contarão com a participação deste último, o Estado do Rio de Janeiro, bastando, assim, um realinhamento desses instrumentos de cooperativa em prol do aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos, não sem antes o delineamento legal do conselho gestor interfederativo para o estabelecimento das diretrizes para essa aglutinação municipal. Senão, vejamos.

Recentemente, alguns Municípios integrantes da RMRJ, sob o fomento das políticas e das ações programáticas estaduais, com o apoio técnico e financeiro do Estado, buscaram a via do consorciamento para conferir aperfeiçoamento para a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos, obtendo, por conseguinte, escala aos serviços de resíduos sólidos mediante a redução de custos com o rateio das despesas entre os participantes.

Dessa forma, foram instalados, de um lado, o Consórcio Centro Sul Fluminense I, cujos consorciados são os Municípios de Paracambi, Queimados, Japeri, Engenheiro Paulo de Frontin e Mendes, e, de outro, o Consórcio da Baixada Fluminense, que é composto por 6 (seis) Municípios consorciados da Baixada Fluminense, a saber: Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias. Tanto o Consórcio Centro Sul I quando o Consórcio Baixa Fluminense já podem, e irão contar com a participação do Estado do Rio de Janeiro na sua composição, segundo autorização dada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), nos termos previstos nas Leis Estaduais n.º6.333/2012 e n.º6.334/2012.

Nesse momento, o Estado apoia, tecnicamente, o Consórcio Centro Sul I para possibilitar, por meio de termo aditivo ao Contrato de Consórcio Público vigente – que não prevê a participação do Estado nesse consorciamento -, o seu ingresso nesse consórcio, que prepara-se para realizar a concessão da unidade de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos,

cuja regulação e fiscalização será feita pela AGENERSA. Ao lado disso, o Estado também oferta apoio técnico e financeiro, por meio do programa entulho limpo da baixada, para o Consórcio da Baixada Fluminense, que, apesar de deter escopo amplo, busca promover, inicialmente, o adequado manejo de resíduos sólidos da construção civil.

Outrossim, é recomendável que o Estado dê continuidade ao processo de ingresso no Consórcio Centro Sul I e no Consórcio da Baixada Fluminense, e envide todos os seus esforços para obter, de forma consensual e democrática, junto com os consórcios públicos suscitados, o aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos. Paralelamente a isso, o Estado poderá promover alteração na legislação da RMRJ ou, ao revés, (re)criar uma RMRJ volta única, e exclusivamente para resíduos sólidos, a fim de prever que as diretrizes emanadas do conselho gestor interfederativo dessa região sejam passíveis de execução pela sua entidade gestora correspondente, o Consórcio Centro Sul I e/ou o Consórcio da Baixada Fluminense.

Quanto ao exame da regionalização de resíduos sólidos com as suas proposições, remete-se a PARTE I – Arranjos Institucionais de Cooperação Federativa, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais.

12 ANÁLISE JURÍDICA DO PLANO DIRETOR GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PDGIRS/RMRJ) À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS) E DA LEI ESTADUAL N.º 6.362/2012

12.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O PDGIRS/RMRJ, como um instrumento de planejamento estratégico voltado para a RMRJ destinado para o setor de resíduos sólidos, trouxe, de forma inegável, diretrizes fundamentais e estratégicas para aperfeiçoar a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos dos Municípios integrantes da RMRJ.

Todavia, o PDGIRS/RMRJ, que foi aprovado pelo Decreto Estadual n.º 41.122/2008, é anterior à edição da PNRS e do seu Decreto Federal n.º 7.404/2010, que, por sua vez, estabelecem que, caso o Estado tenha editado lei complementar estadual para criar a sua região metropolitana, pode-se elaborar o plano da região metropolitana de resíduos sólidos, que deve observar o mesmo conteúdo mínimo do plano estadual de resíduos sólidos e, mais do que isso, estabelecer soluções integradas de gerenciamento de resíduos sólidos segundo a peculiaridade de cada região (art. 17, §1º até §3º, da PNRS). Com efeito, o PDGIRS/RMRJ se mostra, nessa quadra atual, incompatível com as normas emanadas da PNRS.

O advento da Lei Estadual n.º6.362/2012 contribuiu ainda mais para a desatualização do PDGIRS/RMRJ, vez que àquela, a Lei Estadual n.º6.362/2012, ao complementar a eficácia do PNRS, traz como condicionante fundamental para a elaboração e a implementação do plano da região metropolitana a efetiva participação dos Municípios situados nessa região (art. 8º, parágrafo único). Afora isso, a Lei Estadual n.º6.362/2012, como visto ao longo desse Documento, traz uma classificação para as unidades de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, que não só pode, mas deve ser seguida, especialmente em razão do disciplinamento incidente sobre cada um desses tipos de unidades, concedido, regional ou autorizado (art. 2º, incs. II, III e IV).

Como se não bastasse todo o exposto, o próprio PDGIRS/RMRJ pode conter, como já exposto, vício congênito desde a sua origem, vez que a sua concepção pode ter decorrido da governança da RMRJ, cuja modelagem foi declarada, pelo E. STF, incompatível com o princípio do pacto federativo. Com efeito, o PDGIRS/RMRJ não só se mostra incompatível com a PNRS e seu Decreto Federal n.º7.404/2010 e, ainda, com a Lei Estadual n.º6.362/2012, mas também pode ter a sua concepção eivada de vícios decorrente da má formação da governança da RMRJ.

Assim sendo, o PDGIRS/RMRJ, segundo sustentado no TOMO III – Diagnóstico da Legislação Estadual, do VOLUME 2 – Diagnóstico dos Resíduos Sólidos, pode ser objeto de atualização, observando-se, além das propostas técnicas e operacionais indicadas nesta PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano, do VOLUME 3– Arranjos Regionais, as normas de consecução desse planejamento estabelecidas no art. 17, §1º até §3º, da PNRS e, ainda, no parágrafo único, do art. 8º, da Lei Estadual n.º6.362/2012.

Para tanto, faz-se necessário que, antes, haja a recuperação da legalidade da modelagem da governança da RMRJ, nos termos expostos no item “4.4. *Instrumentos de Cooperação Federativa e o Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (PDGIRS/RMRJ): Breves Considerações*”, desta PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, para que, só depois disso, o PDGIRS/RMRJ possa ser revisto, de forma consensual e paritária, em um ambiente democrático, segundo preconizado pelo E. STF, a partir de decisão da governança da RMRJ.

Por outro lado, as diretrizes de planejamento contidas no PDGIRS/RMRJ podem ser objeto de incorporação pelo PERS com vista a contemplar um único instrumento de planejamento para todo o Estado do Rio de Janeiro, acarretando, assim, a extinção daquele plano, do PDGIRS/RMRJ. Para tanto, o próprio art. 8º, *caput*, da Lei Estadual n.º6.362/2012 já induz à edição de uma lei estadual, cuja minuta segue em anexo, que aprove o PERS e, mais do que isso, contemple a revisão do PDGIRS/RMRJ para possibilitar a sua incorporação por àquela, o PERS.

De qualquer forma, a tomada de decisão quanto ao encaminhamento a ser dado ao PDGIRS/RMRJ cabe à SEA, que poderá se valer dos cenários propostos nos próximos itens com as vantagens e desvantagens pertinentes para subsidiar essa decisão.

12.2 CENÁRIO 1: INCORPORAÇÃO DO PDGIRS/RMRJ PELO PERS

Conforme suscitado no item “5.1. *Considerações Gerais*”, desta PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, as diretrizes de planejamento contidas no PDGIRS/RMRJ podem ser absorvidas pelo PERS, a fim de que o Estado conte, apenas, com um único instrumento de planejamento. Tanto é assim que a própria Lei Estadual n.º 6.362/2012, em seu art. 8º, *caput*, induz à edição de uma lei estadual, que não só aprove o PERS, mas também contemple a revisão do PDGIRS/RMRJ para possibilitar, então, a sua incorporação por àquele, o PERS.

A vantagem dessa estratégia é que, repita-se, o Estado terá um único planejamento no setor de resíduos sólidos para todo o território estadual, uniformizando-o. Afora isso, será possível aproveitar os objetivos, as propostas, as modelagens institucionais e jurídicas, assim como os dados já constantes no PDGIRS/RMRJ. A desvantagem é que o Estado abrirá mão de fazer um planejamento para a RMRJ dotada de grande peso econômico, político e populacional, que, em tese, poderia merecer um tratamento mais específico para o setor de resíduos sólidos.

O **Quadro 12.2-1**, abaixo detalha o cenário 1 com a proposição de incorporação do PDGIRS/RMRJ pelo PERS.

QUADRO 12.2-1: CENÁRIO 1 COM A PROPOSIÇÃO DE INCORPORAÇÃO DO PDGIRS/RMJ PELO PERS

CENÁRIO 1	VANTAGEM	DESvantAGEM
Incorporação do PDGIRS/RMJ pelo PERS	Estabelece uma única esfera de planejamento para todo o Estado, uniformizando-o.	Deixa-se de realizar um planejamento específico para a RMRJ, que detém uma expressiva importância econômica, política e populacional.
	Possibilita a apropriação dos dados secundários, apoiando o diagnóstico.	

12.3 CENÁRIO 2: ATUALIZAÇÃO DO PDGIRS/RMJ

Segundo salientado no item “5.1. *Considerações Gerais*”, desta PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, o PDGIRS/RMJ pode ser objeto de revisão, observando-se as propostas técnicas e operacionais indicadas no item “4. *Panorama atual dos resíduos sólidos na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ) e do seu Plano Diretor de Resíduos Sólidos (PDGIRS)*”, desta PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais,, assim como as normas que orientam a revisão desse planejamento previstas no art. 17, §1º até §3º, da PNRS e, ainda, no parágrafo único, do art. 8º, da Lei Estadual n.º6.362/2012.

Todavia, antes mesmo do processo de instalação da revisão do PDGIRS/RMJ, faz necessário a recuperação da legalidade da modelagem da governança da RMRJ, nos termos expostos no item “4.4. *Instrumentos de Cooperação Federativa e o Plano Diretor de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (PDGIRS/RMJ): Breves Considerações*”, desta PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, para que, dessa forma, a edição do novo PDGIRS/RMJ não venha a resta comprometida.

A vantagem desse cenário é que o Estado seguirá com um planejamento estratégico específico para a RMRJ, mas, agora, em sua versão atualizada. Com isso, o Estado confere um tratamento diferenciado para a RMRJ, que detém, sim, um enorme papel na econômica e na política estadual, assim como conta com um maior adensamento populacional gerando maior quantidade de resíduos sólidos.

A desvantagem é que o Estado poderá deixar de deter um único planejamento para todo o território estadual, ainda mais se incorrer no equívoco de elaborar o PERS sem levar em consideração o panorama atual dos resíduos sólidos na RMRJ. O **Quadro 12.3-1**, abaixo detalha o cenário 2 com a proposição de revisão do PDGIRS/RMJ segundo o disposto na PNRS a respeito da revisão do plano de resíduos sólidos da região metropolitana.

QUADRO 12.3-1: CENÁRIO 2 COM A PROPOSIÇÃO DE REVISÃO DO PDGIRS/RMJ

CENÁRIO 2	VANTAGEM	DESvantAGEM
Revisão do PDGIRS/RMJ	Estabelecer um planejamento específico para RMRJ, que detém uma enorme importância econômica, política e populacional para o Estado.	Deixa-se de contar com um planejamento uniforme para todo o Estado, ainda mais se o PERS não levar em consideração o panorama dos resíduos sólidos dessa região.

PARTE V – INSTRUMENTOS PARA CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO

13 INSTRUMENTOS PARA CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO E DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: BREVES CONSIDERAÇÕES

Consoante examinado na PARTE I – Arranjos Institucionais de Cooperação Federativa, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria do Estado do Ambiente (SEA), em conformidade com a Lei Estadual n.º 4.191/2003, e seu Decreto Estadual n.º 14.084/2011, segundo os objetivos do subprograma Lixão Zero, integrante do Programa Pacto pelo Saneamento, ambos instituídos pelo Decreto Estadual n.º 42.930/2011, buscou fomentar e, ainda, induzir a contratação de consórcios públicos intermunicipais para o aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos em âmbito regional, conferindo, assim, aumento da escala dos serviços de resíduos sólidos com redução dos custos correspondentes.

Em 2011, o Poder Executivo estadual editou o Decreto Estadual n.º 43.153, que, ao estabelecer condicionantes para que o Estado do Rio de Janeiro pudesse vir a contratar consorciamentos, abriu caminho para o Estado vir a ingressar nos consórcios públicos, então, intermunicipais. Assim, as Leis Estaduais n.º 6.334/2012 e n.º 6.333/2012, ao concretizarem a pretensão de o Estado vir a integrar os consorciamentos no território fluminense, autorizaram o seu ingresso nos consórcios públicos, que, a partir de então, passaram a ser interfederativos.

Não obstante, é certo que nem todos os Municípios buscaram a via do consorciamento para promover a gestão e o gerenciamento dos seus resíduos. Isso, porém, não significa que esses Municípios não tenham adotado, ainda que informalmente, uma atuação consensual para promover o gerenciamento dos resíduos sólidos; o que não há é uma formalização jurídica e institucional desses arranjos regionais. Paralelamente a isso, alguns Municípios até chegaram a adotar a gestão associada pelo viés do consorciamento, mas ora encontraram entraves processo de construção do consórcio público ora não atuaram de maneira consorciada mesmo tendo percorrido todo o ciclo do processo de formação do consórcio público. Trata-se, assim, de outros arranjos regionais que carecem de uma modelagem jurídica e institucional mais consistente para o aperfeiçoamento da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos.

Neste contexto, a PARTE I – Arranjos Institucionais de Cooperação Federativa, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais sinaliza que o Estado, com respaldo na aplicação da técnica de escala institucional de cooperação federativa, pode, e deve fomentar e, se e quando for possível, adotar os instrumentos de cooperação federativa existentes, e alguns dele já em uso com o envolvimento dos Municípios fluminenses, estabelecendo, a partir de stands informadores designados naquele

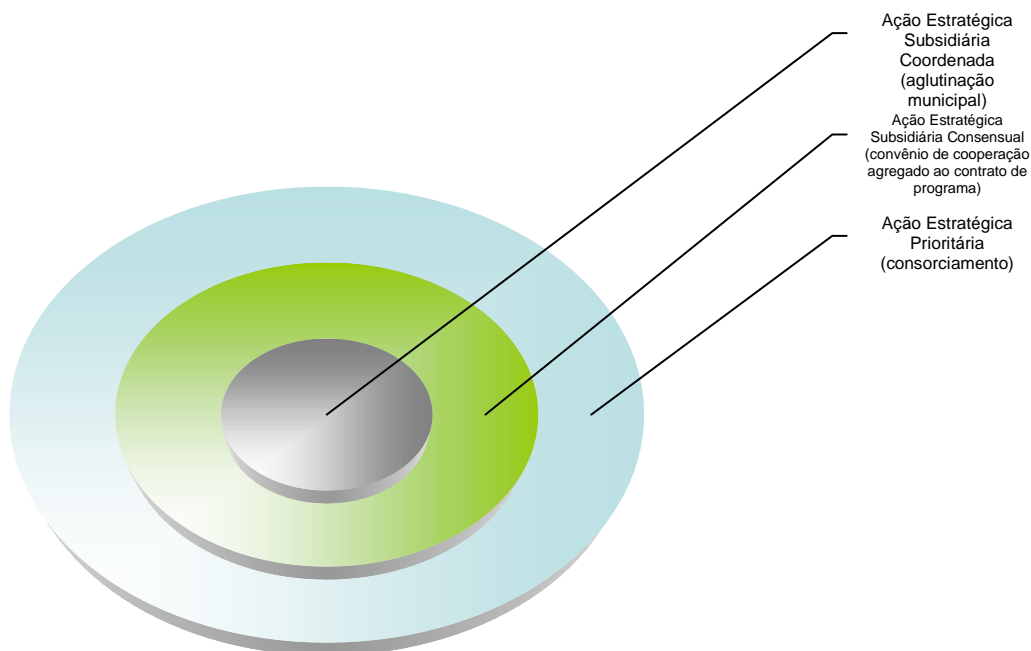
documento, o de n.º5, níveis e graus de consensualidade, seja pela via da cooperação seja pelo viés da coordenação, para a agregação desses Municípios fluminenses com vistas ao aprimoramento da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos pautado na segurança jurídica e institucional. Explique-se.

O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da SEA, andou bem em apoiar, fomentar e, agora, integrar as áreas de consorciamento. Todavia, não basta, apenas, isso. Faz-se necessário consolidar as áreas de consorciamentos existentes, e dar continuidade a esse processo até que os consórcios públicos alcancem a devida sustentabilidade financeira e técnica, e, quem sabe, até mesmo a sua maturidade institucional. Além disso, nada impede que o Estado fomente e, se for o caso, dê ensejo a outras e novas áreas de consorciamento, convertendo, assim, os arranjos regionais existentes em consórcios públicos. Trata-se, assim, de ação estratégica prioritária que o Estado do Rio de Janeiro já vem implementado em larga escala.

Caso, porém, surjam entraves nesse processo de avanço dos atuais e/ou dos novos consórcios públicos, o Estado poderá fazer uso, uma vez mais, da escala institucional de cooperação federativa, e, aplicar, de forma subsidiária pelo viés da consensual, o convênio de cooperação agregado ao contrato de programa. Nesse caso, o convênio de cooperação será usado para conferir a gestão associada dos serviços de resíduos sólidos entre os Municípios periféricos e/ou os consórcios públicos com o Município polo, sendo, porém, necessário que haja a concretização da prestação dos serviços de resíduos sólidos mediante contrato de programa. Há, aqui, uma ação estratégica subsidiária consensual para o aprimoramento dos arranjos regionais que não se converteram em consórcios públicos, cuja configuração e emprego vai depender de cada caso concreto.

Indo mais adiante, se, porventura, a ação estratégica prioritária do consorciamento não avançar da forma esperada e, mais do que isso, a ação estratégica subsidiária consensual do convênio de cooperação agregado ao contrato de programa não alcançar o êxito pretendido, o Estado, a partir de nova aplicação da escala institucional de cooperação federativa, poderá promover uma intervenção coordenada, e criar regiões metropolitanas, microrregiões ou aglomerados municipais voltados especificamente para o setor de resíduos sólidos, nos moldes já sustentado na PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais. Pretende-se, assim, promover uma ação estratégica subsidiária coordenada pautada na gestão compartilhada como alternativa última para as demais ações estratégicas consensuais que buscam a gestão associada para aprimorar, em sua plenitude, os serviços de resíduos sólidos.

A figura abaixo traz a representação gráfica das ações estratégicas prioritária e subsidiária, seja consensual seja coordenada, conferindo, assim, uma ideia de hierarquização radial dessas ações segundo o raio do nível de implementação dos instrumentos de cooperação federativa correspondentes.



14 CONSÓRCIOS PÚBLICOS PARA A GESTÃO ASSOCIADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: AÇÃO ESTRATÉGICA PRIORITÁRIA

14.1 ASPECTOS GERAIS

Consoante diagnosticado e analisado no TOMO III – Diagnóstico da Legislação Estadual, do VOLUME 2 – Diagnóstico dos Resíduos Sólidos, o consórcio público representa, em síntese, forma de concretização da gestão associada, que, por sua vez, constitui instrumento de cooperação federativa classificada como cooperada por ter natureza de associação voluntária, que busca implementar, pela via da consensualidade, as atividades de gestão dos serviços públicos, no caso, de resíduos sólidos, acompanhada ou não da transferência, total ou parcial, de encargos, serviços administrativos, pessoal ou bens pertinentes a esses serviços públicos, segundo estabelecido no art. 241, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), com a redação alterada pela Emenda Constitucional n.º 19/98 (EC n.º 19/98), o qual teve a sua eficácia integrada pela LCP, que veio a ser regulamentada pelo Decreto n.º 6.017/2007.

O consórcio público decorre da contratualização da relação jurídica travada entre entes políticos com a chancela do Poder Legislativo, dando ensejo, assim, a uma pessoa jurídica de Direito Público (leia-se, associação pública que tem natureza

jurídica de autarquia interfederativa por integrar a Administração Pública indireta de todos os entes políticos consorciados) ou Privado (leia-se, associação civil sem fins lucrativos, que se submete a um regime híbrido, isto é, observância da legislação civilista com incidência de princípios de Direito Público). Independentemente da constituição jurídica do consórcio público, o seu objetivo será a materialização da gestão associada de serviços públicos que viabiliza a associação de entes políticos para o desenvolvimento de competências próprias, acompanhada da possibilidade de haver ou não transferência dessas competências entre eles.

14.2 INSTALAÇÃO DO CONSORCIAMENTO E SEU RITO

A instalação do consórcio público começa pela elaboração do protocolo de intenções (art. 3º da LCP; e, art. 6º, do Decreto n.º 6.017/07), instrumento básico e embrionário do contrato de consórcio, segundo as cláusulas mínimas arroladas no art. 4º, da LCP e no art. 5º, do Decreto n.º 6.017/07. Terminada a elaboração do protocolo de intenções, este deve ser assinado pelos Chefes dos Executivos, encaminhado-o para a publicação na imprensa oficial.

Feito isso, o PI deverá ser enviado para os respectivos Poderes Legislativos, para que seja ratificado (art. 5º da LCP). Obtida a ratificação, converte-se em contrato de consórcio. Se já houver autorização legislativa para o ente político firmar o contrato de consórcio, não será necessária a ratificação do protocolo de intenções pelo Legislativo (§4º do art. 5º da LCP; e, §7º, do art. 6º, do Decreto n.º 6.017/07).

Quando o contrato de consórcio entrar em vigor, é indispensável a convocação da Assembleia Geral, composta somente pelos representantes legais dos entes políticos consorciados, para que haja a aprovação do estatuto social do consorciamento, que representa o instrumento que trará todo o detalhamento do contrato de consórcio, especialmente os direitos e deveres dos seus empregados públicos. Uma vez aprovado o estatuto social, deverá ser publicado para todos os efeitos legais.

Caso o consórcio público seja de Direito Privado, o estatuto social deverá ser levado ao registro competente, para que o consórcio público passe a deter, então, a personalidade jurídica correspondente. O consórcio público de Direito Público não precisa levar o seu estatuto social ao registro, pois adquire a sua personalidade com a entrada em vigor das leis aprovadas pelos Legislativos.

Nos ANEXOS A e B, deste VOLUME 3 – Arranjos Regionais, encontram-se uma minuta de protocolo de intenções e outra de estatuto social, que constituem instrumentos fundamentais para dar início ao processo de contratação de consorciamento, e concretizar, assim, a ação estratégica prioritária.

15 CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO AGREGADO AO CONTRATO DE PROGRAMA PARA A GESTÃO ASSOCIADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: AÇÃO ESTRATÉGICA SUBSIDIÁRIA CONSENSUAL AO CONSORCIAMENTO

Conforme diagnosticado e examinado no TOMO III – Diagnóstico da Legislação Estadual, do VOLUME 2 – Diagnóstico dos Resíduos Sólidos, o convênio de cooperação, tal qual o consórcio público, constitui mecanismo de materialização da gestão associada, que, repita-se, representa forma de cooperação federativa classificada como cooperada por gozar de natureza voluntária, que possibilita, pela via da consensualidade, a associação de entes políticos para o desenvolvimento de competências próprias, acompanhada da possibilidade de haver ou não transferência dessas competências entre eles, observado o marco regulatório correspondente.

O convênio de cooperação constitui pacto administrativo que não acarreta a formação de nova pessoa jurídica, tal qual ocorre com o consórcio público. O convênio de cooperação é firmado, exclusivamente, por entes políticos, e tem por objetivo, repita-se, a materialização da gestão associada de serviços públicos, isto é, autorizar a atuação consensual do planejamento, regulação, fiscalização, prestação desses serviços, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um dos entes políticos convenientes.

Todavia, a formalização do convênio de cooperação não é capaz de, por si só, assegurar a consecução dos serviços de resíduos sólidos, vez que esse convênio, como já dito, carece de personalidade jurídica para exercer, em nome próprio, direitos e deveres. Todavia, o convênio de cooperação é capaz de inaugurar o ambiente de gestão associada que permitirá a formalização de contrato de programa, que, por sua vez, viabiliza a prestação dos serviços de resíduos sólidos.

Trata-se, assim, de configuração da ação estratégica subsidiária consensual apontada na PARTE I – Arranjos Institucionais de Cooperação Federativa, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, em que o Município periférico ou, até mesmo, o consórcio público poderá formalizar convênio de cooperação com o Município polo, em que este último, em ambiente de gestão associada, coloca a sua central de tratamento de resíduos sólidos à disposição do conveniado, seja Município periférico seja consórcio público. A partir dessa ambiência de gestão associada inaugurada pelo convênio de cooperação, o Município periférico ou o consórcio público poderão contratar, por meio de contratado programa, o próprio Município polo ou, então, uma entidade da Administração Pública indireta deste último, como, por exemplo, um serviço autônomo de água e esgoto com competência para gerir resíduos sólidos, a fim de que possam obter a prestação dos serviços de resíduos sólidos, notadamente o tratamento e a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos com a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos correspondentes.

Nos ANEXOS C e D, deste VOLUME 3 – Arranjos Regionais, encontram-se uma minuta de convênio de cooperação e outra de contrato de programa, que concretizam, assim, a ação estratégica subsidiária consensual.

16 REGIÃO METROPOLITANA, MICRORREGIÃO E AGLUTINAÇÃO MUNICIPAL PARA A GESTÃO COMPARTILHADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: AÇÃO ESTRATÉGICA SUBSIDIÁRIA COORDENADA AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO AGREGADO AO CONTRATO DE PROGRAMA

Consoante analisado no TOMO III – Diagnóstico da Legislação Estadual, do VOLUME 2 – Diagnóstico dos Resíduos Sólidos e, ainda, na PARTE IV – Diretrizes para o Planejamento Metropolitano, deste VOLUME 3 – Arranjos Regionais, o Egrégio Supremo Tribunal Federal (E. STF), ao declarar, em sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º1842 do Rio de Janeiro (ADI n.º1842/RJ), a inconstitucionalidade parcial da Lei Complementar Estadual n.º 87/1997 e, ainda, da Lei Estadual n.º2.869/1997, ambos do Estado do Rio de Janeiro, assentou que a região metropolitana, a microrregião e a aglutinação municipal, que, segundo autorizado pelo art. 25, §3º, da CRFB/1988, tiverem sido criadas por meio de lei complementar estadual, são titulares dos serviços de saneamento básico - que, nessa quadra atual, abriga os serviços de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e, ainda, de drenagem e manejo de águas pluviais. Daí porque, essas aglutinações municipais estão autorizados a integrar a organização, o planejamento e a execução dos serviços de saneamento básico, que, por sua vez, encartam-se nas funções públicas de interesse comum dessas regiões.

O E. STF exteriorizou, ainda, que a região metropolitana, a microrregião e a aglutinação municipal são formas de materialização da gestão compartilhada, que, por sua vez, representa um instrumento de cooperação federativa de cunho coordenado e dotado de caráter forçado, vez que é instituído, por meio de lei complementar, pelo Estado, sem haver, a priori, adesão voluntária dos Municípios situados nessa aglutinação municipal. Todavia, após a formalização da gestão compartilhada em qualquer de suas modalidades, a governança da aglutinação municipal deve ser exercida, de forma consensual e, se possível, paritária, entre o Estado e os Municípios para o cumprimento das suas funções públicas de interesse comum, no caso, de saneamento básico, assegurada, sempre, a participação da sociedade civil organizada como forma de controle social.

A criação da aglutinação municipal não enseja, por si só, a instituição de uma pessoa jurídica dotada de personalidade jurídica para exercer direitos e assumir obrigações em nome próprio. Trata-se de órgão administrativo integrante da estrutura da aglutinação municipal, notadamente um conselho deliberativo, que conduz o planejamento estratégico da gestão compartilhada com a participação efetiva dos Municípios e do Estado. Por isso, o conselho deliberativo poderá

deliberar por acometer a execução das atividades da gestão compartilhada para um consórcio público, que, a partir das diretrizes consensuais dessa aglutinação municipal, estará autorizado a implementá-las.

Consoante a configuração da ação estratégica subsidiária coordenada apontada na PARTE I – Arranjos Institucionais de Cooperação Federativa, do VOLUME 3 – Arranjos Regionais, o Estado, por meio de lei complementar estadual, poderá instituir aglutinações municipais, especialmente as microrregiões que contam com o fomento financeiro da União (art. 79, inc. I, do Decreto Federal n.º 7.404/2010), para o desenvolvimento de funções de interesse comum em prol da gestão e do gerenciamento dos resíduos sólidos. Para tanto, a lei complementar estadual deverá prever um conselho deliberativo, integrante da estruturação administrativa dessa aglutinação municipal, cujas diretrizes de planejamento estratégico podem, e devem ser implementadas por consórcio público, existe ou criado na área dessa região.

O presente VOLUME 3 – Arranjos Regionais, em seu ANEXO E, traz uma minuta de projeto de lei complementar, que visa instituir uma microrregião no Estado do Rio de Janeiro voltada, única e exclusivamente, para a gestão compartilhada de resíduos sólidos.

17 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALOCHIO, Luís Henrique Antunes. Direito do Saneamento: Introdução à Lei de Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico (Lei Federal n.º 11.445/07). São Paulo: Millennium, 2007.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Direito dos serviços públicos*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2013.

ARAÚJO, Marcos Paulo Marques. Escala Institucional de Cooperação Federativa na Gestão e no Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Revista de Administração Municipal – RAM, Rio de Janeiro, ano 58, n.º 280, p. 46/60, abril/maio/junho de 2012.

ARAÚJO, Marcos Paulo Marques e ZVEIBIL. Victor Zular. A Relação Titular/Prestador nos Serviços de Saneamento Básico. In: “Lei Nacional de Saneamento Básico: Perspectivas para as Políticas e a Gestão dos Serviços Públicos”. Coletânea, CORDEIRO, Berenice de Souza. (org.). Livro III, MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretária Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), Programa Modernização do Setor de Saneamento (PMSS). Brasília, 2009. p. 469/485.

ARAÚJO, Marcos Paulo Marques. Serviço de Limpeza Urbana à Luz da Lei de Saneamento Básico. Regulação Jurídica e Concessão da Disposição Final de Lixo. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.

BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução às ciências das finanças*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

BRASIL – Supremo Tribunal Federal – Plenário – ADI nº 1842/RJ – Rel. Min. Maurício Corrêa – “Estado Membro: Criação de Região Metropolitana” (Título) - Informativo do STF nº 697 – 4 a 8 de março de 2013 – Disponível em: www.stf.jus.br

- CARRAZA, Roque. *Curso de Direito Constitucional Tributário*, 19ª ed., São Paulo: Malheiros, 2003.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Consórcios Públicos (Lei n.º 11.107, de 06.04.2005, e Decreto n.º 6.017, de 17.01.2007). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Divisão Política Administrativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_politico_administrativo.html. Acessado em 5/10/2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia. *Direito Administrativo*. 18ª ed., São Paulo: Atlas, 2005.

ECOLOGUS – Relatório de Consolidação – PEGIRS. Rio de Janeiro, 2012

GRAU, Eros Roberto. *Constituição e Serviço Público, In: Direito Constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides*, Malheiros: São Paulo, 2003.

JARDIM, Arnaldo; YOSHIDA, Consuelo; MACHADO FILHO, José Valverde (organizadores). Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. São Paulo: Manole, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, 14ª ed., São Paulo: Malheiros.

MUKAI, Toshio. (org.). Saneamento Básico: Diretrizes Gerais - Comentários à Lei 11.445 de 2007. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2007.

PAUSEN, Leandro. *Direito tributário: constituição e código tributário à luz da doutrina e da jurisprudência*. 3ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4.320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal, 34ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE (SEA-RJ). Propostas de Regionalização e Diagnóstico do Programa Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE (SEA-RJ). Relatório de Execução – Estabelecimento de Parâmetros para Avaliação da Regionalização. 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE (SEA-RJ). Plano Diretor - Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE (SEA-RJ). Cenário da Destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Manual de direito ambiental*. 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

SOLER, Fabrício Dorado e SILVA FILHO, Carlos Roberto Vieira da. Gestão de resíduos sólidos: o que diz a Lei. São Paulo: Trevisan Editoria Universitária, 2012.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de direito financeiro e tributário*, 16ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

ANEXO A
MINUTA DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO
CONSÓRCIO XXX

MINUTA DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO XXX

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OS MUNICÍPIOS DE XXX, DE XXX, DE XXX e DE XXX PARA CONTRATAR O CONSÓRCIO XXX PARA, EM REGIME DE GESTÃO ASSOCIADA, EXECUTAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, e têm entre si justos e acordados o que se segue:

CONSIDERANDO

(i) que a destinação final inadequada de resíduos sólidos tem gerado graves problemas ambientais como a poluição do solo, dos corpos hídricos e atmosférica, além de ter onerado a sociedade com a necessidade de recuperar essas áreas e outras impactadas;

(ii) que a adoção da via da cooperação federativa, a partir de critérios técnicos, operacionais, geográficos, logísticos, financeiros, econômico-sociais, ambientais, sanitários, de saúde, jurídico-institucionais e outros, assegura a atuação consensual das unidades da Federação em prol do aperfeiçoamento dos serviços públicos, especialmente de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, conferindo-se redução de custo com ganho de escala desses serviços;

(iii) que a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, exige a realização de prévia licitação para contratação de obras, serviços, compras, alienações, locações, concessões e permissões pela Administração Pública, inclusive pelos consórcios públicos, exceto as hipóteses de contratação direta mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação;

(iv) que a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e o seu Decreto Federal n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, dispõem a modalidade pregão para a aquisição de bens e serviços comuns pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive pelos consórcios públicos;

(v) que as Leis Federais n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, n.º 9.074, de 07 de julho de 1995 e n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004 estabelecem normas gerais sobre delegação contratual, mediante regime de permissão e de concessão, inclusive parcerias público-privadas, da prestação dos serviços públicos, inclusive de manejo de resíduos sólidos, para a iniciativa privada, admitindo-se a possibilidade de o consórcio público assumir o papel de Poder Concedente ou de Parceiro Público;

(vi) que o art. 241, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988, cuja redação foi alterada pela Emenda Constitucional n.º19, de 04 de julho de 1998, autoriza que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promovam a gestão associada dos serviços públicos a ser concretizada por meio de consórcio público e de convênio de cooperação, inclusive com a transferência, total ou parcial, de encargos, de serviços administrativos, de pessoal e de bens essenciais à continuidade desses serviços públicos transferidos;

(vii) que a Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e o seu Decreto Federal n.º6.017, de 17 de janeiro de 2007, que, ao integrarem a eficácia do artigo 241, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988, estabelecem normas gerais para instituir regime de gestão associada dos serviços públicos, por meio de consórcio público e convênio de cooperação, entre os entes federativos, inclusive a transferência, total ou parcial, de encargos, de serviços administrativos, de pessoal e de bens essenciais à continuidade desses serviços públicos transferidos;

(viii) que a Lei Federal n.º11.445, de 05 de janeiro de 2007, e o seu Decreto Federal n.º7.217, 21 de junho de 2010, ao disporem sobre diretrizes nacionais dos serviços de saneamento básico, estabelecem também normas sobre planejamento, regulação, fiscalização, prestação, controle social e remuneração dos serviços de saneamento básico, dentre eles, os de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

(ix) que a Lei Federal n.º12.305, de 02 de agosto de 2010, e o seu Decreto Federal n.º7.404, de 23 de dezembro de 2010, trazem princípios, diretrizes, objetivos, instrumentos e regras nacionais sobre a gestão associada, integrada e gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive dos resíduos sólidos perigosos, o planejamento dos resíduos sólidos, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos pós uso, o sistema de logística reversa, os instrumentos econômicos necessários para fomentar e induzir medidas em prol do aperfeiçoamento dos serviços de resíduos sólidos, assim como o estabelecimento de proibições, dentre elas, a destinação final inadequada de resíduos sólidos em vazadouros a céu aberto, chamados de “lixões”, até agosto de 2014;

(x) que a Lei Estadual n.º4.191, de 30 de setembro de 2003, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos sobre a gestão e o gerenciamento estadual de resíduos sólidos, inclusive o fomento à formação de consórcios públicos, assim como normas sobre licenciamento ambiental, fiscalização, proibições e infrações, integração com a educação ambiental e, ainda, apoio técnico para estudos, projetos e programas voltados para o setor de resíduos sólidos;

(xi) que o Decreto Estadual n.º42.930, de 18 de abril de 2011, ao criar o Programa Estadual “Pacto pelo Saneamento”, na vertente do Subprograma Estadual “Lixão Zero”, tem, dentre outros objetivos, propiciar a erradicação dos lixões em território estadual até 2014, e a remediação dessas áreas até 2016, o que dar-se-á

mediante o aprimoramento da gestão e do gerenciamento estadual de resíduos sólidos, especialmente com o fomento aos consórcios públicos;

(xii) que o Decreto Estadual de n.º43.153/2011, de 25 de agosto de 2011, prevê condições para que o Estado do Rio de Janeiro possa participar dos consórcios públicos destinados à gestão associada e integrada dos serviços de manejo de resíduos sólidos;

(xiii) que a Lei Estadual n.º6.333, de 15 de outubro de 2012, autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Público de Gestão de Resíduos Sólidos da Baixada Fluminense, integrado pelos Municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti para, em regime de gestão associada, executar os serviços públicos de manejo resíduos sólidos;

(xiv) que a Lei Estadual n.º6.334, de 15 de outubro de 2012, autoriza o Poder Executivo a participar dos seguintes consórcios: Lagos 1; Centro Sul 1; Sul Fluminense 1; Vale do Café; Noroeste; Serrana 1; Serrana 2 para todos, em regime de gestão associada, executar os serviços públicos de manejo resíduos sólidos;

(xv) que Estado e os Municípios de XXX, de XXX, de XXX, de XXX e de XXX aquiescem, de forma consensual, segundo os pressupostos democráticos da cooperação federativa com respeito à autonomia política de cada ente federativo, buscar a gestão associada pela via do consorciamento para promover o aperfeiçoamento dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

Considerando todo o exposto, o Estado do Rio de Janeiro e os Municípios de XXX, de XXX, de XXX e de XXX, RESOLVEM:

Constituir CONSÓRCIO PÚBLICO DE DIREITO PÚBLICO INTERFEDERATIVO, denominado, simplesmente, de CONSÓRCIO XXX, que se regerá pela legislação disposta na CLÁUSULA SEGUNDA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, assim como pelo CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, pelo ESTATUTO SOCIAL e pelos instrumentos normativos e/ou atos negociais que vier a adotar.

Para tanto, os representantes legais de cada um dos entes políticos, a seguir qualificados, subscrevem o presente:

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I - DO CONSORCIAMENTO

CLAÚSULA PRIMEIRA (DA SUBSCRIÇÃO) – São subscritores deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES:

I – o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 42.498.709/0001-09, com sede na Avenida Venezuela, nº 110 – 5º andar - Saúde – Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por seu Secretário de Estado do Ambiente, o Exm.º Srº CARLOS MINC BAUMFELD, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade nº 02381459-3, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF nº 694.816.527-34;

II - o Município de XXX, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº. XXX, com sede na Rua XXX, neste ato representado por seu Prefeito, o Exm.º Srº. XXX, (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF);

III - o Município de XXX, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº. XXX, com sede na Rua XXX, neste ato representado por seu Prefeito, o Exm.º Srº. XXX, (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF);

IV - o Município de XXX, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº. XXX, com sede na Rua XXX, neste ato representado por seu Prefeito, o Exm.º Srº. XXX, (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF);

V - o Município de XXX, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº. XXX, com sede na Rua XXX, neste ato representado por seu Prefeito, o Exm.º Srº. XXX, (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF);

§1º. A subscrição do PROTOCOLO DE INTENÇÕES dar-se-á mediante a assinatura do Chefe do Executivo do ESTADO e do MUNICÍPIO em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, que ficarão sob a guarda da Secretaria de Estado do Ambiente, denominada simplesmente de SEA até que seja eleito o Presidente do CONSÓRCIO XXX.

§2º. O subscritor do MUNICÍPIO receberá duas cópias autenticadas pela SEA, uma para arquivamento junto ao órgão administrativo municipal competente e outra para acompanhar o projeto de lei de ratificação, que será enviado para a Câmara Municipal.

§3º. Consideram-se subscritores todos os MUNICÍPIOS criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos MUNICÍPIOS mencionados nos incisos, desta CLÁUSULA, desde que o Chefe do Executivo formalize a anuência ao presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

CAPÍTULO II - DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA

CLAÚSULA SEGUNDA (DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA) – O presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, o ESTATUTO SOCIAL e todos os instrumentos normativos e/ou atos negociais emanados do CONSÓRCIO XXX, com as respectivas alterações, regem-se pela legislação arrolada abaixo:

I - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), em especial os seus arts. 7º até 9º; 37, §8º; e, 241;

II – Legislação federal, em especial:

- a) Decreto-Lei n.º5.452, de 01 de maio de 1943;
- b) Lei n.º4.320, de 17 de março de 1964;
- c) Lei Federal n.º7.418, de 16 de dezembro de 1985 e seu Decreto Federal n.º 95.247, de 17 de novembro de 1987;
- d) Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;
- e) Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- g) Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995;
- h) Lei n.º9.637, de 15 de maio de 1998;
- i) Lei Federal n.º9.656, de 03 de junho de 1998.
- j) Lei n.º9.790, de 23 de março de 1999;
- k) Lei Complementar n.º101, de 04 de maio de 2000;
- l) Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- m) Lei n.º10.520, de 17 de julho de 2002, e seu Decreto n.º3.555, de 08 de agosto de 2000;
- n) Lei n.º11.079, de 30 de dezembro de 2004;

o) Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007;

p) Lei n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e seu Decreto n.º 7.217, de 21 de junho de 2010; e,

q) Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, e seu Decreto n.º 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

III – Legislação estadual, em especial:

a) Lei Estadual n.º1.060, de 10 de novembro de 1986, com suas alterações posteriores, e seus Decretos n.º10.973, de 09 de fevereiro de 1988, e n.º41.369, de 27 de junho de 2008,

b) Lei Estadual n.º2.664, de 27 de dezembro de 1996, com suas alterações posteriores, e seu Decreto n.º41.844, de 04 de maio de 2009,

c) Lei n.º 2.831, de 13 de novembro de 1997;

d) Decreto n.º 33.925, de 18 de setembro de 2003;

e) Lei n.º 4.191, de 30 de setembro de 2003, e seu Decreto n.º 41.084, de 21 de dezembro de 2007;

f) Lei n.º 4.556, de 06 de junho de 2005;

g) Lei Estadual n.º5.068, de 10 de julho de 2007,

h) Decreto n.º 42.930, de 18 de abril de 2011;

i) Decreto n.º 43.153, de 25 de agosto de 2011; e,

j) Lei n.º 6.334, de 15 de outubro de 2012;

IV – demais legislações dos MUNICÍPIOS CONSORCIADOS que forem aplicáveis.

CAPÍTULO III - DOS CONCEITOS

CLAÚSULA TERCEIRA (DOS CONCEITOS) – Para os efeitos deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, do ESTATUTO SOCIAL e de todos os atos emanados do CONSÓRCIO XXX, consideram-se os conceitos enunciados na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

CAPÍTULO IV - DA RATIFICAÇÃO

CLAÚSULA QUARTA (DA RATIFICAÇÃO) – O PROTOCOLO DE INTENÇÕES, após sua ratificação por, pelo menos, 3 (três) entes políticos que o subscreveram, converter-se-á em CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, ato constitutivo do CONSÓRCIO XXX.

§1º. Somente será considerado CONSORCIADO o ente político subscritor do PROTOCOLO DE INTENÇÕES que o ratificar por meio de lei nos respectivos Poderes Legislativos, ressalvado se já houver esta autorização na legislação estadual ou municipal correspondente.

§2º. Será automaticamente admitido no CONSÓRCIO XXX o ente político que efetuar ratificação em até 2 (dois) anos da data da publicação deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

§3º. A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição somente será válida após homologação da Assembleia Geral do CONSÓRCIO XXX.

§4º. A subscrição pelo Chefe do Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.

§5º. Somente poderá ratificar o PROTOCOLO DE INTENÇÕES o ente político que o tenha subscrito.

§6º. É facultado o ingresso de novo(s) integrante(s) no CONSÓRCIO XXX, a qualquer momento, por decisão da maioria absoluta da Assembleia Geral, o que se fará por termo aditivo firmado pelo seu Presidente e pelo(s) Chefes dos Executivos dos(s) entes políticos (s) que desejar(em) consorciar-se, do qual constará a lei autorizadora.

§ 7º. A lei de ratificação poderá prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, sendo que, nessa hipótese, dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais entes políticos subscritores ou, caso já constituído o CONSÓRCIO XXX, por decisão da maioria absoluta da Assembleia Geral.

§ 8º. O PROTOCOLO DE INTENÇÕES, independente de ser ratificado, deverá ser publicado na imprensa oficial de forma resumida, desde que a publicação indique o local ou a página eletrônica da rede mundial de computadores - *site da internet* -, em que se poderá obter seu texto na íntegra.

TÍTULO II - DA ESTRUTURAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E DA NATUREZA JURÍDICA

CLÁUSULA QUINTA (DA DENOMINAÇÃO E DA NATUREZA JURÍDICA) – O CONSÓRCIO PÚBLICO DE DIREITO PÚBLICO INTERFEDERATIVO, denominado simplesmente de CONSÓRCIO XXX, é associação pública com personalidade jurídica de Direito Público interno e natureza autárquica interfederativa, integrando a Administração Pública indireta de todos os CONSORCIADOS.

§1º. O CONSÓRCIO XXX adquire a personalidade jurídica de Direito Público mediante a vigência das leis de ratificação pelos CONSORCIADOS.

§2º. Como forma de garantir simultaneidade, recomenda-se que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor no dia XXX (dia) de XXX (mês) de XXX (ano).

CAPÍTULO II - DO PRAZO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA (DO PRAZO DE DURAÇÃO) – O CONSÓRCIO XXX terá prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO III - DA SEDE

CLÁUSULA SÉTIMA (DA SEDE) – A sede do CONSÓRCIO XXX será definida pelo ESTATUTO SOCIAL.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Assembleia Geral, mediante decisão da maioria absoluta dos seus representantes, poderá alterar a sede do CONSÓRCIO XXX.

TÍTULO III - DOS OBJETIVOS DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA OITAVA (DO OBJETIVO) – O objetivo primordial do CONSÓRCIO XXX é a gestão associada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, podendo promover, a partir disso, as seguintes ações, dentre outras previstas neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES e no ESTATUTO SOCIAL:

I – dar suporte técnico para elaboração do planejamento municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, sob responsabilidade do MUNICÍPIO CONSORCIADO, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES;

II - atuar, de forma consensual com os CONSORCIADOS, na elaboração do planejamento intermunicipal de resíduos sólidos, sob responsabilidade do CONSÓRCIO XXX, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES;

III – receber e, por meio de convênio de cooperação, delegar as atividades de regulação e a fiscalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos para a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada de AGENERSA, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES;

IV – cooperar com a AGENERSA no desempenho das atividades de regulação e de fiscalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES;

V – submeter-se ao controle social, buscando formas de fomentá-lo e/ou concretizá-lo, sem prejuízo de cooperar com os demais órgãos e entidades responsáveis pelo controle institucional, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES;

VI – receber e, nos termos previstos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, promover a delegação contratual, sob regime de permissão e/ou de concessão, inclusive de parceria público-privada, a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, inclusive com o tratamento adequado do percolato decorrente da operação dos aterros sanitários, precedido de prévio processo licitatório, ressalvadas as hipóteses de contratação direta mediante dispensa ou por inexigibilidade de licitação;

VII – fomentar, induzir e promover planos, programas e atividades de sistema de coleta seletiva, notadamente com a participação de associação ou de cooperativa de catadores de materiais recicláveis, nos termos da LEGISLAÇÃO DE

REGÊNCIA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, do intermunicipal de resíduos sólidos e do estadual de resíduos sólidos;

VIII - fomentar, induzir e promover planos, programas e atividades de auxílio e de requalificação profissional dos catadores de materiais recicláveis, especialmente àqueles oriundos dos vazadouros a céu aberto, usualmente chamado de “lixões”, mediante recursos públicos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental, denominado simples de FECAM, e de contrapartida de licenciamento ambiental, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA;

IX – realizar, com respaldo na responsabilidade compartilhada do ciclo de vida dos produtos pós uso, segundo previsto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, a cooperação com o órgão e/ou a entidade responsável pela fiscalização do sistema de logística reversa;

X - desempenhar, subsidiária e fundamentadamente, as atividades relacionadas à operação do sistema de logística reversa, desde que haja a prévia definição de direitos e de deveres em acordo setorial ou em termo de compromisso e o devido pagamento da contraprestação arcada pelo setor empresarial responsável pela instalação e manutenção do sistema de logística reversa;

XI – gerenciar, de maneira transparente, inclusive com a devida prestação de contas, recursos recebidos para a consecução dos seus objetivos, nos termos estabelecidos neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES;

XII – elaborar, apresentar e acompanhar a tramitação de propostas e documentos congêneres para possibilitar a participação dos CONSORCIADOS em políticas, programas, planos e projetos governamentais ou não-governamentais, nacionais ou internacionais voltados para os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

XIII – executar ou participar da execução das políticas, programas, planos e projetos a que se refere o inc. XII, desta CLÁUSULA, do PROTOCOLO DE INTENÇÕES, nos termos autorizados pela Assembleia Geral;

XIV - promover, em sua área de atuação, atividades de mobilização social e de educação ambiental;

XV - ofertar atividades de capacitação técnica dos gestores públicos encarregados da gestão dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos dos CONSORCIADOS;

PARÁGRAFO ÚNICO. Para o cumprimento dos objetivos primordiais previstos nesta CLÁUSULA, o CONSÓRCIO XXX poderá realizar as seguintes atividades, dentre outras previstas no ESTATUTO SOCIAL:

I - firmar convênio, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílio, contribuições e subvenções de pessoas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

II - participar de concursos ou chamadas para fins de captação de recursos junto a pessoas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III – promover desapropriações e instituir servidões, após o prévio ato administrativo do Chefe do Executivo do CONSORCIADO que declare a necessidade ou a utilidade pública ou, ainda, o interesse social;

IV – ser contratado pela Administração Pública direta ou indireta dos CONSORCIADOS mediante prévia dispensa de licitação, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

V – comparecer como interveniente em convênios celebrados pelos CONSORCIADOS, a fim de receber ou aplicar recursos.

TÍTULO IV - DA GESTÃO ASSOCIADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I - DA GESTÃO ASSOCIADA

CLÁUSULA NONA (DA AUTORIZAÇÃO DA GESTÃO ASSOCIADA) - Os CONSORCIADOS autorizam a execução dos serviços de manejo de resíduos sólidos em ambiente de gestão associada.

PARÁGRAFO ÚNICO. A gestão associada autorizada nos termos desta CLÁUSULA refere-se aos próprios objetivos do CONSÓRCIO XXX previstos neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA (DA REPRESENTAÇÃO DO CONSORCIADO NO ÂMBITO DA GESTÃO ASSOCIADA) - O CONSÓRCIO XXX, no âmbito da gestão associada, em prol do atendimento de assunto de interesse comum, poderá representar os CONSORCIADOS perante órgãos e entidades de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

PARÁGRAFO ÚNICO. A representação a que se refere esta cláusula deverá ser precedida de autorização dada pela maioria absoluta da Assembleia Geral e consentimento expresse do CONSORCIADO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DA ÁREA DA GESTÃO ASSOCIADA) – A gestão associada abrangerá preferencialmente a área da execução dos serviços de manejo de resíduos sólidos dos MUNICÍPIOS CONSORCIADOS que vierem a se consorciar, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais.

PARÁGRAFO ÚNICO. Exclui-se dessa cláusula o território do MUNICÍPIO CONSORCIADO a que a lei de ratificação tenha apostado reserva para o excluir da gestão associada.

CAPÍTULO II - DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (DAS COMPETÊNCIAS CUJO EXERCÍCIO SE TRANSFERE). Para a consecução da gestão associada, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO XXX o exercício de competência da execução dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos encartados nos objetivos primordiais deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, notadamente a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços.

§1º. É vedada a transferência para o CONSÓRCIO XXX de competência relativa ao planejamento dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos pelos CONSORCIADOS.

§2º. Não se insere no §1º, desta CLÁUSULA a concessão de suporte técnico e a atuação consensual, inclusive mediante o fornecimento de dados, documentos e demais informações sobre os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, pelo CONSÓRCIO XXX, em prol da consecução do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, do intermunicipal de resíduos sólidos e do estadual de resíduos sólidos.

CAPÍTULO III - DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DO EXERCÍCIO DA REGULAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO). Observado o disposto na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, os CONSORCIADOS autorizam a delegação das atividades de regulação e de fiscalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos para o CONSÓRCIO XXX, que fica, desde já, autorizado a transferir, por meio de convênio de cooperação, essas atividades para a AGENERSA.

§1º. A AGENERSA desempenhará a regulação e a fiscalização sobre os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, especialmente quando forem prestados mediante contratos administrativos, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

§2º. Fica assegurada à AGENERSA, na forma da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, taxa de regulação de 0,5% incidente sobre o somatório das receitas auferidas mensalmente pelos prestadores na prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos, excluídos os tributos incidentes sobre essas receitas.

§3º. A taxa de regulação a que se refere o §2º, desta CLÁUSULA constituirá outra fonte de receita da AGENERSA, que não se insere no montante que já lhe é devido nas hipóteses e na forma da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

§4º. O prestador deverá pagar a taxa de regulação a que se refere o §2º, desta CLÁUSULA para a AGENERSA, na forma da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

§5º. O CONSÓRCIO XXX deverá cooperar com a AGENERSA na regulação e na fiscalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, sem prejuízo de realizar o que segue:

I – apoiar e, se for o caso, coordenar a fiscalização dos MUNICÍPIOS CONSORCIADOS sobre as atividades pertinentes ao manejo inadequado de resíduos sólidos de cunho eminentemente local, tais como combate a pontos viciados, descarte inadequado de resíduos sólidos, inobservância da segregação de resíduos sólidos para fins de oferta ao sistema de coleta seletiva e/ou sistema de logística reversa e outras, informando formalmente a AGENERSA a respeito, para que possa adotar as providências cabíveis, na forma da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA; e,

II – ofertar apoio ao ESTADO CONSORCIADO na consecução da fiscalização das atividades que provoquem efetiva ou potencial degradação ambiental decorrentes da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA;

§6º. Nas deliberações da AGENERSA sobre matérias afetas ao CONSÓRCIO XXX, o voto vogal que caiba ao CONSÓRCIO XXX será exercido pela SEA, representado por órgão administrativo próprio, na forma da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

CAPÍTULO IV - DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR LICITAÇÕES E PRESTAR SERVIÇOS

Seção I - Das Licitações

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DA LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E DE SERVIÇOS). O CONSÓRCIO XXX é obrigado a realizar prévio processo licitatório para contratar obras, serviços, compras, alienações e locações atinentes à sua gestão administrativa interna, ressalvadas as hipóteses de contratação direta mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, assim como neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

Seção II - Da Prestação dos Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

Subseção I - Das Disposições Gerais

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS). O CONSÓRCIO XXX segundo os seus objetivos, poderá prestar, por seus próprios meios, segundo as cláusulas do CONTRATO DE PROGRAMA, serviços públicos de manejo de resíduos sólidos que vierem a ser demandados pelos CONSORCIADOS, atendido ao disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

§1º. O CONSÓRCIO XXX fica autorizado, pelos CONSORCIADOS, a realizar a delegação, mediante regime de permissão e/ou de concessão, inclusive parceria público-privada, dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, após prévio processo licitatório, ressalvadas as hipóteses de contratação direta mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

§2º. Os CONSORCIADOS autorizam o CONSÓRCIO XXX a realizar a contratação direta de associação ou de cooperativa de catadores de materiais recicláveis para a consecução dos serviços de coleta seletiva ou, se for o caso, das atividades do sistema de logística reversa, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no intermunicipal de resíduos sólidos e no estadual de resíduos sólidos, assim como neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

Subseção II - Do Contrato de Programa

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (DO CONTRATO DE PROGRAMA). Ao CONSÓRCIO XXX é permitido firmar CONTRATO DE PROGRAMA com os CONSORCIADOS para prestação, por seus próprios meios, dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

§1º. O CONSORCIADO e as suas entidades da Administração Pública indireta também poderão fazer uso do CONTRATO DE PROGRAMA quando vierem a prestar serviços públicos de manejo de resíduos sólidos para outro CONSORCIADO, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

§2º. Os CONSORCIADOS, ao celebrarem CONTRATO DE PROGRAMA com o CONSÓRCIO XXX ou com outro CONSORCIADO ou, ainda, com entidade da Administração Pública indireta de CONSORCIADO, não poderão lhe transferir

direitos ou obrigações referentes às atividades de planejamento, regulação e fiscalização.

§3º. O CONSÓRCIO XXX, ainda que tenha celebrado CONTRATO DE PROGRAMA para prestar serviços públicos de manejo de resíduos sólidos em prol dos CONSORCIADOS, pode realizar, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, a delegação contratual, pelo regime de permissão e/ou de concessão, inclusive parceria público-privada, dos serviços que também forem objeto do CONTRATO DE PROGRAMA, desde que precedido de processo licitatório, ressalvadas as hipóteses de contratação direta por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, observada a LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

§4º. O disposto nesta CLÁUSULA não prejudica que, nos CONTRATOS DE PROGRAMA celebrados pelo CONSÓRCIO XXX, se estabeleça à transferência, total ou parcial, de encargos, de pessoal, de bens e de serviços administrativos necessários à continuidade dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

§5º. O CONTRATO DE PROGRAMA poderá ser celebrado mediante dispensa de licitação, incumbindo ao CONSORCIADO e ao CONSÓRCIO XXX obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS). O CONTRATO DE PROGRAMA que vier a ser celebrado pelo CONSÓRCIO XXX com o CONSORCIADO deverá atender às cláusulas mínimas previstas na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

§1º. As cláusulas do CONTRATO DE PROGRAMA deverão atender, no que for possível, as peculiaridades dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos que vierem a ser prestados pelo CONSÓRCIO XXX para o CONSORCIADO.

§ 2º. Os bens vinculados aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos serão de propriedade do CONSORCIADO, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo CONSÓRCIO XXX pelo período de vigência do CONTRATO DE PROGRAMA.

§ 3º. Nas operações de crédito contratadas pelo CONSÓRCIO XXX para investimentos na realização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, que for objeto do CONTRATO DE PROGRAMA, deverá ser indicado o quanto corresponde a cada CONSORCIADO, para fins de contabilização e controle.

§ 4º. Receitas futuras da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no CONTRATO DE PROGRAMA.

§ 5º. A SEA, representada por órgão administrativo próprio, terá a incumbência de fiscalizar o CONTRATO DE PROGRAMA, quando o ESTADO CONSORCIADO por parte nesse contrato.

§ 6º. A extinção do CONTRATO DE PROGRAMA dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos pelo CONSÓRCIO XXX, por razões de economia de escala ou de escopo.

§ 7º. O CONTRATO DE PROGRAMA continuará vigente no caso de extinção do CONSÓRCIO XXX.

Subseção III - Das Diretrizes do Regime Tarifário

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA (DAS DIRETRIZES DA TARIFA DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS). Os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos que forem prestados, mediante CONTRATO DE PROGRAMA, pelo próprio CONSÓRCIO XXX, ou objeto de delegação contratual, sob regime de permissão e/ou concessão, inclusive parceria público-privada, para a iniciativa privada, serão remunerados por tarifa de manejo de resíduos sólidos, cujo valor será preservado por regras de reajuste e/ou de revisão para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

§ 1º. A fixação da tarifa, inclusive do seu reajuste e/ou revisão, será feita por decisão dos CONSORCIADOS, em sede da Assembleia Geral, a partir de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira que comprove a sustentabilidade desses serviços e ato regulatório expedido pela AGENERSA sobre aspectos econômicos e financeiros da tarifa, inclusa o reajuste e/ou revisão.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto no § 1º, desta CLÁUSULA, a fixação da tarifa de manejo de resíduos sólidos deverá levar em consideração a adequada destinação final de resíduos sólidos, podendo basear-se em um, dois ou todos os seguintes critérios:

I - nível de renda da população atendida;

II - característica dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;

IV - indicação de mecanismos econômicos de incentivo à minimização da geração de resíduos sólidos e à recuperação dos resíduos gerados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA (DAS DIRETRIZES DO REAJUSTE DA TARIFA DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS). Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da

data de publicação do extrato dos termos do CONTATO DE PROGRAMA, DE PERMISSÃO, DE CONCESSÃO E/OU DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, o valor da tarifa será objeto de reajuste com periodicidade anual, sempre na mesma data base, tendo como referência para recompor a sua perda inflacionária a variação de índice oficial.

§ 1º. Caberá à AGENERSA, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, expedir ato regulatório que defina a data base e o índice oficial de reajuste do valor da tarifa.

§ 2º. Quando ocorrer o advento da data base, a AGENERSA determinará e aplicará, de imediato, a realização do reajuste da tarifa, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA (DAS DIRETRIZES DA REVISÃO DA TARIFA DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS). A AGENERSA avaliará e, quando procedente, autorizará a realização da revisão do valor da tarifa de manejo de resíduos sólidos, a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

§ 1º. O valor da tarifa será revisto ordinariamente, a cada 5 (cinco) anos a contar da data da publicação do extrato dos termos do CONTATO DE PROGRAMA, DE PERMISSÃO, DE CONCESSÃO E/OU DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, e extraordinariamente, em virtude de eventos específicos estabelecidos em ato regulatório expedido pela AGENERSA.

§ 2º. O processo de avaliação e, por conseguinte, de autorização ou não da realização da revisão ordinária do valor da tarifa deverá observar rito disciplinado por ato regulatório expedido pela AGENERSA, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, decorrentes do devido processo legal.

TÍTULO V - DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO E DE TERMO DE PARCERIA

CAPÍTULO I - DO CONTRATO DE GESTÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA (DA CONTRATAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - OS). Observadas as diretrizes gerais da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, notadamente da Lei Federal n.º 9.638, de 15 de maio de 1998, fica o CONSÓRCIO XXX autorizado a contratar, mediante CONTRATO DE GESTÃO, pessoas jurídicas de Direito Privado sem fins lucrativos qualificadas pelos CONSORCIADOS como Organizações Sociais, designadas simplesmente de OS, para desempenhar as seguintes atividades, dentre outras previstas no ESTATUTO SOCIAL:

I - educação ambiental e sanitária, especialmente cursos, seminários e eventos correlatos em prol da capacitação de gestores públicos e demais pessoas atuantes nessas áreas;

II - pesquisa científica, notadamente projetos e estudos sobre a gestão do meio ambiente, defesa da saúde e da vigilância sanitária; e,

III - desenvolvimento tecnológico para buscar alternativas e tecnologias com base em experiências comprovadas e economicamente viáveis que permitam soluções efetivas de preservação do meio ambiente e de defesa da saúde da população.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA (DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAR AS OS). O ESTATUTO SOCIAL estabelecerá as condições para contratar as OS, sendo obrigatória a existência de:

I – autorização dada pela maioria simples da Assembleia Geral, em, no máximo, 60 (sessenta) dias;

II - plano de trabalho das atividades objeto da contratação, que conterà, pelo menos, as seguintes informações:

a) identificação do objeto a ser executado;

b) metas a serem atingidas

c) etapas ou fases de execução

d) plano de aplicações dos recursos financeiros;

e) cronograma de desembolso;

f) previsão de início e fim da execução do objeto, assim como da conclusão das etapas ou fases programadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. O CONTRATO DE GESTÃO, que será celebrado de comum acordo entre o CONSÓRCIO XXX e a OS, deverá atender ao disposto nas diretrizes gerais da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, notadamente do art. 7º, da Lei Federal n.º 9.638, de 15 de maio de 1998.

CAPÍTULO II - DO TERMO DE PARCERIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA (DA CONTRATAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP). Observadas as diretrizes gerais da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, especialmente da Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março 1999, fica o CONSÓRCIO XXX autorizado a contratar, mediante TERMO DE PARCERIA, pessoas jurídicas de

Direito Privado sem fins lucrativos qualificadas pelos CONSORCIADOS como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, designadas simplesmente de OSCIP, para desempenhar as seguintes atividades, dentre outras previstas no ESTATUTO SOCIAL:

I - promoção do desenvolvimento econômico e social das associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis prestadoras dos serviços de coleta seletiva e atuantes no sistema de logística reversa;

II - divulgação de informações, por meio impresso ou eletrônico, de materiais técnicos e/ou informativos para capacitação dos gestores públicos e demais pessoas atuantes na gestão de meio ambiente, proteção da saúde e vigilância sanitária; e,

III - promoção dos direitos e deveres dos usuários de serviços públicos, especialmente dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA (DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAR AS OSCIP). O ESTATUTO SOCIAL estabelecerá as condições para contratar as OSCIP, sendo obrigatória a existência de:

I – autorização dada pela maioria simples da Assembleia Geral, em, no máximo, 60 (sessenta) dias;

II - plano de trabalho das atividades objeto da contratação, que conterà, pelo menos, as seguintes informações:

a) identificação do objeto a ser executado;

b) metas a serem atingidas

c) etapas ou fases de execução

d) plano de aplicações dos recursos financeiros;

e) cronograma de desembolso;

f) previsão de início e fim da execução do objeto, assim como da conclusão das etapas ou fases programadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. O TERMO DE PARCERIA, que será celebrado de comum acordo entre o CONSÓRCIO XXX e a OSCIP, deverá atender ao disposto nas diretrizes gerais da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, especialmente o art. 10, §1º e §2º, da Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março 1999.

TÍTULO VI - DA QUALIFICAÇÃO COMO AGÊNCIA EXECUTIVA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA (DA QUALIFICAÇÃO DO CONSÓRCIO XXX COMO AGÊNCIA EXECUTIVA). Observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA aplicável, notadamente no art. 37, §8º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o CONSORCIADO poderá qualificar o CONSÓRCIO XXX como AGÊNCIA EXECUTIVA, desde que sejam atendidas as seguintes condicionantes:

I – autorização dada pela maioria simples da Assembleia Geral em, no máximo, 60 (sessenta) dias;

II – haja sido formalizado prévio plano estratégico de aprimoramento e desenvolvimento institucional do CONSÓRCIO XXX; e,

III – tenha sido celebrado prévio CONTRATO DE GESTÃO.

§1º. A qualificação do CONSÓRCIO XXX como AGÊNCIA EXECUTIVA lhe assegurará autonomia de gestão, bem como disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para cumprimento dos objetivos e metas definidos no CONTRATO DE GESTÃO;

§2º. Caberá ao ESTATUTO SOCIAL dispor sobre o plano estratégico de aprimoramento e desenvolvimento institucional e o CONTRATO DE GESTÃO a ser firmado por, no mínimo, 1 ano.

TÍTULO VII - DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO XXX

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA (DAS NORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO XXX). A organização do CONSÓRCIO XXX observará o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e no presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, sem prejuízo das normas do ESTATUTO SOCIAL a respeito da matéria.

CAPÍTULO II - DOS ÓRGÃOS DO CONSÓRCIO XXX

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA (DOS ÓRGÃOS). O CONSÓRCIO XXX é composto dos seguintes órgãos:

I – Assembleia Geral;

II – Presidência; e,

III – Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos; e,

IV – Diretoria Executiva.

§1º. Sem prejuízo do disposto nesta CLÁUSULA, o CONSÓRCIO XXX contará, ainda, com os seguintes órgãos técnico-administrativos subordinados à Diretoria Executiva, cuja organização e funcionamento serão definidos pelo ESTATUTO SOCIAL, desincumbindo-se de atividades de apoio jurídico, financeiro-administrativo, técnico-operacional e contábil:

I - Departamento Jurídico;

II - Departamento Financeiro-Administrativo;

III - Departamento de Resíduos Sólidos;

IV – Departamento de Controle Interno.

§2º. É vedado ao ESTATUTO SOCIAL criar outros órgãos, assim como empregos públicos não contemplados neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

§ 3º. A SEA, representada por órgão administrativo próprio, quando for formalmente solicitada, poderá ofertar o devido apoio técnico ao CONSÓRCIO XXX.

CAPÍTULO III- DA ASSEMBLEIA GERAL

Seção I - Da Composição

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA (DA COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL). A Assembleia Geral, instância máxima do CONSÓRCIO, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Executivos dos CONSORCIADOS.

§ 1º. No caso de ausência do Chefe do Executivo, Governador e Prefeitos, o seu Vice, Vice-Governador e Vice-Prefeitos, assumirá a representação do CONSORCIADO na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto no § 1º, desta CLÁUSULA, o Chefe do Executivo do MUNICÍPIO CONSORCIADO poderá fazer-se representar na reunião da Assembleia Geral pelo Secretário, Diretor ou Chefe de Departamento Municipal com poderes específicos para tanto, com direito a voz, apenas.

§ 3º. O Chefe do Executivo do ESTADO CONSORCIADO, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, será representado na reunião da Assembleia Geral pela SEA, por meio de órgão administrativo próprio, inclusive com direito a voto.

Seção II - Do Funcionamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA (DAS REUNIÕES). A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, em datas a serem definidas no estatuto social, e, extraordinariamente, sempre que convocada.

PARÁGRAFO ÚNICO. A forma de convocação e de funcionamento da Assembleia Geral ordinária e extraordinária será definida no ESTATUTO SOCIAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA (DOS VOTOS). Cada CONSORCIADO terá direito 1 (um) voto na reunião da Assembleia Geral, independentemente do valor a ser transferido ao CONSÓRCIO XXX por meio do CONTRATO DE RATEIO.

§ 1º. O voto será, sempre, público e nominal.

§ 2º. O Presidente não terá direito a voto, ressalvado nas seguintes hipóteses:

I – eleições e destituições;

II – *quorum* qualificado;

III – desempate nas votações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA (DO QUORUM). Ressalvadas as matérias submetidas ao *quorum* qualificado previsto neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES e no ESTATUTO SOCIAL, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples, presente a maioria absoluta dos representantes dos CONSORCIADOS.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para os fins do disposto nesta CLÁUSULA, entende-se como:

I – maioria simples: número inteiro imediatamente superior a metade dos CONSORCIADOS que se fizerem presentes nas reuniões, sejam ordinárias sejam extraordinárias; e,

II - maioria absoluta: número inteiro imediatamente superior a metade do total de CONSORCIADOS integrantes do CONSÓRCIO XXX.

Seção III - Da Competência

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA (DAS COMPETÊNCIAS). Compete à Assembleia Geral:

I – homologar o ingresso no CONSÓRCIO XXX de ente político que não tenha sido subscritor inicial do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO;

II – homologar, quando já constituído o CONSÓRCIO XXX, as reservas feitas pelos CONSORCIADOS para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do PROTOCOLO DE INTENÇÕES;

III – homologar a alteração da sede do CONSÓRCIO XXX;

IV – estabelecer normas para realização de audiências e consultas públicas a serem observadas pelo CONSÓRCIO XXX;

V – autorizar que o CONSÓRCIO XXX, em prol do atendimento de assunto de interesse comum, promova a representação do CONSORCIADO perante órgãos e entidades de pessoas jurídicas, pública ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

VI – autorizar, por maioria simples, o CONSÓRCIO XXX a executar ou participar da execução de políticas, programas, planos e projetos governamentais ou não-governamentais, nacionais ou internacionais;

VII – autorizar, em, no máximo, 60 (sessenta) dias, a contratação de OS, observadas demais condições previstas neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES;

VIII – autorizar, em, no máximo, 60 (sessenta) dias, a contratação de OSCIP, observadas demais condições previstas neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES;

IX - autorizar, em, no máximo, 60 (sessenta) dias, a formalização da qualificação do CONSÓRCIO XXX como AGÊNCIA EXECUTIVA, observadas demais condições previstas neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES;

X – elaborar e, quando for o caso, alterar o estatuto social do CONSÓRCIO XXX;

XI – eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente;

XII – escolher ou demitir o Diretor Executivo e o Vice-Diretor Executivo;

XIII – escolher, mediante eleição, os membros que integrarão o Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos;

XIV – deliberar, nos termos deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, sobre a destituição dos membros do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos;

XV – aprovar:

a) o orçamento plurianual de investimentos;

b) o programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do CONSÓRCIO XXX, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aporte a serem cobertos por recursos advindos de CONTRATO DE RATEIO;

d) a realização de operação de crédito;

e) a alienação e oneração de bens do CONSÓRCIO XXX;

XVI - aceitar a cessão de servidores dos CONSORCIADOS, dependendo a cessão com ônus para o CONSÓRCIO XXX da deliberação da maioria absoluta dos seus membros;

XVII - deliberar sobre as indicações do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos, ratificando-as, quando cabível;

XVIII – adotar as medidas necessárias para concretizar os objetivos a serem perseguidos pelo CONSÓRCIO XXX;

XIX – aplicar pena de exclusão do CONSÓRCIO XXX ao CONSORCIADO, nos termos deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES e no ESTATUTO SOCIAL;

XX – deliberar e aprovar o aditivo que alterar o CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, que deve ser ratificado mediante lei por todos os CONSORCIADOS;

XXI – definir, por maioria absoluta, os critérios pertinentes para o pagamento de diárias para fins de deslocamento e de hospedagem para:

a) os próprios membros da Assembleia Geral;

b) o Presidente e o Vice-Presidente;

c) os membros do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos;

d) o Diretor e o Vice-Diretor; e,

e) os demais empregados públicos do CONSÓRCIO XXX.

XXII – conceder, mediante deliberação da maioria absoluta dos seus membros, seguro de saúde para os empregados públicos, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, notadamente na Lei Federal n.º 9.656, de 03 de junho de 1998; e,

XXII – expedir resoluções e demais atos normativos para o fiel cumprimento dos objetivos do CONSÓRCIO XXX.

PARÁGRAFO ÚNICO. As competências arroladas nesta CLÁUSULA não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo ESTATUTO SOCIAL.

CAPÍTULO IV - DA PRESIDÊNCIA

Seção I - Das Disposições Gerais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA (DA PRESIDÊNCIA) – À Presidência, por meio de seu Presidente eleito, cabe a representação legal do CONSÓRCIO XXX, nos termos deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

§ 1º. O Presidente e o Vice-Presidente, que só poderão ser Chefes dos Executivos dos CONSORCIADOS, terão mandato de 2 anos, admitida a recondução para o mandato imediatamente subsequente.

§ 2º. Nas hipóteses de sucessão e de substituição do Presidente, caberá ao Vice-Presidente exercer as atribuições da competência da Presidência até:

I – a realização de novas eleições, quando for o caso de sucessão; e,

II - o fim do impedimento temporário do Presidente, quando tratar-se de substituição.

Seção II - Da Eleição e da Destituição

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA (DA DESTITUIÇÃO). Observado o rito disposto na CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, em que seja assegurado o devido processo legal, o Presidente e/ou o Vice-Presidente do CONSÓRCIO XXX poderão ser destituídos quando incorrerem nas seguintes infrações:

I – abusarem das prerrogativas do cargo;

II – incorrem em desídia;

III – promoverem a quebra do decoro;

IV – receberem vantagens indevidas, sejam de natureza pecuniária ou não.

PARÁGRAFO ÚNICO. Independentemente da ocorrência de quaisquer dos motivos listados nos incisos, desta CLÁUSULA, a Assembleia Geral, por decisão de 2/3(dois terços) dos seus membros, poderá destituir o Presidente e/ou Vice-Presidente, observado o rito estabelecido na CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, assegurado o devido processo legal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA (DO RITO DE ELEIÇÃO E DE DESTITUIÇÃO)

– A eleição e a destituição do Presidente e/ou do Vice-Presidente observará o rito estabelecido no ESTATUTO SOCIAL.

§ 1º. A Assembleia Geral elegerá e destituirá o Presidente e/ou o Vice-Presidente pelo voto aberto e nominal de 2/3 (dois terços) dos seus membros, presente a maioria absoluta em reunião extraordinária especialmente convocada.

§ 2º. Por ocasião da instalação do CONSÓRCIO XXX, os trabalhos referentes à Presidência serão realizados pelo Chefe do Executivo do CONSORCIADO da sede do CONSÓRCIO XXX até o anúncio do primeiro Presidente e Vice-Presidente eleitos.

Seção III - Da Competência

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA (DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE). Sem prejuízo do disposto no ESTATUTO SOCIAL, ao Presidente compete:

I – representar o CONSÓRCIO XXX, judicial e extrajudicialmente;

II – zelar pelos interesses do CONSÓRCIO XXX, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este PROTOCOLO DE INTENÇÕES ou pelo ESTATUTO SOCIAL a outro órgão do CONSÓRCIO XXX;

III – nomear os indicados aos cargos de Diretor Executivo e Vice-Diretor Executivo;

IV – nomear os membros indicados ao Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos;

V – expedir portarias, ofícios, circulares e demais atos administrativos para o fiel cumprimento dos objetivos do CONSÓRCIO XXX.

VI – ordenar as despesas do CONSÓRCIO XXX e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

VII – promover todos os demais atos de gestão técnico-administrativas, financeiras e institucionais necessários para o desenvolvimento das atividades do CONSÓRCIO XXX;

PARÁGRAFO ÚNICO. As competências previstas nos incs. VI e VII, desta CLÁUSULA poderão ser delegadas à Diretoria Executiva.

CAPÍTULO V - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Seção I - Das Disposições Gerais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA (DA DIRETORIA EXECUTIVA). A Diretoria Executiva, órgão executivo do CONSÓRCIO XXX, será composta por um cargo de Diretor Executivo e um de Vice-Diretor Executivo, cuja escolha e demissão observará o disposto neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES e no ESTATUTO SOCIAL, para desempenhar a coordenação das atividades técnico-administrativas, financeiras, contábeis, operacionais e jurídicas do CONSÓRCIO XXX.

§ 1º. As pessoas a serem indicadas pelos CONSORCIADOS para assumir os cargos de Diretor Executivo e de Vice-Diretor Executivo deverão atender aos seguintes requisitos:

I – possuir idoneidade moral e reputação ilibada;

II – deter notórios conhecimentos econômicos, jurídicos, contábeis, financeiros, de engenharia, especialmente sanitária, ou de Administração Pública;

III – ter mais de 30 anos de idade e 5 anos de comprovada experiência pertinentes aos ramos do conhecimento mencionado no inciso II, do §1º, desta CLÁUSULA.

§ 2º. Os cargos de Diretor Executivo e de Vice-Diretor Executivo serão de confiança submetido ao regime jurídico trabalhista, segundo estabelecido na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, notadamente no Decreto-Lei Federal n.º5.452, de 01 de maio de 1943.

§ 3º. Nas hipóteses de impedimento temporário do Diretor Executivo, caberá ao Vice-Diretor Executivo substituí-lo, e nos casos de vacância do cargo de Diretor Executivo, o Vice-Diretor executivo o assumirá temporariamente até a escolha de um novo.

§ 4º. Não se admitirá a indicação, pelos CONSORCIADOS, de parentes, afins ou consanguíneos até o 3º grau de qualquer dos Chefes dos Executivos dos CONSORCIADOS.

§ 5º. É vedada a indicação dos seguintes agentes políticos para os cargos de Diretor Executivo e Vice-Diretor Executivo do CONSÓRCIO XXX:

I – Secretários Estaduais e Secretários, Diretores ou Chefes de Departamentos Municipais; e,

II – Deputados Estaduais e Vereadores.

§ 6º. O ESTATUTO SOCIAL do CONSÓRCIO XXX disporá sobre o funcionamento da Diretoria Executiva.

§7º. Os Departamentos Jurídico, Financeiro-Administrativo, de Resíduos Sólidos e de Controle Interno, cujos empregos públicos seguem arrolados no Anexo Único, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, são subordinados à Diretoria Executiva.

Seção II - Da Escolha e da Demissão

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA (DAS CAUSAS DE DEMISSÃO). Observado o rito disposto na CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, em que seja assegurado o devido processo legal, o Diretor Executivo e/ou o Vice-Diretor Executivo poderão ser demitidos quando incorrerem nas seguintes infrações:

- I – abusarem das prerrogativas do cargo;
- II – incorrem em desídia;
- III – receberem vantagens indevidas, sejam de natureza pecuniária ou não;
- IV – incorrem em malversação do dinheiro público.

PARÁGRAFO ÚNICO. Independentemente da ocorrência de quaisquer dos motivos listados nos incisos, desta CLÁUSULA, a Assembleia Geral, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, também poderá demitir o Diretor Executivo e/ou Vice-Diretor Executivo, nos casos previstos estabelecido na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, notadamente no Decreto-Lei Federal n.º 5.452, de 01 de maio de 1943, assegurado o devido processo legal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA (DO RITO DE ESCOLHA E DE DEMISSÃO). A demissão e a escolha do Diretor Executivo e do Vice-Diretor Executivo observarão o rito estabelecido no ESTATUTO SOCIAL.

§ 1º. A Assembleia Geral, presente a maioria absoluta dos seus membros em reunião extraordinária especialmente convocada, escolherá, mediante *quorum* de 2/3 (dois terços), 2 (duas) pessoas para os cargos de Diretor Executivo e de Vice-Diretor Executivo, sendo que cada um dos CONSORCIADOS indicará, apenas, 2 (duas) pessoas para provê-los.

§ 2º. Uma vez escolhido os nomes, pela Assembleia Geral, do Diretor Executivo e de Vice-Diretor Executivo do CONSÓRCIO XXX, será enviado para nomeação pelo Presidente.

§ 3º. Presente a maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral em reunião extraordinária especialmente convocada, o Diretor Executivo e/ou o Vice-Diretor Executivo poderão ser demitidos pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) dos CONSORCIADOS.

Seção III - Da Competência

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA (DA COMPETÊNCIA). Sem prejuízo do disposto no ESTATUTO SOCIAL do CONSÓRCIO XXX, ao Diretor Executivo compete:

I – julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a empregados públicos e contratados por tempo determinado do CONSÓRCIO XXX;

II – contratar os empregados públicos e os contratados por tempo determinado do CONSÓRCIO XXX, após o cumprimento das formalidades necessárias;

III – autorizar a demissão de empregados públicos e a rescisão do contrato dos contratados por tempo determinado do CONSÓRCIO XXX;

IV – desempenhar as atividades que forem passíveis de delegação pelo Presidente;

V – promover todos os atos administrativos e financeiros necessários para o desenvolvimento das atividades do CONSÓRCIO XXX;

VI – realizar todos os atos de comunicação e de articulação com a sociedade civil organizada, informando-a sobre as atividades do CONSÓRCIO XXX; e,

VII – instaurar e conduzir processo licitatório para realização de concurso público, inclusive assinar o edital correspondente.

PARÁGRAFO ÚNICO. A demissão dos empregados públicos será precedida de prévio processo sumário administrativo disciplinado pelo ESTATUTO SOCIAL, assegurado o devido processo legal.

CAPÍTULO VI - DO CONSELHO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I - Das Disposições Gerais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA (DO CONSELHO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS). O Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos, que é órgão colegiado, paritário e deliberativo, constitui, segundo a sua competência

estabelecida na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, o fórum de discussão, deliberação e de abertura democrática das atividades do CONSÓRCIO XXX.

§ 1º. O ESTATUTO SOCIAL disporá sobre os segmentos representativos que comporão o Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos, assim como o seu funcionamento.

§ 2º. Os membros do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos terão mandato de 2 anos, admitida a recondução para o mandato imediatamente subsequente.

§ 3º. É vedada a designação dos seguintes agentes políticos para a composição do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos:

I – Secretários Estaduais e Secretários, Diretores ou Chefes de Departamentos Municipais; e,

II – Deputados Estaduais e Vereadores.

Seção II - Da Escolha e da Destituição

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA (DO RITO DA ESCOLHA E DA DESTITUIÇÃO). A escolha e a destituição dos membros do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos observarão o rito estabelecido no ESTATUTO SOCIAL.

§ 1º. A Assembleia Geral, presente a maioria absoluta dos seus membros em reunião extraordinária especialmente convocada, escolherá, mediante *quorum* de 2/3 (dois terços), os representantes dos segmentos do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos, observado rito próprio estabelecido no ESTATUTO SOCIAL.

§ 2º. Caberá ao Presidente promover a nomeação dos representantes dos segmentos do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos, depois da escolha promovida pela Assembleia Geral na forma estabelecida no §1º, desta CLÁUSULA.

§ 3º. Presente a maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral em reunião extraordinária especialmente convocada, os representantes dos segmentos do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos poderão ser destituídos por desídia no exercício de suas funções pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) dos CONSORCIADOS.

Seção III - Da Competência

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA (DA COMPETÊNCIA). Sem prejuízo do disposto no ESTATUTO SOCIAL, o Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos será voltado para a discussão, deliberação, fomento e indução dos objetivos primordiais do CONSÓRCIO XXX, promovendo, com a devida abertura democrática, o controle social sobre as atividades do CONSÓRCIO XXX.

PARÁGRAFO ÚNICO. As indicações decorrentes das deliberações do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos serão submetidas à apreciação da Assembleia Geral, que as ratificará quando cabíveis.

TÍTULO VIII - DO ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA (DO ESTATUTO SOCIAL). O CONSÓRCIO XXX será organizado por ESTATUTO SOCIAL, cujas disposições deverão atender a todas as cláusulas deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, sob pena de nulidade.

PARÁGRAFO ÚNICO. O ESTATUTO SOCIAL poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e à organização do CONSÓRCIO XXX.

CAPÍTULO II - DA ELABORAÇÃO E DA MODIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA (DA ELABORAÇÃO E DA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL). Observado o disposto neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, o ESTATUTO SOCIAL será aprovado e, quando necessário, modificado mediante deliberação de 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral, exigindo-se a presença da maioria absoluta dos CONSORCIADOS em reunião extraordinária especialmente convocada para este fim.

§1º. A elaboração e, quando necessário, a modificação do ESTATUTO SOCIAL do CONSÓRCIO XXX observará o seguinte rito:

I – o Presidente realizará, em até 30 dias da instalação efetiva do CONSÓRCIO XXX, reunião extraordinária para elaboração do ESTATUTO SOCIAL, convocando, por meio de publicação ou correspondência, os CONSORCIADOS da Assembleia Geral;

II – instalada a reunião extraordinária mediante a presença da maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral, será eleito, por maioria simples, o Presidente e o Secretário *ad hoc* para condução dos trabalhos da elaboração ou da modificação do ESTATUTO SOCIAL;

III – o Presidente *ad hoc*, com apoio do Diretor Executivo, elaborará e submeterá à Assembleia Geral resolução que estabeleça o seguinte:

- a) o texto do projeto de ESTATUTO SOCIAL que norteará os trabalhos;
- b) o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;
- c) o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de ESTATUTO SOCIAL;

IV – aprovada a resolução por maioria simples, o Presidente *ad hoc* prosseguirá com os trabalhos;

V - sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão;

VI – a proposta final de ESTATUTO SOCIAL deverá ser aprovado por 2/3 dos membros da Assembleia Geral.

§2º. O ESTATUTO SOCIAL preverá as formalidades e *quorum* para a alteração de seus dispositivos.

§3º. O ESTATUTO SOCIAL do CONSÓRCIO XXX e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial.

§4º. O ESTATUTO SOCIAL poderá ser publicado na imprensa oficial de forma resumida, desde que a publicação indique o local ou a página eletrônica, da rede mundial de computadores – *site da internet* -, em que se poderá obter o seu texto na íntegra.

TÍTULO IX - DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I - DOS AGENTES PÚBLICOS

Seção I - Das Disposições Gerais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA (DOS AGENTES PÚBLICOS). Somente poderão prestar serviços remunerados ao CONSÓRCIO XXX os seguintes agentes públicos:

I – o Diretor Executivo e o Vice-Diretor Executivo, ambos ocupantes de cargos de confiança da Diretoria Executiva;

II - os contratados dos empregos públicos lotados nos Departamentos Jurídico, Financeiro-Administrativo, de Resíduos Sólidos e de Controle Interno previstos nos incisos, do §1º, da CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA, deste PROCOLO DE INTENÇÕES; e,

III – os contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese prevista na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

§1º. Sem prejuízo do disposto nesta CLÁUSULA, o CONSÓRCIO XXX, segundo a LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, poderá contratar serviços técnicos especializados prestados por pessoas físicas ou jurídicas mediante prévio processo licitatório, ressalvadas as hipóteses de contratação direta por meio de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

§2º. Os membros da Assembleia Geral, o Presidente e o Vice-Presidente do CONSÓRCIO XXX, assim como os representantes dos segmentos do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos não receberão remuneração, considerando-se suas atividades como serviço público relevante.

§3º. Sem prejuízo do disposto no §2º, desta CLÁUSULA, os membros da Assembleia Geral, o Presidente e o Vice-Presidente do CONSÓRCIO XXX e os representantes dos segmentos do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos poderão receber diárias para fins de deslocamento e de hospedagem, segundo critérios a serem definidos, por maioria absoluta, pela Assembleia Geral.

§4º. O Presidente e o Vice-Presidente do CONSÓRCIO XXX, enquanto estiverem investidos nessas funções, estão proibidos de acumular diárias para fins de deslocamento e de hospedagem como representantes dos CONSORCIADOS na Assembleia Geral.

Seção II - Dos Empregados Públicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA (DO REGIME JURÍDICO). Os empregados públicos do CONSÓRCIO XXX serão submetidos ao regime jurídico trabalhista, segundo estabelecido na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, notadamente o Decreto-Lei Federal n.º 5.452, de 01 de maio de 1943.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os empregados públicos serão lotados nos Departamentos Jurídico, Financeiro-Administrativo, de Resíduos Sólidos e de Controle Interno, subordinados à Diretoria Executiva, para desempenho das atividades de apoio jurídico, financeiro-administrativo, técnico-operacional e contábil, observado o disposto no Anexo Único, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES e no ESTATUTO SOCIAL.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA (DOS EMPREGADOS PÚBLICOS). O quantitativo dos empregados públicos a que se refere a CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES segue estabelecido no Anexo Único, do presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

§ 1º Os empregos públicos serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvado os cargos de confiança de Diretor Executivo e Vice-Diretor Executivo.

§2º. Os empregados públicos poderão receber diárias para fins de deslocamento e de hospedagem, segundo critérios a serem definidos, por maioria absoluta, pela Assembleia Geral.

§3º. A remuneração dos empregados públicos é a definida no Anexo Único, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, sendo que, até o limite fixado no orçamento anual do CONSÓRCIO XXX, o Diretor Executivo poderá conceder revisão anual de remuneração.

§4º. Sem prejuízo do disposto no §3º, desta CLÁUSULA, os empregados públicos ainda fazem jus ao que segue:

I - idênticos direitos trabalhistas assegurados aos trabalhadores urbanos previstos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, notadamente nos arts. 7º até 9º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

II – vale alimentação, nos termos e percentuais da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA;

III - vale transporte, nos termos e percentuais da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, notadamente na Lei Federal n.º7.418, de 16 de dezembro de 1985 e seu Decreto Federal n.º 95.247, de 17 de novembro de 1987.

§5º. Fica facultado à Assembleia Geral conceder, mediante a deliberação da maioria absoluta dos seus membros, seguro de saúde para os empregados públicos, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, notadamente na Lei Federal n.º9.656, de 03 de junho de 1998.

§6º. Fica a Assembleia Geral autorizada a editar, mediante deliberação da maioria absoluta dos seus membros, resolução que aprove o plano de cargos e salários para os seus empregados com previsão de progressão e de promoção na carreira, após a avaliação específica, segundo o disposto no ESTATUTO SOCIAL.

Seção III - Dos Contratados por Prazo Determinado

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA (DA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO). Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

§ 1º. As contratações terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado, no máximo, por igual período.

§ 2º. Não se admitirá prorrogação quando houver resultado definitivo de concurso público destinado a contratação de emprego público.

§ 3º. Os contratados por tempo determinado exercerão as atribuições do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 4º. As contratações temporárias serão automaticamente extintas após 90 (noventa) dias, desde que não haja o início de inscrições de concurso público para preenchimento efetivo do emprego público neste prazo.

Seção IV - Da Cessão de Servidores para o Consórcio

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA (DA CESSÃO DE SERVIDORES). Os CONSORCIADOS, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e das leis de pessoal de cada CONSORCIADO, poderão ceder servidores para o CONSÓRCIO XXX para desempenharem as funções decorrentes das vagas existentes no CONSÓRCIO XXX, desde que tenham atribuições assemelhadas na origem e a cessão tenha prazo certo para findar.

§ 1º. Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o CONSÓRCIO XXX mediante decisão da maioria absoluta da Assembleia Geral.

§ 2º. É vedada a cessão de empregados públicos ou contratados por tempo determinado do CONSÓRCIO XXX, inclusive para os CONSORCIADOS.

CAPÍTULO II - DOS BENS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA (DA GESTÃO DE BENS). O CONSÓRCIO XXX, por meio de sua Diretoria Executiva, nos termos da LEGISLAÇÃO DE

REGÊNCIA, poderá adquirir, por meio de prévio processo licitatório, ressalvadas as hipóteses de contratação direta mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, bens, móveis ou imóveis para a consecução dos seus objetivos primordiais.

PARÁGRAFO ÚNICO. Sem prejuízo do disposto nesta CLÁUSULA, os CONSORCIADOS poderão ceder bens, móveis e imóveis, para o CONSÓRCIO XXX para o perfeito atendimento dos seus objetivos, observadas as condicionantes estabelecidas no ESTATUTO SOCIAL.

TÍTULO X - DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA (DO REGIME DA ATIVIDADE FINANCEIRA). A execução das receitas e das despesas do CONSÓRCIO XXX obedecerá à LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, notadamente à Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, à Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 e às demais normas nacionais de Direito Financeiro aplicáveis aos órgãos e às entidades da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA (DAS RELAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE OS CONSORCIADOS E O CONSÓRCIO XXX). Observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, os CONSORCIADOS somente entregarão recursos públicos ao CONSÓRCIO mediante CONTRATO DE RATEIO.

§ 1º. Sem prejuízo do disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, o CONTRATO DE RATEIO deverá prever:

I – responsabilidade financeira de cada CONSORCIADO com as despesas de custeio e de capital do CONSÓRCIO XXX;

II – fixação de percentual de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) sobre o valor do repasse de cada CONSORCIADO para o CONSÓRCIO XXX a título de constituição de fundo de reserva com vista a fazer frente aos eventuais atrasos nas transferências das parcelas devidas, pelos CONSORCIADOS, ao CONSÓRCIO XXX;

III – estabelecimento de compensação financeira para o MUNICÍPIO CONSORCIADO que tiver instalado em seu território unidade e/ou empreendimento de tratamento e/ou de destinação final ambientalmente adequado de resíduos sólidos e/ou de disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, desde que essa operação beneficie uma parte ou todos os CONSORCIADOS; e,

IV – dedução dos recursos públicos aportados pelo ESTADO CONSORCIADO como investimentos estaduais relacionados ao aperfeiçoamento dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos já realizados em um, alguns ou todos os MUNICÍPIOS CONSORCIADOS ou no próprio CONSÓRCIO XXX.

§ 2º. O ESTADO CONSORCIADO, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, promoverá a transferência, por meio de CONTRATO DE RATEIO, de recursos públicos estaduais oriundos do Fundo Estado de Conservação Ambiental, designado simplesmente de FECAM, para o CONSÓRCIO XXX, observado, estritamente, o limite do montante devido pelo ESTADO CONSORCIADO estabelecido no CONTRATO DE RATEIO.

§ 3º. Sem prejuízo do disposto no *caput*, desta CLÁUSULA, o CONSÓRCIO XXX, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, poderá:

I - obter recursos mediante operações de créditos, auxílios, contribuições, subvenções e/ou transferências de outras pessoas jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; e,

II - auferir receita decorrente da cobrança de tarifa pela prestação, por seus próprios meios, dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos objeto de CONTRATO DE PROGRAMA firmado com os CONSORCIADOS.

§ 4º. O CONSÓRCIO XXX, sempre que houver insuficiência de recursos públicos para a consecução dos seus objetivos primordiais, poderá apresentar, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, projeto junto aos órgãos ou às entidades da Administração Pública estaduais competentes para obter recursos públicos estaduais oriundos do FECAM, desde que os CONSORCIADOS tenham realizado a transferência integral dos valores devidos por cada um deles segundo estabelecido no CONTRATO DE RATEIO.

§5º. Os CONSORCIADOS, ao invés de promoverem a transferência do montante dos recursos públicos estabelecidos no CONTRATO DE RATEIO, poderão proceder à devida cessão com ônus para a fonte de bens e/ou de pessoal para o CONSÓRCIO XXX, desde que seja obedecida a mesma medida de valor a ser transferida e haja autorização expressa pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA (DA FISCALIZAÇÃO). O CONSÓRCIO XXX estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Presidente, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas.

§1º. Sem prejuízo do disposto no *caput*, desta CLÁUSULA, os Poderes Legislativos exercerão o controle externo sobre cada um dos contratos que os CONSORCIADOS vierem a celebrar com o CONSÓRCIO XXX.

§2º. O ESTADO CONSORCIADO, por meio de órgão próprio da SEA, deverá encaminhar para o Poder Legislativo estadual o que segue:

I - cópia dos CONTRATOS DE RATEIO e dos seus termos aditivos; e,

II - relatório consubstanciado contendo informações relativas à execução dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos em regime de gestão associada.

§3º. O Departamento de Controle Interno, nos termos deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES e do ESTATUTO SOCIAL, será responsável por promover o controle interno das contas do CONSÓRCIO XXX, aferindo a legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, segundo a LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA (DA EXIGIBILIDADE). Quando adimplente com suas obrigações, qualquer CONSORCIADO e o próprio CONSÓRCIO XXX são partes legítimas para exigirem o pleno cumprimento das CLÁUSULAS previstas neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES e no ESTATUTO SOCIAL.

§1º. Fica assegurado ao CONSORCIADO e ao CONSÓRCIO XXX recorrerem às vias judiciais para fazerem valer o seu direito ao cumprimento das CLÁUSULAS previstas neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES e no ESTATUTO SOCIAL pelos CONSORCIADOS inadimplentes.

§2º. Sem prejuízo do disposto no §1º, desta CLÁUSULA, o ESTADO CONSORCIADO fica autorizado a suspender, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, as transferências correntes voluntárias de recursos públicos estaduais para os MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, desde que estes sejam inadimplentes com obrigações estabelecidas nas CLÁUSULAS previstas neste PROTOCOLO DE INTENÇÕES e no ESTATUTO SOCIAL.

TÍTULO XI - DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I - DA RETIRADA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA (DA RETIRADA). A retirada do CONSORCIADO dependerá da apresentação de ato formal pelo seu Chefe do Executivo junto à Assembleia Geral, após a devida ratificação legal pelo Poder Legislativo correspondente.

§ 1º. O ato formal de retirada deverá ser apresentado, de forma escrita e justificada, perante a Assembleia Geral com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data prevista para a retirada efetiva do CONSORCIADO.

§ 2º. A retirada do CONSORCIADO somente produzirá efeitos a partir do primeiro dia útil do mês seguinte à data prevista para a sua retirada efetiva, observado o disposto no § 1º, desta CLÁUSULA.

§ 3º. A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o CONSORCIADO que se retira e o CONSÓRCIO XXX.

§ 4º. A retirada do CONSORCIADO importa no pagamento das eventuais indenizações e/ou despesas pelos serviços que foram prestados pelo CONSÓRCIO XXX, mas ainda não integralmente pagos.

§ 5º. Os bens destinados ao CONSÓRCIO XXX pelo CONSORCIADO que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão da maioria absoluta da Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do PROTOCOLO DE INTENÇÕES ou pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO II - DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA (DAS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO). Observado o rito de exclusão disposto na CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, em que será assegurado o devido processo legal, o CONSORCIADO poderá ser excluído nas seguintes hipóteses:

I - não inclusão, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de CONTRATO DE RATEIO;

II – subscrição de PROTOCOLO DE INTENÇÕES para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, mediante deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - existência de motivos graves reconhecidos por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, presente a maioria absoluta dos CONSORCIADOS em reunião extraordinária especialmente convocada.

PARÁGRAFO ÚNICO. A exclusão prevista no inc. I, desta CLÁUSULA somente ocorrerá após prévia suspensão, por 180 (cento e oitenta) dias, do CONSORCIADO, observado o procedimento estabelecido no ESTATUTO SOCIAL, período em que o CONSORCIADO poderá reabilitar-se.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA (DO RITO DA EXCLUSÃO). A exclusão do CONSORCIADO observará o rito estabelecido no ESTATUTO SOCIAL.

§ 1º. Presente a maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral em reunião extraordinária especialmente convocada, o CONSORCIADO poderá ser destituído mediante votação aberta e nominal de 2/3 (dois terços) dos demais integrantes da Assembleia Geral.

§ 2º. Da decisão que decretar a exclusão do CONSORCIADO caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo.

TÍTULO XII - DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA (DA EXTINÇÃO). Observado o procedimento disciplinado no ESTATUTO SOCIAL, a extinção do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO do CONSÓRCIO XXX dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os Poderes Legislativos dos CONSORCIADOS.

§ 1º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os CONSORCIADOS responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 2º. Com a extinção do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, o pessoal cedido ao CONSÓRCIO XXX retornará aos seus órgãos de origem, enquanto os empregados públicos e os contratados por tempo determinado terão automaticamente rescindidos os seus contratos.

CAPÍTULO II - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA (DA ALTERAÇÃO). A alteração do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO do CONSÓRCIO XXX observará, no que couber, ao mesmo rito da extinção previsto na CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES.

TÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA (DA MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS CONTROVÉRSIAS). As controvérsias, casos omissos e quaisquer questões oriundas deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES e, após a devida ratificação legal,

do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO poderão ser resolvidos, pela via da mediação administrativa, perante a AGENERSA, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA (DO FORO). Os CONSORCIADOS elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir eventuais controvérsias, casos omissos e quaisquer questões oriundas do presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES e, após a devida ratificação legal, do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, que não puderem ser resolvidas pela via da mediação administrativa nos termos da CLÁUSULA SEXAGÉSIMA, deste PROTOCOLO DE INTENÇÕES, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os CONSORCIADOS obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES e, após a devida ratificação legal, do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas por todos e testemunhas abaixo identificadas, para que produza os efeitos jurídicos legais e jurídicos, em Juízo e fora dele.

Rio de Janeiro, XX de XXX de 2013.

CARLOS MINC
Secretário de Estado do Ambiente

Prefeito XXX
Município de XXX

Prefeito XXX
Município de XXX

Prefeito XXX
Município de XXX

Prefeito XXX
Município de XXX

Prefeito XXX
Município de XXX

TESTEMUNHAS

Nome: XXX
RG: XXX
CPF: XXX

Nome: XXX
RG: XXX
CPF: XXX

ANEXO ÚNICO
QUADRO DE PESSOAL

DIRETORIA EXECUTIVA						
CARGO	NATUREZA DO CARGO	NÍVEL	SETOR.	QUANT.	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
Diretor Executivo	Função de Confiança	Superior	Diretoria Executiva	1	40h.	X
Vice-Diretor Executivo	Função de Confiança	Superior	Diretoria Executiva	1	40h.	X

DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS						
CARGO	NATUREZA DO CARGO	NÍVEL	SETOR.	QUANT.	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
Advogado	Emprego Público	Superior	Departamento Jurídico	1	40h.	X
Engenheiro	Emprego Público	Superior	Departamento de Resíduos Sólidos	1	40h.	X
Contador	Emprego Público	Superior	Departamento Financeiro-Administrativo	1	40h.	X
Fiscal	Emprego Público	Superior	Departamento de Resíduos Sólidos	1	40h.	X
Contador	Emprego Público	Superior	Departamento de Controle Interno	1	40h.	X
Técnico em Engenharia	Emprego Público	Nível Médio	Departamento de Resíduos Sólidos	1	40h.	X
Técnico Administrativo	Emprego Público	Nível Médio	Departamento Financeiro-Administrativo	1	40h.	X
Técnico em Informática	Emprego Público	Nível Médio	Departamento Financeiro-Administrativo	1	40h.	X
Auxiliar de Serviços Gerais	Emprego Público	Nível Médio	Departamento Financeiro-Administrativo	1	40h.	X

ANEXO B

MINUTA DE ESTATUTO SOCIAL DO CONSÓRCIO XXX

MINUTA DE ESTATUTO SOCIAL DO CONSÓRCIO XXX

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO E DA VINCULAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

CLAÚSULA PRIMEIRA (DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO) – O CONSÓRCIO PÚBLICO DE DIREITO PÚBLICO INTERFEDERATIVO, denominado, simplesmente, de CONSÓRCIO XXX, é constituído pelo ESTADO CONSORCIADO e pelos MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, que, após a subscrição e ratificação do PROTOCOLO DE INTENÇÕES pelos Poderes Legislativos correspondentes, celebraram o CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLAÚSULA SEGUNDA (DA VINCULAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL) – O ESTATUTO SOCIAL vincula-se, integralmente, ao CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO a que se refere a CLÁUSULA PRIMEIRA, deste ESTATUTO SOCIAL, regulamentando-o e complementando-o.

CAPÍTULO II DA SEDE

CLÁUSULA TERCEIRA (DA SEDE) – A sede do CCONSÓRCIO XXX será no Município XXXXX.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Assembleia Geral, mediante decisão da maioria absoluta dos seus membros, poderá alterar a sua sede, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

TÍTULO II DOS OBJETIVOS DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA QUARTA (DO OBJETIVO) – Observado o objetivo primordial previsto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, o CONSÓRCIO XXX poderá promover, a partir disso, as seguintes ações, sem prejuízo de outras previstas naquele contrato:

I – dar suporte técnico para elaboração do planejamento municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, sob responsabilidade do MUNICÍPIO CONSORCIADO, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO;

II - atuar, de forma consensual com os CONSORCIADOS, na elaboração do planejamento intermunicipal de resíduos sólidos, sob responsabilidade do CONSÓRCIO XXX, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO;

III – receber e, por meio de convênio de cooperação, delegar as atividades de regulação e a fiscalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos para a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada de AGENERSA, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO;

IV – cooperar com a AGENERSA no desempenho das atividades de regulação e de fiscalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO;

V – submeter-se ao controle social, buscando formas de fomentá-lo e/ou concretizá-lo, sem prejuízo de cooperar com os demais órgãos e entidades responsáveis pelo controle institucional, observado o disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO;

VI – receber e, nos termos previstos no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, promover a delegação contratual, sob regime de permissão e/ou de concessão, inclusive de parceria público-privada, a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, inclusive com o tratamento adequado do percolato decorrente da operação dos aterros sanitários, precedido de prévio processo licitatório, ressalvadas as hipóteses de contratação direta mediante dispensa ou por inexigibilidade de licitação;

VII – fomentar, induzir e promover planos, programas e atividades de sistema de coleta seletiva, notadamente com a participação de associação ou de cooperativa de catadores de materiais recicláveis, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, do intermunicipal de resíduos sólidos e do estadual de resíduos sólidos;

VIII - fomentar, induzir e promover planos, programas e atividades de auxílio e de requalificação profissional dos catadores de materiais recicláveis, especialmente àqueles oriundos dos vazadouros a céu aberto, usualmente chamado de “lixões”, mediante recursos públicos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental, denominado simples de FECAM, e de contrapartida de licenciamento ambiental, observado o disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO;

IX – realizar, com respaldo na responsabilidade compartilhada do ciclo de vida dos produtos pós uso, segundo previsto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, a cooperação com o órgão e/ou a entidade responsável pela fiscalização do sistema de logística reversa;

X - desempenhar, subsidiária e fundamentadamente, as atividades relacionadas à operação do sistema de logística reversa, desde que haja a prévia definição de direitos e de deveres em acordo setorial ou em termo de compromisso e o devido

pagamento da contraprestação arcada pelo setor empresarial responsável pela instalação e manutenção do sistema de logística reversa;

XI – gerenciar, de maneira transparente, inclusive com a devida prestação de contas, recursos recebidos para a consecução dos seus objetivos, nos termos estabelecidos no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO;

XII – elaborar, apresentar e acompanhar a tramitação de propostas e documentos congêneres para possibilitar a participação dos CONSORCIADOS em políticas, programas, planos e projetos governamentais ou não-governamentais, nacionais ou internacionais voltados para os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

XIII – executar ou participar da execução das políticas, programas, planos e projetos a que se refere o inc. XII, desta CLÁUSULA, do ESTATUTO SOCIAL, nos termos autorizados pela Assembleia Geral;

XIV - promover, em sua área de atuação, atividades de mobilização social e de educação ambiental;

XV - ofertar atividades de capacitação técnica dos gestores públicos encarregados da gestão dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos dos CONSORCIADOS;

XVI - desenvolver outras ações que, por sua natureza, venham promover o aperfeiçoamento da gestão dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos dos CONSORCIADOS.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para o cumprimento dos objetivos primordiais previstos no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, o CONSÓRCIO XXX poderá realizar as seguintes atividades, dentre outras previstas naquele contrato:

I - firmar convênio, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílio, contribuições e subvenções de pessoas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

II - participar de concursos ou chamadas para fins de captação de recursos junto a pessoas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III – promover desapropriações e instituir servidões, após o prévio ato administrativo do Chefe do Executivo do CONSORCIADO que declare a necessidade ou a utilidade pública ou, ainda, o interesse social;

IV – ser contratado pela Administração Pública direta ou indireta dos CONSORCIADOS mediante prévia dispensa de licitação, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO;

V – comparecer como interveniente em convênios celebrados pelos CONSORCIADOS, a fim de receber ou aplicar recursos;

VI - estudar e sugerir a adoção de normas sobre legislação estadual e municipal, visando a ampliação e melhoria dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

VII - promover o desenvolvimento das políticas públicas estaduais e municipais de resíduos sólidos; e,

VIII – realizar reivindicações, estudos e propostas junto aos órgãos e às entidades dos Governos federais e estaduais de interesse comum dos CONSORCIADOS.

TÍTULO III DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO E DE TERMO DE PARCERIA

CAPÍTULO I DO CONTRATO DE GESTÃO

CLÁUSULA QUINTA (DA CONTRATAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - OS). Consoante o disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e nas diretrizes gerais da Lei Federal n.º 9.638, de 15 de maio de 1998, fica o CONSÓRCIO XXX autorizado a contratar, mediante CONTRATO DE GESTÃO, pessoas jurídicas de Direito Privado sem fins lucrativos qualificadas pelos CONSORCIADOS como Organizações Sociais, designadas simplesmente de OS, para desempenhar as seguintes atividades, dentre outras:

I - educação ambiental e sanitária, especialmente cursos, seminários e eventos correlatos em prol da capacitação de gestores públicos e demais pessoas atuantes nessas áreas;

II - pesquisa científica, notadamente projetos e estudos sobre a gestão do meio ambiente, defesa da saúde e da vigilância sanitária; e,

III - desenvolvimento tecnológico para buscar alternativas e tecnologias com base em experiências comprovadas e economicamente viáveis que permitam soluções efetivas de preservação do meio ambiente e de defesa da saúde da população.

IV - realização de ações, programas e serviços na área de saúde, visando o combate de doenças decorrentes, direta ou indiretamente, da má gestão dos resíduos sólidos;

CLÁUSULA SEXTA (DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAR AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS - OS). São condições para que o CONSÓRCIO XXX possa contratar as OS:

I – comprovação da qualificação como OS pelos CONSORCIADOS, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e das diretrizes gerais do art. 2º, da Lei Federal n.º9.638, de 15 de maio de 1998;

II – conste no estatuto social da OS, entre outras atividades, àquelas arroladas na CLÁUSULA QUINTA, deste ESTATUTO SOCIAL;

III – autorização dada pela maioria simples da Assembleia Geral, em, no máximo, 60 (sessenta) dias;

IV – tenha havido prévio processo licitatório nos termos da Lei Federal n.º8.666, de 21 de junho de 1993, ressalvadas as hipóteses de contratação direta mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação;

V – existência de plano de trabalho das atividades objeto da contratação, que conterà, pelo menos, as seguintes informações:

a) identificação do objeto a ser executado;

b) metas a serem atingidas

c) etapas ou fases de execução

d) plano de aplicações dos recursos financeiros;

e) cronograma de desembolso;

f) previsão de início e fim da execução do objeto, assim como da conclusão das etapas ou fases programadas.

VI – haja a formalização da contratação da OS por meio de prévio CONTRATO DE GESTÃO;

PARÁGRAFO ÚNICO. O CONTRATO DE GESTÃO, que será celebrado de comum acordo entre o CONSÓRCIO XXX e a OS, deverá atender ao disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e nas diretrizes gerais do art. 7º, da Lei Federal n.º9.638, de 15 de maio de 1998.

CAPÍTULO II DO TERMO DE PARCERIA

CLÁUSULA SÉTIMA (DA CONTRATAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP). Segundo determinado no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e nas diretrizes gerais da Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março 1999, fica o CONSÓRCIO XXX autorizado a contratar, mediante TERMO DE PARCERIA, pessoas jurídicas de Direito Privado sem fins lucrativos qualificadas pelos CONSORCIADOS como Organizações da Sociedade

Civil de Interesse Público, designadas simplesmente de OSCIP, para desempenhar as seguintes atividades, dentre outras:

I - promoção do desenvolvimento econômico e social das associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis prestadoras dos serviços de coleta seletiva e atuantes no sistema de logística reversa;

II - divulgação de informações, por meio impresso ou eletrônico, de materiais técnicos e/ou informativos para capacitação dos gestores públicos e demais pessoas atuantes na gestão de meio ambiente, proteção da saúde e vigilância sanitária; e,

III - promoção dos direitos e deveres dos usuários de serviços públicos, especialmente dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

IV - realização de ações, programas e serviços na área de saúde, visando o combate de doenças decorrentes, direta ou indiretamente, com a má gestão dos resíduos sólidos;

CLÁUSULA OITAVA (DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAR AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP).
São condições para que o Consórcio possa contratar as OSCIP:

I – comprovação da qualificação como OSCIP pelos CONSORCIADOS, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e das diretrizes gerais dos arts. 1º a 4º, da Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março 1999;

II – conste no estatuto social da OSCIP, entre outras atividades, àquelas arroladas na CLÁUSULA SÉTIMA, deste ESTATUTO SOCIAL;

III – autorização dada pela maioria simples da Assembleia Geral em, no máximo, 60 (sessenta) dias;

IV – tenha havido prévio processo licitatório nos termos da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as única e exclusivamente as modalidades de licitação ali previstas, ressalvadas as hipóteses de contratação direta mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação;

V – existência de plano de trabalho das atividades objeto da contratação, que conterá, pelo menos, as seguintes informações:

a) identificação do objeto a ser executado;

b) metas a serem atingidas

c) etapas ou fases de execução

d) plano de aplicações dos recursos financeiros;

e) cronograma de desembolso;

f) previsão de início e fim da execução do objeto, assim como da conclusão das etapas ou fases programadas.

VI – haja a formalização da contratação da OSCIP por meio de prévio TERMO DE PARCERIA;

PARÁGRAFO ÚNICO. O TERMO DE PARCERIA, que será celebrado de comum acordo entre o CONSÓRCIO XXX e a OSCIP, deverá atender ao disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e nas diretrizes gerais do art. 10, §1º e §2º, da Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março 1999.

TÍTULO IV DA QUALIFICAÇÃO COMO AGÊNCIA EXECUTIVA

CLÁUSULA NONA (DA QUALIFICAÇÃO DO CONSÓRCIO COMO AGÊNCIA EXECUTIVA). Conforme o previsto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e no art. 37, §8º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o CONSORCIADO poderá qualificar o CONSÓRCIO XXX como AGÊNCIA EXECUTIVA, desde que sejam atendidas as seguintes condicionantes:

I – autorização dada pela maioria simples da Assembleia Geral em, no máximo, 60 (sessenta) dias;

II – haja sido formalizado prévio plano estratégico de aprimoramento e desenvolvimento institucional do CONSÓRCIO XXX; e,

III – tenha sido celebrado prévio CONTRATO DE GESTÃO.

§1º. A qualificação do CONSÓRCIO XXX como AGÊNCIA EXECUTIVA lhe assegurará autonomia de gestão, bem como disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para cumprimento dos objetivos e metas definidos no CONTRATO DE GESTÃO.

§2º. O plano estratégico de aprimoramento e desenvolvimento institucional do CONSÓRCIO XXX, a ser elaborado de comum acordo entre o CONSORCIADO e o CONSÓRCIO XXX, definirá diretrizes e medidas para racionalização da gestão administrativa, revisão dos processos de trabalho, desenvolvimento de recursos humanos e fortalecimento institucional da AGÊNCIA EXECUTIVA.

§3º. O CONTRATO DE GESTÃO, a ser firmado de comum acordo entre o CONSORCIADO e o CONSÓRCIO XXX, será celebrado por, no mínimo, 1 ano e conterá as seguintes cláusulas, dentre outras:

I – objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho do CONSÓRCIO XXX;

II – recursos orçamentários e financeiros necessários para alcançar os objetivos, as metas e os indicadores de desempenho; e,

III – critérios e instrumentos para avaliação do cumprimento dos objetivos, metas e indicadores de desempenho.

TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO XXX

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA (DAS NORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO). A organização do CONSÓRCIO XXX observará o disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e neste ESTATUTO SOCIAL.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DO CONSÓRCIO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DOS ÓRGÃOS). O CONSÓRCIO XXX é composto dos seguintes órgãos:

I – Assembleia Geral;

II – Presidência;

III – Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos;

IV – Diretoria;

§1º. Sem prejuízo do disposto nesta CLÁUSULA, o CONSÓRCIO XXX contará, ainda, com os seguintes órgãos técnico-administrativos subordinados à Diretoria Executiva:

I - Departamento Jurídico;

II - Departamento Financeiro-Administrativo;

III - Departamento de Resíduos Sólidos;

IV – Departamento de Controle Interno.

§2º. A organização e o funcionamento dos Departamentos Administrativos a que se refere o §1º, desta CLÁUSULA, são regidos pelas CLÁUSULAS VIGÉSIMA NONA e TRIGÉSIMA, deste ESTATUTO SOCIAL.

§3º. O presente ESTATUTO SOCIAL não poderá criar outros órgãos, nem sequer empregos públicos não contemplados no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

Seção I Da Composição

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (DA COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL). A Assembleia Geral, instância máxima do CONSÓRCIO XXX, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Executivos dos CONSORCIADOS.

§ 1º. No caso de ausência do Chefe do Executivo, Governador e Prefeitos, o seu Vice, Vice-Governador e Vice-Prefeitos, assumirá a representação do CONSORCIADO na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 2º. Sem prejuízo do disposto no § 1º, desta CLÁUSULA, o Chefe do Executivo do MUNICÍPIO CONSORCIADO poderá fazer-se representar na reunião da Assembleia Geral pelo Secretário, Diretor ou Chefe de Departamento Municipal com poderes específicos para tanto, com direito a voz, apenas.

§ 3º. O Chefe do Executivo do ESTADO CONSORCIADO, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, será representado na reunião da Assembleia Geral pela Secretaria de Estado do Ambiente, designada simplesmente de SEA, por meio de órgão administrativo próprio, inclusive com direito a voto.

Seção II Do Funcionamento

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DAS REUNIÕES). Observado o disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, a Assembleia Geral reunir-se-á:

a) ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, nos meses de _____, _____, _____ e _____ ; e,

b) extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente do CONSÓRCIO XXX ou por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos CONSORCIADOS.

PARÁGRAFO ÚNICO. A convocação da ordinária e extraordinária da Assembleia Geral será feita com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas em relação a sua realização, com ampla divulgação por meio de publicação em órgão de imprensa oficial do CONSÓRCIO XXX e por via da rede mundial de computadores – *internet*.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DOS VOTOS). Cada CONSORCIADO terá direito 1 (um) voto na reunião da Assembleia Geral, independentemente do valor a ser transferido ao CONSÓRCIO XXX por meio do CONTRATO DE RATEIO.

§ 1º. O voto será, sempre, público e nominal.

§ 2º. O Presidente não terá direito a voto, ressalvado nas seguintes hipóteses:

I – eleições e destituições;

II – *quorum* qualificado;

III – desempate nas votações.

§ 3º. Havendo consenso entre os CONSORCIADOS, as eleições e as deliberações poderão ser adotadas por aclamação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DO QUORUM). Ressalvadas as matérias submetidas ao *quorum* qualificado previsto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples, presentes a maioria absoluta dos representantes dos CONSORCIADOS.

§ 1º. As reuniões da Assembleia Geral serão consideradas instaladas com a presença da maioria absoluta dos representantes dos CONSORCIADOS.

§ 2º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas mediante maioria simples, ressalvados os casos que o CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO exigir quórum qualificado.

§ 3º. Para os fins do disposto nesta CLÁUSULA, entende-se como:

I – maioria simples: número inteiro imediatamente superior a metade dos CONSORCIADOS que se fizerem presentes nas reuniões, sejam ordinárias sejam extraordinárias;

II - maioria absoluta: número inteiro imediatamente superior a metade do total de CONSORCIADOS integrantes do CONSÓRCIO XXX.

III – quórum qualificado: quorum de deliberação que exige 2/3 (dois terços) ou 3/5 (três quintos) dos votos favoráveis do total de CONSORCIADOS integrantes do CONSÓRCIO XXX.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (DAS ATAS). As deliberações da Assembleia Geral serão registradas em ata, em que constará, pelo menos:

I – a presença dos CONSORCIADOS;

II – as intervenções orais e, como anexo, os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na reunião e a indicação expressa e nominal de como cada representante do CONSORCIADO nela votou, bem como a proclamação dos resultados;

§ 1º. A íntegra da ata será divulgada, inclusive por meio eletrônico, em prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ineficácia das decisões tomadas na reunião.

§ 2º. Qualquer pessoa do povo poderá ter acesso à ata, inclusive retirar cópia dela, desde que arque com o custo da reprodução, apenas.

Seção III Da Competência

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (DAS COMPETÊNCIAS). À Assembleia Geral compete, dentre outras funções previstas no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e neste ESTATUTO SOCIAL:

I – homologar o ingresso no CONSÓRCIO XXX de ente político que não tenha sido subscritor inicial do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO;

II – homologar, quando já constituído o CONSÓRCIO XXX, as reservas feitas pelos CONSORCIADOS para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do PROTOCOLO DE INTENÇÕES;

III – homologar a alteração da sede do CONSÓRCIO XXX;

IV – estabelecer normas para realização de audiências e consultas públicas a serem observadas pelo CONSÓRCIO XXX;

V – autorizar que o CONSÓRCIO XXX, em prol do atendimento de assunto de interesse comum, promova a representação do CONSORCIADO perante órgãos e entidades de pessoas jurídicas, pública ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

VI – autorizar, por maioria simples, o CONSÓRCIO XXX a executar ou participar da execução de políticas, programas, planos e projetos governamentais ou não-governamentais, nacionais ou internacionais;

VII – autorizar, em, no máximo, 60 (sessenta) dias, a contratação de OS, observadas demais condições previstas no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e neste ESTATUTO SOCIAL;

VIII – autorizar, em, no máximo, 60 (sessenta) dias, a contratação de OSCIP, observadas demais condições previstas no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e neste ESTATUTO SOCIAL;

IX - autorizar, em, no máximo, 60 (sessenta) dias, a formalização da qualificação do CONSÓRCIO XXX como AGÊNCIA EXECUTIVA, observadas demais condições previstas no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e neste ESTATUTO SOCIAL;

X – elaborar e, quando for o caso, alterar o presente ESTATUTO SOCIAL do CONSÓRCIO XXX;

XI – eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente;

XII – escolher ou demitir o Diretor Executivo e o Vice-Diretor Executivo;

XIII – escolher, mediante eleição, os membros que integrarão o Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos;

XIV – deliberar, nos termos deste CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e deste ESTATUTO SOCIAL, sobre a destituição dos membros do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos;

XV – aprovar:

a) o orçamento plurianual de investimentos;

b) o programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do CONSÓRCIO XXX, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aporte a serem cobertos por recursos advindos de CONTRATO DE RATEIO;

d) a realização de operação de crédito;

e) a alienação e oneração de bens do CONSÓRCIO XXX;

XVI - aceitar a cessão de servidores dos CONSORCIADOS, dependendo a cessão com ônus para o CONSÓRCIO XXX da deliberação da maioria absoluta dos seus membros;

XVII - deliberar sobre as indicações do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos, ratificando-as, quando cabível;

XVIII – adotar as medidas necessárias para concretizar os objetivos a serem perseguidos pelo CONSÓRCIO XXX;

XIX – aplicar pena de exclusão do CONSÓRCIO XXX ao CONSORCIADO, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e deste ESTATUTO SOCIAL;

XX – deliberar e aprovar o aditivo que alterar o CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, que deve ser ratificado mediante lei por todos os CONSORCIADOS;

XXI – definir, por maioria absoluta, os critérios pertinentes para o pagamento de diárias para fins de deslocamento e de hospedagem para:

- a) os próprios membros da Assembleia Geral;
- b) o Presidente e o Vice-Presidente;
- c) os membros do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos;
- d) o Diretor e o Vice-Diretor; e,
- e) os demais empregados públicos do CONSÓRCIO XXX.

XXII – conceder, mediante deliberação da maioria absoluta dos seus membros, seguro de saúde para os empregados públicos, observado o disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e na Lei Federal n.º 9.656, de 03 de junho de 1998; e,

XXII – expedir resoluções e demais atos normativos para o fiel cumprimento dos objetivos do CONSÓRCIO XXX.

CAPÍTULO IV DA PRESIDÊNCIA

Seção I Das Disposições Gerais

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA (DA PRESIDÊNCIA) – À Presidência, por meio de seu Presidente eleito, cabe a representação legal do CONSÓRCIO XXX, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e deste ESTATUTO SOCIAL.

§ 1º. O Presidente e o Vice-Presidente, que só poderão ser Chefes dos Executivos dos CONSORCIADOS, terão mandato de 2 anos, admitida a recondução para o mandato imediatamente subsequente.

§ 2º. Nas hipóteses de sucessão e de substituição do Presidente, caberá ao Vice-Presidente exercer as atribuições da competência da Presidência até:

I – a realização de novas eleições, quando for o caso de sucessão; e,

II - o fim do impedimento temporário do Presidente, quando tratar-se de substituição.

Seção II Da Eleição e da Destituição

Subseção I Da Eleição

CLÁUSULA DÉCIMA NONA (DO RITO DA ELEIÇÃO) – Na eleição do Presidente e do Vice-Presidente do CONSÓRCIO XXX, será observado o seguinte rito:

I - o atual Presidente do CONSÓRCIO XXX ou, não havendo ninguém com esta condição, o Chefe do Executivo do MUNICÍPIO CONSORCIADO sede desempenhará a função de Presidente *ad hoc*, o qual será responsável pela convocação, nos termos deste ESTATUTO SOCIAL, de reunião extraordinária para fins da eleição do Presidente e do Vice-Presidente;

II – o Presidente *ad hoc*, na reunião extraordinária, realizará a chamada dos representantes dos CONSORCIADOS para verificar o *quorum* de instalação dessa reunião, que será de maioria absoluta tanto para o primeiro quanto para o segundo turno de eleição;

III – instalada a reunião, proceder-se-á a apresentação de candidaturas aos cargos de Presidente e de Vice-Presidente, restritas aos Chefes dos Executivos dos CONSORCIADOS;

IV – registradas as candidaturas, o Presidente *ad hoc* chamará cada um dos representantes dos CONSORCIADOS, para que venham proferir o voto, que será nominal e aberto;

V – encerrada a votação, o Presidente *ad hoc* realizará a contagem dos votos, lendo um a um os nomes dos votados para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do CONSÓRCIO XXX;

VI – será considerado eleito o candidato que obtiver 2/3 (dois terços) dos votos;

VII – caso nenhum candidato tenha alcançado o número mínimo de votos em primeiro turno ou tenha ocorrido empate, será realizado segundo turno da eleição com os dois candidatos mais votados para o cargo, observando-se o mesmo rito previsto nos incisos anteriores, desta CLÁUSULA;

VIII – caso permaneça a indefinição no turno de eleição a que se refere o inc. VII, desta CLÁUSULA, a Presidência será assumida pelo Chefe do Executivo do CONSORCIADO mais idoso;

IX– a posse dos eleitos será formalizada em ata, que será assinada por todos os presentes; e,

X – após a formalização da posse, os eleitos entrarão imediatamente em exercício.

PARÁGRAFO ÚNICO. Por ocasião da instalação do CONSÓRCIO XXX, os trabalhos referentes à Presidência serão realizados pelo Chefe do Executivo do MUNICÍPIO CONSORCIADO sede até o anúncio do primeiro Presidente e Vice-Presidente eleitos.

Subseção II Da Destituição

CLÁUSULA VIGÉSIMA (DA DESTITUIÇÃO). Observado o rito disposto na CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA, deste ESTATUTO SOCIAL, em que será assegurado o devido processo legal, o Presidente e/ou o Vice-Presidente do CONSÓRCIO XXX poderão ser destituídos quando incorrer nas seguintes infrações:

- I – abusarem das prerrogativas do cargo;
- II – incorrem em desídia;
- III – promoverem a quebra do decoro;
- IV – receberem vantagens indevidas, sejam de natureza pecuniária ou não.

PARÁGRAFO ÚNICO. Independentemente da ocorrência de quaisquer dos motivos listados nos incisos, desta CLÁUSULA, a Assembleia Geral, por decisão de 2/3(dois terços) dos seus membros, poderá destituir o Presidente e/ou Vice-Presidente, observado o rito estabelecido na CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA, deste ESTATUTO SOCIAL, assegurado o devido processo legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA (DO RITO DA DESTITUIÇÃO). A destituição do Presidente e/ou do Vice-Presidente observará o seguinte rito:

- I – qualquer cidadão poderá apresentar denúncia para a Assembleia Geral, que deverá ser escrita a respeito de uma, algumas e/ou todas as infrações mencionadas nos incisos, da CLÁUSULA VIGÉSIMA, deste ESTATUTO SOCIAL, assim como acompanhada das devidas provas;
- II – caso a denúncia tenha sido formalizada por algum dos Chefes dos Executivos dos CONSORCIADOS, ficará impedido de participar das deliberações sobre o processo de destituição, mas poderá praticar todos os atos de acusação;
- III – o Presidente e/ou o Vice-Presidente denunciados não poderão participar da deliberação, mas serão considerados para fins de quórum.
- IV – após o recebimento da denúncia, o Presidente ou, se este for o denunciado, o seu Vice-Presidente ou, se ambos forem os denunciados, o Chefe do Executivo do CONSORCIADO mais idoso determinará a realização de reunião extraordinária para escolher, por meio de sorteio, entre os representantes dos CONSORCIADOS, um Presidente *ad hoc*, que, com o apoio da Diretoria Executiva, conduzirá o processo de destituição, assegurado, sempre, o devido processo legal;
- V – instalada a reunião extraordinária com a presença da maioria absoluta dos representantes dos CONSORCIADOS, o Presidente *ad hoc*, depois da sua

escolha, realizará a leitura da denúncia com a devida documentação comprobatória, assim como abrirá vista do processo de destituição ao denunciado;

VI – o Presidente *ad hoc* terá até 20 (vinte) dias corridos para concluir a fase de instrução do processo de destituição, promovendo todas as diligências probatórias necessárias para tanto;

VII - o denunciado, durante a fase de instrução do processo de destituição, deverá ser intimado de todos os atos processuais, pessoalmente, ou na pessoa de seu advogado, com a antecedência, pelo menos, de 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

VIII – finda a fase de instrução do processo de destituição, o denunciado será intimado, pessoalmente, ou na pessoa de seu advogado, para apresentar em, no máximo, 10 (dez) dias defesa escrita acompanhada das provas que lhe convier, sendo-lhe, ainda, aberta vista do processo;

IX – esgotado o prazo para apresentação de defesa, o Presidente *ad hoc* deverá emitir parecer final opinando pela destituição ou não do denunciado, submetendo-o ao Presidente ou, se este for o denunciado, ao seu Vice-Presidente ou, se ambos forem os denunciados, ao Chefe do Executivo do CONSORCIADO mais idoso, que convocará, nos termos deste ESTATUTO SOCIAL, nova reunião extraordinária para deliberar sobre o processo de destituição do denunciado;

X - instalada a reunião extraordinária com a presença da maioria absoluta dos representantes dos CONSORCIADOS, o Presidente *ad hoc* fará a leitura de todo o processo de destituição e, a seguir, os representantes dos CONSORCIADOS que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 10 (dez) minutos cada um, e, ao final, o denunciado ou seu procurador, terá o prazo máximo de 1 (uma) hora para produzir sua defesa oral;

XI – terminada a fase das manifestações orais, inclusive da defesa oral se vier a se apresentada, proceder-se-á a tantas votações quantas forem as infrações apresentadas na denúncia;

XII - a votação a que se refere o inc. XI, desta CLÁUSULA será nominal e aberta;

XIII – considerar-se-á destituído o Presidente e/ou o Vice-Presidente que for declarado, pelo voto de 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral, incurso em qualquer as infrações apresentadas na denúncia, lavrando-se em ata este resultado;

XIV – em caso de destituição, o Presidente e/ou o Vice-Presidente estão automaticamente destituídos dos cargos respectivos;

XV – se o resultado por absolutório, o processo de destituição deverá ser arquivado.

Seção III Da Competência

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA (DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE). Ao Presidente compete, dentre outras funções previstas no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e neste ESTATUTO SOCIAL:

I – representar o CONSÓRCIO XXX, judicial e extrajudicialmente;

II – zelar pelos interesses do CONSÓRCIO XXX, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pelo CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e por este ESTATUTO SOCIAL a outro órgão do CONSÓRCIO XXX;

III – nomear os indicados aos cargos de Diretor Executivo e Vice-Diretor Executivo;

IV – nomear os membros indicados ao Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos;

V – expedir portarias, ofícios, circulares e demais atos administrativos para o fiel cumprimento dos objetivos do CONSÓRCIO XXX.

VI – ordenar as despesas do CONSÓRCIO XXX e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

VII – promover todos os demais atos de gestão técnico-administrativas, financeiras e institucionais necessários para o desenvolvimento das atividades do CONSÓRCIO XXX;

PARÁGRAFO ÚNICO. As competências previstas nos incs. VI e VII, desta CLÁUSULA poderão ser delegadas à Diretoria Executiva.

CAPÍTULO V DA DIRETORIA

Seção I Das Disposições Gerais

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA (DA DIRETORIA). A Diretoria Executiva, órgão executivo do CONSÓRCIO XXX, será composta por um cargo de Diretor Executivo e um de Vice-Diretor Executivo, cuja escolha e destituição observará o disposto neste CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e no ESTATUTO SOCIAL, para desempenhar a coordenação das atividades técnico-administrativas, financeiras, contábeis, operacionais e jurídicas do CONSÓRCIO XXX.

§ 1º. As pessoas a serem indicadas pelos CONSORCIADOS para assumir os cargos de Diretor Executivo e de Vice-Diretor Executivo deverão atender aos seguintes requisitos:

I – possuir idoneidade moral e reputação ilibada;

II – deter notórios conhecimentos econômicos, jurídicos, contábeis, financeiros, de engenharia, especialmente sanitária, ou de Administração Pública;

III – ter mais de 30 anos de idade e 5 anos de comprovada experiência pertinentes aos ramos do conhecimento mencionado no inciso II, do §1º, desta CLÁUSULA.

§ 2º. Os cargos de Diretor Executivo e de Vice-Diretor Executivo serão de confiança submetido ao regime jurídico trabalhista, segundo estabelecido no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e no Decreto-Lei Federal n.º 5.452, de 01 de maio de 1943.

§ 3º. Nas hipóteses de impedimento temporário do Diretor Executivo, caberá ao Vice-Diretor Executivo substituí-lo, e nos casos de vacância do cargo de Diretor Executivo, o Vice-Diretor executivo o assumirá temporariamente até a escolha de um novo.

Seção II

Da Escolha e da Demissão

Subseção I

Da Escolha

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA (DA ESCOLHA). Na escolha do Diretor Executivo e do Vice-Diretor Executivo, será observado o seguinte rito:

I – preferencialmente na mesma reunião extraordinária para eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e passada a posse destes, cada CONSORCIADO indicará duas pessoas, sendo uma para o cargo de Diretor Executivo e outra para o Vice-Diretor Executivo, perante a Assembleia Geral, atendendo-se às condições previstas nos incisos, do § 1º, da CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA, deste ESTATUTO SOCIAL;

II – recebidas as indicações dos CONSORCIADOS, a Assembleia Geral, presente a maioria absoluta dos seus membros, escolherá, mediante *quorum* de 2/3 (dois terços), duas pessoas, uma para o cargo de Diretor Executivo e outra para o cargo de Vice-Diretor Executivo, enviando os seus nomes para a Presidência;

III – o Presidente, ao receber os nomes dos escolhidos, nomeará e dará posse ao Diretor Executivo e ao Vice-Diretor Executivo, que constarão da ata da reunião extraordinária, que será assinada por todos os presentes;

IV – o Diretor Executivo e o Vice-Diretor Executivo, depois da nomeação e posse, entrarão imediatamente no exercício de suas funções.

§ 1º. Não se admitirá a indicação, pelos CONSORCIADOS, de parentes, afins ou consanguíneos até o 3º grau de qualquer dos Chefes dos Executivos dos CONSORCIADOS para os cargos de Diretor Executivo e/ou Vice-Diretor Executivo.

§ 2º. É vedada a indicação dos seguintes agentes políticos para os cargos de Diretor Executivo e Vice-Diretor Executivo do CONSÓRCIO XXX:

I – Secretários Estaduais e Secretários, Diretores ou Chefes de Departamentos Municipais; e,

II – Deputados Estaduais e Vereadores.

Subseção II Da Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA (DAS CAUSAS DE DEMISSÃO). Observado o rito disposto na CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA, deste ESTATUTO SOCIAL, o Diretor Executivo e/ou o Vice-Diretor Executivo poderão ser demitidos quando incorrer nas seguintes infrações:

I – abusarem das prerrogativas do cargo;

II – incorrem em desídia;

III – receberem vantagens indevidas, sejam de natureza pecuniária ou não;

IV – incorrem em malversação do dinheiro público.

PARÁGRAFO ÚNICO. Independentemente da ocorrência de quaisquer dos motivos listados nos incisos, desta CLÁUSULA, a Assembleia Geral, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, também poderá demitir o Diretor Executivo e/ou Vice-Diretor Executivo, nos casos previstos estabelecido no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e no Decreto-Lei Federal n.º 5.452, de 01 de maio de 1943, assegurado o devido processo legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA (DO RITO DE DEMISSÃO). A demissão do Diretor Executivo e do Vice-Diretor Executivo será aplicada após prévio processo administrativo sumário estabelecido na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA, deste ESTATUTO SOCIAL, observado o disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e no Decreto-Lei Federal n.º 5.452, de 01 de maio de 1943, assegurado o devido processo legal.

PARÁGRAFO ÚNICO. A pena de demissão a que se refere o *caput*, desta CLÁUSULA ficará condicionada à decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da

Assembleia Geral, em votação aberta e nominal, que será proferida em reunião extraordinária especialmente convocada, cuja instalação dependerá da presença da maioria absoluta dos CONSORCIADOS.

Seção III Do Funcionamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA (DO FUNCIONAMENTO DA DIRETORIA). A Diretoria Executiva funcionará em expediente normal de trabalho de _____h. até _____ h., de segunda a sexta, ressalvados os casos previstos no Decreto-Lei Federal n.º5.452, de 01 de maio de 1943 e demais leis federais e estaduais aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO. Além das hipóteses estabelecidas no Decreto-Lei Federal n.º5.452, de 01 de maio de 1943 e nas demais leis federais e estaduais aplicáveis, a Diretoria Executiva também funcionará extraordinariamente durante as reuniões extraordinárias da Assembleia Geral.

Seção IV Da Competência

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA (DA COMPETÊNCIA). Ao Diretor Executivo compete, dentre outras funções previstas no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e neste ESTATUTO SOCIAL:

I – julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a empregados públicos e contratados por tempo determinado do CONSÓRCIO XXX;

II – contratar os empregados públicos e os contratados por tempo determinado do CONSÓRCIO XXX, após o cumprimento das formalidades necessárias;

III – autorizar a demissão de empregados públicos e a rescisão do contrato dos contratados por tempo determinado do CONSÓRCIO XXX;

IV – desempenhar as atividades que forem passíveis de delegação pelo Presidente;

V – promover todos os atos administrativos e financeiros necessários para o desenvolvimento das atividades do CONSÓRCIO XXX;

VI – realizar todos os atos de comunicação e de articulação com a sociedade civil organizada, informando-a sobre as atividades do CONSÓRCIO XXX; e,

VII – instaurar e conduzir processo licitatório para realização de concurso público, inclusive assinar o edital correspondente.

PARÁGRAFO ÚNICO. A demissão dos empregados públicos será precedida de prévio processo sumário administrativo disciplinado pela CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA, deste ESTATUTO SOCIAL, assegurado o devido processo legal.

CAPÍTULO VI DOS DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA (DA ORGANIZAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS). O CONSÓRCIO XXX contará com os seguintes Departamentos Administrativos, que se desincumbirão das atividades de apoio jurídico, financeiro-administrativo, técnico-operacional e contábil, na forma que segue:

I - Departamento Jurídico: competente pela realização do contencioso, judicial e administrativo, e da consultoria jurídica do CONSÓRCIO XXX, promovendo a orientação e o controle da legalidade dos atos exarados pela Assembleia Geral, pela Presidência, pela Diretoria Executiva e pelos demais órgãos técnico-administrativos, sem prejuízo de realizar outras atividades de assessoria jurídica inerente às suas funções precípuas;

II - Departamento Financeiro-Administrativo: competente pela promoção da contabilidade pública, do acompanhamento orçamentário, da execução financeira e da gestão administrativa do CONSÓRCIO XXX, sem prejuízo de promover outras atividades inerentes às suas funções precípuas;

III - Departamento de Resíduos Sólidos: competente pela gestão e pelo gerenciamento dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, compreendendo a realização das seguintes atividades, sem prejuízo de desincumbir-se de outras inerentes às suas funções precípuas:

- a) o suporte e a atuação consensual em prol do planejamento dos serviços;
- b) a interface e o apoio à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada de AGENERSA, em prol do desempenho das atividades de regulação e de fiscalização sobre os serviços;
- c) o fomento e o suporte a concretização das atividades de controle social realizadas pela sociedade civil organizada; e,
- d) o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos contratos administrativos objeto da prestação dos serviços;

IV – Departamento de Controle Interno: competente pelo controle interno das contas do CONSÓRCIO XXX, segundo as hipóteses e a forma do disposto no art. 74, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sem prejuízo de realizar a devida cooperação, articulação e integração com o sistema de controle externo incidente sobre o CONSÓRCIO XXX.

§ 1º. Os Departamentos Administrativos a que se refere esta CLÁUSULA são subordinados à Diretoria Executiva, mas também devem responder à Presidência e, ainda, à Assembleia Geral.

§ 2º. A Diretoria deverá assegurar para os Departamentos Administrativos a devida independência técnica decisória e os meios administrativos e legais necessários para tanto.

§ 3º. Fica a Assembleia Geral autorizada a expedir, após a deliberação da maioria absoluta dos seus membros e ouvida a Diretoria Executiva, resolução que aprove o organograma dos Departamentos Administrativos.

§ 4º. Sem prejuízo da atuação dos Departamentos Administrativos, a SEA, representada por órgão administrativo próprio, quando for formalmente solicitada, poderá ofertar o devido apoio técnico ao CONSÓRCIO XXX.

§ 5º. Os empregados públicos serão lotados nos Departamentos Jurídico, Financeiro-Administrativo, de Resíduos Sólidos e de Controle Interno, segundo o disposto no Anexo Único, deste ESTATUTO SOCIAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA (DO FUNCIONAMENTO DOS DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS). Os Departamentos Administrativos funcionarão em expediente normal de trabalho de _____h. até _____ h., de segunda a sexta, ressalvados os casos previstos no Decreto-Lei Federal n.º5.452, de 01 de maio de 1943 e demais leis federais e estaduais aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO. À Diretoria Executiva, observado o disposto no Decreto-Lei Federal n.º5.452, de 01 de maio de 1943 e nas demais leis federais e estaduais aplicáveis, deverá definir o horário de funcionamento dos Departamentos Administrativos durante as reuniões extraordinárias da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I Das Disposições Gerais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA (DO CONSELHO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS). O Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos, que é órgão colegiado, paritário e deliberativo, constitui, segundo a sua competência estabelecida na CLÁUSULA XXX, deste ESTATUTO SOCIAL, o fórum de

discussão, deliberação e de abertura democrática das atividades do CONSÓRCIO XXX.

§ 1º. Os membros do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos terão mandato de 2 anos, admitida a recondução para o mandato imediatamente subsequente.

§ 2º. É vedada a designação dos seguintes agentes políticos para a composição do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos:

I – Secretários Estaduais e Secretários, Diretores ou Chefes de Departamentos Municipais; e,

II – Deputados Estaduais e Vereadores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA (DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS). Na composição do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos deverá ser assegurada a participação dos seguintes segmentos representativos:

I – Representação da sociedade civil organizada, abrangendo as seguintes pessoas, dentre outras congêneres:

a) organizações não-governamentais;

b) organizações e/ou associações de defesa dos usuários de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

c) organizações e/ou associações de defesa dos usuários de consumidores;

d) organizações e/ou associações de bairros;

II – Representação do Poder Público, compreendendo as seguintes pessoas, dentre outras semelhantes:

a) órgãos e/ou entidades da Administração Pública direta e/ou indireta municipal com atuação nos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

b) órgãos e/ou entidades da Administração Pública direta e/ou indireta estadual que possuam interface com os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

c) órgãos e/ou entidades da Administração Pública direta e/ou indireta federal que possuam interface com os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

d) instituição pesquisa, universidades, faculdades e outras do gênero, sejam públicas sejam privadas.

III – Representação dos prestadores dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, abrangendo as seguintes pessoas, dentre outras parecidas:

- a) associações e/ou organizações de prestadores de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;
- b) associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis;
- c) associações e/ou organizações de prestadores de serviços públicos de coleta seletiva de materiais recicláveis;

§ 1º. Os segmentos representativos do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos devem ter, dentre as suas finalidades estatutárias, atuação efetiva e comprovada na gestão e/ou no gerenciamento dos serviços públicos de resíduos sólidos.

§ 2º. Observado os segmentos representativos a que se referem as alíneas, dos incs. I até III, desta CLÁUSULA, o Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos contará com 4 (quatro) membros, cujos cargos compreenderão:

I – 1 Presidente;

II – 1 Vice-Presidente;

III – 1 Secretário Executivo;

IV – 1 Suplente;

§ 3º. O preenchimento dos cargos a que se refere o § 2º, desta CLÁUSULA ocorrerá mediante indicação interna feita entre os membros do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos.

Seção II **Da Escolha e da Destituição**

Subseção I **Da Escolha**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA (DA ESCOLHA). A escolha dos membros do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos ocorrerá mediante a apresentação de chapas com 4 (membros), observada a distribuição de cargos a que se refere os incs. I até IV, do § 2º, TRIGÉSIMA SEGUNDA, deste ESTATUTO SOCIAL.

§ 1º. Na composição das chapas a que se refere o *caput*, desta CLÁUSULA deverá ser assegurado, na medida do possível, a participação de cada um dos segmentos a que se referem as alíneas, dos incs. I até III, da CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA, deste ESTATUTO SOCIAL.

§ 2º. A Assembleia Geral, presente a maioria absoluta dos seus membros em reunião extraordinária especialmente convocada, escolherá, mediante *quorum* de 2/3 (dois terços), a chapa que comporá o Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos.

§ 3º. Caberá ao Presidente do CONSÓRCIO XXX promover a nomeação dos membros do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos, depois da escolha promovida pela Assembleia Geral, segundo o disposto no § 2º, desta CLÁUSULA.

Subseção II Da Destituição

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA (DA DESTITUIÇÃO). Presente a maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral em reunião extraordinária especialmente convocada, o membro Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos poderá ser destituído por desídia no exercício de suas funções pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) dos CONSORCIADOS.

PARÁGRAFO ÚNICO. A denúncia por desídia pode ser apresentada por qualquer um dos pares do membro do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos que possa vir a ser destituído.

Seção III Do Funcionamento

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA (DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO FISCAL). Observado o disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, o Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos reunir-se-á:

- a) ordinariamente, 1 (uma) vez por mês; e,
- b) extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos, desde que presente motivo de urgência e relevância relacionada às materiais encartadas na competência desse conselho.

PARÁGRAFO ÚNICO. A convocação da reunião ordinária e extraordinária do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos será feita com antecedência mínima de 72 horas em relação a sua realização, com ampla divulgação por meio de publicação em órgão de imprensa oficial do CONSÓRCIO XXX e por via da rede mundial de computadores – *internet*.

Seção IV Da Competência

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA (DA COMPETÊNCIA). O Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos será voltado para a discussão, deliberação, fomento e indução dos objetivos primordiais do CONSÓRCIO XXX, promovendo, com a devida abertura democrática, o controle social sobre as atividades do CONSÓRCIO XXX.

PARÁGRAFO ÚNICO. As indicações decorrentes das deliberações do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos serão submetidas à apreciação da Assembleia Geral, que as ratificará quando cabíveis.

TÍTULO VI DO ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA (DO ESTATUTO SOCIAL). O CONSÓRCIO XXX será organizado pelo presente ESTATUTO SOCIAL, cujas disposições deverão atender a todas as cláusulas do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, especialmente a sua LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, sem prejuízo das demais leis federais, estaduais e municipais pertinentes, sob pena de nulidade.

CAPÍTULO II DA ELABORAÇÃO E DA MODIFICAÇÃO

Seção I Da Elaboração

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA (DA ELABORAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL). Observado o disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, o ESTATUTO SOCIAL será aprovado e, quando necessário, modificado mediante deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, exigindo-se a presença da maioria absoluta dos CONSORCIADOS em reunião extraordinária especialmente convocada para este fim.

§1º. A elaboração do ESTATUTO SOCIAL do CONSÓRCIO XXX observará o seguinte rito:

I – o Presidente realizará, em até 30 dias da instalação efetiva do CONSÓRCIO XXX, reunião extraordinária para elaboração do ESTATUTO SOCIAL, convocando, por meio de publicação ou correspondência, os CONSORCIADOS da Assembleia Geral;

II – instalada a reunião extraordinária mediante a presença da maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral, será eleito, por maioria simples, o Presidente e o Secretário *ad hoc* para condução dos trabalhos da elaboração do ESTATUTO SOCIAL;

III – o Presidente *ad hoc*, com apoio do Diretor Executivo, elaborará e submeterá à Assembleia Geral resolução que estabeleça o seguinte:

- a) o texto do projeto de ESTATUTO SOCIAL que norteará os trabalhos;
- b) o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;
- c) o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de ESTATUTO SOCIAL;

IV – aprovada a resolução por maioria simples, o Presidente *ad hoc* prosseguirá com os trabalhos;

V - sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão;

VI – a proposta final de ESTATUTO SOCIAL deverá ser aprovado por 2/3 dos membros da Assembleia Geral.

§2º. O ESTATUTO SOCIAL do CONSÓRCIO XXX entrará em vigor após publicação na imprensa oficial.

§3º. O ESTATUTO SOCIAL poderá ser publicado na imprensa oficial de forma resumida, desde que a publicação indique o local ou a página eletrônica, da rede mundial de computadores – *site da internet* -, em que se poderá obter o seu texto na íntegra.

Seção II

Da Modificação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA (DA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL). Observado o disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, a modificação do ESTATUTO SOCIAL observará, no que couber, as regras para a sua elaboração, inclusive quanto as formalidades e quórum.

§1º. As alterações do ESTATUTO SOCIAL do CONSÓRCIO XXX entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial.

§2º. As alterações do ESTATUTO SOCIAL poderão ser publicadas na imprensa oficial de forma resumida, desde que a publicação indique o local ou a página eletrônica, da rede mundial de computadores – *site da internet* -, em que se poderá obter o seu texto na íntegra.

TÍTULO VII

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DOS AGENTES PÚBLICOS

Seção I

Das Disposições Gerais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA (DOS AGENTES PÚBLICOS). Somente poderão prestar serviços remunerados ao CONSÓRCIO XXX os seguintes agentes públicos:

I – o Diretor Executivo e o Vice-Diretor Executivo, ambos ocupantes de cargos de confiança da Diretoria Executiva;

II - os contratados dos empregos públicos lotados nos Departamentos Jurídico, Financeiro-Administrativo, de Resíduos Sólidos e de Controle Interno previstos nos incs. I até IV, da CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA, deste ESTATUTO SOCIAL; e,

III – os contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese prevista na CLÁUSULA XXX, deste ESTATUTO SOCIAL.

§1º. Sem prejuízo do disposto nesta CLÁUSULA, o CONSÓRCIO XXX, segundo o disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, poderá contratar serviços técnicos especializados prestados por pessoas físicas ou jurídicas mediante prévio processo licitatório, ressalvadas as hipóteses de contratação direta por meio de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

§2º. Os membros da Assembleia Geral, o Presidente e o Vice-Presidente do CONSÓRCIO XXX, assim como os membros do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos não receberão remuneração, considerando-se suas atividades como serviço público relevante.

§3º. Sem prejuízo do disposto no §2º, desta CLÁUSULA, os membros da Assembleia Geral, o Presidente e o Vice-Presidente do CONSÓRCIO XXX e os membros do Conselho de Gestão de Resíduos Sólidos poderão receber diárias para fins de deslocamento e de hospedagem, segundo critérios a serem definidos, por maioria absoluta, pela Assembleia Geral.

§4º. O Presidente e o Vice-Presidente do CONSÓRCIO XXX, enquanto estiverem investidos nessas funções, estão proibidos de acumular diárias para fins de deslocamento e de hospedagem como representantes dos CONSORCIADOS na Assembleia Geral.

Seção II

Dos Empregados Públicos

Subseção I

Do Regime Jurídico

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA (REGIME JURÍDICO). Os empregados públicos do CONSÓRCIO XXX serão submetidos ao regime jurídico trabalhista, segundo estabelecido no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e no Decreto-Lei Federal n.º 5.452, de 01 de maio de 1943.

§ 1º. A descrição da denominação, do grau de escolaridade, da lotação nos Departamentos Administrativos, da quantidade de empregados com as respectivas funções consta do ANEXO ÚNICO, deste ESTATUTO SOCIAL.

§2º. Os empregados públicos do CONSÓRCIO XXX não poderão ser cedidos, inclusive para os CONSORCIADOS.

Subseção II

Do Quadro de Pessoal

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA (DO QUADRO DE PESSOAL). O quadro de pessoal do CONSÓRCIO XXX é composto pelos empregados públicos constantes no ANEXO ÚNICO, deste ESTATUTO SOCIAL.

§ 1º Os empregos públicos serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvado os cargos de confiança de Diretor Executivo e Vice-Diretor Executivo.

§2º. Observado do disposto no CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e neste ESTATUTO SOCIAL, a instauração e a condução de processo licitatório para realização de concurso público serão feitas pela Diretoria Executiva, inclusive a assinatura do edital correspondente.

Subseção III

Dos Direitos e Deveres

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA (DOS DIREITOS). Os empregados públicos fazem jus ao que segue:

I - idênticos direitos trabalhistas assegurados aos trabalhadores urbanos previstos nos arts. 7º até 9º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

II – vale alimentação, nos termos e percentuais estabelecidos no Decreto-Lei Federal n.º5.452, de 01 de maio de 1943;

III - vale transporte, nos termos e percentuais previstos na Lei Federal n.º7.418, de 16 de dezembro de 1985 e seu Decreto Federal n.º 95.247, de 17 de novembro de 1987.

§1º. A remuneração dos empregados públicos é a definida no ANEXO ÚNICO, deste ESTATUTO SOCIAL, sendo que, até o limite fixado no orçamento anual do CONSÓRCIO XXX, o Diretor Executivo poderá conceder revisão anual de remuneração.

§2º. Os empregados públicos poderão receber diárias para fins de deslocamento e de hospedagem, segundo critérios a serem definidos, por maioria absoluta, pela Assembleia Geral.

§3º. Fica facultado à Assembleia Geral conceder, mediante a deliberação da maioria absoluta dos seus membros, seguro de saúde para os empregados públicos, observado o disposto na Lei Federal n.º9.656, de 03 de junho de 1998.

§4º. Fica a Assembleia Geral autorizada a editar, mediante deliberação da maioria absoluta dos seus membros, resolução que aprove o plano de cargos e salários para os empregados com previsão de progressão e de promoção na carreira, após a devida avaliação específica, observando-se o que segue:

I – progressão: é a passagem do empregado para o padrão de salário imediatamente superior, exigindo-se o interstício mínimo de 1 (um) ano de efetivo exercício no padrão anterior.

II – promoção: é a passagem do empregado de uma classe remuneratória, para a imediatamente superior, exigindo-se o interstício mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício na classe anterior.

§5º. Não será concedida promoção ou progressão, em sede do plano de cargos e salários a que se refere o §4º, desta CLÁUSULA, o empregado público que incorrer em uma das seguintes situações:

I – tiver sofrido pena disciplinar no período imediatamente anterior à data da apuração dos requisitos para o processamento das promoções; e,

II – estar afastado do cargo, salvo quando o afastamento for considerado legalmente como efetivo exercício.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA (DOS DEVERES). São deveres dos empregados públicos:

I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II – atuar com lealdade ao CONSÓRCIO XXX;

III – observar as normas legais e regulamentares;

IV – cumprimento às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V – atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) aos pedidos de petições em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

VI – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII – zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

VIII – guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X – ser assíduo e pontual ao serviço;

XI – tratar com urbanidade as pessoas;

XII – representar contra ilegalidade ou abuso de poder;

XIII – apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado ou com o uniforme que for determinado;

XIV – manter espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho;

XV – frequentar cursos e treinamentos instituídos para seu aperfeiçoamento e especialização;

XVI – apresentar relatórios ou resumos de suas atividades nas hipóteses e prazos previstos em lei ou regulamento, ou quando determinado pela autoridade competente;

XVII – sugerir providências tendentes à melhoria ou aperfeiçoamento do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO. Nas mesmas penas por faltas incorre o superior hierárquico, que, recebendo denúncia ou representação a respeito de irregularidades no serviço ou falta cometida por empregado público, seu subordinado, deixar de tomar as providências necessárias à sua apuração.

Subseção IV Do Regime Disciplinar

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA (DAS PENALIDADES). São penalidades disciplinares aplicáveis ao empregado público, assegurando-se o devido processo legal:

I – advertência;

II – suspensão;

III – demissão;

§ 1º. Na aplicação das penalidades serão consideradas:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como:

a) infração leve: inobservância dos deveres arrolados nos incs. VII, IX, XIII até XV e XVII, da CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA, deste ESTATUTO SOCIAL;
e,

b) infração grave: inobservância dos deveres arrolados nos incs. I até VI, VIII, X até XII e XVII, da CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA, deste ESTATUTO SOCIAL;

II - os danos que ocasionados para a atuação do CONSÓRCIO XXX e dos CONSORCIADOS;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os antecedentes do infrator;

V – a proporcionalidade entre a conduta do infrator e a penalidade que lhe será imposta, observada a adequação e a necessidade desta última;

§ 2º. Não poderá ser aplicada mais de uma pena disciplinar pela mesma infração.

§ 3º. No caso de infrações simultâneas, a maior absorve as demais, funcionando estas como agravantes na gradação da penalidade.

§ 4º. A pena de suspensão será aplicada por, no máximo, 30 dias corridos, importando em desconto da remuneração pelo número de dias da penalidade aplicável.

§ 5º. A pena de demissão ser aplicada por justa causa quando o empregado público inobservar as regras estabelecidas no art. 482, do Decreto-Lei Federal n.º 5.452, de 01 de maio de 1943.

§ 6º. O ato da imposição da penalidade será sempre motivado, detendo eficácia, apenas, após a devida publicação na imprensa oficial e/ou na página eletrônica do CONSÓRCIO XXX da rede mundial de computadores – *site da internet* – e citação prévia do infrator.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA (DA ADVERTÊNCIA). Observado o disposto na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA, deste ESTATUTO SOCIAL, a pena de advertência escrita será aplicada, pelo Diretor Executivo, no caso de prática de infração grave aos deveres empregatícios ou de reincidência em advertência verbal, desde que não constitua causa de suspensão ou de demissão.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA (DA SUSPENSÃO). Observado o disposto na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA, deste ESTATUTO SOCIAL, a pena de suspensão será aplicada, pelo Diretor Executivo, por escrito, no caso de prática de reincidência em advertência escrita, desde que não constitua causa de demissão.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA (DA DEMISSÃO). Observado o disposto na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA, deste ESTATUTO SOCIAL, a pena de demissão será aplicada, pelo Diretor Executivo, ao empregado público, nos

termos do Decreto-Lei Federal n.º 5.452, de 01 de maio de 1943, sem prejuízo da observância das demais leis federais aplicáveis.

Seção III

Dos Contratados por Prazo Determinado

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA (DA HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO). Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os contratados por tempo determinado exercerão as atribuições do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA (DA CONDIÇÃO DE VALIDADE E DO PRAZO MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO). As contratações temporárias serão automaticamente extintas caso não haja o início de inscrições de concurso público para preenchimento efetivo do emprego público nos 90 (noventa) dias iniciais da contratação.

§ 1º. As contratações terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado, no máximo, por igual período.

§ 2º. Não se admitirá prorrogação quando houver resultado definitivo de concurso público destinado a contratação de emprego público.

Seção IV

Da Cessão de Servidores para o Consórcio

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA (DA CESSÃO DE SERVIDORES). Os CONSORCIADOS, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, poderão ceder servidores para o CONSÓRCIO XXX para desempenharem as funções decorrentes das vagas existentes no CONSÓRCIO XXX, desde que tenham atribuições semelhantes na origem e a cessão tenha prazo certo para findar.

§ 1º. Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o CONSÓRCIO XXX mediante decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral.

§ 2º. É vedada a cessão de empregados públicos ou contratados por tempo determinado do CONSÓRCIO XXX, inclusive para os CONSORCIADOS.

CAPÍTULO II

DOS BENS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA (DA GESTÃO DE BENS). O CONSÓRCIO XXX, por meio de sua Diretoria Executiva, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, poderá adquirir, por meio de prévio processo licitatório, ressalvadas as hipóteses de contratação direta mediante

dispensa ou inexigibilidade de licitação, bens, móveis ou imóveis para a consecução dos seus objetivos primordiais.

PARÁGRAFO ÚNICO. Sem prejuízo do disposto nesta CLÁUSULA, os CONSORCIADOS poderão ceder bens, móveis e imóveis, para o CONSÓRCIO XXX para o perfeito atendimento dos seus objetivos, observadas as seguintes condicionantes:

I – designação e especificação do bem a ser cedido pelo CONSORCIADO, inclusive com a indicação expressa da sua reversão na hipótese de retirada do CONSORCIADO no CONSÓRCIO XXX;

II – deliberação da maioria simples da Assembleia Geral aquiescendo com a cessão do bem; e,

III – escrituração do bem cedido no patrimônio do CONSÓRCIO XXX para fins de registro e controle.

TÍTULO VIII DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I DA RETIRADA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA (DA RETIRADA). A retirada do CONSORCIADO dependerá da apresentação de ato formal pelo seu Chefe do Executivo junto à Assembleia Geral, após a devida ratificação legal pelo Poder Legislativo correspondente.

§ 1º. O ato formal de retirada deverá ser apresentado, de forma escrita e justificada, perante a Assembleia Geral com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data prevista para a retirada efetiva do CONSORCIADO.

§ 2º. A retirada do CONSORCIADO somente produzirá efeitos a partir do primeiro dia útil do mês seguinte à data prevista para a sua retirada efetiva, observado o disposto no § 1º, desta CLÁUSULA.

§ 3º. A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o CONSORCIADO que se retira e o CONSÓRCIO XXX.

§ 4º. A retirada do CONSORCIADO importa no pagamento das eventuais indenizações e/ou despesas pelos serviços que foram prestados pelo CONSÓRCIO XXX, mas ainda não integralmente pagos.

§ 5º. Os bens destinados ao CONSÓRCIO XXX pelo CONSORCIADO que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão da maioria absoluta da Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do PROTOCOLO DE INTENÇÕES ou pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA (DAS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO). Observado o rito de exclusão disposto na CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA, deste ESTATUTO SOCIAL, em que será assegurado o devido processo legal, o CONSORCIADO poderá ser excluído nas seguintes hipóteses:

I - não inclusão, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de CONTRATO DE RATEIO;

II – subscrição de PROTOCOLO DE INTENÇÕES para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, mediante deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - existência de motivos graves reconhecidos por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, presente a maioria absoluta dos CONSORCIADOS em reunião extraordinária especialmente convocada.

PARÁGRAFO ÚNICO. A exclusão prevista no inc. I, desta CLÁUSULA somente ocorrerá após prévia suspensão, por 180 (cento e oitenta) dias, do CONSORCIADO, observado, no que couber, o procedimento estabelecido na CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA, deste ESTATUTO SOCIAL, período em que o CONSORCIADO poderá reabilitar-se.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA (DO RITO DA EXCLUSÃO). A exclusão do CONSORCIADO observará o seguinte rito:

I – qualquer CONSORCIADO poderá apresentar ao Presidente denúncia escrita contendo as infrações a que se refere os incisos, da CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA, deste ESTATUTO SOCIAL que incorre o CONSORCIADO que se pretende excluir, devendo ser acompanhada das provas cabíveis correspondentes;

II – o CONSORCIADO que se pretende excluir não poderá participar da deliberação da sua exclusão, mas será contabilizado para fins de *quorum*;

III – o CONSORCIADO denunciante ficará impedido de participar das deliberações sobre o processo de exclusão, mas poderá praticar todos os atos de acusação;

IV – o Presidente, de posse da denúncia, designará reunião extraordinária para escolher, por meio de sorteio, entre os representantes dos CONSORCIADOS, um Presidente *ad hoc*, que, com o apoio da Diretoria Executiva, conduzirá o processo de exclusão, assegurando-se, sempre, o devido processo legal;

V – instalada a reunião extraordinária com a presença da maioria absoluta dos representantes dos CONSORCIADOS, o Presidente *ad hoc*, depois da sua escolha, realizará a leitura da denúncia com a devida documentação comprobatória, assim como abrirá vista do processo de exclusão;

VI – o Presidente *ad hoc* terá até 20 (vinte) dias corridos para concluir a fase de instrução do processo de destituição, promovendo todas as diligências probatórias necessárias para tanto;

VII – ultimada a fase de instrução do processo, o CONSORCIADO, que se pretende excluir, será citado para apresentar em, no máximo, 10 (dez) dias defesa escrita acompanhada das provas que lhe convierem, sendo-lhe, ainda, aberta vista do processo;

VIII – findo o prazo para apresentação da defesa, o Presidente *ad hoc* deverá emitir parecer final opinando pela destituição ou não do denunciado, submetendo-o ao Presidente, que convocará, nos termos deste ESTATUTO SOCIAL, nova reunião extraordinária para deliberar sobre o processo de exclusão;

IX - instalada a reunião extraordinária a que se refere o inc. VIII, desta CLÁUSULA com a presença da maioria absoluta dos representantes dos CONSORCIADOS, o Presidente *ad hoc* fará a leitura de todo o processo de exclusão e, a seguir, os representantes dos CONSORCIADOS que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 10 (dez) minutos cada um, e, ao final, o representante do CONSORCIADO, que se pretende excluir, terá o prazo máximo de 1 (uma) hora para produzir sua defesa oral;

X – terminada a fase das manifestações orais, inclusive da defesa oral se vier a se apresentada, proceder-se-á a tantas votações quantas forem as infrações apresentadas na denúncia;

XI - a votação a que se refere o inc. X, desta CLÁUSULA será nominal e aberta;

XII – considerar-se-á destituído o CONSORCIADO que for declarado, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, incurso em qualquer das infrações apresentadas na denúncia, lavrando-se em ata este resultado; e,

XIII – terminada a deliberação da Assembleia Geral, o Presidente pronunciará o resultado.

PARÁGRAFO ÚNICO. Da decisão que decretar a exclusão do CONSORCIADO caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo.

TÍTULO IX DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA (DA EXTINÇÃO). A extinção do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO do CONSÓRCIO XXX dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os Poderes Legislativos dos CONSORCIADOS.

§ 1º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os CONSORCIADOS responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 2º. Com a extinção do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, o pessoal cedido ao CONSÓRCIO XXX retornará aos seus órgãos de origem, enquanto os empregados públicos e os contratados por tempo determinado terão automaticamente rescindidos os seus contratos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA (DO RITO DA EXTINÇÃO). Observado o disposto na CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA, deste ESTATUTO SOCIAL, o CONSÓRCIO XXX será extinto por decisão de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, em reunião extraordinária convocada, pela Presidência, nos termos deste ESTATUTO SOCIAL, para este fim, em que esteja presentes a maioria absoluta dos Municípios consorciados.

§ 1º. Tanto a Presidência quanto o CONSORCIADO poderão apresentar requerimento, por escrito, solicitando a extinção do CONSÓRCIO XXX perante a Assembleia Geral.

§ 2º. A decisão a que se refere o caput, desta CLÁUSULA fica, porém, condicionada a ratificação perante os Poderes Legislativos dos CONSORCIADOS.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA (DA ALTERAÇÃO). A alteração do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO do CONSÓRCIO XXX observará, no que couber, ao mesmo rito da extinção previsto na CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA, deste ESTATUTO SOCIAL.

TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA (DA VIGÊNCIA). O presente ESTATUTO SOCIAL, aprovado pela Assembleia Geral, entrará em vigor na data da publicação no seu extrato no Diário Oficial dos CONSORCIADOS.

§ 1º. Como forma de garantir simultaneidade, determina-se que o extrato do ESTATUTO SOCIAL seja publicado até o dia XXX de XXX de 2012.

§ 2º. A íntegra do texto ESTATUTO SOCIAL poderá ser obtida no seguinte endereço eletrônico do CONSÓRCIO XXX: XXX.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA (DA MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS CONTROVÉRSIAS). As controvérsias, casos omissos e quaisquer questões oriundas deste ESTATUTO SOCIAL poderão ser resolvidos, pela via da mediação administrativa, perante a AGENERSA, nos termos do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA (DO FORO). Os CONSORCIADOS elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir eventuais controvérsias, casos omissos e quaisquer questões oriundas do presente ESTATUTO SOCIAL, que não puderem ser resolvidas pela via da mediação administrativa nos termos da CLÁUSULA SEXAGÉSIMA, deste ESTATUTO SOCIAL, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os CONSORCIADOS obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente ESTATUTO SOCIAL, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas por todos e testemunhas abaixo identificadas, para que produza os efeitos jurídicos legais e jurídicos, em Juízo e fora dele.

Rio de Janeiro, XX de XXX de 2013.

CARLOS MINC
Secretário de Estado do Ambiente

Prefeito XXX
Município de XXX

Prefeito XXX
Município de XXX

Prefeito XXX
Município de XXX

Prefeito XXX
Município de XXX

Prefeito XXX
Município de XXX

TESTEMUNHAS

Nome: XXX
RG: XXX
CPF: XXX

Nome: XXX
RG: XXX
CPF: XXX

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE PESSOAL

DIRETORIA EXECUTIVA							
CARGO	NATUREZA DO CARGO	NÍVEL	LOTAÇÃO	QUANT.	CARGA HORÁRIA	ATRIBUIÇÃO	SALÁRIO
Diretor Executivo	Função de Confiança	Superior	Diretoria Executiva	1	40h.	X	X
Vice-Diretor Executivo	Função de Confiança	Superior	Diretoria Executiva	1	40h.	X	X

DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS							
CARGO	NATUREZA DO CARGO	NÍVEL	LOTAÇÃO	QUANT.	CARGA HORÁRIA	ATRIBUIÇÃO	SALÁRIO
Advogado	Emprego Público	Superior	Departamento Jurídico	1	40h.	X	X
Engenheiro	Emprego Público	Superior	Departamento de Resíduos Sólidos	1	40h.	X	X
Contador	Emprego Público	Superior	Departamento Financeiro-Administrativo	1	40h.	X	X
Fiscal	Emprego Público	Superior	Departamento de Resíduos Sólidos	1	40h.	X	X
Contador	Emprego Público	Superior	Departamento de Controle Interno	1	40h.	X	X
Técnico em Engenharia	Emprego Público	Nível Médio	Departamento de Resíduos Sólidos	1	40h.	X	X
Técnico Administrativo	Emprego Público	Nível Médio	Departamento Financeiro-Administrativo	1	40h.	X	X
Técnico em Informática	Emprego Público	Nível Médio	Departamento Financeiro-Administrativo	1	40h.	X	X
Auxiliar de Serviços Gerais	Emprego Público	Nível Médio	Departamento Financeiro-Administrativo	1	40h.	X	X

ANEXO C

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO XXX/2013

Convênio de Cooperação que entre si celebram o Consórcio Público XXX e o Município XXX, com a interveniência do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), que autoriza o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos em ambiente de gestão associada.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO XXX**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. XXXXX, com sede na Rua XXXXX, doravante denominado de **CONSÓRCIO**, neste ato representado pelo Exm.º Sr.º Presidente XXX, (designar nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, residência e domicílio), segundo autorizado pela Assembleia Geral do CONSÓRCIO e no uso de suas atribuições legais, e o **MUNICÍPIO XXX**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. XXXXX, com sede na Rua XXXXX, denominado de **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Exm.º Sr.º Prefeito XXX, (designar nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, residência e domicílio), com a interveniência do com a interveniência do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto**, autarquia especial municipal criada pela Lei Municipal n.º XXX, de XXX de XXX de XXX, inscrita no CNPJ/MF sob nº. XXXXX, com sede na Rua XXXXX, doravante denominada de **SAAE**, neste ato representada pelo Exm.º Sr.º Presidente XXX, (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, residência e domicílio), e da **Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro**, autarquia especial criada pela Lei Estadual n.º 4.556, de 06 de junho de 2005, inscrita no CNPJ/MF sob nº. XXXXX, com sede na Rua XXXXX, doravante denominada de **AGENERSA**, neste ato representado pelo Exm.º Sr.º Conselheiro-Presidente XXX, (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, residência e domicílio), e

CONSIDERANDO:

(i) que a destinação final inadequada de resíduos sólidos tem gerado graves problemas ambientais como a poluição do solo, dos corpos hídricos e atmosférica, além de ter onerado a sociedade com a necessidade de recuperar essas áreas e outras impactadas;

(ii) que a adoção da via da cooperação federativa, a partir de critérios técnicos, operacionais, geográficos, logísticos, financeiros, econômico-sociais, ambientais, sanitários, de saúde, jurídico-institucionais e outros, assegura a atuação consensual das unidades da Federação em prol do aperfeiçoamento dos serviços públicos, especialmente de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, conferindo-se redução de custo com ganho de escala desses serviços;

(iii) que o art. 241, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988, cuja redação foi alterada pela Emenda Constitucional n.º19, de 04 de julho de 1998, autoriza que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promovam a gestão associada dos serviços públicos a ser concretizada por meio de consórcio público e de convênio de cooperação, inclusive com a transferência, total ou parcial, de encargos, de serviços administrativos, de pessoal e de bens essenciais à continuidade desses serviços públicos transferidos;

(iv) que a Lei Federal n.º. 11.107, de 06 de abril de 2005, e o seu Decreto Federal n.º6.017, de 17 de janeiro de 2007, que, ao integrarem a eficácia do artigo 241, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988, estabelecem normas gerais para instituir regime de gestão associada dos serviços públicos, por meio de consórcio público e de convênio de cooperação, entre os entes federativos, inclusive a transferência, total ou parcial, de encargos, de serviços administrativos, de pessoal e de bens essenciais à continuidade desses serviços públicos transferidos;

(v) que a Lei Federal n.º. 11.107, de 06 de abril de 2005, e o seu Decreto Federal n.º6.017, de 17 de janeiro de 2007, asseguram a formalização de contrato de programa para materializar o ambiente de gestão associada em prol da execução dos serviços públicos, inclusive a transferência, total ou parcial, de encargos, de serviços administrativos, de pessoal e de bens essenciais à continuidade desses serviços públicos transferidos;

(vi) que a Lei Federal n.º11.445, de 05 de janeiro de 2007, e o seu Decreto Federal n.º7.217, 21 de junho de 2010, ao disporem sobre diretrizes nacionais dos serviços de saneamento básico, estabelecem também normas sobre planejamento, regulação, fiscalização, prestação, controle social e remuneração dos serviços de saneamento básico, dentre eles, os de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, inclusive em ambiente de gestão associada pelo viés do convênio de cooperação;

(vii) que a Lei Federal n.º12.305, de 02 de agosto de 2010, e o seu Decreto Federal n.º7.404, de 23 de dezembro de 2010, trazem princípios, diretrizes, objetivos, instrumentos e regras nacionais sobre a gestão, seja integrada seja associada, e o gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive dos resíduos sólidos perigosos, o planejamento dos resíduos sólidos, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos pós uso, o sistema de logística reversa, os instrumentos econômicos necessários para fomentar e induzir medidas em prol do aperfeiçoamento dos serviços de resíduos sólidos, assim como o estabelecimento de proibições, dentre elas, a destinação final inadequada de resíduos sólidos em vazadouros a céu aberto, chamados de “lixões”, até agosto de 2014;

(viii) que a Lei Estadual n.º4.191, de 30 de setembro de 2003, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos sobre a gestão e o gerenciamento estadual de resíduos sólidos, inclusive o fomento à formalização de instrumentos concretizadores de

cooperação federativa, assim como normas sobre licenciamento ambiental, fiscalização, proibições e infrações, integração com a educação ambiental e, ainda, apoio técnico para estudos, projetos e programas voltados para o setor de resíduos sólidos;

(ix) que o Decreto Estadual n.º42.930, de 18 de abril de 2011, ao criar o Programa Estadual “Pacto pelo Saneamento”, na vertente do Subprograma Estadual “Lixão Zero”, tem, dentre outros objetivos, propiciar a erradicação dos lixões em território estadual até 2014, e a remediação dessas áreas até 2016, o que dar-se-á mediante o aprimoramento da gestão e do gerenciamento estadual de resíduos sólidos, especialmente com o fomento à formalização de instrumentos jurídicos materializados de cooperação federativa;

(x) que o Decreto Estadual de n.º43.153/2011, de 25 de agosto de 2011, prevê condições para que o Estado do Rio de Janeiro possa participar dos consórcios públicos destinados à gestão associada e integrada dos serviços de manejo de resíduos sólidos;

(xi) que a Lei Estadual n.º6.333, de 15 de outubro de 2012, autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Público de Gestão de Resíduos Sólidos da Baixada Fluminense, integrado pelos Municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti para, em regime de gestão associada, executar os serviços públicos de manejo resíduos sólidos;

(xii) que a Lei Estadual n.º6.334, de 15 de outubro de 2012, autoriza o Poder Executivo Estadual a participar dos seguintes consórcios: Lagos 1; Centro Sul 1; Sul Fluminense 2; Vale do Café; Noroeste; Serrana 1; Serrana 2 para todos, em regime de gestão associada, executar os serviços públicos de manejo resíduos sólidos;

(xiii) que a Lei Estadual n.º6.362, de 19 de dezembro de 2012, ao estabelecer normas sobre o gerenciamento estadual para a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos, traz o conceito de aterro sanitário regional como sendo aquele constituído em regime de gestão associada, seja pela via do consórcio público seja pelo viés do convênio de cooperação, e o submete à fiscalização, sempre que for necessário, no que se referir aos aspectos ambientais, do Instituto Estadual do Ambiente, doravante designada de INEA, e à regulação, a partir da data fixada pelo Chefe do Poder Executivo, da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico, doravante designada de AGENERSA, sendo que, neste último caso, deverá haver autorização do Município quando se tratar de aterro sanitário concedido;

(xiv) que o CONSÓRCIO, que já conta com a participação do Estado do Rio de Janeiro, está plenamente constituído com a devida formalização do seu CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e o registro do seu ESTATUTO SOCIAL no órgão oficial competente e, por conseguinte, apto para desempenhar todas as medidas necessárias para alcançar o seu objetivo primordial que é a gestão associada dos serviços de manejo de resíduos sólidos, dentre elas, a

formalização de instrumentos de cooperação federativa em prol dos Municípios consorciados para o cumprimento desse objetivo;

(xv) que a Assembleia Geral do CONSÓRCIO, por meio de seus legítimos representantes, aquiesceu, de forma consensual, com a celebração deste CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO com o MUNICÍPIO para autorizar o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços público de manejo de resíduos sólidos em ambiente de gestão associada;

(xvi) que o MUNICÍPIO instituiu o seu serviço autônomo de água e esgoto, doravante designado SAAE, que, por sua vez, constitui autarquia municipal dotada de competência para promover a prestação dos serviços de saneamento básico, dentre eles, os de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e já opera um complexo de tratamento de resíduos sólidos (CTR) que está apto para receber, tratar e dispor os resíduos sólidos de terceiros, inclusive dos Municípios consorciados do CONSÓRCIO;

(xvii) que o CONSÓRCIO, observado o disposto no seu CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, está apto a delegar, por meio de instrumento jurídico próprio, as atividades de regulação e de fiscalização para a AGENERSA, designando-a como entidade de regulação sobre a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, designado, simplesmente, de **CONVÊNIO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA

O presente CONVÊNIO e os eventuais termos aditivos serão regidos pela legislação arrolada a abaixo, sem prejuízo da aplicação das demais leis, decretos, regulamentos e atos normativos e regulatórios federais, estaduais e municipais aplicáveis:

I - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial o art.241;

II – Legislação federal, em especial:

- a) Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;
- b) Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;
- c) Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- d) Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- e) Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995;

- f) Lei Complementar n.º101, de 04 de maio de 2000;
- g) Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- h) Lei n.º11.079, de 30 de dezembro de 2004;
- i) Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007;
- j) Lei n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e seu Decreto n.º 7.217, de 21 de junho de 2010; e,
- l) Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, e seu Decreto n.º 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

III – Legislação estadual, em especial:

- a) Lei n.º 2.831, de 13 de novembro de 1997;
- b) Lei n.º 4.191, de 30 de setembro de 2003, e seu Decreto n.º 41.084, de 21 de dezembro de 2007;
- c) Lei n.º 4.556, de 06 de junho de 2005;
- d) Lei Estadual n.º5.068, de 10 de julho de 2007,
- e) Decreto n.º 42.930, de 18 de abril de 2011;
- f) Decreto n.º 43.153, de 25 de agosto de 2011; e,
- g) Lei n.º 6.333, de 15 de outubro de 2012.
- h) Lei n.º 6.334, de 15 de outubro de 2012.
- i) Lei n.º6.362, de 19 de dezembro de 2012

IV – demais legislações dos entes políticos consorciados do CONSÓRCIO e do MUNICÍPIO que forem aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

Para fins de interpretação do presente CONVÊNIO, adotam-se as definições enunciadas na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro, o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CONSÓRCIO e os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios consorciados e/ou do MUNICÍPIO, todos orientarão, observados os limites estabelecidos pela LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, especialmente quando envolverem os direitos e os deveres dos partícipes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Se, porventura, o CONSÓRCIO, os Municípios consorciados e/ou o MUNICÍPIO ainda não contarem com os seus respectivos planos, o ESTADO poderá ofertar apoio técnico e financeiro necessário para a realização desse planejamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O apoio técnico a que se refere o PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA poderá ocorrer de forma tal que todos os custos com os estudos técnicos sejam suportados pelo ESTADO, e consistirá inclusive na elaboração, de forma direta ou contratada, dos estudos técnicos que devem informar a proposta de plano, bem como no acompanhamento de audiência e consulta pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Sem prejuízo do disposto no PARÁGRAFO TERCEIRO, desta CLÁUSULA, o apoio do ESTADO às atividades de planejamento do CONSÓRCIO, dos Municípios consorciados e/ou do MUNICÍPIO poderá traduzir-se na elaboração de laudos de avaliação, pareceres, notas técnicas que esclareçam aspectos técnicos, econômicos, jurídicos dos serviços, inclusive no que se refere a sua regulação ou contratação, bem como a oferta de minutas de projetos de lei, contratos, acordos, convênios, regulamentos e outros.

CLÁUSULA QUINTA – DA REGULAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O CONSÓRCIO, por meio de instrumento jurídico próprio, autorizará a delegação das atividades de regulação e de fiscalização para a AGENERSA, designando-a como entidade de regulação sobre a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O CONSÓRCIO, o MUNICÍPIO e o SAAE deverão assegurar o controle social, notadamente mediante consulta e audiência públicas, nos casos estabelecidos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, sobre a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Sem prejuízo do disposto nesta CLÁUSULA, o CONSÓRCIO reserva-se a competência para fiscalizar os aspectos operacionais que comprometam os seus interesses regionais e/ou locais dos Municípios consorciados decorrentes da prestação inadequada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, comunicando-os, por conseguinte, à AGENERSA para que tome as providências cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O desempenho da atividade fiscalizatória sobre os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos pela entidade de regulação não impede que INESA, segundo os limites da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, realizem a necessária fiscalização em prol da preservação e da proteção do meio ambiente decorrente da prestação desses serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O CONSÓRCIO, com respaldo neste CONVÊNIO, poderá formalizar contrato de programa para contratar, mediante dispensa de licitação nos termos autorizados pelo art. 24, inc. XXVI, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, o SAAE para obter a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

PARÁGRAFO ÚNICO. O contrato de programa a que se refere esta CLÁUSULA deverá atender a sua modelagem jurídica prevista na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, sem prejuízo de observar o disposto no Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro, no Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CONSÓRCIO, no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios consorciados e/ou do MUNICÍPIO, assim como o instrumento jurídico que atribuir às atividades de regulação e de fiscalização para a AGENERSA e os atos regulatórios expedidos por essa agência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICIPES E DOS INTERVENIENTES

Para a consecução do OBJETO do presente CONVÊNIO, os partícipes e os intervenientes se obrigam, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, ao que segue:

I – o CONSÓRCIO:

a) cumprir e fazer cumprir a execução do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro, do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios consorciados e/ou do MUNICÍPIO;

b) delegar, por meio de instrumento jurídico próprio, as atividades de regulação e de fiscalização para a AGENERSA, designando-a como entidade de regulação da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA;

c) fiscalizar os aspectos operacionais que comprometam os seus interesses regionais e/ou locais dos Municípios consorciados decorrentes da prestação inadequada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, comunicando-os, por conseguinte, à AGENERSA para que tome as providências cabíveis;

d) cumprir, fazer cumprir e assegurar o controle social, especialmente mediante consulta e audiência públicas, nos casos estabelecidos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, sobre a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

e) orientar que os Municípios consorciados façam incluir em suas leis orçamentárias as dotações orçamentárias necessárias para fazer frente às despesas do CONSÓRCIO com a execução do contrato de programa a ser formalizado com o SAAE, observada a LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA;

f) orientar que os Municípios consorciados, depois de cumprido o disposto na ALÍNEA “F”, do INCISO I, desta CLÁUSULA, celebrem contrato de rateio com o CONSÓRCIO para lhe transferir os recursos públicos necessários para fazer frente à execução do contrato de programa ser formalizado com o SAAE, observada a LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA;

g) formalizar, nos termos autorizados pela CLÁUSULA SEXTA, deste CONVÊNIO, contrato de programa com o SAAE para obter a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, efetuando o pagamento da tarifa correspondente;

h) informar aos Municípios consorciados as despesas assumidas na execução dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos contempladas no contrato de programa, cujos recursos públicos correspondentes venham a ser entregues em virtude do contrato de rateio para o CONSÓRCIO, possibilitando, assim, a consolidação e a contabilização das contas públicas desses Municípios consorciados, na forma da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA; e,

i) realizar outras ações necessárias e indispensáveis em prol da consecução adequada do presente CONVÊNIO, nos termos estabelecidos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

II – o MUNICÍPIO:

a) cumprir e fazer cumprir o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro, o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CONSÓRCIO e os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios consorciados e/ou do MUNICÍPIO;

b) cumprir, fazer cumprir e assegurar o controle social, especialmente mediante consulta e audiência públicas, nos casos estabelecidos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, sobre a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos a serem executados, por meio do contrato de programa a ser firmado com o CONSÓRCIO, nos termos da CLÁUSULA SEXTA, deste CONVÊNIO, pelo SAAE;

c) enviaar esforço para que o SAAE, por meio do contrato de programa a ser firmado com o CONSÓRCIO, nos termos da CLÁUSULA SEXTA, deste

CONVÊNIO, promova a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos; e,

d) realizar outras ações necessárias e indispensáveis em prol da consecução adequada do presente CONVÊNIO, nos termos estabelecidos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

II – o SAAE:

a) cumprir e fazer cumprir o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro, o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CONSÓRCIO e os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios consorciados e/ou do MUNICÍPIO, na execução da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

b) submeter-se à regulação e à fiscalização da AGENERSA sobre a execução da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, observado o disposto no instrumento jurídico que delegou essas atividades para a agência e na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA;

c) submeter-se à fiscalização do CONSÓRCIO quando envolver aspectos operacionais que comprometam os interesses regionais do CONSÓRCIO e/ou locais dos Municípios consorciados decorrentes da prestação inadequada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

d) submeter-se à fiscalização do INEA, segundo os limites da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, quando a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos comprometer a preservação e a proteção do meio ambiente;

e) submeter-se ao controle social, especialmente mediante consulta e audiência públicas, nos casos estabelecidos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, incidente sobre a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

f) formalizar, nos termos autorizados pela CLÁUSULA SEXTA, deste CONVÊNIO, contrato de programa com o CONSÓRCIO para lhe ofertar os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos; e,

g) realizar outras ações necessárias e indispensáveis em prol da consecução adequada do presente CONVÊNIO, nos termos estabelecidos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

II – a AGENERSA:

a) cumprir e fazer cumprir o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro, o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CONSÓRCIO e os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios consorciados e/ou do MUNICÍPIO, na

regulação e na fiscalização sobre a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

b) promover, nos termos do instrumento jurídico firmado com o CONSÓRCIO, segundo os limites estabelecidos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, a regulação e à fiscalização sobre a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

c) expedir atos regulatórios para orientar, controlar e gerir sobre o viés técnico, operacional, econômico, jurídico e institucional a prestação adequada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos pelo SAAE; e,

d) realizar outras ações necessárias e indispensáveis em prol da consecução adequada do presente CONVÊNIO, nos termos estabelecidos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DO CONVÊNIO

Os partícipes e os intervenientes indicarão, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da assinatura do presente CONVÊNIO, um gestor devidamente habilitado, com poderes para adotar as providências necessárias para a consecução do objeto deste CONVÊNIO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Observado o disposto na CLÁUSULA NONA, deste CONVÊNIO todas as requisições, envio de documentos e comunicações referentes a este CONVÊNIO deverão se feitas, sempre, aos gestores a que se refere esta CLÁUSULA.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Eventuais alterações, modificações ou complementações que se fizerem necessárias, deverão ser propostas pelos gestores, cabendo sua aprovação pelos partícipes mediante assinatura de termos aditivos específicos.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Caso haja a substituição do gestor a que se refere esta CLÁUSULA de um partícipe, este deverá comunicar, imediatamente, ao outro, na forma da CLÁUSULA NONA, deste CONVÊNIO.

CLÁUSULA NONA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE OS PARTÍCIPIES E OS INTERVENIENTES

Todas as comunicações relativas ao presente CONVÊNIO somente serão efetivadas se entregues por intermédios de ofícios, na forma do PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA, endereçadas aos gestores indicados segundo a CLÁUSULA OITAVA, deste CONVÊNIO e dirigidas aos seguintes locais:

I – CONSÓRCIO, Gabinete do Presidente, situado em XXX;

II – MUNICÍPIO, Gabinete do Prefeito, situada em XXX;

II – SAAE, Gabinete do Presidente, situada em XXX;

II – AGENERSA, Gabinete do Conselheiro-Presidente, situada em XXX;

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A entrega de correspondência far-se-á, preferencialmente, por meio eletrônico ou, quando for o caso, por remessa eletrônica de ofícios digitalizados com assinatura digital, se for o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Qualquer mudança de endereço de um partícipe, este deverá comunicar, imediatamente, ao outro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente CONVÊNIO vigorará pelo prazo de até 20 (vinte) anos a contar da publicação a que se refere a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, deste CONVÊNIO, extinguindo-se após o efetivo cumprimento de todas as condições legais e cláusulas pactuadas nele.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O presente CONVÊNIO poderá ser prorrogado por um período de, no máximo, 05 (cinco) anos, devendo ser formalizado, pelos partícipes, mediante termo aditivo em até 12 (doze) meses, antes de findar o prazo de vigência original.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Sem prejuízo do disposto no PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA, a prorrogação deste CONVÊNIO fica condicionada à justificativa por escrito e autorização expressa e escrita das autoridades competentes do CONSÓRCIO e do MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A vigência e a prorrogação deste CONVÊNIO ficam condicionadas à ratificação legislativa pelos Poderes Legislativos do ESTADO, dos Municípios consorciados e do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE DO CONVÊNIO

Até 30 (trinta) dias úteis a contar da assinatura do presente CONVÊNIO, os partícipes deverão providenciar a sua publicação, mediante extrato, dos respectivos Diários Oficiais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA

O presente CONVÊNIO pode ser denunciado, parcial ou integralmente, a qualquer tempo, de forma amigável, por qualquer dos partícipes, se não convier mais a sua continuidade ou pela superveniência de norma legal que o torne inexecutável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A denúncia a que se refere esta CLÁUSULA deverá ser precedida de comunicação formal de um partícipe para o outro com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os termos da denúncia deverão definir as condições de continuidade das atividades de regulação, de fiscalização e de prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos de que trata este CONVÊNIO.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A denúncia a que se refere esta CLÁUSULA não afeta a vigência do contrato de programa a ser firmado entre o CONSÓRCIO e o SAAE, segundo autorizado nos termos da CLÁUSULA SEXTA, deste CONVÊNIO, para assegurar a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente CONVÊNIO pode ser rescindido pelo partícipe, se, porventura, o outro partícipe se tornar inadimplente ou vier a descumprir qualquer das CLÁUSULAS, aqui, estabelecidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Na hipótese de inadimplimento ou descumprimento das disposições do presente CONVÊNIO, o partícipe inadimplente será notificado para que, em 30 (trinta) dias, cumpra a contento com as suas obrigações, sob pena de rescisão deste CONVÊNIO, inclusive arcando com o ônus porventura existente dessa rescisão.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os termos da rescisão deverão definir as condições de continuidade das atividades de regulação, de fiscalização e de prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos de que trata este CONVÊNIO.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Não se considera como causa para rescisão do presente CONVÊNIO o descumprimento de quaisquer obrigações decorrentes de motivo de força maior, de caso fortuito ou de fato que, por qualquer motivo, não possa ser imputado, direta ou indiretamente, a qualquer dos partícipes.

PARÁGRAFO QUARTO. A rescisão a que se refere esta CLÁUSULA não afeta a vigência do contrato de programa a ser firmado entre o CONSÓRCIO e o SAAE, segundo autorizado nos termos da CLÁUSULA SEXTA, deste CONVÊNIO, para assegurar a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS CONTROVÉRSIAS

As controvérsias, casos omissos e quaisquer questões oriundas deste CONVÊNIO deverão ser resolvidas, pela via da mediação administrativa, perante a AGENERSA na forma da CLÁUSULA QUINTA, deste CONVÊNIO, observada a LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Os partícipes elegem o foro da Comarca de XXX para dirimir eventuais controvérsias, casos omissos e quaisquer questões oriundas do presente CONVÊNIO, que não puderem ser resolvidas pela via da mediação administrativa nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, deste CONVÊNIO, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente CONVÊNIO, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelos partícipes e 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, para que produza os efeitos jurídicos legais e jurídicos, em Juízo e fora dele.

Município de XXX, XXX de XXX de 2013.

Presidente
Consórcio Público XXX

Prefeito
Município de XXX

Presidente
Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)

Conselheiro Presidente
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico (AGENERSA)

Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF:

Nome:
RG:
CPF:

ANEXO D

MINUTA DE CONTRATO DE PROGRAMA

MINUTA DE CONTRATO DE PROGRAMA XXX/2013

Contrato de Programa XXX/2013, que, nos temos autorizado pelo Convênio de Cooperação n.º XXX/2013, celebram entre si o Consórcio Público XXX e o SAAE para a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, aqui especificados, em ambiente de gestão associada, para os fins que nele declaram.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO, denominado, simplesmente, de CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente _____ (indicar nome; estado civil, nacionalidade, naturalidade, profissão, número do RG e número do CPF), com sede à Rua _____ (indicar o endereço da sede), inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda sob o n.º _____ (indicar o número do CNPJ), doravante denominado, simplesmente, de CONTRATANTE; e,

CONTRATADO: Serviço Autônomo de Água e Esgoto, denominado, simplesmente, de SAAE, autarquia especial municipal criada pela Lei Municipal n.º XXX, de XXX de XXX de XXX, neste ato representado pelo seu Presidente _____ (indicar nome; estado civil, nacionalidade, naturalidade, profissão, número do RG e número do CPF do representante do contratado), com sede à Rua _____ (indicar o endereço do contratado), inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda sob o n.º _____ (indicar número do CNPJ do contratado), doravante denominado, simplesmente, de **CONTRATADO**,

CONSIDERANDO:

(i) que a destinação final inadequada de resíduos sólidos tem gerado graves problemas ambientais como a poluição do solo, dos corpos hídricos e atmosférica, além de ter onerado a sociedade com a necessidade de recuperar essas áreas e outras impactadas;

(ii) que a adoção da via da cooperação federativa, a partir de critérios técnicos, operacionais, geográficos, logísticos, financeiros, econômico-sociais, ambientais, sanitários, de saúde, jurídico-institucionais e outros, assegura a atuação consensual das unidades da Federação em prol do aperfeiçoamento dos serviços públicos, especialmente de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, conferindo-se redução de custo com ganho de escala desses serviços;

(iii) que o art. 241, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988, cuja redação foi alterada pela Emenda Constitucional n.º 19, de 04 de julho de 1998, autoriza que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promovam a

gestão associada dos serviços públicos a ser concretizada por meio de consórcio público e de convênio de cooperação, inclusive com a transferência, total ou parcial, de encargos, de serviços administrativos, de pessoal e de bens essenciais à continuidade desses serviços públicos transferidos;

(iv) que a Lei Federal nº. 11.107, de 06 de abril de 2005, e o seu Decreto Federal n.º6.017, de 17 de janeiro de 2007, que, ao integrarem a eficácia do artigo 241, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988, estabelecem normas gerais para instituir regime de gestão associada dos serviços públicos, por meio de consórcio público e de convênio de cooperação, entre os entes federativos, inclusive a transferência, total ou parcial, de encargos, de serviços administrativos, de pessoal e de bens essenciais à continuidade desses serviços públicos transferidos;

(v) que a Lei Federal nº. 11.107, de 06 de abril de 2005, e o seu Decreto Federal n.º6.017, de 17 de janeiro de 2007, asseguram a formalização de contrato de programa para materializar o ambiente de gestão associada em prol da execução dos serviços públicos, inclusive a transferência, total ou parcial, de encargos, de serviços administrativos, de pessoal e de bens essenciais à continuidade desses serviços públicos transferidos;

(vi) que a Lei Federal n.º11.445, de 05 de janeiro de 2007, e o seu Decreto Federal n.º7.217, 21 de junho de 2010, ao disporem sobre diretrizes nacionais dos serviços de saneamento básico, estabelecem também normas sobre planejamento, regulação, fiscalização, prestação, controle social e remuneração dos serviços de saneamento básico, dentre eles, os de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, inclusive em ambiente de gestão associada pelo viés do convênio de cooperação;

(vii) que a Lei Federal n.º12.305, de 02 de agosto de 2010, e o seu Decreto Federal n.º7.404, de 23 de dezembro de 2010, trazem princípios, diretrizes, objetivos, instrumentos e regras nacionais sobre a gestão, seja integrada seja associada, e o gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive dos resíduos sólidos perigosos, o planejamento dos resíduos sólidos, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos pós uso, o sistema de logística reversa, os instrumentos econômicos necessários para fomentar e induzir medidas em prol do aperfeiçoamento dos serviços de resíduos sólidos, assim como o estabelecimento de proibições, dentre elas, a destinação final inadequada de resíduos sólidos em vazadouros a céu aberto, chamados de “lixões”, até agosto de 2014;

(viii) que a Lei Estadual n.º4.191, de 30 de setembro de 2003, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos sobre a gestão e o gerenciamento estadual de resíduos sólidos, inclusive o fomento à formalização de instrumentos concretizadores de cooperação federativa, assim como normas sobre licenciamento ambiental, fiscalização, proibições e infrações, integração com a educação ambiental e,

ainda, apoio técnico para estudos, projetos e programas voltados para o setor de resíduos sólidos;

(ix) que o Decreto Estadual n.º42.930, de 18 de abril de 2011, ao criar o Programa Estadual “Pacto pelo Saneamento”, na vertente do Subprograma Estadual “Lixão Zero”, tem, dentre outros objetivos, propiciar a erradicação dos lixões em território estadual até 2014, e a remediação dessas áreas até 2016, o que dar-se-á mediante o aprimoramento da gestão e do gerenciamento estadual de resíduos sólidos, especialmente com o fomento à formalização de instrumentos jurídicos materializados de cooperação federativa;

(x) que o Decreto Estadual de n.º43.153/2011, de 25 de agosto de 2011, prevê condições para que o Estado do Rio de Janeiro possa participar dos consórcios públicos destinados à gestão associada e integrada dos serviços de manejo de resíduos sólidos;

(xi) que a Lei Estadual n.º6.333, de 15 de outubro de 2012, autoriza o Poder Executivo a participar do Consórcio Público de Gestão de Resíduos Sólidos da Baixada Fluminense, integrado pelos Municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti para, em regime de gestão associada, executar os serviços públicos de manejo resíduos sólidos;

(xii) que a Lei Estadual n.º6.334, de 15 de outubro de 2012, autoriza o Poder Executivo Estadual a participar dos seguintes consórcios: Lagos 1; Centro Sul 1; Sul Fluminense 2; Vale do Café; Noroeste; Serrana 1; Serrana 2 para todos, em regime de gestão associada, executar os serviços públicos de manejo resíduos sólidos;

(xiii) que a Lei Estadual n.º6.362, de 19 de dezembro de 2012, ao estabelecer normas sobre o gerenciamento estadual para a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos, traz o conceito de aterro sanitário regional como sendo aquele constituído em regime de gestão associada, seja pela via do consórcio público seja pelo viés do convênio de cooperação, e o submete à fiscalização, sempre que for necessário, no que se referir aos aspectos ambientais, do Instituto Estadual do Ambiente, doravante designada de INEA, e à regulação, a partir da data fixada pelo Chefe do Poder Executivo, da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico, doravante designada de AGENERSA, sendo que, neste último caso, deverá haver autorização do Município quando se tratar de aterro sanitário concedido;

(xiv) que o CONSÓRCIO, que já conta com a participação do Estado do Rio de Janeiro, está plenamente constituído com a devida formalização do seu CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO e o registro do seu ESTATUTO SOCIAL no órgão oficial competente e, por conseguinte, apto para desempenhar todas as medidas necessárias para alcançar o seu objetivo primordial que é a gestão associada dos serviços de manejo de resíduos sólidos, dentre elas, a

formalização de instrumentos de cooperação federativa em prol dos Municípios consorciados para o cumprimento desse objetivo;

(xv) que a Assembleia Geral do CONSÓRCIO, por meio de seus legítimos representantes, aquiesceu, de forma consensual, com celebração do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO n.º XXX/2013 formalizado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO XXX**, doravante denominado de **CONSÓRCIO**, e o **MUNICÍPIO XXX**, denominado de **MUNICÍPIO**, que autoriza o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos em ambiente de gestão associada;

(xvi) que a CLÁUSULA SEXTA, do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO n.º XXX/2013 a que se refere o item XV, desta CONSIDERANDA autoriza o CONSÓRCIO a formalizar CONTRATO DE PROGRAMA para contratar, mediante dispensa de licitação nos termos autorizados pelo art. 24, inc. XXVI, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, o SAAE, para obter a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos especificados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

(xvii) que o MUNICÍPIO instituiu o seu serviço autônomo de água e esgoto, doravante designado SAAE, que, por sua vez, constitui autarquia municipal dotada de competência para promover a prestação dos serviços de saneamento básico, dentre eles, os de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e já opera um complexo de tratamento de resíduos sólidos (CTR) que está apto para receber, tratar e dispor os resíduos sólidos de terceiros, inclusive dos Municípios consorciados do CONSÓRCIO;

(xviii) que o CONSÓRCIO, observado o disposto no seu CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, está apto a delegar, por meio de instrumento jurídico próprio, as atividades de regulação e de fiscalização para a AGENERSA, designando-a como entidade de regulação sobre a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

Têm entre si, justo e contratado, o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, designado, simplesmente, de CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente CONTRATO e os eventuais termos aditivos serão regidos pela legislação arrolada a abaixo, sem prejuízo da aplicação das demais leis, regulamentos e atos normativos e regulatórios federais, estaduais e municipais aplicáveis:

I - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), em especial o art. 175 e seu parágrafo único;

II – Legislação federal, em especial:

- a) Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;
- b) Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- c) Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;
- d) Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- e) Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- f) Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995;
- g) Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000;
- h) Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- i) Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
- j) Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;
- l) Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007;
- m) Lei n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e seu Decreto n.º 7.217, de 21 de junho de 2010; e
- n) Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, e seu Decreto n.º 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

III – Legislação estadual, em especial:

- a) Lei n.º 2.831, de 13 de novembro de 1997;
- b) Lei n.º 4.191, de 30 de setembro de 2003, e seu Decreto n.º 41.084, de 21 de dezembro de 2007;
- c) Lei n.º 4.556, de 06 de junho de 2005;
- d) Lei Estadual n.º 5.068, de 10 de julho de 2007,
- e) Decreto n.º 42.930, de 18 de abril de 2010;
- f) Decreto n.º 43.153, de 25 de agosto de 2011;
- g) Lei Estadual n.º 6.334, de 15 de outubro de 2012; e

h) Lei Estadual n.º 6362, de 19 de dezembro de 2012.

III – Contrato de Consórcio Público, de Rateio e de Programa, todos do CONSÓRCIO e demais atos normativos que vierem a ser expedidos pela sua Assembleia Geral a respeito deste CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O presente CONTRATO deverá atender, ainda, ao disposto:

I – nos princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos dos seguintes planos:

a) Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro;

b) Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do CONSÓRCIO; e,

c) Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios consorciados e/ou do Município XXX;

II – no CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO n.º XXX/2013;

III – no convênio de cooperação que delega à AGENERSA as atividades de regulação e de fiscalização sobre os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO; e,

IV – nos atos regulatórios expedidos pela AGENERSA.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O presente CONTRATO é celebrado com dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inc. XXVI, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, observados os procedimentos previstos no art. 26, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Sem prejuízo do disposto na CLÁUSULA PRIMEIRA, os documentos abaixo arrolados integram o presente CONTRATO, no que não colidir com suas disposições:

I – estudo de viabilidade técnica e financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO (ANEXO 1);

II – projeto básico e especificações técnicas pertinentes ao centro de tratamento e de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, doravante denominado de CTDR, situado no Município XXX (ANEXO 2);

III - índice de qualidade de destinação final de resíduos sólidos, designado, simplesmente, de IQDF (ANEXO 3);

IV – Licenças Ambientais, Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e demais estudos e exigências complementares pertinentes aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO CONTRATO

Em caso de divergência na interpretação e na aplicação entre as normas previstas na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, nos instrumentos técnicos e econômico-financeiros, nas licenças e nos estudos ambientais, nos instrumentos de consolidação da gestão associada, nos instrumentos regulatórios e neste CONTRATO, prevalecerá o seguinte:

I – em primeiro lugar, as normas da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA;

II – em segundo lugar, as diretrizes técnicas e econômico-financeiras decorrentes do estudo de viabilidade técnica e financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO (ANEXO 1);

III – em terceiro lugar, as diretrizes técnicas contidas no projeto básico e especificações técnicas da CTDR (ANEXO 2);

IV – em quarto lugar, as diretrizes técnicas estabelecidas no IQDF (ANEXO 3);

V – em quinto lugar, as diretrizes técnicas contidas nas Licenças Ambientais, no Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e nos demais estudos e exigências complementares pertinentes aos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO;

II – em sexto lugar, as diretrizes de gestão associada relativas ao planejamento, à regulação, à fiscalização e à prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos previstas no CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO n.º XXX/2013;

III – em sétimo lugar, as diretrizes de regulação e de fiscalização decorrentes do convênio de cooperação que delega à AGENERSA as atividades de regulação e

de fiscalização sobre os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO;

IV – em oitavo lugar, as diretrizes de regulação decorrentes nos atos regulatórios expedidos pela AGENERSA; e,

V – em nono lugar, as normas deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEFINIÇÕES

Para fins de interpretação do presente CONTRATO, adotam-se as definições estabelecidos na CLÁUSULA SEGUNDA, do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO N.º XXX/2013.

CLÁUSULA QUINTA – DO OBJETO

O objeto deste CONTRATO é a prestação, com exclusividade, dos seguintes serviços públicos de manejo de resíduos sólidos gerados nos Municípios consorciados, observado o disposto no ANEXO 1 (estudo de viabilidade técnica e financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO), no ANEXO 2 (projeto básico e especificações técnicas pertinente ao CTDR) e no ANEXO 3 (IQDF):

I - tratamento e da destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos e, se for o caso, da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos correspondentes;

II - tratamento e da destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos de serviços de saúde; e,

III - destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos de construção civil.

CLÁUSULA SEXTA – DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO compreenderá as áreas urbanas e as áreas rurais contíguas às zonas urbanas dos territórios dos Municípios consorciados, integrantes do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO. Sem prejuízo do disposto nesta CLÁUSULA, as PARTES, de forma consensual, segundo vier a ser definido em termo aditivo, após a oitava

conclusiva da AGENERSA, poderão ampliar a área de prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos objeto deste CONTRATO para contemplar os aglomerados urbanos da área rural.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DO CONTRATO

O presente CONTRATO terá prazo de duração de 20 (vinte) anos contados a partir da autorização de início da execução dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO a ser expedida em até 10 (dez) dias a contar da assinatura deste CONTRATO, observado o disposto no parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

PARÁGRAFO ÚNICO. O prazo para início dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO será de até 15 (quinze) dias contados do efetivo recebimento da autorização de início desses serviços pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO

O prazo do CONTRATO previsto na CLÁUSULA SEXTA, deste CONTRATO poderá ser prorrogado por um período de, no máximo, 5 (cinco) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A prorrogação a que se refere esta CLÁUSULA deverá ser formalizada mediante termo aditivo, em até 12 (doze) meses antes de findar o prazo de vigência original deste CONTRATO, assim como ser precedida de justificativa técnica e autorização expressa e escrita da autoridade competente do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O CONTRATANTE, observado o disposto no PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA, após a oitiva conclusiva da AGENERSA, poderá promover, *de per si*, a prorrogação deste CONTRATO, ofertando publicidade na imprensa oficial e outros meios para conferir ampla publicidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O CONTRATADO poderá solicitar ao CONTRATANTE a prorrogação do prazo deste CONTRATO, observado o seguinte rito:

I – o CONTRATADO deverá apresentar requerimento devidamente motivado sobre o seu pleito da prorrogação contratual, até 12 (doze) meses antes do término do prazo de vigência original deste CONTRATO, acompanhado de todos os documentos de exigíveis na forma da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA;

II – o CONTRATANTE, após a oitiva conclusiva da AGENERSA, deverá manifestar-se sobre o requerimento de prorrogação até o 6º (sexto) mês antes do término do prazo de vigência original deste CONTRATO, devendo analisar o pedido de prorrogação com respaldo nas informações, nos dados, nos documentos e demais materiais ofertados, sem prejuízo de aferir, ainda, os subsídios obtidos *in loco* pelos fiscais do CONTRATANTE e/ou da AGENERSA;

III – o CONTRATANTE, decorrido o prazo previsto no INCISO II, do PARÁGRAFO TERCEIRO, desta CLÁUSULA, decidirá, observado o disposto no PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA, após a oitiva conclusiva da AGENERSA, sobre a prorrogação do prazo deste CONTRATO, sem prejuízo de ofertar publicidade na imprensa oficial e outros meios para conferir ampla publicidade.

PARÁGRAFO QUARTO. A prorrogação deste CONTRATO, seja realizada de ofício pelo CONTRATANTE seja feita a partir do requerimento do CONTRATADO deverá levar sempre em consideração o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO e os aspectos técnico-operacionais, que assegurem a manutenção da prestação adequada dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – DO MODO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos seguirá o regime de EXECUÇÃO INDIRETA mediante EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

PARÁGRAFO ÚNICO. A prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos observará as especificações técnicas contidas:

I – no estudo de viabilidade técnica e financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO (ANEXO 1);

II – no projeto básico e especificações técnicas pertinente ao CTDR (ANEXO 2);

III – no IQDF (ANEXO 3);

IV – nas Licenças Ambientais, no Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e nos demais estudos e exigências complementares pertinentes aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO serão prestados de forma exclusiva pelo CONTRATADO não podendo o CONTRATANTE contratar outra pessoa para a prestação de quaisquer desses serviços, durante a vigência do presente CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATADO durante todo o prazo de vigência do presente CONTRATO, incluso período de prorrogação contratual, se for o caso, deverá prestar os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, de maneira adequada, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Para os efeitos deste CONTRATO e sem prejuízo do disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO serão considerados adequados quando cumprirem as exigências de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade da tarifa .

PARÁGRAFO SEGUNDO. Para fins de atendimento do disposto no PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA, entende-se como:

I – regularidade: prestação dos serviços nas condições estabelecidas no que segue:

- a) na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA;
- b) no estudo de viabilidade técnica e financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO (ANEXO 1);
- c) no projeto básico e especificações técnicas do CTDR (ANEXO 2);
- d) no IQDF (ANEXO 3);
- e) nas Licenças Ambientais, no Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e nos demais estudos e exigências complementares pertinentes aos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO;
- f) no CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO n.º XXX/2013;

g) no convênio de cooperação que delega à AGENERSA as atividades de regulação e de fiscalização sobre os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos objeto deste CONTRATO;

h) nos atos regulatórios expedidos pela AGENERSA;

i) nas normas deste CONTRATO.

II – continuidade: manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços e de sua oferta, observado o disposto nos PARÁGRAFOS TERCEIRO até QUINTO, desta CLÁUSULA;

III – eficiência: pressupõe realizar, segundo o disposto nas regras técnicas, nas econômico-financeiras, nas regulatórias e demais regras legais previstas na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, a prestação dos serviços, inclusive operação dos veículos, máquinas e equipamentos, em nível proporcional e necessário ao atendimento do CONTRATANTE, na condição de usuário direto, sem comprometimento do equilíbrio econômico financeiro deste CONTRATO;

IV – segurança: será alcançada quando forem implementadas as seguintes regras, sem prejuízo de outras estabelecidas na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:

a) adoção e manutenção de normas legais e técnicas de segurança que minimizem os riscos decorrentes da prestação dos serviços, sem acarretar qualquer gravame à saúde da população, ao meio ambiente e aos recursos hídricos, assim como ao CONTRATANTE, na condição de usuário direto;

b) responsabilização, pelo CONTRATADO, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, pelas consequências decorrentes de sinistros ocasionados por veículos, máquinas e equipamentos afetados aos serviços;

c) adequação dos veículos, máquinas e equipamentos afetados aos serviços às normas legais e técnicas aplicáveis a respeito do controle da saúde, da vigilância sanitária, da preservação ambiental e dos recursos hídricos, sob pena de substituição imediata desses veículos, máquinas e equipamentos;

d) utilização, pelos empregados do CONTRATADO responsáveis pela operação dos veículos, máquinas e/ou equipamentos afetados aos serviços, de uniformes e equipamentos de proteção individual.

V – atualidade: emprego contínuo de técnicas e de tecnologias modernas na prestação dos serviços com vistas ao atendimento do CONTRATANTE, na qualidade de usuário direto, sem elevação dos custos iniciais propostos;

VI – generalidade: pressupõe o atendimento, de forma ampla e plena, do CONTRATANTE, na qualidade de usuário direto, sem qualquer tipo de restrição, de condicionante e/ou de discriminação na obtenção dos serviços.

VII – cortesia: dar-se-á mediante o atendimento, pelo CONTRATADO e por qualquer dos seus empregados, de forma atenciosa, educada e cuidadosa, do CONTRATANTE, na condição de usuário direto.

VIII – modicidade da tarifa: a justa correlação entre os encargos decorrentes da prestação dos serviços, a tarifa recebida pelo CONTRATADO, inclusa a revisão e o reajuste, e o pagamento dessa tarifa paga pelo CONTRATANTE, na condição de usuário direto.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os serviços de manejo de resíduos sólidos objeto deste CONTRATO somente poderão ser interrompidos nos seguintes casos:

I – situação de emergência que atinja a segurança de pessoas e bens;

II – necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos veículos, máquinas ou equipamentos afetados aos serviços, sendo necessária prévia autorização do CONTRATANTE e da AGENERSA;

III – caso fortuito, decorrente de força da natureza, que, por sua imprevisibilidade e/ou inevitabilidade, gere obstáculo intransponível para a consecução dos serviços; e,

IV - força maior decorrente de evento humano, que, por sua imprevisibilidade e/ou inevitabilidade, gere obstáculo intransponível para a consecução dos serviços;

PARÁGRAFO QUARTO. O CONTRATADO poderá reduzir a prestação dos serviços a níveis mínimos aceitáveis, nos termos estabelecidos do convênio de cooperação que delega as atividades de regulação e de fiscalização para a AGENERSA, em razão do inadimplemento do CONTRATANTE, na condição de usuário direto, pelo pagamento da tarifa, desde que este último, o CONTRANTE, na condição de usuário direto, tenha sido prévia e formalmente notificado em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data prevista para a redução.

PARÁGRAFO QUINTO. Sem prejuízo do disposto no PARÁGRAFO QUARTO, desta CLÁUSULA, o CONTRATADO deverá assegurar, ao menos, a prestação da destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos e, se for o caso, da disposição final ambiental adequada dos rejeitos correspondentes.

PARÁGRAFO SEXTO. Encarta-se na cortesia a implementação e a manutenção de instrumentos, formas e procedimentos, físicos ou eletrônicos, de atendimento ao CONTRATANTE, na qualidade de usuário direto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

A aferição da qualidade da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO será realizada pela AGENERSA a partir do resultado do alcance da pontuação necessária do IQDF, segundo especificado no ANEXO 3, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O CONTRATADO deverá elaborar e apresentar, anualmente, até 30 de março do ano subsequente ao do exercício financeiro a que se referir, para a AGENERSA um relatório de desempenho com o resultado do alcance da pontuação necessária do IQDF, que deverá contemplar todos os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O resultado com o atendimento ou não do alcance da pontuação necessária do IQDF será objeto de divulgação pela rede mundial de computadores.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O desatendimento, pelo CONTRATADO da pontuação necessária para alcançar o IQDF poderá importar na aplicação das sanções previstas nas CLÁUSULAS QUADRAGÉSIMA TERCEIRA até QUADRAGÉSIMA OITAVA, deste CONTRATO, sendo-lhe assegurado o contraditório e a ampla defesa, que decorrem do princípio do devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor deste CONTRATADO compreende o valor global total de R\$ XXX para custear a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO ÚNICO. O valor global total previsto nesta CLÁUSULA tem como base de cálculo a multiplicação do valor global mensal de R\$ XXX pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, nos termos que seguem:

ITENS	SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$/Mês)
1	Tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos com disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos	Tonelada	XXX	XXX	XXX
2	Tratamento e da destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos de serviços de saúde	Tonelada	XXX	XXX	XXX
3	Destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos de	Tonelada	XXX	XXX	XXX

	construção civil				
VALOR GLOBAL MENSAL					XXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME TARIFÁRIO

A tarifa, que irá remunerar o CONTRATADO pela prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, será àquela relativa ao valor global mensal especificada na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, deste CONTRATO, entrando em vigor a partir da autorização de início da execução desses serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor da tarifa será preservado por regras de reajuste e/ou de revisão, a fim de assegurar, durante o período da vigência deste CONTRATO, o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, observando-se o disposto na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e nas CLÁUSULAS DÉCIMA SÉTIMA até VIGÉSIMA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O disposto nesta CLÁUSULA não impede o CONTRATADO de auferir receitas acessórias decorrentes da exploração de serviços acessórios correspondentes, nos termos da CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O CONTRATADO efetuará, a cada 30 (trinta) dias, a apresentação para o CONTRATANTE, na qualidade de usuário direto, e para a AGENERSA de fatura para pagamento da tarifa pela prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, segundo especificado no sistema de medição dos serviços, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O prazo para pagamento da fatura é de até 30 (trinta) dias a contar da data final do período de prestação mensal dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos, sendo atestado, devidamente, pela fiscalização do CONTRATANTE, e comunicada, formalmente, para a AGENERSA.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Caso seja necessário reapresentar qualquer fatura por culpa do CONTRATADO, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando-se a contagem por ocasião do ingresso da nova fatura isenta de erros.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O pagamento da fatura será efetuado, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo banco, número da conta e agência deverão ser informados pelo CONTRATADO até a data da assinatura deste CONTRATO.

PARÁGRAFO QUARTO. A fatura, acompanhada do boletim de medição devidamente aprovado pelo fiscal do CONTRATANTE, deverá ser protocolada na sede do CONSÓRCIO, situada à Rua _____, Centro, no Município de XXX, no Estado do Rio de Janeiro, no horário de _____, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

PARÁGRAFO QUINTO. Sem prejuízo do disposto no PARÁGRAFO QUARTO, desta CLÁUSULA, o CONTRATADO também anexará à fatura a relação das receitas acessórias decorrente da exploração dos serviços acessórios.

PARÁGRAFO SEXTO. A liberação do pagamento da fatura fica condicionada à apresentação, pelo CONTRATADO, dos seguintes documentos, dentro do prazo de validade quando for o caso:

I – comprovante de recolhimento mensal de contribuição previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

II – comprovante de recolhimento mensal de contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

PARÁGRAFO SÉTIMO. O pagamento da fatura realizado, eventualmente, com atraso, desde que não decorra de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerá a incidência do que segue:

I – atualização financeira para recompor a perda inflacionária pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – Especial (IPCA-E), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo; e,

II – juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculados “*pro rata die*”.

PARÁGRAFO OITAVO. O pagamento da fatura feito em prazo inferior ao estabelecido no §1º, desta CLÁUSULA será feito mediante desconto de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês “*pro rata die*”.

PARÁGRAFO NONO. O pagamento da fatura não importará em isenção da responsabilidade do CONTRATADO por acertos e correções que forem necessários na prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MEDIÇÃO

O CONTRATANTE, por intermédio de sua fiscalização, realizará, em cada período base, a partir do último dia do mês da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste

CONTRATO, a medição desses serviços com vistas ao pagamento da tarifa devida para o CONTRATADO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Entende-se, como período base para fins da medição dos serviços, o mês civil.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Sem prejuízo do disposto no PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA, o período base poderá constituir-se em fração de mês para fins de acerto no cálculo da medição dos serviços, no início e no final deste CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O CONTRATANTE poderá determinar, de forma motivada, que o CONTRATADO faça medições intermediárias dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO. Para a obtenção da tarifa para pagamento dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO efetivamente prestados a partir da medição desses serviços, observar-se-á o seguinte procedimento:

I – serão somadas, ao longo do período base de medição, as quantidades dos resíduos sólidos urbanos, de serviços de saúde e de construção civil que vierem a ser tratados, quando for o caso, e levados à destinação final com a disposição final correspondente no CTDR, e registrados no sistema de pesagem correspondente;

II – às quantidades de resíduos sólidos registrados serão aplicados os respectivos preços unitários constantes na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, deste CONTRATO, obtendo-se assim os valores devidos, cuja soma resultará no valor global mensal a ser pago pelo CONTRATANTE, na qualidade de usuário direto;

PARÁGRAFO QUINTO. O CONTRATADO deverá apresentar o boletim de medição, segundo modelo fornecido pelo CONTRATANTE, e aprovado pela AGENERSA, com vistas à sua avaliação e posterior aprovação, ou não, pelo CONTRATANTE, para pagamento dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO efetivamente prestados.

PARÁGRAFO SEXTO. O boletim de medição a que se refere o PARÁGRAFO QUINTO, desta CLÁUSULA será acompanhado de memória de cálculo detalhada, que, além de ser aprovada pelo fiscal do CONTRATANTE, deverá conter os registros diários do sistema de pesagem.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O CONTRATO terá o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do boletim de medição para avaliar e, por conseguinte, aprovar ou não o pagamento dos serviços de manejo de resíduos sólidos.

PARÁGRAFO OITAVO. Caso haja divergência na medição dos serviços, fica facultado ao CONTRATADO autorizar o pagamento da parte incontroversa,

enquanto o valor restante poderá ser incluído no pagamento seguinte, após os esclarecimentos da divergência porventura existente.

PARÁGRAFO NONO. Se o CONTRATADO, depois de receber a devida notificação formal, não atender, de forma imediata, às determinações do CONTRATANTE e da AGENERSA para promover correções na prestação dos serviços, o valor do pagamento decorrente da medição dos serviços será retido, até que haja o atendimento dessas determinações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DO REAJUSTE

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura deste CONTRATO, o valor da tarifa será objeto de reajuste com periodicidade anual, sempre na mesma data base, tendo como referência para recompor a sua perda inflacionária a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplicado – Especial (IPCA-E), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Para fins do disposto nesta CLÁUSULA, entende-se como data base:

I - data de assinatura deste CONTRATO, que será considerada como data inicial para fins do primeiro reajuste; e,

II – data do término do primeiro período de 12 meses que vigeu o primeiro reajuste autorizado para fins dos reajustes subsequentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Quando ocorrer o advento da data base, a AGENERSA determinará e aplicará, de plano, a realização do reajuste da tarifa, nos termos desta CLÁUSULA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REVISÃO

A AGENERSA avaliará e, quando procedente, autorizará a realização da revisão do valor da tarifa dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e nas CLÁUSULAS DÉCIMA NONA e VIGÉSIMA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor da tarifa será revisto ordinariamente, a cada 5 (cinco) anos a contar da assinatura do CONTRATO, e extraordinariamente, em virtude de eventos específicos, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e das CLÁUSULAS DÉCIMA NONA e VIGÉSIMA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Sempre que houver revisão do valor da tarifa e sem prejuízo do disposto nas CLÁUSULAS DÉCIMA NONA e VIGÉSIMA, deste CONTRATO, a AGENERSA, o CONTRATANTE e o CONTRATADO poderão realizar, formal e consensualmente, de maneira alternativa ao aumento ou a diminuição do valor da tarifa, as seguintes medidas que tenha por objetivo a recomposição do equilíbrio financeiro do CONTRATO:

I – suprimir ou aumentar os encargos para o CONTRATADO, observados os limites estabelecidos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA;

II – ampliar a margem das receitas acessórias decorrentes dos serviços acessórios explorados pelo CONTRATADO, observado, sempre, o tempo de vida útil do aterro sanitário do CTDR; e,

III – promover, de comum acordo com o CONTRATADO, a prorrogação do prazo deste CONTRATO, observado o disposto na CLÁUSULA SÉTIMA, deste CONTRATO.

IV – realizar outras ações, atividades, programas e/ou projetos que visem assegurar o equilíbrio financeiro do CONTRATO, desde que sejam admitidas pela LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As receitas acessórias decorrentes dos serviços acessórios da exploração, pelo CONTRATADO, do potencial econômico da massa de resíduos sólidos serão levadas em consideração na avaliação e, por conseguinte, na autorização dada pela AGENERSA para a revisão da tarifa, seja para mais seja para menos o valor decorrente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA REVISÃO ORDINÁRIA

A AGENERSA avaliará e, quando procedente, autorizará a revisão do valor da tarifa ordinariamente, a cada 5 (cinco) anos a contar da data da assinatura do CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A revisão ordinária tem por objetivo a distribuição de ganhos de produtividade com os usuários diretos e a reavaliação das condições do mercado, que também será o momento de ajustes que captem possíveis distorções, para mais ou para menos, nos custos dos serviços, nos insumos em geral e na remuneração do CONTRATADO, que sejam decorrentes de perdas justificáveis ou empregos de novas tecnológicas na exploração dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O processo de avaliação e, por conseguinte, de autorização ou não da realização da revisão ordinária do valor da tarifa deverá observar o seguinte rito:

I – o CONTRATADO, em até 180 (cento e oitenta) dias antes da verificação do término do período de cada 5 (cinco) anos a contar da data da assinatura do CONTRATO, apresentará à AGENERSA requerimento com pedido de revisão do valor da tarifa acompanhado de todos os dados, informações, documentos e demais materiais necessários, que demonstrem, de forma inequívoca, a ausência de equilíbrio-econômico financeiro do CONTRATO com repercussão sobre os principais componentes de custos e seus reflexos sobre as receitas;

II – a AGERNERSA, ao receber o requerimento com o pedido de revisão do valor da tarifa do CONTRATADO, terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de protocolização do requerimento para se pronunciar a respeito;

III – a AGENERSA, ao realizar a avaliação da revisão do valor da tarifa, poderá valer-se de dados, informações, documentos e demais materiais acervados, assim como solicitar informações complementares ao CONTRATADO e/ou realizar diligências para formar a sua convicção;

IV – findo o prazo a que se refere o inc. II, do PARÁGRAFO SEGUNDO, desta CLÁUSULA, a AGERNERSA deverá decidir, de forma motivada, sobre a procedência ou não do pedido de revisão da tarifa, propondo, em caso de procedência desse pedido, a alteração do valor da tarifa de forma que assegure o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;

V – a AGENERSA, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da decisão sobre o pedido da revisão da tarifa, deverá publicá-la na imprensa oficial e outros meios para conferir ampla publicidade;

VI - em caso procedência do pedido de revisão da tarifa deferida pela AGENERSA, o CONTRATO deverá ser objeto de Termo Aditivo específico, cujo extrato deverá ser, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da publicação dessa decisão, objeto de publicidade na imprensa oficial e outros meios para conferir ampla publicidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Quando a AGERNERSA solicitar informações complementares ao CONTRATADO e/ou realizar diligências para formar a sua convicção sobre a revisão do valor da tarifa, o prazo a que se refere o inc. II, do PARÁGRAFO SEGUNDO, desta CLÁUSULA será suspenso, voltando a fluir, sem solução de descontinuidade, a partir da apresentação das informações e/ou do cumprimento das diligências.

PARÁGRAFO QUARTO. A alteração do valor da tarifa decorrente da procedência do pedido de revisão do valor da tarifa a que se refere o inc. IV, do PARÁGRAFO SEGUNDO, desta CLÁUSULA se pautará em critérios técnicos, financeiros, econômicos e jurídicos previamente definidos pela AGENERSA, após a oitiva do CONTRATANTE e do CONTRATADO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– DA REVISÃO EXTRAORDINÁRIA

A AGENERSA avaliará e, quando procedente, autorizará a revisão extraordinária do valor da tarifa, a qualquer tempo, quando se verificarem os seguintes eventos:

I - sempre que for imposta pelo CONTRATANTE modificação unilateral do CONTRATO, que importe variação dos seus custos ou das receitas, tanto para mais quanto para menos;

II - excetuado o imposto de renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais ou sobrevenham novas disposições legais, após a data da assinatura deste CONTRATO, desde que acarretem repercussão nos custos do CONTRATADO, tanto para mais quanto para menos, bem como seu impacto sobre as condições financeiras do CONTRATO;

III - sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de fato do príncipe ou ato da Administração Pública, resultem, comprovadamente, em variações dos custos do CONTRATADO, incluindo determinações de autoridades ambientais que impactam no equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;

IV - sempre que houver alteração legislativa de caráter específico que produza impacto direto sobre o valor da tarifa, tais como as que concedam isenção, redução, desconto ou qualquer outro privilégio tributário ou tarifário;

V - sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de caso fortuito, de força maior e de interferência imprevista na prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO que não seja atribuível ao CONTRATADO, acarretem alteração do custo desses serviços;

VI - nos demais casos previstos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A revisão extraordinária do valor da tarifa, com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, solicitada com base em um determinado evento arrolado nos incisos, desta CLÁUSULA, não poderá ser novamente invocada para fim de ulteriores revisões com base no mesmo evento.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O processo de avaliação e, por conseguinte, de autorização ou não da realização da revisão extraordinária do valor da tarifa observará, no que couber, o rito do processo de revisão ordinária da tarifa estabelecido no PARÁGRAFO SEGUNDO, da CLÁUSULA DÉCIMA NONA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS SERVIÇOS E DAS RECEITAS ACESSÓRIAS

Fica o CONTRATADO autorizado a explorar o potencial econômico da massa de resíduos sólidos como fonte de receita acessória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. São passíveis de transformarem-se em receita acessória os seguintes serviços de manejo de resíduos sólidos acessórios:

I – triagem e beneficiamento primário dos resíduos sólidos urbanos gerados nos Municípios consorciados, a fim de realizar a venda do material reciclado, inclusive para o órgão ou entidade, pública ou privada, que gerir o sistema de logística reversa;

II – compostagem da matéria orgânica, após a decomposição de parte da massa de resíduos sólidos urbanos gerados nos Municípios consorciados, para promover a venda de composto e outros insumos;

III – aproveitamento do biogás com vistas à recuperação energética e, posteriormente, à utilização própria ou à comercialização da energia elétrica decorrente;

IV – tratamento e beneficiamento primário de resíduos sólidos da construção civil gerados nos Municípios consorciados com vistas à comercialização do agregado reciclado e demais materiais decorrentes;

V – produção e comercialização de artefatos de concreto pré-moldado elaborados a partir de agregados resultantes do beneficiamento dos resíduos sólidos da construção civil gerados nos Municípios consorciados.

VI – tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, assim como disposição final ambientalmente adequada dos respectivos rejeitos ofertados para pessoas, físicas ou jurídicas, de Direito Público ou Privado, desde que sejam enquadrados como grandes geradores;

VII – venda de créditos de carbono decorrentes de projetos baseados em Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, no âmbito do Protocolo de Kyoto; e

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Fica o CONTRATADO autorizado a contratar, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, pessoas jurídicas ou organizações de catadores para lhe prestar os serviços acessórios de triagem e/ou de beneficiamento primário de resíduos sólidos urbanos a que se refere o inc. I, desta CLÁUSULA.

§2º. O serviço acessório de reaproveitamento energético a que se refere o inc. III, desta CLÁUSULA somente poderá ser explorado se houver o atendimento das seguintes exigências:

I - realização prévia de estudos que comprovem a viabilidade técnica e ambiental dessa atividade; e,

II - implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovados pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

PARÁGRAFO TERCEIRO. A prestação dos serviços acessórios de resíduos sólidos de serviços de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, assim como a disposição final ambientalmente adequada dos respectivos rejeitos a que se refere o inc. VI, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA fica condicionado à:

I – concessão de autorização formal da AGENERSA e do CONTRATANTE;

II – ausência de redução da vida útil mínima projetada para o aterro sanitário do CTDR, observado o disposto no ANEXO 1 (estudo de viabilidade técnica e financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO) e no ANEXO 2 (projeto básico e especificações técnicas do CTDR), ambos deste CONTRATO;

III – observância das Licenças Ambientais, do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e dos demais estudos e exigências complementares pertinentes aos serviços acessórios.

PARÁGRAFO QUARTO. Sem prejuízo do disposto no PARÁGRAFO TERCEIRO, desta CLÁUSULA, a prestação dos serviços acessórios de resíduos sólidos de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para os grandes geradores de resíduos sólidos também ficará condicionada ao atendimento da legislação do Município de XXX em relação à identificação desses geradores.

PARÁGRAFO QUINTO. O CONTRATANTE fará jus a um percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor bruto das receitas acessórias a serem auferidas pelo CONTRATADO com a exploração dos serviços acessórios a que se referem os incs. I a VII, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA.

PARÁGRAFO SEXTO. O pagamento do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor bruto das receitas acessórias em prol do CONTRATANTE a que se refere o PARÁGRAFO QUINTO, desta CLÁUSULA deverá observar o que segue:

I – tomará como base a relação das receitas acessórias auferidas pelo CONTRATADO anexa à fatura para pagamento da tarifa, nos termos do PARÁGRAFO QUINTO, da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, deste CONTRATO;

II – deverá ser creditada em prol do CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento das receitas acessórias pelo CONTRATADO, observado o disposto na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

PARÁGRAFO SEXTO. Ao CONTRATADO caberá realizar todos os investimentos necessários para a prestação adequada dos serviços acessórios, incluída a obtenção das licenças ambientais e outras exigíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE tem as seguintes responsabilidades:

I – realizar, de forma permanente, seja ordinária seja extraordinariamente, a fiscalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, na forma na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e nas CLÁUSULAS VIGÉSIMA SÉTIMA até VIGÉSIMA NONA, deste CONTRATO;

II – avaliar e aprovar, de forma conjunta com a AGENERSA, o emprego de novas tecnologias, inclusive em relação aos veículos, às máquinas e aos equipamentos que venham a ser empregados na operação das atividades, infraestrutura e instalações operacionais dos serviços;

III – identificar, levantar, avaliar e, por fim, pagar, na forma do art. 100, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as indenizações, que, porventura, forem devidas ao CONTRATADO, em razão da não amortização e/ou depreciação dos investimentos feitos, inclusive dos bens reversíveis, na prestação dos serviços; e,

IV - fornecer todas as informações, dados e documentos disponíveis de qualquer natureza relacionados à prestação dos serviços, solicitados, de maneira formal e expressa, inclusive por mídia eletrônica, pelo CONTRATADO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A expedição de ato normativo que declare, conforme o caso, a necessidade pública, a utilidade pública ou o interesse social para fins de desapropriação ou de servidão administrativa será feito pelos Municípios consorciados no âmbito dos respectivos territórios.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A realização da desapropriação e da servidão administrativa incidente sobre a propriedade, inclusive com a assunção do ônus financeiro pelo pagamento da indenização devida, será feita pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

O CONTRATADO tem as seguintes responsabilidades:

I – prestar, adequadamente, os serviços, buscando, sempre que possível, empregar novas tecnologias, inclusive em relação aos veículos, às máquinas e aos equipamentos, na operação das suas atividades, infraestruturas e instalações operacionais, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e neste CONTRATO;

II – fornecer ao CONTRATANTE e à AGERNSA toda e qualquer informação que possa interferir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços, causada por si ou por terceiros;

III - realizar os investimentos necessários à manutenção e expansão dos serviços, observadas as diretrizes técnicas decorrentes do que segue:

a) ANEXO 1 (estudo de viabilidade técnica e financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO);

b) ANEXO 2 (projeto básico e especificações técnicas do CTDR); e,

c) ANEXO 3 (IQDF).

IV – efetuar, durante o prazo de vigência deste CONTRATO, todas as obras necessárias ao cumprimento integral das obrigações por ela assumidas, de forma a executar, plena e satisfatoriamente, os serviços;

V – planejar formas para atendimento a situações de emergência, prevendo para tanto formas de realocação dos recursos materiais e humanos disponíveis;

VI – atender e cooperar com as ações, medidas e procedimentos fiscalizatórios a serem exercidos pelo CONTRATANTE e pela AGENERSA sobre o viés jurídico, administrativo, econômico-financeiro e técnico-operacional incidente no CONTRATO e nos serviços;

VII – observar, cumprir e cooperar com as ações, medidas e procedimentos regulatórios a serem desempenhados pela AGENERSA incidente sobre o CONTRATO e os serviços;

VIII – receber a justa tarifa pela prestação dos serviços, solicitando à AGENERSA a realização da sua revisão e/ou do seu reajuste, a fim de assegurar o equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO;

IX – recomendar ao CONTRATANTE a adoção das medidas administrativas necessárias para assegurar as desapropriações e as servidões que forem indispensáveis para a prestação dos serviços;

X - instituir, manter e atualizar o inventário e o registro de todos os bens afetados à prestação dos serviços.

XI - elaborar e encaminhar ao CONTRATANTE e à AGENERSA, com periodicidade semestral, um Relatório Demonstrativo da Vida Útil do aterro sanitário do CTDR, a partir da vida útil estimada no projeto básico e, ainda, com base nos quantitativos de resíduos aterrados no período e nos elementos do monitoramento topográfico;

XII - instituir e manter sistema de registro do atendimento e recebimento de reclamações ou queixas do CONTRATANTE, na qualidade de usuário direto, sobre a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO com as respectivas providências tomadas, procedendo ao devido arquivamento dessas informações em banco de dados; e,

XIII - elaborar e disponibilizar, especialmente pela rede mundial de computadores, manual de prestação dos serviços e de atendimento do CONTRATANTE, na qualidade de usuário direto, o qual será aprovado pela AGENERSA; e,

XIV - recolher a taxa de regulação devida para a AGENERSA, na forma do convênio de cooperação que delega à AGENERSA as atividades de regulação e de fiscalização sobre os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS MODIFICAÇÕES DO CONTRATO

O CONTRATANTE poderá alterar, unilateralmente, este CONTRATO em relação às cláusulas regulamentares dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, notadamente o modo, a forma, as condições, a aferição da qualidade e outras características distintivas da prestação desses serviços, desde que observe o seguinte:

I – o ato, fato ou motivo que tenha provocado a alteração seja superveniente à formalização deste CONTRATO;

II – a alteração não descaracterize por completo do objeto deste CONTRATO;

III – o equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO seja mantido segundo decisão da AGENERSA, aplicando-se, no que couber, o disposto no PARÁGRAFO SEGUNDO, da CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A alteração unilateral deste CONTRATO exige a formalização de prévio processo administrativo, em que se apurará e determinará a solução adequada sob os aspectos jurídicos, técnico- operacionais e econômico-financeiros para fazer frente à alteração pretendida, sem que acarrete desequilíbrio econômico financeiro deste CONTRATO, observando-se o seguinte rito:

I – o CONTRATANTE, diante da existência de ato, de fato ou de motivo que acarrete a alteração superveniente deste CONTRATO, deverá instaurar, por ato administrativo expedido pelo Presidente do CONSÓRCIO, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da verificação da ocorrência do ato, fato ou motivo superveniente, processo administrativo;

II – instaurado o processo administrativo, o CONTRATANTE notificará, formalmente, a AGENERSA, que se manifestará conclusivamente a respeito;

III – exarada a decisão da AGENERSA, o CONTRATANTE notificará, formalmente, o CONTRATADO sobre a alteração pretendida, determinando prazo de, no máximo, 30 dias para apresentação de dados, informações, documentos e demais materiais necessários, que subsidiem a solução adequada à alteração referida com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO;

IV – esgotado o prazo ofertado ao CONTRATADO, o CONTRATANTE dará prosseguimento à instrução do processo administrativo, podendo valer-se de dados, informações, documentos e demais materiais acervados pelos seus fiscais, assim como solicitar informações complementares ao CONTRATADO e/ou realizar diligências para formar a sua convicção;

V - finda a fase instrutória que não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias a contar da verificação do ato, fato ou motivo superveniente que ensejou a alteração, o CONTRATANTE, por meio do Presidente do CONSÓRCIO, proferirá a sua decisão sobre a solução adequada à alteração deste CONTRATO;

VI – a decisão do CONTRATANTE, que deverá ser notificada formalmente ao CONTRATADO, deverá ser motivada com base em aspectos jurídicos, técnico-operacionais e econômico-financeiros, indicando, de forma expressa, a forma de recomposição do equilíbrio econômico financeiro deste CONTRATO, observada a decisão conclusiva da AGENERSA.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A alteração deste CONTRATO será materializada por “Termo Aditivo” específico, nos termos da solução adequada à alteração pretendida, cujo extrato deverá ser, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da publicação da decisão, objeto de publicidade na imprensa oficial e outros meios para conferir ampla publicidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As notificações feitas ao CONTRATADO e a decisão do CONTRATANTE serão objeto de publicidade na imprensa oficial, sem prejuízo de o CONTRATADO também ser notificado por meio:

I - de meio eletrônico, com o envio para o endereço eletrônico do CONTRATADO;

II – de termo sensível (fax-simile), com o encaminhamento para o número informado pelo CONTRATADO; ou,

III – de carta registrada com aviso recebimento para o endereço da sede ou da matriz, conforme o caso, fornecido pelo CONTRATADO.

PARÁGRAFO QUARTO. Sem prejuízo do disposto nesta CLÁUSULA, o CONTRATANTE, conjuntamente com a AGENERSA, também poderá buscar a via da consensualidade com o CONTRATADO com vista a promover a alteração

deste CONTRATO em relação às cláusulas regulamentares dos serviços, especialmente a forma de recomposição do seu equilíbrio econômico financeiro para fazer frente à alteração pretendida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA– DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE COMO USUÁRIO DIRETO

Sem prejuízo dos direitos e deveres dispostos na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, o CONTRATANTE, como usuário direto, em relação aos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, possui os seguintes:

I – direitos:

- a) receber os serviços em condições adequadas, na forma da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, deste CONTRATO;
- b) possuir o acesso, especialmente pela rede mundial de computadores, ao manual de prestação dos serviços e de atendimento do CONTRATANTE, na condição de usuário direto;
- c) ter o atendimento dos pedidos de seu interesse, após a devida formalização expressa e escrita, inclusive por meio de mídia eletrônica, ou, se for o caso, a negação desses pedidos, mediante a devida motivação, no prazo de até 30 dias, prorrogáveis por igual período de forma justificada;
- d) receber o ressarcimento por danos materiais e, se for o caso, morais, inclusive emergentes e lucros cessantes, que, porventura, lhe sejam comprovadamente causados em função dos serviços, ressalvados os casos previstos na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA;
- e) possuir acesso, especialmente pela rede mundial de computadores, às informações, aos dados, aos relatórios e aos demais documentos que comprovem, cabalmente, o atendimento do IQDF (ANEXO 3), deste CONTRATO; e,
- f) ter prévio conhecimento de outros direitos e deveres, assim como das penalidades a que possa estar sujeitos não previstos nesta CLÁUSULA.

II - deveres:

- a) efetuar o pagamento da tarifa, na forma das CLÁUSULAS DÉCIMA QUARTA até DÉCIMA SEXTA deste CONTRATO;

- b) responsabilizar-se pelo adequado acondicionamento e transporte dos resíduos sólidos a serem tratados e destinados ao CTDR;
- c) levar ao conhecimento da AGENERSA as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, sem prejuízo de tomar as providências necessárias;
- d) contribuir para a permanência das boas condições dos bens, equipamentos e materiais vinculados aos serviços;
- e) responder pelos danos materiais e, se for o caso, morais, inclusive emergentes e lucros cessantes, em decorrência da má utilização dos serviços colocados à sua disposição, incluída as unidades e instalações, devendo atender ao disposto no art. 100, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; e,
- f) fazer uso, de forma obrigatória, da CTDR para garantir o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, sob pena de importar em rescisão contratual a ser deflagrada pelo CONTRATADO, na forma da CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA REGULAÇÃO

A AGENERSA, nos termos autorizados pelo convênio de cooperação firmado com o CONSÓRCIO, constitui na entidade de regulação designada pelo CONTRATANTE para promover a consecução da regulação e da fiscalização sobre a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A competência regulatória da AGENERSA quanto à prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO é definida pelo convênio de cooperação de que trata esta CLÁUSULA.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A AGENERSA fará jus à taxa de regulação a ser paga pelo CONTRATADO para assegurar a sustentabilidade da regulação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, na forma prevista pelo convênio de cooperação a que se refere esta CLÁUSULA e pela LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

Sem prejuízo do convênio de cooperação firmado entre a AGENERSA e o CONSÓRCIO e, ainda, do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO n.º XXX/2013, a fiscalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na

CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO será realizada, conjuntamente, entre o CONTRATANTE e a AGENERSA, podendo esta última, a AGENERSA, suplementar a fiscalização da daquele, o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A fiscalização a que se refere esta CLÁUSULA ocorrerá de forma ordinária e extraordinária, nos termos das CLÁUSULAS VIGÉSIMA OITAVA e VIGÉSIMA NONA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A fiscalização a que se refere esta CLÁUSULA não poderá obstruir ou prejudicar a regular prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Fica o CONTRATADO autorizado a manter, no local da operação do CTDR, representante aceito pelo CONTRATANTE para acompanhar a fiscalização e apoiar o fiscal em tudo o que tiver relação com a regular execução deste CONTRATO e dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos.

PARÁGRAFO QUARTO. O CONTRATADO franqueará aos fiscais do CONTRATANTE e da AGENERSA o livre acesso:

I - às atividades, infraestruturas e instalações operacionais dos serviços, assim como aos veículos, equipamentos e máquinas que lhe estão afetados; e,

II – aos atos, contratos e quaisquer outros documentos, em que esteja consignado, direta ou indiretamente, informações sobre a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos, inclusive àqueles pertinentes aos aspectos contábeis, financeiros e trabalhistas.

PARÁGRAFO QUINTO. O processo de fiscalização, inclusive inspeções e testes executados ou atestados pelo CONTRATANTE e pela AGENERSA, não exime o CONTRATADO das suas responsabilidades legais e contratuais, nem sequer da prestação adequada dos serviços, na forma da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO ORDINÁRIA

O CONTRATANTE e a AGENERSA desempenharão , de forma ordinária, mensalmente, a fiscalização do cumprimento do CONTRATO e da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, observado o seguinte:

I – o fiscal do CONTRATANTE anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas aos serviços, realizando, por conseguinte, o seguinte:

a) cientificará a AGENERSA sobre o ocorrido, para que, se for o caso, adote as providências cabíveis;

b) determinará ao CONTRATADO a regularização das faltas ou dos defeitos verificados, observado o disposto nas CLÁUSULAS QUADRAGÉSIMA QUARTA até QUADRAGÉSIMA NONA, deste CONTRATO;

II – o registro próprio a que se refere o inc. I, desta CLÁUSULA cujo conteúdo, forma e conservação será estabelecido em ato normativo do Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO, após a oitiva conclusiva da AGENERSA, deverá conter todas as informações a serem obtidas diretamente pelo fiscal e/ou disponibilizadas pelo CONTRATADO sobre os seguintes aspectos:

a) monitoramento topográfico, ambiental, geotécnico com vista à obtenção de elementos que subsidiem o processo fiscalizatório quanto aos procedimentos operacionais e de manutenção;

b) cumprimento das responsabilidades do CONTRATADO quanto ao disposto neste CONTRATO;

c) atendimento da prestação adequada dos serviços, especialmente em relação à quantidade, particularidade e qualidade da operação do CTDR;

d) cumprimento das regras legais e técnicas quanto à higiene pública e às descargas irregulares de resíduos sólidos;

III – as decisões e as providências que ultrapassem a competência do fiscal do CONTRATANTE devem ser encaminhadas, em tempo hábil, para a AGENERSA para a adoção das medidas cabíveis, inclusive a aplicação de sanção cabível, observado o disposto nas CLÁUSULAS QUADRAGÉSIMA QUARTA até QUADRAGÉSIMA NONA, deste CONTRATO; e,

IV – o CONTRATADO deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, as obras e os serviços pertinentes, segundo determinado na decisão da AGENERSA, pautada no processo de fiscalização que aponte, de forma justificada, os vícios, os defeitos ou as incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Os fiscais do CONTRATANTE e da AGERNESA realizarão, extraordinariamente, a fiscalização do cumprimento do CONTRATO e da prestação adequada dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, sempre que houver:

I - risco à saúde e à segurança dos fiscais do CONTRATANTE e da AGENERSA,

dos trabalhadores do próprio CONTRATADO, da população em geral e de terceiros;

II - degradação ambiental;

III – outros eventos de relevante interesse público, devidamente justificável pelo CONTRATANTE e pela AGENERSA.

PARÁGRAFO ÚNICO. O processo de fiscalização extraordinária deverá observar, no que couber, o rito da fiscalização ordinária, segundo o disposto na CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA FISCALIZAÇÃO POR COMISSÃO MISTA

Sem prejuízo do disposto nas CLÁUSULAS VIGÉSIMA SÉTIMA até VIGÉSIMA NONA, deste CONTRATO, uma comissão mista composta por representantes da AGENERSA, do CONTRATANTE e do CONTRTADO também poderá realizar, de forma coordenada e consensual, a fiscalização do cumprimento do CONTRATO e da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Fica assegurado à comissão mista o acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros do CONTRATO, assim como acompanhar as atividades de controle de qualidade e a execução serviços e obras pertinentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A fiscalização a que se refere esta cláusula ocorrerá:

I - ordinariamente, a cada trimestre, aplicando-se, no que couber, o disposto na CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA, deste CONTRATO; e,

II - extraordinariamente, observando-se, no que couber, os casos e a forma do disposto na CLÁUSULA NONA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONTRATADO

O CONTRATADO deverá preparar e apresentar, mensalmente, para o CONTRATANTE e a AGENERSA os relatórios, os demonstrativos e os demais documentos que contenham informações pormenorizadas sobre a execução dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO relativa ao mês anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As informações a que se refere esta CLÁUSULA deverão abranger os aspectos jurídicos, administrativos, econômico-financeiros e técnico-operacionais, observando, em relação a este último aspecto, as especificações técnicas que seguem:

I - ANEXO 1 (estudo de viabilidade técnica e financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO);

II - ANEXO 2 (projeto básico e especificações técnicas do CTDR); e,

III - ANEXO 3 (IQDF).

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os relatórios, demonstrativos e demais documentos a que se refere esta CLÁUSULA deverão ser arquivados, pelo CONTRATADO, para que possam ser objeto de controle e de fiscalização pelo CONTRATANTE e pela AGENERSA, assim como subsidiem eventual solicitação de equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO perante a AGENERSA.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O CONTRATADO deverá assegurar, mensalmente, a efetiva publicidade, inclusive por meio da rede mundial de computadores, dos relatórios, dos demonstrativos e dos demais documentos que contenham informações pormenorizadas sobre a execução dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO relativos ao mês anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As informações a que se refere esta CLÁUSULA deverão abranger os aspectos jurídicos, administrativos, econômico-financeiros e técnico-operacionais, observando, em relação a este último aspecto, as especificações técnicas que seguem:

I - ANEXO 1 (estudo de viabilidade técnica e financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO);

II - ANEXO 2 (projeto básico e especificações técnicas do CTDR); e,

III – ANEXO 3 (IQDF).

PARÁGRAFO SEGUNDO. A AGENERSA, além de exigir e de acompanhar a publicidade dos relatórios, dos demonstrativos e dos demais documentos a que se refere esta CLÁUSULA, poderá determinar, nos termos do ato regulatório, que sejam apresentados em audiência pública, em que se assegure a participação das entidades representativas da sociedade civil organizada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DO CONTRATO

O CONTRATADO deverá ofertar garantia, mediante a escolha de uma das modalidades previstas nos incs. I a III, do §1º, do art. 56, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, em prol da execução deste CONTRATO, observado o limite de 2% do valor estimado para a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO ÚNICO. A garantia deverá ser mantida durante todo o prazo de vigência do CONTRATO, incluídas as suas prorrogações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DOS BENS REVERSÍVEIS

São considerados bens reversíveis os bens imóveis, que compreendem as atividades, infraestruturas e instalações operacionais, e os móveis, que abrangem os veículos, equipamentos e máquinas, afetados à prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, existentes na data da assinatura deste CONTRATO, ou que venham a ser integrados a esses serviços no decorrer da sua vigência, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Na data da assinatura deste CONTRATO, os bens públicos, imóveis e os móveis, afetados à prestação dos serviços, que pertencem ao CONTRATANTE e seguem arrolados nas especificações técnicas no ANEXO 1 (estudo de viabilidade técnica e financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO) e no ANEXO 2 (projeto básico e especificações técnicas do CTDR), ambos deste CONTRATO, serão cedidos, mediante prévia avaliação, ao CONTRATADO.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os bens privados, imóveis e móveis, afetados à prestação dos serviços, que sejam da propriedade do CONTRATADO, existentes na data da assinatura deste CONTRATO ou venham a ser integrados aos serviços no transcorrer desse contrato, também deverão ser objeto de prévia avaliação.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os bens, públicos e privados, móveis e imóveis, afetados à prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos não podem ser, por qualquer forma, alienados, expropriados ou onerados, permanecendo vinculados aos serviços mesmo na hipótese de extinção deste CONTRATO, sem prejuízo das indenizações cabíveis na proporção dos investimentos realizados pelo CONTRATADO.

PARÁGRAFO QUARTO. As eventuais benfeitorias, que forem feitas nos bens afetados à prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos, deverão, necessariamente, ser empregadas no aperfeiçoamento dos serviços.

PARÁGRAFO QUINTO. Os bens afetados à prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos deverão ser recuperados, conservados, mantidos e operados em condições normais de uso de forma que, quando revertidos ao CONTRATANTE, se encontrem em estado normal, exceto pelo desgaste natural de sua utilização.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DA REVERSÃO DOS BENS REVERSÍVEIS

Na extinção deste CONTRATO, os bens, públicos e privados, móveis e imóveis, afetados aos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO serão revertidos, automaticamente, para o CONTRATANTE, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e neste CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O CONTRATADO se obriga a entregar os bens reversíveis inteiramente livres e desembaraçados de qualquer ônus ou encargos, devendo estar em condições normais de operacionalidade, utilização e manutenção, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A reversão importará na realização de prévio procedimento de identificação, levantamento e avaliação dos bens reversíveis, os quais, se não tiverem sido amortizados ou depreciados ao longo da vigência deste CONTRATO, serão objeto de indenização ao CONTRATADO, observado o disposto na CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Findo o procedimento da realização da reversão a que se refere o PARÁGRAFO SEGUNDO, desta CLÁUSULA, deverá ser lavrado “*Termo de Reversão de Bens*” pelo CONTRATANTE e pela AGENERSA, com a participação do CONTRATADO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DA INTERVENÇÃO

O CONTRATANTE, após a oitiva conclusiva da AGENERSA, poderá intervir, excepcionalmente, na prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO por sua inexecução adequada, assim como para assegurar o fiel cumprimento da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e das responsabilidades incidentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O processo de intervenção observará o seguinte rito:

I – a intervenção se dará por resolução expedida pelo Presidente do CONSÓRCIO, após aprovação pela maioria absoluta da Assembleia Geral do

CONSÓRCIO, mediante a prévia oitiva conclusiva da AGENERSA, que deverá indicar o que segue:

- a) nome do interventor;
- b) prazo da intervenção;
- c) motivo da intervenção com provas cabais da sua necessidade; e,
- d) objetivos e limites da intervenção.

II – autorizada a intervenção, o CONTRATANTE deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar o processo devido administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades do CONTRATADO, observado o contraditório e ampla defesa, decorrentes do princípio do devido processo legal.

III - se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo na prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO ser imediatamente devolvida ao CONTRATADO, sem prejuízo de seu direito à indenização nos termos do art. 100, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O processo administrativo de intervenção a que se refere o inc. II, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA, que se regerá pela LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, deverá ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, sob pena de ser considerada inválida.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Cessada a intervenção, se não for extinto o CONTRATO, a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO será devolvida ao CONTRATADO, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO

O CONTRATO poderá ser extinta por:

- I – advento do termo contratual;
- II – encampação;
- III – caducidade;
- IV – rescisão;

V – anulação; e,

VI – extinção do CONTRATADO.

§1º. Extinto o CONTRATO, opera-se, de pleno direito, a reversão de todos os bens reversíveis ao CONTRATANTE, na forma das CLÁUSULAS TRIGÉSIMA QUARTA e TRIGÉSIMA QUINTA, deste CONTRATO.

§2º. Sem prejuízo do exposto no PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA, haverá, com a extinção deste CONTRATO, a imediata assunção dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO pelo CONTRATANTE, estando autorizado a ocupar as instalações e a utilizar os bens reversíveis.

§3º. Nas hipóteses dos incs. I e II, desta CLÁUSULA, o CONTRATANTE, antecipando-se às respectivas hipóteses de extinção deste CONTRATO, procederá ao que segue:

I – identificações, levantamentos e avaliações necessárias para determinar o montante da indenização, que, porventura, poderá ser paga ao CONTRATADO, observado o disposto na CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA, deste CONTRATO; e,

II – avaliação, definição e implementação da prestação direta pelo CONSÓRCIO ou, após prévio processo licitatório, se for o caso, de contratação da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, desde que ainda não tenha transcorrido o tempo de vida útil do aterro sanitário componente do CTDR.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DO ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

O advento do termo contratual se dá com o encerramento da vigência deste CONTRATO, incluídas as prorrogações porventura existentes, operando-se, de pleno direito, a sua extinção.

PARÁGRAFO ÚNICO. Sem prejuízo do disposto no inc. I, do PARÁGRAFO TERCEIRO, da CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA e da CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA, deste CONTRATO, o pagamento da indenização, que, porventura, for devida ao CONTRATADO em razão do advento do termo contratual, será realizado de forma prévia à assunção dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DA ENCAMPAÇÃO

A encampação constitui na retomada, pelo CONTRATANTE, dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, durante o prazo de vigência deste CONTRATO, por motivo interesse público, após a devida autorização específica dada pela maioria absoluta da Assembleia Geral do CONSÓRCIO, mediante a prévia oitiva conclusiva da AGENERSA, observado o disposto na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A encampação será expressa em ato normativo expedido pelo CONTRATANTE, em que indicará, de forma fundamentada, o interesse público que motiva a encampação, inclusive com elementos probatórios exatos e precisos, sem prejuízo de ser objeto de ampla publicidade na imprensa oficial e outros meios correlatos.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Sem prejuízo do disposto no inc. I, do PARÁGRAFO TERCEIRO, da CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA e da CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA, deste CONTRATO, o pagamento da indenização, que, porventura, for devida ao CONTRATADO em razão da encampação, será realizado de forma prévia à reversão, automática, dos bens reversíveis ao CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A indenização a que se refere o PARÁGRAFO SEGUNDO, desta CLÁUSULA deverá contemplar, ainda, os seguintes valores, que serão apurados pelos critérios de cálculo elaborado por perícia especializada a que se remete a CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA, deste CONTRATO:

I - os lucros cessantes, que o CONTRATADO poderia obter com a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos; e,

II – outros danos emergentes relacionados com a interrupção repentina da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – DA CADUCIDADE

A caducidade decorre da conduta comissiva ou omissiva do CONTRATADO que acarrete a inexecução, total ou parcial, da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e deste CONTRATO, sendo declarada pela AGENERSA, sem prejuízo deste aplicar as sanções previstas nas CLÁUSULAS QUADRAGÉSIMA QUARTA até QUADRAGÉSIMA NONA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Sem prejuízo das hipóteses arroladas na LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, a caducidade poderá ser aplicada pela AGENERSA, quando ocorrer:

I – a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, os critérios, os indicadores e os parâmetros estabelecidos em

a) ANEXO 1 (estudo de viabilidade técnica e financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO);

b) ANEXO 2 (projeto básico e especificações técnicas do CTDR); e,

c) ANEXO 3 (IQDF).

II – o atraso injustificado no cumprimento ou o completo descumprimento, de forma cabalmente comprovada, por meio de processo administrativo na forma da CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA, deste CONTRATO, das normas da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e deste CONTRATO;

III – a paralisação da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, ressalvadas as hipóteses estabelecidas na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, deste CONTRATO;

IV – o descumprimento das sanções impostas por infrações, nos devidos prazos, após o devido processo administrativo na forma da CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA, deste CONTRATO;

V – a falta de atendimento à intimação do CONTRATANTE e da AGENERSA no sentido de regularizar a prestação dos serviços de manejo resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, assim como a manutenção dos bens afetados a esses serviços;

VI – a condenação, em sede de sentença judicial transitada em julgado, por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;

VII – a alteração ou desvio do objeto deste CONTRATO;

VIII – a realização da subconcessão dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO;

IX - a cessão deste CONTRATO para outra pessoa jurídica, sem a prévia anuência do CONTRATANTE e da AGENERSA;

X – ausência de recomposição, em até 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação formal da AGENERSA, do valor original da garantia deste CONTRATO decorrente do desconto do valor da multa administrativa aplicada ao CONTRATADO;

XI – oposição ao exercício da regulação pela AGENERSA e ao desempenho da atividade de fiscalização pelo CONTRATANTE e pela AGENERSA; e,

XII - desatendimento da pontuação necessária para IQDF, na forma da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O processo administrativo para declarar ou não a CADUCIDADE observará, no que couber, o disposto na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Ainda que seja declarada a caducidade pela AGENERSA, o CONTRATADO poderá fazer jus à indenização, segundo os termos estabelecidos na CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO QUARTO. A declaração de caducidade, acarretará para o CONTRATADO:

I – a execução da garantia pelo CONTRATANTE para ressarcimento de eventuais prejuízos causados pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE;

II – a retenção de eventuais créditos decorrentes de multas contratuais e danos causados pelo CONTRATADO como forma de ressarcimento de prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE, se, eventualmente, a garantia deste CONTRATO não for suficiente;

III – a reversão imediata ao CONTRATANTE dos bens reversíveis, na forma das CLÁUSULAS TRIGÉSIMA QUARTA e TRIGÉSIMA QUINTA, deste CONTRATO; e,

IV – a assunção, de forma imediata, dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO. Declarada a caducidade, não resultará para o CONTRATANTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O CONTRATADO poderá rescindir o presente CONTRATO no caso de descumprimento, total ou parcial, das normas da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e deste CONTRATO pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A rescisão contratual a que se refere esta CLÁUSULA só poderá ser realizada mediante interposição de ação judicial especialmente proposta para esse fim.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Enquanto não proferida decisão judicial transitada em julgada que declare a rescisão deste CONTRATO, o CONTRATADO não poderá interromper ou paralisar os serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Sem prejuízo do disposto na CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA, deste CONTRATO, o pagamento da indenização, que, porventura, for devida ao CONTRATADO em razão da rescisão, será realizado de forma prévia à reversão dos bens reversíveis ao CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO. A indenização a que se refere o PARÁGRAFO TERCEIRO, desta CLÁUSULA deverá contemplar, ainda, os seguintes valores, que serão apurados pelos critérios de cálculo elaborados por perícia especializada a que se remete a CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA, deste CONTRATO:

I - os lucros cessantes que o CONTRATADO poderia obter com a prestação dos serviços de manejo de resíduos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO; e,

II – outros danos emergentes relacionados com a interrupção repentina da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DA ANULAÇÃO

O CONTRATANTE, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá realizar a anulação, no todo ou em parte, por ilegalidade, do presente CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O Presidente do CONSÓRCIO, após a deliberação da maioria absoluta da Assembleia Geral do CONSÓRCIO, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, após a oitiva conclusiva da AGENERSA terá a prerrogativa de declarar a anulação deste CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A anulação deste CONTRATO impede que se produzam os efeitos jurídicos que deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Desde que o CONTRATADO não tenha dado causa à anulação deste CONTRATO, o CONTRATADO poderá fazer jus ao pagamento de

indenização realizada de forma prévia à reversão dos bens reversíveis ao CONTRATANTE, observado o disposto na CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO QUARTO. A indenização a que se refere o PARÁGRAFO TERCEIRO, desta CLÁUSULA deverá contemplar, ainda, os seguintes valores, que serão apurados pelos critérios de cálculo elaborados por perícia especializada a que se remete a CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA, deste CONTRATO:

I - os lucros cessantes que o CONTRATADO poderia obter com a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO; e,

II – outros danos emergentes relacionados com a interrupção repentina da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATADO

O presente CONTRATO poderá vir a ser extinto caso o CONTRATADO venha a ser extinto por decisão do Município XXX, na forma da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

A conduta comissiva ou omissiva do CONTRATADO que acarrete a inexecução, total ou parcial, deste CONTRATO, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II - multa, segundo o disciplinamento estabelecido na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA, deste CONTRATO, observado o limite de 5% sobre o valor mensal com a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos concedidos, por ocorrência;

III - aplicação de suspensão de participar de licitação ou impedimento de contratar com o CONSÓRCIO e os Municípios consorciados pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para participar de licitação ou contratar com o CONSÓRCIO, os Municípios consorciados e a Administração Pública direta e indireta federal, estadual e dos demais Municípios não consorciados;

V – declaração de caducidade realizada pela AGENERSA, cujas hipóteses de incidência e formas de aplicação deverão observar o disposto na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA, deste CONTRATO.

PARÁGRAFO ÚNICO. Sem prejuízo das sanções a que se refere esta CLÁUSULA, se o CONTRATADO atrasar, de forma injustificada, o cumprimento das suas obrigações contratuais, ficará sujeito à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado pela AGERNSA, incidindo sobre a nota de empenho ou o saldo não atendido.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

A sanção de advertência será aplicada às infrações de natureza leve para o objeto deste CONTRATO, quando a conduta do CONTRATADO for involuntária ou escusável, sem que tenha ocorrido qualquer proveito próprio.

PARÁGRAFO ÚNICO. A pena de advertência será aplicada, por escrito, pela AGENERSA.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – DA SANÇÃO DE MULTA

A sanção de multa será aplicada às infrações de natureza média para o objeto deste CONTRATO, quando a conduta do CONTRATADO for inescusável, podendo trazer ou não proveito próprio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A sanção de multa será aplicada ao CONTRATADO nos seguintes percentuais incidentes sobre o valor tarifa, relativa ao mês da infração, com o pagamento da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, por ocorrência, em razão das infrações de natureza média correspondentes:

I – 0,1% (zero vírgula um por cento) de multa, ensejada por:

a) presença de empregado sem uniforme ou equipamento de proteção individual, assim como em mau estado de conservação;

b) uso de bebidas alcoólicas, pelos empregados do CONTRATADO;

c) uso de veículos, máquinas ou equipamentos não padronizados ou sem programação visual ou em mau estado de conservação e limpeza;

d) emissão de fumaça negra do escapamento de veículos superiores aos limites permitidos e/ou não conformidade com as normas do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automóveis (PROCONVE), bem como por poluição sonora acima dos limites permitidos; e,

e) reincidência na infração de natureza leve ao objeto deste CONTRATO que resultar na aplicação da sanção de advertência.

II – 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) de multa, ensejada por:

a) falta de atendimento da determinação do fiscal do CONTRATANTE ou da AGENERSA para substituir empregado, em até 48 (quarenta e oito) horas;

b) ausência de compactação dos rejeitos dispostos no aterro sanitário, em conformidade com as especificações técnicas;

c) falta de manutenção, em perfeito estado, das vias de circulação e das praças de disposição dos rejeitos do aterro sanitário, causando aumento da quantidade de furos de pneus dos veículos; e,

d) reter por mais de 30 (trinta minutos) qualquer veículo operacional no interior do aterro sanitário.

III – 0,5% (zero vírgula cinco por cento) de multa, ensejada por manutenção de equipamentos ou instalações em mau estado de conservação;

IV – 1% (um por cento) de multa, ensejada por:

a) não atender à determinação do fiscal do CONTRATANTE ou da AGENERSA para corrigir itens previstos no plano de operação, em até 48 (quarenta e oito) horas;

b) não recobrir todos os rejeitos diariamente ou por permitir frente de trabalho com mais de 500 (quinhentos) metros quadrados de rejeitos descoberto no aterro sanitário;

c) falta de fornecimento de qualquer documentação de controle ou não atendimento de pedido de informações;

d) impedimento do livre acesso do fiscal do CONTRATANTE ou da AGENERSA a qualquer instalação do aterro sanitário; e,

e) interrupção do sistema de pesagem por prazo superior a 48 (quarenta e oito) horas;

V – 5% (cinco por cento) de multa, ensejada por:

a) não receber os resíduos sólidos encaminhados ao aterro sanitário devido à sua interdição por problemas de má operação ou de relacionamento com as comunidades locais.

b) fraudar ou tentar fraudar o Relatório Demonstrativo de Vida Útil do Aterro Sanitário, elaborado nos moldes definidos no inc. XII, da CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA, deste CONTRATO;

c) não cumprimento das especificações constantes em:

1) ANEXO 1 (estudo de viabilidade técnica e financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO);

2) ANEXO 2 (projeto básico e especificações técnicas do CTDR); e,

3) ANEXO 3 (IQDF).

PARÁGRAFO SEGUNDO. Ao valor da multa a que se refere a alínea “a”, do inc. V, do §1º, desta CLÁUSULA serão acrescidas todas as despesas adicionais ocasionadas pelo fechamento do aterro sanitário, sendo apropriadas pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Constatada a redução da vida útil do aterro sanitário do CTDR provocada pelo CONTRATANTE em razão da prestação dos serviços acessórios, a AGENERSA deverá aplicar pena de multa, cujo valor decorrerá da resultante da seguinte fórmula:

$$VM = N \times MRR \times PU$$

onde:

VM = valor da multa, em reais;

N = número de dias em que a vida útil do aterro sanitário foi reduzida, em dias;

MRR = média de recebimento de resíduos sólidos urbanos acessórios nos últimos 6 (seis) meses, em toneladas por dia;

PU = preço unitário de aterramento dos resíduos sólidos e atualizado para a data da infração;

PARÁGRAFO QUARTO. A aplicação da sanção de multa será determinada pela AGENERSA, cabendo ao CONTRATADO efetuar o seu pagamento dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da notificação formal da decisão correspondente, sob pena do inadimplemento ensejar a possibilidade de utilizar-se a garantia do CONTRATO.

PARÁGRAFO QUINTO. As multas são independentes e distintas entre si, sendo que a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO SEXTO. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente ou não com as demais sanções.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O valor da multa aplicada poderá ser pago quando de emissão da fatura para pagamento dos serviços, se assim o requerer o CONTRATADO.

PARÁGRAFO OITAVO. A eventual sanção de multa aplicada não exime o CONTRATADO da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de caducidade deste CONTRATO.

PARÁGRAFO NONO. O valor pertinente à sanção de multa aplicada será descontado do crédito a que o CONTRATADO tiver direito ou, ainda, cobrado, pela via administrativa ou judicial, após a prévia notificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Nenhum pagamento será feito ao CONTRATADO antes de paga ou relevada a sanção de multa que lhe tem sido aplicada.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO OU DE IMPEDIMENTO CONTRATAÇÃO

A sanção de suspensão de participar de licitação ou de impedimento de contratação pelo CONSÓRCIO ou pelos Municípios consorciados deverá ser aplicada às infrações de natureza grave para o objeto deste CONTRATO, quando verificar-se que a conduta do CONTRATADO:

I – for praticada com culpa, podendo trazer ou não proveito próprio; ou,

II – importar em reincidência na infração de natureza média ao objeto deste CONTRATO que resultar na aplicação da sanção de multa.

PARÁGRAFO ÚNICO. A sanção de suspensão a que se refere esta CLÁUSULA será aplicada pela AGENERSA, mediante despacho fundamentado, em que se fixará o seu prazo em conformidade com a natureza e a gravidade da conduta do CONTRATADO, observado o prazo máximo de 2 (dois) anos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – DA SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÃO OU DE CONTRATAÇÃO

A sanção de declaração inidoneidade para participar de licitação ou de contratação pelo CONSÓRCIO, pelos Municípios consorciados e pela Administração Pública direta e indireta federal, estadual e dos demais Municípios não consorciados deverá ser aplicada às infrações de natureza gravíssima para o objeto deste CONTRATO, quando verificar-se que a conduta do CONTRATADO:

I – for praticada com dolo, ocorrendo, direta ou indiretamente, proveito próprio; ou,

II – importar em reincidência na infração de natureza grave ao objeto deste CONTRATO que resultar na aplicação da sanção de suspensão de participar de licitação ou de impedimento de contratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A sanção de declaração de inidoneidade a que se refere esta CLÁUSULA será aplicada pela AGENERSA, mediante despacho fundamentado, em que se fixará o seu prazo em conformidade com a natureza e a gravidade da conduta do CONTRATADO, observado o disposto nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A sanção de declaração de inidoneidade vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a AGENERSA.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A reabilitação do CONTRATADO ocorrerá quando ressarcir o CONSÓRCIO e/ou o Municípios consorciados dos prejuízos resultantes da sua conduta e, ainda, depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos a contar da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

O processo administrativo para a aplicação das sanções a que se refere a CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA, deste CONTRATO seguirá o seguinte rito, observada a devida compatibilidade com a natureza de cada sanção:

I – o CONTRATANTE, ao verificar a prática de infração, notificará o CONTRATADO, remetendo uma via dessa notificação para a AGENERSA;

II – a AGENERSA, de posse da notificação, instaurará processo administrativo para apuração da prática da infração, e, se for comprovada, aplicação da sanção correspondente;

III - a câmara de resíduos sólidos, doravante designada de CARES, da AGENERSA será responsável por conduzir o processo administrativo a que se refere o inc. II, da CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA, deste CONTRATO;

IV – CARES deverá notificará, formalmente, o CONTRATADO sobre a aplicação da sanção em virtude da infração cometida, determinando prazo de, no máximo,

30 (trinta) dias para apresentar defesa e especificação das provas que pretende produzir;

V – esgotado o prazo de defesa com ou sem a manifestação do CONTRATADO, CARES dará prosseguimento à instrução do processo administrativo, determinando a realização de diligências, perícias e/ou exames, audiências, depoimentos, inclusive do CONTRATADO, sem prejuízo de outros atos necessários para apuração da verdade;

VI – o CONTRATADO terá acesso aos autos do processo administrativo, especialmente na fase de instrutória, devendo ser intimado de todos os atos realizados, com antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas, e requerer o que for de interesse da defesa;

VII - finda a fase instrutória que não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias a contar do esgotamento do prazo de apresentação da defesa pelo CONTRATADO, a CARES, em até 15 (quinze) dias, deverá elaborar relatório em que opine pela aplicação ou não da sanção, submetendo-o ao Conselho Diretor da AGENERSA;

VIII – o Conselho Diretor da AGENERSA, de posse do relatório da CARES, após a oitiva do órgão jurídico, poderá decidir, de forma motivada:

a) pelo arquivamento do processo administrativo, em razão da ausência de causas que acarretem a aplicação da sanção; ou,

b) pela aplicação da sanção segundo a natureza da infração cometida, lavrando-se, desde logo, o auto de infração, que será objeto de publicidade na imprensa oficial e outros meios correlatos.

IX – o auto de infração tipificará, de forma fundamentada na norma legal e/ou contratual, a conduta do CONTRATADO na infração cometida, bem como determinará, desde logo, a aplicação da sanção correspondente, observando-se o princípio da proporcionalidade, em que se deve aferir:

a) se a sanção é adequada para punir a conduta do CONTRATADO;

b) se a sanção a ser imposta ao CONTRTADO não poderá ser substituída por outra menos grave à constrição de seus bens, de participar de licitação e de contratar com o CONSÓRCIO e/ou o Município consorciado; e,

c) se está presente a devida compatibilidade entre a sanção a ser imposta e a conduta do CONTRATADO, ponderando-se a natureza e a gravidade da infração, assim como a extensão do dano, efetivo ou potencial.

X – o CONTRATADO será notificado, formalmente, em, no máximo, 15 (quinze) dias, da decisão do Conselho Diretor da AGENERSA, devendo, desde logo, cumprir a decisão ou interpor o recurso ou o pedido de reconsideração cabível, nos termos do PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA;

XI – interposto o recurso, o Conselho Diretor da AGENERSA , segundo a natureza da sanção, poderá rever a sua decisão, em até 5 (cinco) dias úteis, observado o disposto no inc. IX, desta CLÁUSULA;

XII – o Conselho Diretor da AGENERSA, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do recurso, proferirá a sua decisão, observado o disposto no inc. IX, desta CLÁUSULA;

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O CONTRATADO poderá interpor:

I – recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação da decisão, quando se tratar de aplicação de sanção de advertência ou de multa;

II – pedido de reconsideração da decisão do Conselho Diretor da AGENERSA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação da decisão, quando se trata de aplicação de sanção de suspensão ou de declaração de inidoneidade;

PARÁGRAFO SEGUNDO. O Conselho Diretor da AGENERSA poderá atribuir, de forma motivada e mediante a presença de razões de interesse público, efeito suspensivo ao recurso ou ao pedido de reconsideração interposto pelo CONTRATADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As notificações feitas ao CONTRATADO sobre os autos de infração e as decisões da AGENERSA serão objeto de publicidade na imprensa oficial, sem prejuízo de o CONTRATADO também ser notificado por meio:

I - de meio eletrônico, com o envio para o endereço eletrônico do CONTRATADO;

II – de termo sensível (fax-simile), com o encaminhamento para o número informado pelo CONTRATADO; ou,

III – carta registrada com aviso recebimento para o endereço da sede ou da matriz, conforme o caso, fornecido pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – DAS INDENIZAÇÕES

Sem prejuízo da especificidade de cada modalidade de extinção deste CONTRATO, o CONTRATANTE, após a oitiva conclusiva da AGENERSA, deverá promover a identificação, o levantamento, a identificação necessária para apurar se o CONTRATADO faz jus ao pagamento de eventual valor de indenização, em razão:

I – dos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, até a data da sua reversão ao CONTRATANTE; e,

II – dos investimentos realizados com base neste CONTRATO, que ainda não foram amortizados ou depreciados, excluído o disposto no inc. I, desta CLÁUSULA, até a data da assunção dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os critérios a serem utilizados como parâmetros para o cálculo do pagamento da indenização do CONTRATADO, que será elaborada por perícia especializada, serão os seguintes, sem prejuízo de outros que forem exigíveis pela LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:

I - os registros contábeis apropriados, nos quais constarão os registros dos bens reversíveis e dos investimentos realizados com base neste CONTRATO;

II - o valor de mercado dos bens reversíveis, apurado através de avaliação financeira, econômica e contábil, consideradas a depreciação ou a amortização contábil e as reais condições de uso e/ou operacionalidade desses bens;

III - os bens públicos reversíveis terão seus valores depreciados e descontados do montante apurado a título de indenização;

IV – a incidência da indenização sobre as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade dos serviços;

V – a incidência de indenização sobre as parcelas dos investimentos sem qualquer vínculo com os bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, previstos neste CONTRATO; e,

VI - a atualização monetária calculada pelos índices oficiais vigentes incidentes sobre a indenização até a data da reversão dos bens reversíveis ou da assunção dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO pelo CONTRATANTE pelo CONTRATANTE, conforme o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A perícia especializada a que se refere o PARÁGRAFO PRIMEIRO, desta CLÁUSULA poderá ser contratada pelo CONTRATANTE, após o devido processo licitatório, se for o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O pagamento da indenização será realizado de forma prévia à reversão dos bens reversíveis ou à assunção dos serviços de manejo de resíduos sólidos designados na CLÁUSULA QUINTA, deste CONTRATO, segundo a forma de extinção deste CONTRATO, observado o disposto no art. 100, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

PARÁGRAFO QUARTO. Fica autorizado o CONTRATANTE, após a oitiva conclusiva da AGENERSA, a descontar do valor da indenização a ser paga ao

CONTRATADO os créditos decorrentes de multas contratuais e danos causados pelo CONTRATADO, se, eventualmente, a garantia deste CONTRATO não for suficiente.

PARÁGRAFO QUINTO. Eventuais conflitos decorrentes da aplicação desta CLÁUSULA, notadamente das normas de pagamento de indenização ao CONTRATADO, deverão ser resolvidos por meio de mediação administrativas de controvérsias pela AGENERSA, nos termos da CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA, deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – DA MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS CONTROVÉRSIAS

As controvérsias, casos omissos e quaisquer questões oriundas deste CONTRATADO serão resolvidos, pela via da mediação administrativa, perante a AGENERSA, nos termos da LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA e deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de XXX para dirimir eventuais controvérsias, casos omissos e quaisquer questões oriundas do presente CONTRATO, que não puderem ser resolvidas nos termos da CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA, deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente CONTRATO, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelas partes e testemunhas abaixo identificadas, para que produza os efeitos jurídicos legais e jurídicos, em Juízo e fora dele.

Município de XXX, XXX de XXX de 2013.

_____ (indicar nome do Prefeito)
Presidente do Consórcio Público XXX
CONTRATANTE

_____ (indicar nome do Presidente)
Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

ANEXO D

MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PARA INSTITUIR MICRORREGIÃO PARA GESTÃO COMPARTILHADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Projeto de Lei Complementar n.º XXX de XXX de XXX de 2013

Institui a Microrregião XXX para a gestão compartilhada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, e dá outras providências.

Eu, Governador do Estado do Rio de Janeiro, nos uso das atribuições que me conferem o art. 75, §1º até §4º combinado com os arts. 112, §1º, inc. II, alínea “d” e 118 e seu parágrafo único, todos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou, e eu sancionei a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei institui a Microrregião XXX para a gestão compartilhada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e dispõe sobre os seus Municípios aglutinados, as funções públicas de interesse comum, o modelo de governança e a entidade executora, segundo as normas federais e estaduais de saneamento básico, de resíduos sólidos, de ordenamento urbano, de meio ambiente, de saúde pública e de consumo.

Art. 2º. Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração, gestão e/ou gerenciamento de resíduos sólidos ou, quando for o caso, rejeitos no âmbito da Microrregião XXX.

CAPÍTULO II DOS MUNICÍPIOS AGLUTINADOS E DAS FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM

Art. 3º. A Microrregião XXX compreende os seguintes Municípios aglutinados:

I – Município XXX;

II – Município XXX;

III – Município XXX;

IV – Município XXX;

V – Município XXX;

Parágrafo único. Serão automaticamente integrados à Microrregião XXX os Municípios que vierem a ser criados em decorrência de incorporação, fusão ou desmembramento de Município aglutinando integrante dessa Microrregião, ficando, desde logo, assegurada a sua representação no Conselho de Desenvolvimento a que se refere o art. 5º, desta Lei.

Art. 4º. As funções públicas de interesse comum da Microrregião compreendem as atividades decorrentes da gestão compartilhada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, notadamente o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos correspondentes.

Parágrafo único. As atividades da gestão compartilhada a que se refere o *caput* deste artigo envolvem o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos voltados, única e exclusivamente, para a Microrregião XXX.

CAPÍTULO III DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 5º. Fica criado o Conselho de Desenvolvimento da Microrregião XXX, de caráter deliberativo e normativo, parte integrante da estrutura administrativa do Estado do Rio de Janeiro e dos Municípios aglutinados, na forma desta Lei.

Seção II Dos Segmentos Representativos

Art. 6º. O Conselho de Desenvolvimento será composto pelos seguintes segmentos representativos da Microrregião vinculados às funções públicas de interesse comum previstas nesta Lei:

I – dos Municípios aglutinados, devendo haver, obrigatoriamente, 01 (um) representante de cada desses Municípios;

II – do Estado; e,

III – da sociedade civil organizada.

§1º. Os representantes e seus suplentes dos segmentos representativos de que trata o *caput*, deste artigo serão designados por um período de 24 (vinte quatro) meses, permitida apenas 01 (uma) recondução.

§2º. Os suplentes poderão participar das reuniões do Conselho de Desenvolvimento com direito a voz, apenas.

Art. 7º. Os Municípios aglutinados da Microrregião XXX serão representados, preferencialmente, pelos respectivos Prefeitos.

§1º. Os Prefeitos poderão designar, na forma da legislação municipal, os representantes com poderes específicos para tomarem parte das deliberações da Microrregião XXX, inclusive com direito a voto.

§2º. Os suplentes dos representantes dos Municípios aglutinados da Microrregião XXX serão designados, na forma da legislação municipal, pelos respectivos Prefeitos.

Art. 8º. O Estado será representado por, pelo menos, 07 (sete) representantes e seus respectivos suplentes na Microrregião XXX a partir das indicações das Secretarias de Estado ou das entidades públicas estaduais que desincumbirem-se, precipuamente, das funções públicas de interesse comum a que se refere esta Lei.

§1º. Os representantes e os respectivos suplentes de trata o *caput*, deste artigo serão designados por decreto editado pelo Governador.

§2º. A Secretaria de Estado do Ambiente fica designada, desde logo, como representante nato do segmento representativo do Estado na Microrregião XXX, observado o ato normativo de designação a que se refere o §1º, do art. 8º, desta Lei.

Art. 9º. A sociedade civil organizada será representada por, pelo menos, 01 (um) representante e respectivo suplente de cada um dos segmentos representativos que seguem:

I – dos usuários: organizações e/ou associações de defesa dos consumidores e/ou dos usuários de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

II – dos prestadores de serviços: associações e/ou organizações de prestadores de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

III - das organizações de catadores: associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo Município aglutinado como catadores de materiais recicláveis, observado o uso de equipamento individual e/ou coletivo de proteção dos associados ou dos cooperativados;

IV – das instituições e/ou entidades de pesquisa e de ensino: instituição de pesquisa, universidades, faculdades e outras do gênero, públicas ou privadas.

V – das organizações não-governamentais: associações e/ou organizações não-governamentais atuantes na defesa e/ou na proteção do meio ambiente e/ou do saneamento básico e/ou dos resíduos sólidos.

VI – dos conselhos ambientais e/ou de saneamento básico: conselhos municipais e/ou estaduais de meio ambiente ou, se houver, de saneamento básico.

§1º. Os representantes e os respectivos suplentes do segmento representativo da sociedade civil organizada deverão ter, dentre as suas finalidades estatutárias, atuação efetiva e comprovada nas funções públicas de interesse comum de que trata esta Lei.

§2º. A escolha dos representantes e dos respectivos suplentes do segmento representativo da sociedade civil organizada ocorrerá na forma do Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento.

Seção III

Da Presidência e Da Secretaria Executiva

Art. 10. O Conselho de Desenvolvimento contará com 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente, cujas funções serão definidas na forma do seu Regimento Interno.

Parágrafo Único. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos, na forma de chapas, pelos votos públicos e nominais dos segmentos representativos da Microrregião XXX a que se refere o art. 6º, desta Lei, observado do rito de escolha estabelecido no Regimento Interno.

Art. 11. A função de Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento será desempenhada pela entidade executora a que se refere o art. 18, desta Lei.

Seção IV

Da Competência

Art. 12. Ao Conselho de Desenvolvimento compete as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras previstas nesta Lei:

I – deliberar sobre a elaboração:

a) do Plano de Resíduos Sólidos da Microrregião XXX, assim como assegurar a sua execução;

b) do Plano de Coleta Seletiva da Microrregião XXX, assim como assegurar a sua execução;

II – designar a entidade de regulação e/ou de fiscalização que será responsável pela regulação e/ou pela fiscalização da gestão compartilhada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos no âmbito da Microrregião XXX;

III – decidir sobre a delegação contratual, por meio de concessão ou de parceria público-privada, da gestão compartilhada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, notadamente do transbordo, do tratamento e da destinação final

ambientalmente adequada de resíduos sólidos, assim como da disposição final ambientalmente adequada de rejeitos correspondentes, no âmbito da Microrregião XXX;

IV – deliberar e editar atos normativos em prol do aperfeiçoamento da gestão compartilhada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos dessa Região.

V – elaborar e editar o seu Regimento Interno para promover e assegurar a sua adequada gestão administrativa, realizando, sempre que for necessário, as alterações pertinentes.

Parágrafo único. O Conselho de Desenvolvimento expedirá resoluções para veicular as suas deliberações, sem prejuízo de adotar outros atos normativos e administrativos ordinários para a sua gestão administrativa.

Seção V

Da Forma de Funcionamento e Das Deliberações

Art. 13. A forma de convocação e de funcionamento das reuniões, ordinárias e, sempre que convocadas, extraordinárias, do Conselho de Desenvolvimento será definida pelo seu Regimento Interno.

Parágrafo único. As reuniões e as respectivas deliberações do Conselho de Desenvolvimento deverão ser públicas.

Art. 14. As deliberações do Conselho de Desenvolvimento serão compatibilizadas com as diretrizes fixadas pela União e pelo Estado para o desenvolvimento e o aprimoramento da gestão compartilhada de resíduos sólidos da Microrregião XXX.

Art. 15. Fica assegurada a participação paritária dos segmentos representativos da Microrregião XXX a que se refere o art. 6º, desta Lei nas deliberações do Conselho de Desenvolvimento.

§1º. Para que se assegure a participação paritária nas deliberações a que se refere o *caput*, deste artigo, sempre que houver diferença de número entre os representantes dos segmentos representativos da Microrregião XXX, os votos serão ponderados, de modo que, no conjunto, os votos de cada segmento representativo sejam equivalentes.

§2º. Salvo disposição em contrário no Regimento Interno, as deliberações do Conselho de Desenvolvimento serão tomadas por maioria simples dos votos, desde que presente a maioria absoluta dos seus membros.

CAPÍTULO IV

DAS CÂMARAS TÉCNICAS ESPECIAIS

Art. 16. O Conselho de Desenvolvimento da Microrregião XXX poderá deliberar e instituir Câmaras Técnicas Especiais de acordo com as atividades de gestão compartilhada dos serviços públicos de resíduos sólidos a que se refere o parágrafo único, do art. 4º, desta Lei.

§1º. O Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento disciplinará a composição e o funcionamento das Câmaras Técnicas Especiais.

§2º. Na composição das Câmaras Técnicas Especiais de que trata o *caput*, deste artigo, ficará assegurada a participação de técnicos de comprovado conhecimento técnico no campo das atividades de gestão compartilhadas e de gerenciamento dos serviços públicos de resíduos sólidos.

Art. 17. Às Câmaras Técnicas Especiais competem analisar, debater e propor propostas, programas, projetos e ações de cunho metropolitano em prol do aperfeiçoamento da função pública de interesse comum de que trata esta Lei, sempre como instâncias prévias às deliberações do Conselho de Desenvolvimento.

Parágrafo único. As conclusões das Câmaras Técnicas Especiais terão caráter consultivo e serão submetidas ao Conselho de Desenvolvimento, a quem caberá a decisão final a respeito da matéria.

CAPÍTULO V DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 18. As funções de Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento da Microrregião XXX poderão ser desempenhadas por entidade executora que constitua em consórcio público, preferencialmente, de Direito Público, que venha a ser criado ou, se for o caso, que exista no âmbito da Microrregião XXX, e desincumba-se da gestão associada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

Parágrafo único. A deliberação e a designação da entidade executora de que trata este artigo será realizada pelo Conselho de Desenvolvimento, observado o disposto na legislação federal.

Art. 19. Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido no Contrato de Consórcio Público, a Secretaria Executiva assistirá ao Conselho de Desenvolvimento no desempenho das seguintes atribuições:

I – promover a contratação, mediante prévio processo licitatório, se for o caso, dos seguintes planos, responsabilizando-se pelo acompanhamento da sua elaboração e, por conseguinte, execução:

a) do Plano de Resíduos Sólidos da Microrregião XXX;

b) do Plano de Coleta Seletiva da Microrregião XXX;

II – responsabilizar-se, por meio da formalização de convênio de cooperação, na forma da legislação federal, pela designação de entidade de regulação da gestão compartilhada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos no âmbito da Microrregião XXX;

III – promover a contratação, mediante prévio processo licitatório, se for o caso, da delegação contratual, por meio de concessão ou de parceria público-privada, da gestão compartilhada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, notadamente do transbordo, do tratamento e da destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, assim como da disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, no âmbito da Microrregião XXX;

IV – prestar assistência técnica aos Municípios aglutinados;

V – propor programas, projetos e ações de cunho metropolitano em prol do aperfeiçoamento da gestão compartilhada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos; e,

VI – exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas no Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento.

CAPÍTULO VI DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Art. 20. O Conselho de Desenvolvimento poderá deliberar e propor junto ao Estado do Rio de Janeiro a criação, por meio de lei estadual específica, de Fundo de Desenvolvimento da Microrregião XXX para o financiamento de programas, projetos e ações de cunho metropolitano que acarretem o aperfeiçoamento da gestão compartilhada dos serviços de resíduos sólidos dessa Região, observada a legislação estadual e federal aplicável.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor em 90 (noventa) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 22. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, XXXXX, de XXXXX de 2013.

Governador do Estado do Rio de Janeiro
SÉRGIO CABRAL